



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PROPGPQ
FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO A PESQUISA – FUNCAP
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA – MAG**

ÁTILA DE MENEZES LIMA

**A GEOGRAFIA HISTÓRICA DE IGUATU-CE: UMA
ANÁLISE DA CULTURA ALGODOEIRA DE 1920 A
1980**

**FORTALEZA
2011**

ÁTILA DE MENEZES LIMA

**A GEOGRAFIA HISTÓRICA DE IGUATU-CE: UMA ANÁLISE DA
CULTURA ALGODOEIRA DE 1920 A 1980**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG da Universidade Estadual do Ceará – UECE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientação: Profa. Dra. Zenilde Baima Amora

FORTALEZA
2011

L732g

Lima, Átila de Menezes

A geografia histórica de Iguatu-CE: uma análise da cultura algodoeira de 1920 a 1980 / Átila de Menezes Lima. — Fortaleza, 2011.

213 p. ; il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zenilde Baima Amora.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

1. Geografia histórica. 2. Cultura algodoeira – Iguatu, Ceará. 3. Espaço – Iguatu, Ceará. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

CDD: 911



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
 CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome da Dissertação: "A Geografia Histórica de Iguatu-CE: uma análise da cultura algodoeira de 1920 a 1980."

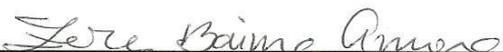
Data da Defesa: 11/02/2011

Nome do Autor: Átila de Menezes Lima

Nome do Orientador: Zenilde Baima Amora (Orientador- UECE)

Trabalho apresentado ao Programa de Pós Graduação em Geografia – CCT/UECE, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia, Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

BANCA:


 Prof^a. Dr^a. Zenilde Baima Amora (Orientador- UECE)


 Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (USP)


 Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio (UFC)

À minha mãe, que em meio à imensidão de dificuldades (materiais e imateriais) nunca poupou esforços em nos criar e nos preparar para o grande desafio de viver. Esta sim, mulher “guerreira” e corajosa conseguiu superar os grilhões e amarras ao qual estava inserida para buscar viver sua utopia.

À Anita pela dedicação, amor e companheirismo na práxis cotidiana do viver.

Aos amigos pela amizade

A todos que de fato almejam e lutam por uma outra forma de sociabilidade humana, para além desta a qual estamos inseridos.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe (Elisvalda), irmãs (Adilla e Nayara), tias e cunhados (João e Kennedy) pela convivência e por acreditarem em minha pessoa. Os momentos de repouso e de lazer com os amigos Antônio Marcos (beibe) e Paulo Souza também foram fundamentais para o renovar das energias.

À Anita Pedrosa Fontes, minha companheira inseparável de todos os momentos, por estes quase três anos de cumplicidade, amor, afetividade e por me agüentar em quanto pessoa, afinal eu sou um pouco difícil de se entender.

À Rodrigo (Mossoró) pela companhia no mundo solitário dos debates e embates e na práxis do movimento estudantil e em nosso Coletivo a favor da Rua, assim como em outras esferas da vida.

Á Priscila (Proncy) pessoa sábia e compreensiva, as conversas (coletivas e individuais) com sua pessoa me ensinaram bastante sobre a vida.

Ao Eider, pessoa simples e companheiro de lutas, obrigado pelos conselhos certos nas horas certas.

Ao camarada Jucier (Cier), por compartilhar os momentos de angústia, tristeza, reflexão e de poesias, a final tristeza não tem fim e solidão é uma poeira leve, mas nada que não possamos superar. Grande admiração por sua pessoa. Ao Tom Zé e o Mundo Livre por sua arte inspiradora.

Aos demais amigos André (bichooso eterno), Danilo (bicho), Thamires, Josué, Yara, Adriana(bicho) Jean, Mariana Mendes (pela ajuda nos escritos finais), Diego (Baiano),

Érika Medeiros (erikete), Heron e Diego (geba). Estes últimos foram também companheiros de PET – Programa de Educação Tutorial.

Aos meus amigos Icaro Maia (ikim) e Edson Minarete e aos demais companheiros de PET, Camila, Luiz Antônio, Eirilânia, Cristiane, Rose, Thiago, Danilo, Val, Denise, Patrícia e demais petianos pelos quase cinco anos de aprendizagem coletiva.

Aos professores Ms. Edílson Pereira Júnior e Cláudia Granjeiro (eternos tutores do PET), a estes devo parte de minha formação intelectual e pessoal, exemplos de personalidades e de seres humanos. Outros professores que contribuíram para minha formação foram as professoras Dra. Zenilde Baima, Dra. Ana Matos, Dra. Denise Elias e os professores Dr. Luiz Cruz Lima e Ms. Otávio Lemos.

À minha orientadora Profa. Dra. Zenilde Baima Amora em especial pela extraordinária capacidade de orientação, pelos momentos de atrito e puxões de orelha, mas, sobretudo, pela compreensão das dificuldades e das angústias pessoais de um ser humano que está vivendo um processo de aprendizagem. Para além de orientadora, percebi que ela é um ser humano extraordinário.

Aos integrantes do LEURC – Laboratório de Estudos Urbanos e Geografia Cultural, em especial a Leidiane, a João Victor, pela ajuda na elaboração e descrição das tabelas, a Rachel na digitação das atas e aos demais (Janone, Argeu, Keane, Luiz, Glauciana) pelo convívio e pelos debates. Agradeço ainda a Victa Nobre e Andréa Crispin, pela ajuda na língua francesa e na formatação do trabalho e Lizandro na confecção dos mapas.

Ao Sindicato dos Gráficos - SINDGRACE, sobretudo as pessoas de Juarez (pela disciplina), Rogério e ainda ao Machado (Eterno professor Machado) companheiros de luta e de aprendizagem de vida, a estes sou bastante grato pela ajuda inicial para chegar a

Universidade. À Gleyce any (Jude) e Juliana, pelas conversas libertárias e compreensivas no momento em que estava em crise.

À Helena Mota e Ludivina Castro que me receberam tão bem na Biblioteca do IPECE.

As pessoas que me ajudaram bastante em minha estadia em Iguatu, Juliana da Silva da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Iguatu, que não poupou esforços em me ajudar nos deslocamentos pela Cidade e nas indicações de lugares a serem visitados.

Ao Francisco de Paula da Silva do Museu da Imagem e do Som: Francisco Alcântara Nogueira pela atenção e disponibilidade.

Aos entrevistados que por demais contribuíram para a pesquisa. Dentre estes agradeço ao ilustríssimo Senhor Wilson de Holanda Lima Verde, profundo conhecedor da história de Iguatu que nos acolheu muito bem e disponibilizou horas de conversas e entrevistas que foram fundamentais para a pesquisa.

À professora Dra. Virginia pelas sugestões iniciais. Ao professor Dr. Amaro pelas contribuições na qualificação.

Ao Professor Dr. Manoel Fernandes pela atenção, pelas sugestões, provocações e ajuda em momentos decisivos.

Ao professor Dr. Levi, pelas sugestões, pelas críticas. Depois agente escuta aquele Odair José.

A FUNCAP, por possibilitar dedicação exclusiva a esta pesquisa que findo.

No senso comum o porquê

Foi no movimento do cotidiano
 No seio de minha inocência e do senso comum
 Nas madrugadas de ir e vir com um galão e duas latas de água
 Eu e minha inseparável companheira mãe
 Companheira de tempos difíceis
 Como aquela madrugada e uma ameaça de despejo
 Das angústias de esperar por quem não viria
 E nem havia prometido de vir
 No meio daquele cotidiano pacato, uma cena.
 Aquela cena, que nunca mais sairia da memória
 E que provavelmente trilharia meus rumos, minha personalidade
 Minha indignação, minha forma de ver e interpretar a realidade
 Cena esta, que entre meus 12 ou 13 anos me levaram a refletir
 E pela primeira vez tentar entender o porquê.
 (Átila de Menezes Lima)

Solidão

Solidão, que poeira leve
 Solidão, olha a casa é sua
 O telefo/
 Solidão, que poeira leve
 Solidão, olha a casa é sua
 E no meu descompasso o riso dela
 Na vida, quem perde o telhado
 Em troca recebe as estrelas
 Pra rimar até se afogar
 E de soluço em soluço esperar
 A vida que sobe na cama
 E acende o lençol
 Sol lhe chamando
 Sol-licitando
 (...)
 Tom Zé

O Quadro branco

Talvez o vazio do quadro em branco expressasse melhor minha dor.
 A angústia de minha solidão no exato momento em que puxei diálogo com ele.
 Mas na ausência de quem conversar, ele me escutou bastante, talvez até tenha compreendido a tristeza daquele momento, a angústia da incompreensão, da solidão, do amor, da negação, do medo. Talvez o quadro em branco seja o primeiro passo para compreender a si próprio.

Átila Lima
 23.12.2010

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo contribuir para a leitura da Geografia Histórica do município de Iguatu, localizado no estado do Ceará - Brasil, tendo como enfoque a cultura algodoeira. Esta atividade foi, por mais de um século, uma das principais atividades econômicas do Ceará, até a sua crise nos anos de 70 e 80 do século XX. Responsável em peso pela integração e organização territorial do Ceará, a atividade algodoeira, junto à pecuária, foi capaz de gerar um excedente de capital interno, que, aliada também a fatores políticos, delineou uma industrialização para além das oficinas de charque. A cultura algodoeira constituiu uma ruptura-permanência na história de Iguatu, o que criou um excedente de capital e permitiu o desenvolvimento de indústrias de beneficiamento de algodão, a criação de um proletariado fabril e o desenvolvimento de serviços urbanos. Essa conjuntura tornou mais complexas as relações sociais de produção, pautadas nas relações de produção de cunho não capitalistas estabelecidas no campo como as *parcerias*, as *meias* e o arrendamento da terra. O presente trabalho está estruturado em três capítulos: O primeiro capítulo, intitulado *Debates acerca da Geografia Histórica e da Geo-história: elementos para a análise espaço-temporal*, reflete sobre a importância da análise histórica para a ciência geográfica, fazendo-se a diferenciação entre o olhar do geógrafo e do historiador sobre o estudo das formações territoriais. Além disso, realizou-se um debate teórico sobre a Geografia Histórica e a Geo-história, enfatizando a contribuição de autores como Braudel e Harvey, na análise do espaço. No segundo capítulo, nomeado *A formação territorial de Iguatu no contexto da história econômica do Ceará*, foi evidenciado o desenvolvimento territorial de Iguatu no contexto das principais atividades econômicas do Ceará: o conhecido binômio gado-algodão. É abordado, ainda, o papel das estruturas políticas e religiosas no processo de formação territorial e de emancipação política de Iguatu. Neste capítulo, em específico, são discutidas determinadas relações - políticas, culturais, sociais e econômicas - existentes no século XIX e que permearam o período áureo do algodão no século XX. Daí a importância da literatura de Braudel sobre a longa duração e o tempo da conjuntura. O terceiro capítulo, denominado *A cultura algodoeira em Iguatu*, trata, de forma mais aprofundada, o cerne da atividade algodoeira, cuja discussão discorre sobre o processo de acumulação de capital, pautado em processos não capitalistas de produção, sobre as relações sociais de produção, sobre a divisão interna do trabalho na indústria de beneficiamento de algodão e sobre a espacialização da produção algodoeira em diversas escalas. Assim, a contribuição para o entendimento das relações socioespaciais estabelecidas pela cultura algodoeira em Iguatu revela-se na importância da análise geográfica de um capítulo da história da formação territorial do Ceará.

Palavras-chave: Geografia Histórica. Cultura algodoeira. Acumulação de capital. Iguatu. Espaço.

RÉSUMÉ

La présente recherche vise sommer à la lecture de la géographie historique de Iguatu, placé au Ceará-Brésil, à partir d'analyse de la production de coton. Cette activité a été, en plus d'un siècle, des principales activités économiques du Ceará, jusqu'à sa crise pendant l'années 70 et 80 du XXème siècle. Responsable en poids pour l'intégration et l'aménagement territorial du Ceará, la production cotonnière, lié à l'élevage, a permis l'acumulation interne de capital, que, joint aussi aux facteurs politiques, a ébauché l'industrialisation au-delà d'ateliers de 'charque'. La culture cotonnière s'agissait d'une rupture-permanence dans l'histoire d'Iguatu, qu'a créé un surplus de capital et qu'a permis le développement d'industries de bénéfice du coton, d'un prolétariat industriel et, plus encore, le développement des services urbains. Cette conjoncture, est devenue plus complexes les rapports sociaux de production, réglés dans les relations de production pas capitalistes établis à la champagne, comme les partenariats, les moitiés et le bail de la terre. Ce travail est structuré en trois chapitres: le premier, intitulé Les débats sur la géographie historique et géo-histoire: la preuve pour l'analyse spatio-temporelle, réflète-t-il sur l'importance d'analyse historique à la science géographique, en faisant la différenciation entre le regard du géographe et d'historien sur l'étude des formations territoriales. En outre, s'est fait un débat théorique sur la Géographie Historique et la Géo-Histoire, mettant en relief la contribution d'auteurs comme Braudel et Harvey dans l'analyse de l'espace. Au deuxième chapitre, nommé La formation territorial d'Iguatu dans le contexte de l'histoire économique du Ceará, s'est mis en évidence le développement territorial d'Iguatu dans le cadre des principales activités économiques du Ceará: le connu paire/couple bétail-coton. Il est abordé, encore, le rôle des structures politiques et religieuses dans la formation et l'émancipation territoriale et politique d'Iguatu. Dans ce chapitre, en particulier, ils se sont discutées des certaines relations – politiques, culturels, sociaux et économiques - existant dans le XIXème siècle qui ont régné pendant l'âge d'or de coton dans le XXème siècle. D'où l'importance de la littérature de Braudel sur la longue durée et le temps de la conjoncture. Le troisième chapitre, dénommé La culture cotonnière en Iguatu, traite, d'une façon plus profondée, le cerne d'activité cotonnière, dont la discussion s'agit sur le processus d'accumulation du capital, modelé aux processus pas capitalistes de production, sur les rapports sociaux de production, sur la division interne du travail dans l'industrie de coton et sur l'espacialisation de la production de coton en diverses éclaires. Donc, la contribution pour la compréhension des relations socioespaciales établisées pour la culture cotonnière en Iguatu, se dévoile dans l'importance d'analyse géographique d'un chapitre d'histoire de la formation territorial e économique du Ceará.

Mots clés: Géographie Historique. Culture cotonnière. Accumulation de capital. Iguatu. Espace.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIAGI	Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Iguatu
BB	Banco do Brasil
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CREAI	Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
CNPA	Centro Nacional de Pesquisa do algodão
COESA	Coelho S/A Indústria e comércio
CEPA	Comissão Estadual de Planejamento agrícola
CIDAO	Companhia Industrial de Algodão e Óleos
CACEX	Consultoria e Acessória de Comércio Exterior
COOCENTRAL	Cooperativa Central dos Produtores de Algodão
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
IAC	Instituto Agrônômico de Campinas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará
IPLANCE	Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará
MRH	Microrregião Homogênea
NUDOC	Núcleo de Documentação Cultural
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SEAGRI	Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento
SANBRA	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
SUDEC	Superintendência de Desenvolvimento do Ceará
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Fábrica São José (beneficiamento de algodão).....	127
FIGURA 2	Fábrica de Octaviano Benevides (beneficiamento de algodão).....	128
FIGURA 3	Fábrica Santa Margarida de propriedade de Virgílio Corrêa Lima(beneficiamento de algodão).....	129
FIGURA 4	Fábrica de Gustavo Correia Lima.....	130
FIGURA 5	Fachada da casa de Octaviano Benevides.....	131
FIGURA 6	Fachada da casa de Virgilio Corrêa Lima.....	131
FIGURA 7	Igreja na fazenda.....	146
FIGURA 8	Instalações do beneficiamento de óleo.....	152
FIGURA 9	Galpões de beneficiamento de algodão.....	152
FIGURA 10	Casas situadas na rua da CIDAO.....	152
FIGURA 11	Casas situadas na rua Moreira Filho.....	152
FIGURA 12	Recebimento de algodão nas fábricas de beneficiamento.....	164
FIGURA 13	Indústria de beneficiamento de algodão.....	165
FIGURA 14	Transporte do algodão sobre o rio Jaguaribe.....	165
FIGURA 15	Tratores da fazenda de Manoel Matias Costa.....	168
FIGURA 16	Arado da fazenda de Manoel Matias Costa.....	169
FIGURA 17	Antiga Usina de beneficiamento Casa de algodão Machado.....	176
FIGURA 18	Instalações da Horácio Fernandes.....	176
FIGURA 19	Galpões Coelho S.A Indústria e Comércio – COESA.....	177
FIGURA 20	Algodoeira Varzinha.....	177
FIGURA 21	Ruínas das instalações da CIDAO.....	178

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Vias de comunicação da Província do Ceará.....	61
Mapa 2	Principais regiões de cultivo e comercialização do algodão na Província do Ceará – 1860-1870.....	67
Mapa 3	Distribuição da produção da província do Ceará nas duas primeiras décadas do século XIX.....	71
Mapa 4	Fluxos econômicos e de produção (importação e exportação) da província do Ceará.....	75
Mapa 5	Divisão política do Ceará – 1823.....	90
Mapa 6	Produção do algodão arbóreo no Ceará para o ano de 1963.....	170
Mapa 7	Industrialização do algodão no Ceará no período de 1960-1965.....	180
Mapa 8	Fluxograma de origem e destino de algodão em pluma do Ceará a níveis de MRH – 1978-79.....	193
Mapa 9	Fluxograma de origem e destino de algodão em caroço do Ceará a níveis de MRH – 1978-79.....	198
Mapa 10	Fluxograma de origem e destino do óleo e da torta de algodão do Ceará a níveis de MRH – 1978-79.....	199

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1	Processo produtivo de industrialização do algodão e do caroço do algodão.....	189
Organograma 2	Comercialização do algodão em caroço no Ceará.....	191

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indústrias em funcionamento em Iguatu nos anos de 1973-1974.....	179
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Tabela 01 - Ceará: Exportação de algodão – 1861-2 /1871/2.....	65-66
Tabela 02	População do Ceará em 1777.....	78
Tabela 03	Exportações de algodão do Ceará de 1900 – 1944.....	120
Tabela 04	Iguatu - Estrutura agrária (1970).....	143
Tabela 05	Iguatu: estrutura econômica nos anos de 1950 e 1970	154
Tabela 06	Comércio de Iguatu em 1976.....	155
Tabela 07	Produção do Algodão Herbáceo (em caroço) – ano de 1952	160
Tabela 08	Produção do Algodão Arbóreo – ano de 1952.....	161
Tabela 09	Produção de Algodão comparada por município – ano de 1958.....	163
Tabela 10	Produção de Algodão Herbáceo por município – ano de 1959.....	163
Tabela 11	Máquinas e Instrumentos Agrários: b) Grades, semeadeiras, pulverizadoras e polverizadoras e cultivadores – 1959.....	166
Tabela 12	Pessoal ocupado, Tratores, arados e bovinos, segundo as zonas fisiográficas e municípios na Zona do sertão do Salgado e Alto Jaguaribe – 1950 – 1960.....	167
Tabela 13	Área, produção e rendimento de algodão no Ceará e mesoregião dos Sertões dos Inhamuns e Salgado – Safra 1978-79.....	172
Tabela 14	Colheita, tipo de cultivo e valor da produção dos principais produtos das lavouras temporárias, no ano de 1970, segundo municípios. a) Algodão em caroço.....	173
Tabela 15	Algodão beneficiado por usina em Iguatu, durante o ano agrícola de 1978/79.....	183
Tabela 16	Indústria de extração de óleos de caroço de algodão durante o ano agrícola 1978/79.....	184
Tabela 17	Valor, peso e preço médio de exportação do Fio Têxtil – Ceará – 1961 -1997.....	201-202

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	12
LISTA DE FIGURAS.....	13
LISTA DE MAPAS.....	14
LISTA DE ORGANOGRAMAS.....	15
LISTA DE QUADROS.....	16
LISTA DE TABELAS.....	17
1. INTRODUÇÃO.....	20
.	
2. DEBATES ACERCA DA GEOGRAFIA HISTÓRICA E DA GEO- HISTÓRIA: ELEMENTOS PARA A ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL.....	28
2.1 As Geografias do passado: debates iniciais.....	28
2.2 Geografia histórica e Geo-história.....	32
2.3 Considerações geo-históricas: a contribuição de Braudel.....	43
2.4. Geografia Histórica do Capitalismo: uma perspectiva da leitura de Harvey.....	50
3. A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE IGUATU NO CONTEXTO DA HISTÓRIA ECONÔMICA DO CEARÁ.....	56
3.1 Uma breve leitura da Geografia histórica e Econômica da Província Cearense.....	57
3.2 A Ribeira dos Quixêlos: os primórdios da ocupação de Iguatu.....	79
3.2.1 De Telha a Iguatu e o contexto agro-exportador cearense.....	88
3. A CULTURA ALGODOEIRA EM IGUATU.....	99
4.1 Caracterização da cultura algodoeira cearense: rupturas e permanências.....	102

4.1.1 A permanência de antigas relações	105
4.2 Premissas sobre acumulação primitiva (por espoliação) e de capital	108
4.2.1 O algodão e o processo de acumulação em Iguatu	118
4.2.2 O algodão e as relações sociais de produção no campo e na cidade.....	137
4.3 Iguatu grande produtor de algodão da região centro-sul do Ceará.....	160
4.4 A indústria de beneficiamento no contexto no contexto da produção algodoeira e das relações sociais de produção: uma discussão.....	173
4.5 A espacialização da produção algodoeira.....	190
5. CONCLUSÃO	203
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	208
APÊNDICE.....	221
ANEXOS.....	248

1. INTRODUÇÃO

Desvendar os processos e mediações que particularizam a universalidade de um lugar é tarefa que exige tempo e disciplina aos que se propõem a tal desafio. Este se torna mais complexo no contexto atual, decorrente da negação das metanarrativas e dos discursos totalizantes (HARVEY, 2006; SHIMTH, 2002) os quais dominam o cenário das ciências sociais.

Contrária a tais proposições, nossa análise busca apreender as singularidades e particularidades da expansão das relações capitalistas de produção da cultura algodoeira, principal atividade econômica do Ceará de meados do século XIX até o final da década de 70 e início da década de 80 do século XX, no município de Iguatu, situado no sertão centro-sul do Estado. Tal atividade foi responsável por transformações socioespaciais que iam desde o caso particular do município, até a totalidade do Estado.

Iguatu, em específico, começa a ganhar destaque como fornecedor de algodão no início dos anos vinte, tornando-se um dos principais produtores de nosso Estado devido a fatores econômicos e políticos, como a necessidade do mercado mundial e nacional da fibra do algodão, a chegada da estrada de ferro ao município, bem como suas características naturais.

No final da década de 1970 e início da década de 1980 o algodão chega ao apogeu de sua crise no Estado do Ceará, justificando-se assim, nosso recorte temporal. Para além deste recorte, consideramos imprescindível o recorte historiográfico que leva em conta a formação territorial de Iguatu, entendendo-o na longa duração e mesmo nas diferentes temporalidades históricas eleitas por Braudel (2007). Destacamos as conjunturas, a estrutura e os agentes que determinaram a produção do espaço deste município.

O importante é ressaltar que a cultura algodoeira em Iguatu ensejou uma ruptura-permanência em sua história ao criar um excedente de capital que lhe permitiu o desenvolvimento de indústrias de beneficiamento de algodão, criação de um proletariado fabril de quem era extraída a mais-valia, além do desenvolvimento de serviços urbanos e da complexibilidade das relações sociais de produção de cunho não capitalista que eram estabelecidas no campo, a exemplo das parcerias, dos meeiros, dos moradores de fazenda e do arrendamento de terras de modo não-capitalista, como defendido por Umbelino de Oliveira (2007). A complexidade de relações sociais estabelecidas em Iguatu e seus rebatimentos na organização do espaço deste município é o que justifica nosso recorte espacial.

Neste sentido, surgem os principais questionamentos que instigam a realização da presente pesquisa, tais como: De que modo se desenvolveu a cultura algodoeira em Iguatu, tendo em vista seu destaque no contexto cearense? Pode-se afirmar que a produção algodoeira se deu em moldes capitalistas ou ainda, na lógica da produção ou reprodução ampliada do capital, considerando-se o predomínio de relações não capitalistas no campo? Existiu um processo de acumulação de capital interna no município ou mesmo no Ceará? Como o universal e o singular se manifestam em quanto particularidades no espaço geográfico, e como perceber as diferentes temporalidades históricas? E sobre o âmbito metodológico: Que escala espaço-temporal melhor contribuiria para o entendimento de nossos objetivos?

No intuito de elucidar estes questionamentos, um estudo sobre a cultura algodoeira cearense e mesmo sobre a história econômica do Ceará se tornou necessário, exigindo de nossa parte a busca por referenciais clássicos entre os quais pudéssemos orientar-nos nesta empreitada.

No que concerne à cultura algodoeira e à história econômica do Ceará, diversos foram os estudos utilizados, entre os quais estão a obra de Leitão (1994) sobre a estrutura fundiária e o capital comercial na cultura algodoeira no período de 1850 a 1880 no Ceará, o clássico *História Econômica do Ceará* de Girão (2000), além de autores como Denise Takeya (1995) Europa, França e Ceará e Elisabeth Fiúza Aragão (1989), autora que aborda a trajetória da indústria têxtil no Ceará no período de 1880 a 1950.

No referente ao município de Iguatu, destaca-se como obra principal usada como referência, o livro de Nogueira, *Iguatu: Memória sócio-histórico-econômica* (1962; 1985), que constitui um dos melhores estudos sobre o município. Nele o autor dá ênfase aos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, desde o início da formação territorial da cidade quando ainda era conhecida como Ribeira dos Quixelôs, até meados dos anos 60 do século XX. Além deste, consultamos as Monografias de Mons. Francisco de Assis Couto, sobre a paróquia de Iguatu (1958), Gênese de Iguatu (1958) e Diocese de Iguatu (1966), que nos proporcionaram importantes contribuições à compreensão do processo de ocupação inicial das terras de Iguatu e do papel da Igreja neste contexto. Ressaltamos também o trabalho de Teixeira (2007), acerca da Companhia Industrial de Algodão e Óleos - CIDAÓ, indústria que foi considerada uma das mais importantes na história de Iguatu.

Ressalte-se que a escolha do referencial teórico, conceitos e categorias adotados neste trabalho passou por um processo de amadurecimento, visto que não concordamos com a importação de “modelos teóricos” ou “tipos ideais” europeus como receituários para a realidade brasileira e cearense de modo geral ou particular (e mais ainda se consideramos Iguatu).

Adotamos um referencial teórico que procura dar conta da realidade nordestina em suas especificidades e correlações às diversas escalas de análise, ao mesmo tempo, que incorpora as contribuições de autores clássicos, como Marx (1890; 1893) e

Rosa Luxemburg (1985), sobre suas teorias da acumulação de capital; Lênin (2008) e sua teoria do imperialismo. De Marx (1890; 1893), ainda nos apoiamos na análise referente à produção, circulação, consumo e conceitos como os excedente de capital, mais-valia, dentre outros.

Contribuição importante no âmbito da Geografia foi a de Harvey (2005a; 2005b) quanto às questões do excedente de capital, da teoria da geografia histórica do capitalismo, das ordenações espaço-temporais e do desenvolvimento geográfico desigual, além dos debates acerca da acumulação por espoliação (HARVEY, 2005b). Ressaltamos ainda as contribuições deste autor para a nossa concepção de espaço geográfico. Para a discussão conceitual acerca desse conceito, nos apoiamos ainda nas reflexões de Moraes (2008), que o compreende mediante a relação dialética entre sociedade e espaço, cujos valores de uso lhes são conferidos pelas relações sociais, que determinam o *status* de território.

Entendendo o capitalismo no contexto das conjunturas e da história como um modo de produção que se desenvolve de forma não linear, as contribuições de Braudel (1996; 2007) sobre as longas e médias durações do tempo histórico e da existência de diferentes tempos históricos coexistindo na estrutura ou no tempo geográfico, foram especialmente importantes para o entendimento da formação territorial de Iguatu e de como o município tem seu desenvolvimento econômico baseado em relações não capitalistas de produção e revela relações culturais próprias ao Nordeste brasileiro.

Acerca do debate sobre o desenvolvimento das relações capitalistas, pautadas em relações de cunho não capitalistas, os estudos de Oliveira (2003) e Martins (2010) foram salutares. Para estes autores, o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil teve especificidades que o diferencia do ocorrido em outras nações, relativas ao papel das relações de parcerias e de cambão (OLIVEIRA, 1981; 2003), bem como das relações estabelecidas no sistema de colonato, que muito contribuíram para o

desenvolvimento do capitalismo. Considerando as ressalvas da realidade de Iguatu, algumas proposições destes autores nos permitiram entender melhor a complexidade de relações estabelecidas na cultura algodoeira no Ceará de modo mais amplo e em Iguatu, de modo mais particular.

No que se refere às relações sociais estabelecidas no campo, a exemplo das parcerias, dos moradores de fazenda e dos meeiros, a contribuição de Barreira (1992) foi relevante para o entendimento da realidade de Iguatu. Este autor procurando dar sentido novo ao termo “parceria”, inclui nesse bojo, o morador-parceiro, os meeiros, e mesmo os camponeses, que se auto-intitulavam “parceiros” em suas lutas pela terra, nas chamadas “lutas de parceiros”. O parceiro conforme Barreira (1992) era todo camponês em luta pelo preço justo do pagamento da renda da terra.

Os procedimentos para a concretização dos objetivos desta pesquisa foram estruturados em duas etapas. A primeira compreendeu atividades de revisão bibliográfica, leituras sobre o método e sobre o objeto estudado, análise e interpretação de documentos, informações e fotografias. A segunda referiu-se a visitas de campo, a fim de apreender as formas materiais e imateriais do passado que se mantém no presente da região tanto na paisagem e na memória, como na permanência de antigas relações sociais que possibilitaram o remontar do já decorrido. Nesta etapa, em específico, foram realizadas conversas e entrevistas semi-estruturadas com estudiosos, antigos moradores da cidade, bem como ex-trabalhadores das usinas de beneficiamento de algodão, das plantações de algodão, produtores da época ainda vivos (quando não, entrevistamos os filhos deles) e antigos proprietários das usinas de beneficiamento.

A atividade de revisão bibliográfica constituiu parte da etapa inicial de nossa pesquisa, tendo por base o levantamento de escritos e leituras tanto relacionadas ao objeto quanto ao método de pesquisa. Cabe ressaltar quanto à obtenção do material bibliográfico, a importância das bibliotecas da Universidade Estadual do Ceará –UECE e

da Universidade Federal do Ceará - UFC, a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (localizada em Fortaleza), a Biblioteca Pública Municipal Matos Peixoto (em Iguatu), além do acervo particular de nossa orientadora e das referências bibliográficas encontradas em *sites* diversos.

A fase das leituras, essencial ao desenvolvimento de toda a pesquisa, foi fundamental para o amadurecimento teórico-metodológico de nosso estudo. Dentre as leituras efetuadas, destacamos tanto as mais específicas, cujas tratam da história de Iguatu e do método em Geografia, assim como da leitura de métodos e metodologias de outras áreas do conhecimento, a exemplo da História e da Sociologia, que foram de grande importância para a organização de nosso pensar e do desenvolvimento do método e de metodologia deste trabalho.

A interpretação de documentos, dados e fotografias também constituiu etapa importante na pesquisa, à medida que a condição de interpretar é essencial para esse estudo, haja vista nosso posicionamento e entendimento da história ser o de que ela não constitui algo factual, e de que o pesquisador não é um mero relator de seus acontecimentos e nem um ser neutro na pesquisa.

Dentre os locais visitados para a obtenção de documentos, fotografias e dados, destacamos o Arquivo Público do Ceará; o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará; o Núcleo de Documentação Cultural - NUDOC; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE; a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Iguatu – ACIAGI; o Museu da Imagem e do Som: Francisco Alcântara Nogueira em Iguatu; as bibliotecas do Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará – IPECE; do Banco do Nordeste do Brasil – BNB; a Biblioteca do Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE – BNB e a Biblioteca da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento.

Entre os dados e documentos históricos coletados, destacamos aqueles que abordam os aspectos da formação territorial do município de Iguatu; sua emancipação política; documentos pessoais; e jornais que destacam variáveis econômicas, políticas, culturais importantes. Entre os dados, citam-se: a produção, exportação e consumo do algodão, documentos e dados referentes à implementação da estrada de ferro; à chegada da energia elétrica; a existência de máquinas descaroçadoras de algodão e, sobretudo, referentes às instalações industriais, de comércio e serviços, além de equipamentos agrícolas, como tratores, descaroçadoras de algodão, pulverizadoras.

Para uma melhor compreensão das idéias expostas, o presente trabalho foi estruturado em quatro capítulos. O segundo capítulo, intitulado *Debates acerca da Geografia Histórica e da Geo-História: elementos para a análise espaço-temporal*, traçamos nossas reflexões acerca da importância da análise histórica para a ciência geográfica, fazendo a diferenciação dos olhares do geógrafo e do historiador sobre o estudo das formações territoriais. Além de fazemos um debate teórico-conceitual sobre a Geografia Histórica e a Geo-História, enfatizando a contribuição de autores como Braudel (1996; 2007) e Harvey (2005a), para a análise do espaço.

O terceiro capítulo, que nomeamos de *A formação territorial de Iguatu no contexto da história econômica do Ceará*, procura relacionar o desenvolvimento territorial do município com o contexto das principais atividades econômicas cearenses: o conhecido binômio gado-algodão. Destacamos, complementarmente, o papel das estruturas políticas e religiosas no processo de formação territorial e de emancipação política da cidade. Neste capítulo expomos nossas constatações sobre as relações políticas, culturais, sociais e econômicas determinantes no período áureo do algodão, século XX.

O quarto capítulo trata, de forma mais aprofundada, da cultura algodoeira em Iguatu, discutindo o processo de acumulação de capital e as relações sociais de produção.

Aborda também questões relativas à indústria de beneficiamento e à espacialização da produção algodoeira.

Findadas essas discussões, apresentamos nossas considerações finais com as principais conclusões e/ou considerações a que chegamos com este estudo. Em seguida, listamos nossa bibliografia e o material coletado e as entrevistas (ver apêndices).

2. DEBATES ACERCA DA GEOGRAFIA HISTÓRICA E DA GEO-HISTÓRIA: ELEMENTOS PARA A ANÁLISE ESPAÇO-TEMPORAL

Este capítulo tem como objetivo principal, discorrer sobre o debate teórico-conceitual acerca das geografias do passado, ou seja, das diferentes abordagens da ciência geográfica sobre as formações territoriais, as paisagens do passado e as mediações que contribuíram para a produção do espaço de outrora e do atual. O capítulo enfatiza a importância da análise histórica para a ciência geográfica e seus estudos. Para tanto, dividimos estes escritos em quatro tópicos. O primeiro trata das questões sobre a gênese dos estudos históricos por parte da geografia e do surgimento da Geografia Histórica. O segundo tópico contempla o debate acerca da Geografia Histórica, da Geo-História, e da diferença entre os olhares do geógrafo e os do historiador sobre os estudos das formações territoriais e espaciais. Ressalta-se ainda a importância da análise histórica para os estudos de caráter geográfico. O terceiro tópico, por seu turno, discute, especificamente, a proposta da Geo-História de Braudel e a contribuição de seus estudos para a Geografia. Finalizamos com as discussões sobre a Geografia histórica do capitalismo proposta por Harvey em obras como “A produção capitalista do espaço” (2005a), e “O novo imperialismo” (2005b).

2.1. As Geografias do passado: debates iniciais

Afinal, o que seriam as Geografias do passado? Qual a diferença entre a análise do geógrafo e a análise do historiador no trato de uma determinada realidade? Como fazer um estudo da Geografia histórica do município de Iguatu ressaltando a perspectiva geográfica em nossa análise? Estas questões são grosso modo as delimitadoras do presente capítulo, porém antes de tentar respondê-las, faz-se necessária a contextualização das chamadas Geografias do passado.

Várias são as posições e os debates acerca do surgimento delas: da análise geográfica com enfoque no passado, bem como suas perspectivas de estudo.

Alguns autores defendem que o surgimento da Geografia histórica tem suas origens antes mesmo da sistematização da Geografia¹ enquanto disciplina acadêmica e, portanto, do surgimento de seu *status* científico, quando apenas detinha, digamos, o conhecimento geográfico. Segundo Silva (2007, p. 75), a origem da Geografia histórica

Remonta ao século dezessete quando era associado a escrituras e geografia do Velho Testamento. No século dezenove, tratava do estudo das civilizações antigas, sendo uma das tradições o estudo das fronteiras, estados territoriais e suas administrações.

Contribuindo este debate, Ferro (1986) propõe uma consideração importante para eliminar um possível equívoco entre geografia antiga e geografia histórica. Segundo ele,

A primeira, entendida como o conjunto dos conhecimentos geográficos possuídos na Antiguidade, pode opor-se à geografia moderna, tão dilatada quanto à amplitude no horizonte cognoscivo (com conseqüências bem visíveis na cartografia) e, em seguida, fundada em metodologia sempre mais apurada e não meramente descritiva; a segunda, pelo contrário, é apenas um ramo da geografia moderna, a que está ligada pela unidade do método, baseando-se ambas no reconhecimento do território. Pode-se acrescentar que nos séculos sucessivos, e também recentemente, a geografia histórica manteve a sua individualidade apenas no âmbito da disciplina geográfica e da sua metodologia; inversamente sempre que tentou destacar-se, foi reduzida ao papel de disciplina auxiliar da história, encontrando expressão sobretudo na forma de dicionário ou de manual e limitando-se muitas vezes a fornecer ao historiador a

¹ Sandra Lencioni (2003), em seu livro *Região e Geografia* nos traz uma boa noção da diferenciação entre o que seria conhecimento geográfico e Geografia como ciência propriamente dita. Leitura semelhante, mas enfocando a realidade da Geografia brasileira é feita por Moraes (2008) onde ele reflete sobre o discurso geográfico e a geografia propriamente dita enquanto ciência.

correspondência moderna das localidades antigas e a associar aos nomes geográficos as indicações diversas dos geógrafos antigos. (FERRO, 1986, p.32).

Fazendo um debate acerca da especialização do conhecimento e da cultura, fato que trouxe dificuldades para interpretações globais da realidade, Ferro (1986) atribui a Almagià, geógrafo italiano, a afirmação de que a Geografia histórica é filha do humanismo e teria como objetivo o estudo das condições geográficas das épocas passadas, sobretudo no que se refere aos elementos humanos. Ao fazer menção ao surgimento da análise da Geografia histórica, Ferro (1986, p.31-32) assinala que

Almagià indicou Ortelio como fundador da geografia histórica, porque com ele o elemento cartográfico aparece preponderante; Cluverio, uma geração depois, teve o mérito de mostrar como a reconstituição das condições geográficas das épocas passadas não é possível sem a observação das condições actuais. A geografia histórica afirmou assim o seu verdadeiro método científico, tomando por alicerce – como qualquer outro ramo da geografia – a observação directa.

Ao sugerir que a Geografia histórica é filha do humanismo, Ferro (1986) assinala que atentemos a vinculação dela às grandes descobertas geográficas, fato contribuidor para a edificação da geografia moderna, o que demonstra o desenvolvimento do conhecimento geográfico e da ciência geográfica como não dissociados dos acontecimentos sociais. O autor ainda nos alerta para a diferenciação entre geografia histórica e topografia histórica.

Conforme Lahuerta (2009), “Henry Clifford Darby (1983) cita um Atlas alemão de 1846 intitulado de ‘The Historical Geography of the Holy land’ como um dos primeiros exemplo de utilização do termo”. Esta autora ainda assevera que

No século XIX, as mudanças nas fronteiras políticas e na extensão dos Estados motivaram estudos que dessem conta do processo formador dos territórios. No

início do século XX, as monografias da geografia clássica francesa tinham na contextualização histórica um de seus diferenciais, fruto das relações entre essa disciplina e a produção historiográfica da Escola dos Annales². [...] (LAHUERTA, 2009, p.7).

Entendendo a geografia como um campo institucionalizado, Silva (2007, p. 75-76) assinala que

Na Inglaterra, no século XIX, a Geografia Histórica era ensinada nas universidades por historiadores³. A ênfase era no cenário geográfico por trás da história, com mapas e Atlas sendo importantes auxílios as explicações. Essa produtiva associação, por sua vez, não foi suficiente para o estabelecimento da geografia enquanto disciplina acadêmica no século XIX. Depois de instituída academicamente, a ciência geográfica passou a negligenciar o tempo e, durante o século XX, prevaleceram as análises regionais e espaciais.

Segundo Pires (2008), o surgimento da Geografia histórica foi influenciado pelo historicismo da primeira metade do século XX, sinal da crítica ao ambientalismo apregoado na Geografia. Neste contexto, o resgate e a valorização da ciência histórica nos processos geográficos e a análise dos processos espaciais seriam as principais oposições a então Geografia tradicional. Para este autor,

² É importante atentar que através do contato da Escola francesa de geografia com a Escola dos Annales, podemos afirmar conforme Lira (2008) que a geografia de Vidal de La Blache teve influências sobre o trabalho de vários historiadores como Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernad Braudel.

Segundo Ribeiro (2006 apud GOMES, 1997), Vidal de La Blache, principal nome da Geografia francesa e figura de veras complexa, fundou em 1891 os Annales de Géographie, que inspirariam os futuros Annales dos historiadores, divulgando um campo do saber diferente do “ideal de contemplação” que caracterizava os trabalhos dos alemães Carl Ritter e Alexander Von Humboldt no século XIX. (RIBEIRO, 2006, p. 90).

³ Ribeiro (2006) assevera que na França a Faculdade de Letras proporcionava uma dupla formação, na qual, só com o passar dos anos, o diplomado optava por tornar-se historiador ou geógrafo. Havia, portanto, um fértil campo de possibilidades. Exemplos conhecidos desta situação são os de Paul Vidal de La Blache, formado historiador porém geógrafo consagrado, e Georges Duby e Pierre Villar, formados geógrafos mas consagrados enquanto historiadores. (RIBEIRO, 2004, p.88). Seguindo itinerário semelhante, devido a grande influência que a Geografia francesa teve na fundação dos cursos de Geografia no Brasil, muitos cursos de Geografia em nosso país, a exemplo do curso de Geografia da extinta Universidade Católica do Ceará que tinha em suas turmas iniciais a formação conjunta em História e Geografia.

Auguste Longnon é reconhecido como o fundador da Geografia Histórica, geógrafo e historiador, foi responsável, no Collège de France, pela disciplina Geografia Histórica de 1892 até 1911. Já Roger Dion, além de ter sido professor do Collège de France de 1948 a 1968, foi também professor das Universidades de Lille e Sorbonne por um longo período. Profundo conhecedor das paisagens rurais da França, escreveu, em 1933, sua tese de doutoramento sobre o Vale de Loire e adquiriu reconhecimento pela grande contribuição que deixou sobre a história das videiras e a Geografia dos vinhos. Em seus estudos, procurou relacionar a influência do clima, do solo e das tradições de cultivo na história da produção francesa de vinhos e champagnes. (PIRES, 2008, p.3).

Baker (1984) *apud* Silva (2007, p. 76) estabelece como marcos da disciplina nos tempos modernos, “os estudos de Clifford Darby sobre a Geografia Histórica da Inglaterra de 1936, e de Carl Sauer sobre a Geografia cultural nos Estados Unidos”.

Ferro (1986, p.46) afirma que autores como Baldacci definiam a geografia histórica como “a disciplina que estuda os fenômenos físicos e antrópicos decorridos no passado histórico, eventualmente ligados à proto-história e à pré-história, e reafirmando a necessidade de evitar toda a confusão com a história da geografia” [...]. Ainda expõe como contraponto ao pensamento de Baldacci, a negação de Quaini da existência de uma geografia histórica enquanto disciplina autônoma visto seu caráter híbrido, ora cultivada pelos geógrafos, ora pelos historiadores. Estas colocações nos levam à reflexão sobre a diferenciação da análise histórica da análise geográfica e do que seria a geografia histórica e a Geo-história.

2.2. Geografia histórica e Geo-história

Respondendo em parte as indagações elaboradas no tópico anterior sobre a diferenciação entre o olhar do historiador e o do geógrafo sobre determinada realidade, passaremos a compreensão de como se dá a concepção dialética das categorias espaço-

tempo na compreensão da realidade, procurando evitar uma visão segmentada destes dois campos.

Segundo Moraes (2007), Geografia e História são dois campos de conhecimento afins, entretanto, por muito tempo percorreram caminhos diferentes na explicação da realidade. Por influências kantianas na divisão do conhecimento coube à Geografia, ciência empírica, estudar o presente e à História, estudar o passado.

Esta forma de analisar separadamente a relação espaço-tempo em nossa opinião foi prejudicial ao entendimento das mediações e particularidades que existem para além da aparência do real. Por isso, nossa proposta é resgatar a história como elemento fundante da análise geográfica. Mas alguns cuidados devem ser tomados na adoção da perspectiva histórica para os estudos geográficos afim de evitarmos um estudo pretensamente de cunho historiográfico e com pouca ênfase na Geografia.

Grandes contribuições para estas reflexões são encontradas em Moraes (2008) que atenta para algumas questões importantes na relação destes campos disciplinares.

De imediato, recusam-se as visões tradicionais mais recorrentes da relação enunciada – da parte dos historiadores, a localização da “geografia como introdução da história”, embasada na concepção herdeiriana como de ver a terra como ‘palco das ações humanas; - da parte dos geógrafos, a repisada formulação de ver a “geografia como história do presente”. (MORAES, 2008, p.21)

Segundo o autor supracitado, estas duas visões, ao invés de relacionarem as referidas ciências, fazem o contrário, as dissociam. Neste caso a Geografia é ante-ato da História, enquanto na segunda, ela é posta como uma realidade pós-histórica. Acredita-se que uma análise mantendo uma inter-relação entre estas duas ciências, caminha em

sentido contrário ao que foi dito anteriormente. Deve-se ter em mente que a relação espaço-tempo é fundamental para se entender a realidade e qualquer que seja o objeto de estudo. Neste sentido, Rojas (2003) citado por Pires (2008, p.17) afirma que:

A proposta Braudeliana da géo-história [...] é afinal a exemplificação desta específica síntese entre história e geografia. Ela combina o ‘raciocínio histórico’ com o ‘raciocínio geográfico’, visando colocar em seu centro a dialética espaço/tempo que constitui, sem dúvida alguma, uma das coordenadas centrais de qualquer teoria social.

Assim, busca-se o entendimento da realidade em sua totalidade, ou seja, considerando-se os processos e mediações do universal e do singular para se compreenderem as particularidades concreto-abstratas.

Acredita-se ser a história, a universalidade dos processos e a Geografia, a particularidade deste universal, concretizado nos lugares, uma vez que se torna importante espacializar as relações sociais. No caso do estudo sobre Iguatu, se pretendeu espacializar as relações sociais para o entendimento da produção do espaço neste município. Segundo Moraes (2008, p.44):

[...] espacializar é de imediato particularizar, pois as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando às relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas do lugar. Por isso a formação econômico-social é vista nesse sentido, sempre como realidade localizada temporal e espacialmente. O lugar sendo posto, assim, como mediação. A espacialidade como elemento particularizador dos fenômenos históricos.

A afirmativa desenvolvida por Moraes (2008) nos dá indícios de como a Geografia pode se utilizar da História para fazer uma análise geográfica do passado. Conforme Baker (1997) *apud* Lahuerta (2009, p.8),

A geografia histórica é de fato um estudo histórico: seu foco de interesse repousa na geografia de algum tempo passado, ou nas mudanças geográficas em algum período passado. Assim, compartilha a legitimação intelectual e moral com todos os estudos históricos. Mas geografia histórica também é fundamentalmente um estudo geográfico: ela coloca questões geográficas ao passado, e oferece uma perspectiva geográfica sobre o passado. Sua contribuição distintiva ao conhecimento e entendimento do passado é feita essencialmente enquanto geografia e não história.

A citação anterior é importante para demonstrar a diferenciação entre as análises geográfica e histórica, sem necessariamente fazermos uma leitura fragmentada e excludente do que concerne aos dois campos do conhecimento. Outro fator importante observável é que não necessariamente a geografia prende-se a leituras do presente ou é uma geografia retrospectiva, que faz leituras do passado para entender a contemporaneidade. A geografia histórica pode entender a complexidade do passado ou mesmo das transformações espaciais em um determinado período sem interrelações fixas e estanques com o passado: este é um de nossos objetivos ao considerarmos o município de Iguatu em nosso recorte temporal.

Reforçando o debate sobre a perspectiva geográfica de análise do passado, Ferro (1986, p.67) afirma que:

[...] o trabalho e a investigação do geógrafo não podem deixar de ter em conta as transformações históricas do território que se examina, com duplo objectivo de reconstituir as condições do ambiente no passado e, sobretudo, de se reportar às formas de vida, às condições de civilização, às técnicas de trabalho e aos tipos de consumo do passado; e tudo isto não só para melhor compreender as condições de então, mas também as condições do presente[...].

A afirmação de Ferro (1986) torna perceptível a diferença do olhar e do papel do geógrafo na análise de uma realidade do passado, o que lhe permite elencar as mediações históricas que possibilitaram a formação territorial e suas transformações no decorrer do tempo. Segundo Norton (1984) citado por Silva (2007, p. 76):

O que distingue a Geografia Histórica da História propriamente é que, do ponto de vista da periodização, não há para a Geografia Histórica uma divisão lógica entre passado e presente, sendo a tarefa do geógrafo histórico não apenas descrever as mudanças na paisagem, mas compreender a mudança histórica do fenômeno geográfico.

Conforme Moraes (2002), o território só se explica pela história. Tomando referências teóricas diferentes, mas com idéias similares, Santos (2002) assinala que o espaço é um acúmulo de tempos do passado no presente.

Aceitamos em parte seus argumentos, visto que o tempo passado não está presente somente nas formas materiais, mas também nas formas imateriais⁴ e nas diferentes temporalidades que coexistem nas relações sociais. Desse modo, o entendimento da história enquanto processo se faz necessário, visto que os geógrafos quando se apropriam da dimensão temporal para a explicação da realidade, o fazem de forma mecânica, como mera sucessão de fatos. É neste sentido que Abreu (s/d) assinala que em muitos estudos geográficos, sobretudo na corrente teórico-quantitativa, o tempo histórico é substituído pelo tempo enquanto sucessão de fatos. Visão que pode contribuir para uma análise distorcida do real e ocasionar um grave problema teórico-metodológico para a ciência geográfica ao fazer uma análise da realidade sem sujeitos, sem classes: estes são fundamentais para a produção e reprodução do espaço geográfico e para nossa compreensão do mesmo.

⁴ Entendemos as formas, como algo para além dos objetos materiais, ou seja como formas sociais, normas, relações contratuais. Esse entendimento se torna necessário para que não caiamos no fetiche das formas. Segundo Oliveira e Moraes (1996), “as formas da vida social apresentam, por um lado, um caráter abstrato, representando a coisa em si, objetivado como produto, objeto, etc. Por outro lado, ela engendram uma subjetividade que emerge da relação entre os homens, traduzindo-se em relações contratuais. Neste sentido, as relações de troca não são apenas atos que envolvem coisas, objetos, mas sim imediatamente valores, sentimentos e consentimentos que implicam reciprocidade”(P.100).

Fomentando a discussão sobre a adoção da história como uma sucessão de tempos, sobre uma história evolucionista, Moraes (2008, p.29) afirma que:

A teoria evolucionista da história – da qual a geografia humana é herdeira direta – aparece como a mais bem-sucedida teorização para equacionar a questão das desigualdades dos povos e das culturas, assumindo um percurso único entre a barbárie e a civilização, que permite classificar um dado grupo social por seu “estágio” no processo evolutivo. (p.29)

Este é um dos cuidados que devemos tomar ao adotarmos a perspectiva histórica para a explicação da realidade. Ao se considerar a história enquanto método e enquanto processo, outros cuidados se tornam essenciais, sobretudo no que tange à questão das periodizações⁵. Para nossa pesquisa em específico, qual a melhor periodização de análise? O que devemos elencar como prioridade nesta periodização? Estas são questões postas e que desafiam o pesquisador. Como encaminhamento deste desafio citamos Ciavatta (2009), que afirma: “datar cronologicamente os acontecimentos, de modo que cada data tenha um valor específico, é uma forma de evitar que ‘os acontecimentos se percam na voragem e nas brumas de um tempo indefinido’”. Inserindo a discussão de Odália⁶ acerca da problemática das periodizações, Ciavatta (2009, p.86) afirma que

periodizar não significa simplesmente datar. Periodizar é, também, dividir a história em termos de conteúdos. A periodização não é um problema apenas de datas, mas fundamentalmente de conteúdos formados pelos fatos relevantes ocorridos. Uma porção do tempo não é apenas uma ordenação arbitrária; é uma

⁵ Não optamos pela periodização eleita por Santos (1992) que elege as técnicas, ou seja, os sistemas técnicos, para uma periodização da história, visto que, as técnicas por si só não explicam a complexidade do real e nem mesmo são autônomas das forças produtivas e do modo de produção a que pertence.

⁶ Para maior conhecimento sobre a categoria tempo e sua apropriação pelas ciências, ver Nilo Odália, O tempo e a história. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, (7); 1965.

determinada porção da história com coloridos e matizes próprias – da mesma forma, as datas-limites.

Vale destacar ainda, a importância de se entender que os processos se materializam no território com diferentes temporalidades, não existindo uma sincronia total das coisas. Não é que estejamos negando a simultaneidade dos eventos, sim afirmando que eles têm diferentes temporalidades em diferentes espaços.

Concordamos com esta maneira de pensar e por isso adotamos em nossa pesquisa a contribuição da noção de não linearidade dos tempos históricos de Braudel (1996) e de sua divisão do tempo em curta duração, média e longa duração – ou tempo geográfico. Conforme Ciavatta (2009, p.88),

Para Braudel, ‘o presente e o passado esclarecem-se mutuamente, com um luz recíproca’. Ele alerta para o fato de que, se a observação se limita à atualidade, a atenção se move para o que sobressai, o que acaba de mudar, o imediato, o mais aparente.

Desse modo, uma análise que leve em conta a historicidade a longo prazo (Braudel, 1996; 2007), em sua coexistência com os tempos médios e curtos, se faz importante para o estudo do espaço geográfico e para o estudo da geografia do passado.

Trazendo o debate da Geografia para os estudos do urbano com enfoque no passado, a referência a Vasconceles (1999) é salutar. Ele nos apresenta algumas proposições teórico-metodológicas acerca da geografia histórica do urbano. Propõe também a tomada de alguns procedimentos para um estudo das cidades brasileiras longe das ultrapassadas diacronias:

1) Estabelecer uma periodização das longas durações, examinando as continuidades e as grandes rupturas, de acordo com os eventos históricos de maior importância para a cidade em exame; 2) examinar o contexto de cada período em análise, buscando retirar das fontes primárias e secundárias disponíveis, o que ocorreu de mais importante para a cidade, e que aspectos nas diferentes escalas (internacional, nacional, regional, local), podem ter causado impacto direto e indireto na cidade. Devem ser considerados os ciclos econômicos (como o de Kondratiev) e examinadas as questões relevantes de ordem ideológica, política, econômica, social, cultural, espacial etc.; 3) Examinar os agentes mais importantes, externos e locais, que contribuíram para modelar a cidade, como o Estado, a igreja, os Agentes Econômicos, os diferentes estratos da população etc., com papéis e pesos diferenciados segundo o período em exame; 4) Finalmente, e mais importante para nós, examinar o desenvolvimento espacial da cidade em cada período, tomando como referência, principal a cartografia original (e a iconografia existente), mas complementada pelas informações escritas (inclusive as estatísticas), e de preferência fontes de fontes primárias. A partir de um certo nível de crescimento da cidade, as partes da mesma poderão ser examinadas individualmente, segundo os vetores principais de expansão. (VASCONCELOS, 1999, p.199).

Já Abreu (2003) considera que pensar as cidades como compositórias de espacialidades e de temporalidades é reconhecer que o processo de produção do espaço urbano gera formas, conteúdos e representações que se inserem em múltiplos níveis de investigação. Acrescenta que:

[...] No que diz respeito às formas, já sabemos que devemos considerar as cidades como acumulações de tempo. Mas isso não basta. É preciso também que reconheçamos que os processos sociais que ocorrem no presente das cidades, e que dão sentido às formas que ali estão, precisam – eles também – ser inseridos em múltiplas escalas temporais. Se o tempo do evento, do acontecimento, do imediato, é aquele que mais nos chama a atenção, por estar mais próximo de nós, por se materializar em paisagens e representações que são rapidamente captadas pelos nossos sentidos, por alterar a nossa vida quotidiana, ele só adquire significado maior se o inserirmos em tempos mais espessos, tempos braudelianos, tempos da conjuntura e da longa duração. E estes, por sua vez, só podem ser corretamente compreendidos quando relacionados com as escalas espaciais. Isto por que o que nos interessa é o tempo social, e este só faz sentido quando relacionado ao espaço. Fecha-se, pois, o círculo. (ABREU, 2003, p.97).

A citação anterior demonstra uma das formas de utilização da história enquanto método e processo de entendimento das mediações históricas na produção do espaço e das formações territoriais.

Contribuindo ainda para o debate acerca da Geo-História e da Geografia histórica Silva (2007, p.77) argumenta que

a Geografia Histórica oferece subsídios técnicos e conceituais relativos à: pesquisa de documentos históricos, nomeadamente arquivos e mapas; registros territoriais; nomes de lugares; dados estatísticos; fontes literárias e outros, além dos instrumentos para a análise crítica das informações.

Para Silva (2007) é possível elencar três trajetórias de análise da Geografia Histórica. São elas: a Geohistória de Fernand Braudel com sua interpretação das civilizações como espaços e com sua diferenciação dos tempos em curta duração, média duração e o tempo de longa duração ou tempo geográfico; a perspectiva da Geografia Histórica anglo-saxã e seus vários métodos de investigação histórica em Geografia; e a abordagem cultural na Geografia e sua dimensão simbólica de releitura das geografias do passado.

Norton (1984) *apud* Silva (2007) expõe que os estudos de Geografia Histórica se classificam em três linhas principais, a saber: o estudo do passado, em que a técnica mais utilizada é o corte transversal. Este utiliza a descrição e a análise de uma paisagem do passado, em um período particular, sem referências explícitas aos períodos anteriores ou posteriores, objetivando orientar a pesquisa documental. Outra linha é a da transformação no tempo, em que prevalecem os estudos do passado. É dada ênfase à cultura enquanto agente da transformação da paisagem natural ao longo do tempo.

A terceira perspectiva estuda o passado no presente utilizando o método de retrogradação⁷ para construir o passado através do presente. É uma espécie de leitura histórica para trás, sendo apropriada aos estudos das diferentes leituras e significados da paisagem no tempo.

Contribuindo com o debate acerca da conceitualização da Geografia Histórica, também conhecida como Geografia do passado, Pires (2008) afirma ser este, o ramo da Geografia Humana que trata da análise das relações estabelecidas entre o homem e a natureza ao longo do processo histórico. Conforme Uzué (1995) *apud* Pires (2008, p. 16):

A Geografia Histórica, consiste na adoção do método geográfico para a descrição de um período histórico do passado [...] utilizando dados obtidos, estudando geneticamente a produção e ocupação do espaço pelos homens, constatando que os componentes de uma paisagem não se alteram no mesmo ritmo nem no mesmo tempo.

Estes autores também postulam que a Geo-História é um ramo da Geografia Humana resultante da combinação de métodos de investigação e metodologias das duas ciências, Geografia e História.

É necessário lembrar que assim como a Geografia, a História também passou por transformações epistemológicas culminadas no surgimento da conhecida “História Nova⁸”, que deu muitos subsídios à Geo-História. A “nova História”, neste caso, representa a descoberta e valorização da Geografia pela História. Segundo Burke (1997), a Escola dos Annales representou uma verdadeira revolução na historiografia francesa,

⁷ O método de retrogradação utilizado pela autora é na verdade o método regressivo utilizado por Lucien Febvre, e principalmente por Mark Block em seu livro *A Sociedade Feudal*.

⁸ Para uma análise crítica e detalhada da Escola dos Annales, ver BURKE, Peter, em seu livro *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*; tradução Nilo Odalia. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

rompendo com a visão factual e descritiva da História. Segundo este autor, esta escola⁹ teve como membros fundadores Lucien Febvre e Marc Bloch.

Bloch e Febvre lutaram incansavelmente por uma história total, quer dizer, por uma história centrada na atividade humana, na vida dos grupos e das sociedades. Esboçaram essencialmente, uma história-problema, uma história que não caísse no refúgio positivista da monografia exclusiva ou na absurda pretensão da filosofia da história – a de uma síntese a todo transe [...] (FLAMARION CARDOSO e BRIGNOLI, 1983, p. 471).

Para Flamarion e Brignoli (1983), as idéias de Bloch e Febvre não eram novas visto que Henri Berr já havia esboçado críticas à história positivista no início do século XX. O grande mérito de Bloch e Febvre foi à criação de um novo tipo de história como alternativa prática à história positivista.

Principalmente a segunda geração da Escola dos Annales trouxe contribuições para uma reaproximação da Geografia com a História, notadamente na pessoa de Fernand Braudel e sua Geo-história. Para Lira (2008), a Geohistória, como ficou conhecido este novo campo epistemológico, unifica os elementos da geografia e da história através da noção de ritmo e mediante a circulação. De acordo com Pires (2008, p.9):

⁹ Segundo Burke (1997, p.12), talvez seja preferível falar num movimento dos Annales, não numa escola. Segundo este autor esse movimento pode ser dividido em três fases. Em sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os rebeldes apoderaram-se do establishment histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos diferentes (particularmente estrutura conjuntura) e novos métodos (especialmente a “história serial” das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel. Na história do movimento, uma terceira fase se inicia por volta de 1968. É profundamente marcada pela fragmentação. A influência do movimento, especialmente na França, já era tão grande que perdera muito das especificidades anteriores. Em uma “escola” unificada apenas aos olhos de seus admiradores externos e seus críticos domésticos, que perseveravam em reprovar-lhe a pouca importância atribuída à política e à história dos eventos. Nos últimos vinte anos, porém, alguns membros do grupo transferiram-se da história socioeconômica para a sociocultural, enquanto outros estão redescobrimdo a história política e mesmo a narrativa. (BURKE, 1997, p. 12-13).

O surgimento do campo da Geohistória, no início do século XX, representou uma ruptura pelo pensamento crítico da historiografia da História Contemporânea com a tradição das narrativas pessoais factuais, e inaugurou o nascimento do movimento pela ‘Nova História’, que defendeu a substituição da história baseada no relato episódico, por outra história baseada na análise científica de problemas, pela história que valoriza a pesquisa e o diálogo com outras disciplinas, ou que promova o enfoque de natureza interdisciplinar.

Alguns entendimentos da geo-história propostos por Braudel merecem um maior detalhamento para compreendermos como se dá o diálogo entre Geografia e História na perspectiva deste autor. É neste intuito que desenvolveremos um tópico específico acerca da proposta da geo-história braudeliana e sua contribuição para a Geografia.

2.3. Considerações geo-históricas: a contribuição de Braudel

Fernand Braudel, sem sombra de dúvidas, foi um dos maiores historiadores do século XX, contribuindo tanto para o campo da História (em específico), quanto para as ciências sociais (de uma forma geral). As elaborações teóricas dele foram assimiladas pelos mais diversos estudiosos e correntes de pensamentos (ROJAS, 2002), mas segundo o próprio autor, em afirmação feita no Colóquio de *Chateauvallon* (1985) “passei a vida sem ser compreendido... É muito difícil”.

Segundo Rojas (2002), a proposta teórica de Braudel foi revolucionária, pois conseguiu resgatar as diferentes temporalidades do período pré-capitalista, superando-as ao mesmo tempo em que rompia (sem negá-la por completo) com a visão linear e homogênea do tempo histórico adotada pela modernidade.

Este tópico, não constitui uma revisão bibliográfica, tampouco uma releitura do pensamento de Braudel, mas um esforço de entendimento de suas contribuições à Geografia, considerando-se evidentemente sua proposta da Geo-história.

Partimos do princípio de que nenhuma teoria é criada do nada, estando sempre vinculada a história de vida e as contribuições de seu criador. Desta forma, concordamos com a abordagem feita por Contel (2009) ao discutir a contribuição do pensamento braudeliiano para os estudos geográficos. Assevera que a extensa obra de Braudel, denominada, *O Mediterrâneo*, teve influência de suas experiências de vida, da prisão na Segunda Guerra Mundial e de sua estada na Argélia e no Brasil. Na mesma linha de entendimento, Wallerstein (1989), Rojas (2002) e Secco (2008) atribuem papel importante a tais experiências de vida de pensador, na elaboração das diferentes temporalidades históricas e de longa duração. A influência é tanta que leva Wallerstein (1989) a afirmar que Braudel surgiu como o *homem da conjuntura*.

A conjuntura e a estrutura tiveram papel fundamental na obra de Braudel, principalmente quanto ao entendimento da história de longa duração, desenvolvido com maior profundidade no texto denominado *História e Ciências Sociais: A longa duração* (1958; 2007). Texto em que o autor propõe uma linguagem comum às ciências sociais.

Mas de fato, o que seria a Geo-história? Qual a sua origem epistemológica? O que ela representa na obra de Braudel?

Secco (2008, p.5-6) enfatiza a história e a idade da palavra *geo-história*:

No século XIX, os geólogos a usaram para falar da história da terra. Mas o termo era tão impreciso quanto a expressão 'história natural'. Pois essas 'histórias' expurgavam os homens e as mulheres. A Geohistória foi reivindicada nada mais, nada menos do que por Fernand Braudel em sua tese *La Méditerranée* (1949). Mais tarde, explicitada em uma resenha na revista

Annales (Braudel: 1951, 487). Depois, abandona! Tanto que Braudel retirou o item 'Geohistória' da segunda edição de sua obra máxima (Braudel, 2002, 124).

O abandono da Geo-história segundo Contel (2009) se deu pela aproximação do termo com a geopolítica, que naquele contexto histórico (pós - Segunda Guerra Mundial), não era bem vista, devido suas aproximações com a política expansionista alemã.

Mas segundo Lira (2008) não foi somente na relação com a geopolítica que a obra de Braudel se aproximou da ciência geográfica, visto que suas obras *Mediterrâneo* e *Civilização material* sofreram influências do pensamento de Vidal de La Blache e Ratzel respectivamente.

Para além de Vidal de La Blache, Ribeiro (2006) afirma que o diálogo de Braudel¹⁰ desenvolvido em seus escritos sobre o Mediterrâneo engloba também os geógrafos Albert Demangeon (professor de Braudel na Sorbonne), Andre Siegfried, Jules Sion, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Emmanuel De Martonne, Jean Bruenhes, Max. Sorre, Raoul Blanchard, Pierre Gourou, Pierre George, Maurice Lê Lannou e Xavier De Planhol.

Segundo Lira (2005) *apud* Secco (2008), a abordagem de Braudel em sua obra *O Mediterrâneo*, é inovadora quando comparada a de geógrafos contemporâneos. Para Rojas (1996) *apud* Secco (2008) a visão braudeliana de espaço não era mais um palco, mas um “campo de possíveis, como um esquema ao mesmo tempo aberto e determinado.

¹⁰ Segundo Ribeiro (2006), muito comum também foram às influências alemãs na obra de Braudel. Cansado da defasagem da Geografia humana e da Economia política francesa, o autor se interessa por reflexões dos geógrafos Alfred Hettener e, sobretudo Alfred Philippon, assim como dos historiadores geógrafos Sternberg, Gehler, Frische, Carus e Okel. Pode se afirmar ainda, baseando-se em Ribeiro (2006), que Braudel teve algumas influências da economia alemã como por exemplo a teoria locacional de Von Thunner e seu conteúdo acerca da centralidade, hinterlândia e hierarquias espaciais em termos de povoamento, distribuição e funcionamento das redes de atividades econômicas. (RIBEIRO, 2006, p.104).

Ou seja, um espaço de opções limitadas e limitantes, mas não unívocas nem linearmente determinadas”.

Seguindo raciocínio semelhante, Ribeiro (2006, p.98) afirma que:

[...] A Geografia, tal como concebida por Braudel, impõe parcialmente um ritmo, um movimento, uma cadência, com os quais a história humana necessariamente termina por se adaptar. Muito mais do que um quadro fixo e imóvel, o espaço geográfico representa um personagem histórico e uma estrutura integrante do cotidiano.

Conforme Rojas (2002) e Ribeiro (2006), a geografia acompanha boa parte da obra de Braudel. A influência da geografia é tão marcante, que Ribeiro (2006, p. 100) enfatiza que:

Ampliando a escala regional consagrada pela Geografia francesa, percorre inicialmente o Mediterrâneo do século XVI como se quisesse dizer que antes, bem antes de Felipe II, da política, da diplomacia e da economia, a história das sociedades se inicia com suas conexões com o meio (não seria por isso que abre seu último livro se perguntando se a Geografia teria inventado a França?). E descobre assim o cultivo das oliveiras, o nomadismo e a transumância, a alternância das estações, a dinâmica dos ventos, as distâncias. [...].

Por mais que em algumas colocações e reflexões Braudel (1997) pareça cair em determinismos e faça uma leitura estruturalista da relação sociedade/espaço, o teórico parece transcender tais posições ao debater o trinômio: espaço, sociedade e economia, ao afirmar : “Tenho a necessidade de dizer que a economia modela o social e o espaço, que o espaço comanda a economia e o social, que a seu turno comanda as duas outras realidades”. (BRAUDEL, 1997, p.89 *apud* RIBEIRO, 2006).

Burke (1992) *apud* Pires (2008, p.16) explica que a utilização da Geo-história por Braudel na obra *O Mediterrâneo* tem como objetivo,

demonstrar que todas as características geográficas têm a sua história, ou melhor, são parte da história, e que tanto a história dos acontecimentos quanto a história das tendências gerais não podem ser compreendidas sem elas.

Já Secco (2008, p.24) defende que Braudel concebe o espaço como o *locus* da longa duração e assim se expressa:

Mas não um espaço que é apenas sinônimo de meio geográfico tradicional. Um espaço humano que é ponto de articulação do mental, do social, do econômico, do cultural e do espaço físico. Isto resolve um dilema: a longa duração não é propriamente específica da Geografia, como a conjuntura não é exclusivamente econômica e o tempo breve não pertence só a política. Há eventos na Geografia física: o terremoto de Lisboa (1755), por exemplo. Há eventos na história literária: publicação de *Macunaima* (1928). Há conjunturas nesta mesma história: os modernistas literários. Na economia os eventos são muitos: a queda da bolsa em 1929, para falar de um evento ruidoso. Ou uma subida do preço do pão às vésperas da tomada da Batilha.

De fato Braudel traz inovações não somente no que concerne à visão de espaço, mas também quanto ao tempo, procurando ir além da visão do tempo episódico, da narrativa linear, do tempo do evento, que exige uma continuidade seqüencial dos fatos, justificando a visão do presente, passado e futuro. Segundo Ribeiro (2006) a este conjunto de aspectos, Braudel responde com a dialética da duração: o triênio presente-passado-futuro dá lugar a uma articulação entre o tempo curto dos eventos, o tempo intermediário das conjunturas e o tempo longo das estruturas.

Ribeiro (2006, p.95) postula que:

Ao se adotar a longa duração como fundamento, ressaltada a especificidade do tempo histórico frente ao tempo dos físicos e dos filósofos, o resultado é uma história cujo tempo torna-se desacelerado, introduzindo ‘a abordagem da repetição, da permanência, em um conhecimento antes limitado á irreversibilidade e à mudança.

Braudel (1996b) considera que o curto prazo e longo prazo coexistem e são inseparáveis e acrescenta que “vivemos ao mesmo tempo no curto e no longo prazo: a língua que falo, o ofício que exerço, minhas crenças, a paisagem humana que me rodeia, eu herdei; existiam antes de mim, existirão depois de mim”. Já na sua celebre obra sobre a longa duração (BRAUDEL, 1958; 2007) esclarece que dar ênfase ao longo prazo, não significa negar o curto prazo, em que a própria estrutura deve ser entendida historicamente.

Mas não é somente em obras como *O Mediterrâneo, A identidade da França, Ciências Sociais: a longa temporalidade* dentre outras, que a relação de Braudel com a geografia é estreitada. Conforme palavras de Ribeiro (2006), a trilogia de livros de Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII*, revela uma dimensão geográfica da economia, em que se ressalta o papel geográfico na constituição do capitalismo. Isso nos a pensar em algumas semelhanças entre os estudos de Harvey (2005, 2006) sobre a Geografia histórica do capitalismo, quando analisa como se deu o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo no espaço geográfico.

Na segunda parte de sua trilogia, no volume conhecido como *Os jogos das Trocas*, Braudel (1996a) reconhece a necessidade de superação do espaço para o desenvolvimento das trocas em escala mundial, o que ele denomina de *economia mundo*. E é justamente nesse ponto que Ribeiro (2006) atribui a importância do conceito de redes em Braudel, destacando as redes políticas, sociais, econômicas ou técnicas na empreitada

capitalista, com o intuito de atingir o desenvolvimento das trocas, do comércio e da economia como um todo.

Já na terceira parte de sua trilogia, conhecida como *O tempo do Mundo*¹¹, Braudel (1996b, p.12) afirma que:

O espaço, fonte de explicação, põe em causa ao mesmo tempo todas as realidades da história, todas as partes envolvidas da extensão: os Estados, as sociedades, as culturas, as economias...E conforme escolhamos um ou outro destes conjuntos, modificar-se-ão o significado e o papel do espaço. Mas não inteiramente.

Mas, com efeito, a grande contribuição de Braudel foi mostrar a não linearidade tanto dos tempos históricos como de entender a realidade, no que se refere à estrutura ou conjuntura de longo prazo, ao demonstrar a coexistência de diferentes temporalidades históricas. Esta visão reveste-se de grande importância para o entendimento da realidade como totalidade. É nesse sentido que a consideramos para o nosso trabalho. Todavia não faremos aqui uma descrição detalhada da obra braudeliiana, visto que os tópicos debatidos anteriormente constituem apenas premissas para o entendimento da problemática por nós estudada, servindo para apreendermos as mediações geográficas no que tange as relações espaciais. Desta forma lançamos o desafio do estudo de longa duração e das diferentes temporalidades históricas propostas por Braudel (1958; 2007), visto que como afirma Rojas (2002, p. 30-31) ser

muito simples apresentar e esquematizar a teoria das temporalidades diferenciais, assinalando uma longa, uma média e uma curta duração – o que já foi feito milhares de vezes em todo o mundo - , embora seja extremamente

¹¹ Conforme Ribeiro (2006) O Tempo no Mundo, também poderia chamar-se “Os espaços do mundo”. Tempo do espaço, tempo de uma escala, história de uma geografia. Mas também espaço do tempo, escala do tempo, geografia de uma história, porque o pensamento de Fernand Braudel está longe de ser uma via de mão única.(P.105).

complicado conseguir descobrir e apreender em sua real operatividade histórica essas mesmas estruturas da longa duração histórica.

Neste sentido utilizamos a Geo-história de Braudel em nosso trabalho para entender as permanências e rupturas do decorrer histórico na formação territorial de Iguatu que contribuíram para o avanço das forças produtivas no município, através da cultura algodoeira no alvorecer do século XX.

O entendimento da história em longo prazo e mesmo as diferentes temporalidades históricas (BRAUDEL, 1958; 2007) se tornaram importantes para a compreensão e entendimento de como antigas relações culturais, políticas e econômicas, como é o caso de algumas relações não capitalistas (arrendamento, parcerias, meeiros, etc.) contribuíram para o desenvolvimento de uma acumulação primitiva ou para evitar anacronismos, uma acumulação via espoliação (HARVEY, 2005b) que coexistiu, sendo fundamental para o processo de acumulação do capital.

É nesta perspectiva que apreenderemos a formação territorial de Iguatu em seus primórdios, ressaltando o papel dos agentes e das instâncias que contribuíram para este processo, para então entendermos a Geografia histórica do capitalismo em Iguatu. No sentido de entender o que seria a Geografia histórica do capitalismo, nos apoiaremos nas discussões de Harvey acerca do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo.

2.4. Geografia Histórica do Capitalismo: uma perspectiva da leitura de Harvey

Uma análise crítica e para além da aparência, nos leva à conclusão de que o modo de produção capitalista inexistiria caso se pautasse apenas na produção da mercadoria. Conforme Marx (1893; 1997) não adiantaria para o capitalista o esquema

simples M-D-M e nem o esquema D-M-D. Nestes dois casos não se teria a criação de mais-valor/valia. Seria necessária a produção ampliada de capital, caracterizada pelo esquema D – M – D' para efetivá-la. A busca por superlucros e a acumulação ampliada se tornariam, portanto, fatores essenciais para o desenvolvimento do capitalismo, urgindo a expansão da produção, da circulação, das trocas, do consumo, da exploração e mesmo da ampliação de novos mercados.

Daí que para conseguir novos mercados, o capitalismo necessita da ampliação do comércio em níveis externos, surgindo uma concorrência intercapitalista culminando nos monopólios (LÊNIN, 2008) e no imperialismo. Pensando de forma semelhante Luxemburg (1985) mostra que a reprodução do capital seria impossível num sistema capitalista fechado por não haver uma correspondência entre o crescimento da oferta de bens e o crescimento da procura. Dessa forma, para a realização da mais-valia num esquema de reprodução ampliada, o capitalismo necessita expandir-se para regiões capitalistas subdesenvolvidas. Nesses locais o capitalismo encontraria não somente um escoadouro para a sua própria produção, mas também encontraria meios de produção, meios de consumo e mão-de-obra barata.

Fazendo uma leitura atenta da obra de Marx, Harvey (2005a) percebe que a teoria da acumulação do capital do pensador socialista revela seu reconhecimento da acumulação de capital como decorrente de um contexto geográfico, criador de estruturas geográficas específicas.

Segundo Harvey (2005a, p. 43),

A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que

vivemos. O estado estacionário da reprodução simples é, para Marx, logicamente incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção.

É justamente quanto ao caráter expansível do capital, que Harvey (2005a) vai fazer atribuições sobre o que ele denomina de ajustes espaciais e posteriormente, ordenações espaço-temporais (HARVEY, 2005b), justificando que o capitalismo tem na produção do espaço uma de suas perspectivas de reprodução e mesmo de fuga de suas crises.

Fundamentado em autores da teoria social do espaço como *meio e condição* para a sobrevivência do sistema reprodutor de mercadorias, Harvey (2005a; 2005b) entende o espaço como solução temporária para as crises de superacumulação em que tanto o capital quanto o trabalho tornam-se excedentes no espaço em questão:

a crise se manifesta como condição em que os excedentes tanto de capital como de trabalho, que o capitalismo precisa para sobreviver, não podem ser absorvidos. Denomino isso de estado de superacumulação (HARVEY, 2005, p. 133).

Na tentativa de absorver o excedente e instaurar um novo patamar de acumulação os capitalistas, segundo Harvey (2006 e 2005b), podem recorrer às seguintes estratégias: i) desvalorização de mercadorias, da capacidade produtiva, do valor do dinheiro, da força de trabalho; ii) controle macroeconômico, impondo um sistema de regulação para conter o problema da superacumulação; e iii) absorção da superacumulação por deslocamento temporal e/ou espacial, deslocamentos exemplificados na citação seguinte:

Esses excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores: (a) o deslocamento temporal mediante investimento em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais (como a educação e a pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) deslocamentos

espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b) (HARVEY, 2005b, p. 93-94).

A ação isolada dos fatores (a) ou (b) (deslocamentos temporais e espaciais) possui efeito limitado na tentativa de sanar as crises que já foram historicamente refutadas como alternativas duradouras de manutenção da acumulação, tal como na falência do regime fordista-keynesiano. É interessante ressaltar que o ordenamento espaço-temporal tem como finalidade absorver o capital e a força de trabalho excedente impedindo uma crise de realização. O objetivo final de tais deslocamentos é expandir a demanda efetiva por produtos e capitais, possibilitando a alocação de capital e força de trabalho anteriormente excedentes e transferindo-as para um espaço com relativa escassez.

Apoiando-se em autores como Luxemburg (1985) e em sua teoria da acumulação de capital, Lênin (2008) e a teoria do imperialismo que defende, bem como Trotsky (2007) e a teoria do desenvolvimento desigual e combinado - autores estes que a nosso ver inserem uma discussão de caráter geográfico para a análise expansionista do capitalismo -, Harvey reforça suas proposições acerca dos ajustes espaciais ou ordenações espaço-temporais e do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo.

Como é de nosso conhecimento, o capitalismo não se desenvolve de forma homogênea nos diferentes lugares. Sobre esta perspectiva Trotsky (2007, p. 21) assevera que:

As leis da História não tem nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açotados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar a saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do *desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. Sem recorrer a esta lei, enfocada

naturalmente, na integridade de seu conteúdo material, seria impossível compreender a Rússia, nem a de nenhum outro país de avanço cultural atrasado, seja em segundo, terceiro ou décimo grau.

Do mesmo modo, Harvey (2005a; 2005b) se propõe a estudar como se deu o desenvolvimento histórico do capitalismo e sua espacialização nos diferentes lugares. Em seu livro *A produção capitalista do espaço*, nos oferece a perspectiva de analisarmos como o capitalismo cria algumas paisagens e estruturas espaciais benéficas à sua reprodução em determinados contextos históricos, sendo necessário muitas vezes suas destruições e recriações em tempos posteriores e com outras funcionalidades.

Já em *O novo imperialismo*, Harvey faz um resgate crítico de Rosa Luxemburg, reforçando a importância do entendimento da teoria do subconsumo, da sobreacumulação e da necessidade que o capitalismo tem de buscar soluções externas a si (dialética interna-externa) para resolução de suas crises, ou seja, a necessidade da expansão geográfica de novos mercados e também a comercialização com formações sociais não-capitalistas e manutenção destas para a realização de superlucros.

Incorporando a análise da dialética interna-externa, Harvey (2005b) propõe examinar de que maneira a “relação orgânica” entre reprodução expandida de um lado e os processos muitas vezes violentos de espoliação do outro, têm moldado a geografia histórica do capitalismo. Para ele, uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa geografia histórica do capitalismo é muito necessária (Cf. Harvey, 2005b).

Procurando demonstrar que o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo na atualidade ainda ocorre através de relações não-capitalistas e achando estranho qualificar estas relações como primitivas ou originárias para um processo ainda em andamento, Harvey (2005b) propõe o conceito de acumulação por espoliação. A

espoliação corresponderia a uma diversidade de práticas, como a expulsão do camponês do campo, sua proletarização, a privatização das terras, a permanência de relações de trabalho não capitalistas, dentre outras. Tais relações são evidenciadas na análise de Iguatu em sua longa duração e no tempo da conjuntura. (BRAUDEL, 1958; 2007).

Baseados nesta premissa nos apoiamos em Harvey através da sua geografia histórica do capitalismo analisando-se como se deu o desenvolvimento da cultura algodoeira em Iguatu e tendo como recorte temporal da década de 1920 até o início dos anos de 1980, quando se dá a crise da cultura algodoeira no Ceará de modo geral, e em Iguatu, de modo particular. Procedemos, ainda, a uma análise do processo de formação territorial de Iguatu e da historicidade deste município na longa duração proposta por Braudel.

Desta forma, trabalhamos com metodologias da Geografia e da História e com autores ligados a estes dois campos disciplinares e ciências a fins. Da Geografia Histórica consideramos a capacidade de interpretar e compreender o presente do passado, para desse modo se apreender a dimensão espacial de períodos anteriores, ressaltados nas formas materiais e imateriais que compõem a paisagem de Iguatu. Conforme Barros e Ferreira (2009) *apud* Abreu (1997) o território atual ainda é influenciado por normas institucionais do passado, e como podemos perceber, não somente devido às formas espaciais, mas também devido às normas e à memória do passado.

3. A FORMAÇÃO TERRITORIAL DE IGUATU NO CONTEXTO DA HISTÓRIA ECONÔMICA DO CEARÁ

Neste capítulo trataremos da formação territorial de Iguatu, pautados na perspectiva geográfica, mais especificamente, no entendimento da Geografia histórica e da Geo-história. Neste caso, algumas questões servirão para nortear-nos: Como entender Iguatu a partir da longa duração proposta por Braudel? Qual a relação da incorporação do território cearense com a expansão comercial européia? Como ocorreu o processo de povoamento e desenvolvimento econômico do Ceará? Estas questões são de extrema importância para o entendimento de como se deu o desenvolvimento da economia algodoeira em Iguatu em meados do século XX, mais especificamente de 1920 a meados de 1980.

Para tanto, remontaremos à análise da história econômica cearense entre os séculos XVIII e XIX, englobando o período do binômio gado-algodão, bem como destacando seu papel na formação territorial cearense e de Iguatu (Telha). Neste intuito, correlacionaremos o desenvolvimento destas atividades (pecuária e cotonicultura) com o povoamento, o aumento populacional e a criação de infra-estruturas, ou seja, a formação territorial cearense em geral e de Iguatu em particular.

No capítulo enfocaremos ainda o papel da estrutura política e da Igreja como alicerces para o povoamento e ocupação de Iguatu, além de aspectos de sua evolução e emancipação política. O estudo de Iguatu no tempo da estrutura e no tempo da conjuntura é aqui privilegiado, visto que com este recorte temporal, pudemos identificar as relações de cunho político, cultural e econômico que propiciaram a criação de um ambiente e de agentes favoráveis à acumulação de capital interna no município a partir da cultura algodoeira já no início do século XX. O capítulo está dividido em dois tópicos, sendo que no primeiro se faz uma breve leitura da Geografia histórica e econômica da província

cearense, e no segundo, intitulado “A Ribeira dos Quixêlos: os primórdios da ocupação de Iguatu”, em que dá se ênfase à formação territorial de Iguatu no contexto agro-exportador cearense.

3.1. Uma breve leitura da Geografia histórica e Econômica¹² da Província Cearense

O entendimento da formação territorial de Iguatu perpassa o entendimento da própria formação econômico e territorial do Ceará que teve dinâmica diferenciada se comparada com o restante do Nordeste, sobretudo Pernambuco e Bahia.

A formação territorial do Ceará, bem como a de Iguatu, estava inserida no processo de expansão comercial européia, e esta não se deu de forma homogênea, sim foi fruto de diferentes temporalidades do capitalismo. Refazer os debates travados pelos pensadores que analisaram a questão do modo de produção no Brasil seria fundante para a explicação da escolha de nosso referencial teórico, mas a própria temporalidade imposta ao conhecimento científico não nos permite.

Neste sentido, nos posicionamos a favor daqueles que entendem que a realidade brasileira, é fruto do processo histórico de expansão capitalista (OLIVEIRA, 2003)¹³; (MARTINS, 2010); (FURTADO, 1971); (PRADO JÚNIOR, 1967); (MORAES, 2000)¹⁴, resguardando, é claro, alguns posicionamentos. Segundo Furtado (1971, p. 6),

¹² Não pretendemos com este capítulo, recapitularmos toda a História econômica da província cearense, dada a sua amplitude e objetividade do tempo. Desta forma enfocamos as atividades que mais contribuíram para a formação territorial do Ceará, no caso a pecuária e a cotonicultura. Para uma leitura mais ampliada da História Econômica do Ceará, ver Raimundo Girão (1947; 2000) e seu livro clássico História Econômica do Ceará, Fortaleza, Instituto do Ceará.

¹³ Em seu livro “Crítica a razão dualista o ornitorrinco”, Francisco de Oliveira, faz severas críticas aos pensadores cepalinos dentre os quais Celso Furtado, devido sua análise dual do desenvolvimento capitalista no Brasil, onde existiria um Brasil moderno e um arcaico, fruto do subdesenvolvimento. Segundo Oliveira, a permanência de relações tidas como arcaicas ao invés de serem entendidas como um atraso e como algo fragmentado de um Brasil

A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente. De início pareceu ser um episódio secundário. E na verdade o foi para os portugueses durante todo um meio – século. Aos espanhóis revertem em sua totalidade os primeiros frutos, que são também os mais fáceis de colher. O ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino é a razão de ser da América, como o objetivo dos europeus, em sua primeira etapa de existência histórica.

Para a realidade brasileira, Furtado (1971) afirma que o início da ocupação econômica do território é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias, dentre as quais podemos destacar a França e a Holanda, suas rivais comerciais naquele período. Como podemos perceber, as bases da formação territorial do Brasil (MORAES, 2000) estão nitidamente atreladas aos fatores políticos e econômicos da expansão do capitalismo europeu¹⁵.

Como afirmamos anteriormente, não temos a intenção de refazer o debate sobre a história econômica do Brasil, mas sim de uma particularidade desta realidade que se insere na totalidade deste processo. A formação territorial do Brasil ocorreu de forma bastante peculiar no contexto e avanço do modo de produção capitalista e sua apropriação do território brasileiro não ocorreu de forma homogênea. O caso específico do Nordeste ilustra este caráter não homogêneo, pois coexistiu, por muito tempo, um Nordeste baseado na *plantation* açucareira e outro Nordeste baseado em atividades como a pecuária e a cultura algodoeira. Fazendo uma análise de como a região foi apropriada e inserida no processo de expansão e de interesses do capitalismo e destacando a sua não

moderno, deveria ser entendido como de fundamental importância para o desenvolvimento das relações capitalistas, que na interpretação do autor teve seu desenvolvimento na realidade brasileira pautado nas relações não capitalistas.

¹⁴ Antonio Carlos Robert de Moraes – *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI-* (2000) nos apresenta uma minuciosa descrição sobre a formação territorial brasileira, assim como sobre a produção do espaço Ibero-americano.

¹⁵ Não entraremos na polêmica que até hoje permanece entre os historiadores a respeito do fato de se neste período o capitalismo já estava bem desenvolvido enquanto modo de produção capitalista ou se este se encontrava em sua fase inicial como capitalismo comercial mercantilista. Acreditamos não existir um conceito, uma abstração pura de capitalismo que se aplique a todos os lugares, até mesmo por que concordamos com Wallerstein (1985) quando o mesmo assinala que o capitalismo é acima de tudo um sistema histórico.

homogeneidade, Oliveira (1981) ressalta que o desenvolvimento econômico das províncias do Ceará, Maranhão e Piauí baseou-se em outras atividades que não diretamente a produção da cana de açúcar.

O processo de formação territorial da província cearense está intimamente ligado aos aspectos de sua geografia e sobretudo, às relações sociais e econômicas ali desenvolvidas. Seu processo de povoamento se deu de forma tardia se comparado a Pernambuco, Bahia, Maranhão e isso ocorreu, sobretudo, devido a fatores de ordem político-econômica, climática e mesmo pela resistência dos aborígenes cearenses (GIRÃO, 1989).

Segundo Girão (1989), ao contrário do que ocorreu em Pernambuco, o donatário da Capitania do Ceará, Antônio Cardoso de Barros, não chegou sequer a tomar posse de sua doação, somente vindo ao Brasil como Provedor da Fazenda, no Governo de Tomé de Sousa, em 1549.

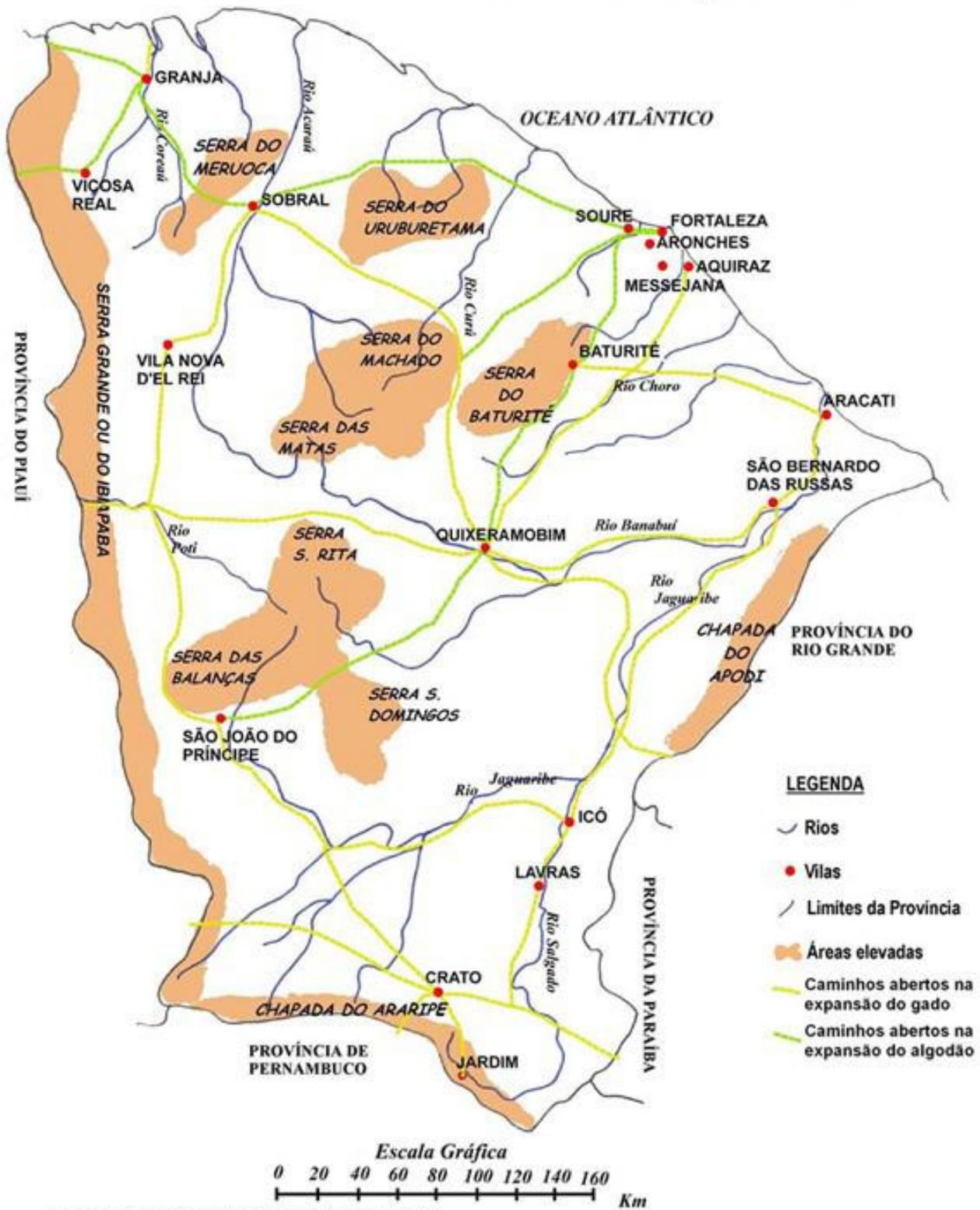
Ao discutir sobre o papel da pecuária e do algodão no espaço nordestino, Jucá (1989) atribui a estas duas atividades o papel de povoamento e ocupação da parte semi-árida do Nordeste ao qual Djacir Menezes (1995) denominou “O outro Nordeste”. De fato foi através destas atividades e não da *plantation* açucareira, que se constituíram as bases econômicas da formação territorial do Ceará.

Apesar de seu posicionamento conservador, fruto do contexto histórico em que estava inserido, os escritos de Abreu (2004) sobre os caminhos antigos do Brasil e os capítulos de história colonial de 1500 a 1800 (1963) constituem obras clássicas da historiografia cearense e brasileira, sendo fundamentais para se entender o processo de ocupação dos sertões a partir das bandeiras e da expansão dos currais (sertões de dentro e sertões de fora). Segundo Djacir Menezes (1995), “Capistrano foi o primeiro a examinar o papel civilizador da criação de gado, no domínio das caatingas, que se estendem na

faixa mediante entre o São Francisco e o Paraíba”. É neste contexto que Pernambuco e Bahia surgem como dois núcleos irradiadores da povoação nos sertões nordestinos. Conforme análise de Santos (2010), foi a partir de fluxos econômicos advindos da Bahia e de Pernambuco que ocorreu o processo de ocupação cearense.

De fato, a ocupação do território cearense se deu por meio da pecuária com as concessões de sesmarias, sobretudo seguindo as margens dos rios Jaguaribe e Acaraú (Girão, 1989), demonstrando a forte relação desta atividade com os elementos geográficos que de certa forma impunham as formas de ocupação e organização da sociedade naquele contexto. Segundo Girão (1989), os rios Jaguaribe e Acaraú, foram os dois primeiros pontos essenciais de colonização e ao mesmo tempo serviam de estradas onde se desenvolvia a marcha de ocupação da Capitania e de escoadouro das manadas de corte para os mercados consumidores.

O mapa desenvolvido por Santos (2010) que tem por intuito correlacionar as vias de comunicação das antigas estradas com as atividades econômicas desenvolvidas naquele período demonstra a estreita ligação destas atividades com o processo de formação do território cearense. (Mapa 1).



Base cartográfica: Paes, Orestes José, Atlas geográfico do Brasil, São Paulo, 1951.
Autor: Santos, Maurício Caetano dos, 2005

Fonte: Maurício Caetano dos Santos

Retirado de: SANTOS, Maurício Caetano dos. Cartografia e Geografia Histórica: um olhar sobre a economia e ocupação territorial da província do Ceará no período anterior à independência do Brasil.

Conforme Santos (2010), a análise detalhada do mapa, nos indica que estes caminhos surgiram em dois momentos distintos. Para ele, inicialmente eles foram abertos pela expansão da pecuária, os chamados “caminhos do gado”. Esta rede era maior e mais ramificada, principalmente no interior, e ligando a província do Ceará às províncias de Pernambuco, Paraíba e Piauí. Já a segunda rede de caminhos era ligada à produção algodoeira, tendo menor extensão e sendo mais voltada para o litoral.

A pecuária e as charqueadas assumiram papel primordial na ocupação inicial do Ceará, sendo a última, nas palavras de Aragão (1989), a primeira atividade lucrativa da província do Ceará. A este respeito assevera que

As charqueadas do Ceará datam de época anterior a 1740 e representam, de fato os primeiros negócios lucrativos da província fazendo desenvolver as cidades ribeirinhas instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú. Assim é que se entende por que as povoações de Aracati, e Icó ao lado do Jaguaribe, Camocim, Acaraú e Sobral ao lado do rio Acaraú tornaram-se os principais centros produtores – as oficinas de carne seca. (ARAGÃO, 1989, p.30).

Girão (1954) atribui às charqueadas¹⁶ o papel importante que Aracati assumiu como pulmão da economia da capitania no contexto colonial. Ainda atribui às charqueadas o papel de atividade de grande rentabilidade para a província cearense, assinalando que:

O comércio na capitania, restrito às feiras de gado, ampliou-se com a produção de carne-de-sol, intensificando as transações entre o homem do sertão e os habitantes da área litorânea e expandindo o comércio com o exterior, através da exportação de couros. Esses fatores impulsionaram o desenvolvimento monetário nas fazendas de gado, a partir de recursos obtidos com atividades

¹⁶ Para uma análise detalhada das charqueadas no Ceará ver GIRÃO, Valdelice Carneiro(1989) Fundamentos de fixação no Espaço cearense. In: História do Ceará. Org. Simone de Souza. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará; Fundação Demócrito Rocha. Stylus comunicações, 1989.

desenvolvidas dentro da própria capitania, e levaram ao crescimento das importações. (GIRÃO, 1954, p.105).

As charqueadas tiveram neste período histórico, papel importante no desenvolvimento monetário e na obtenção de objetos de luxo importados do exterior. Takeya (1995, p. 94) assevera que

É importante lembrar, porém, que as charqueadas tiveram, ainda, indiretamente, uma função, além de expandir a produção e o comércio da carne: introduzir os couros e peles na pauta de exportação da capitania, transformando-os, pois, a partir daí, em mercadorias.

É possível levantar a questão relativa à existência de um excedente no aproveitamento da carne? Acreditamos que, mesmo existindo, ele não foi capaz de proporcionar a industrialização cearense como ocorreu no sul do país, cabendo este papel à atividade algodoeira. Acreditamos também que apesar da atividade criatória inserir a província cearense na divisão internacional do trabalho, ela não teve a repercussão e nem alcançou as proporções da atividade algodoeira no Estado.

É justamente neste contexto, que a Vila de Icó ganha destaque como importante entreposto comercial dos sertões, ligando a região centro-sul da província com o porto de Aracati, com o sul da província, e mesmo com outras províncias. Telha (Iguatu) neste período ainda era um pequeno povoado de Icó e vivia da pecuária e de algumas atividades de subsistência (conforme detalharemos no próximo tópico, que trata da ocupação e povoamento de Telha).

Confirmando o importante papel da atividade pastoril na província cearense, Menezes (1995, p. 33-34) afirma que:

O desenvolvimento da indústria pastoral é célebre; e, nos começos do séculos XVIII, inaugura-se a primeira vila; no meado da centúria, existiam Fortaleza, Aquiraz, Icó. A tal ponto avulta a indústria pastoril, que no Maranhão, Pernambuco e Bahia foram abastecidas pela carne saída do Aracati, onde se abate anualmente 20 000 reses. A seca de 1772 liquidou todo esse comércio. Gardner viu sua decadência: “Este comércio tem decaído muito e, presentemente, os principais gêneros de exportação são algodão e couros; do primeiro são anualmente exportados 5000 fardos ou 25 000 arrôbas de 32 libras e dos últimos de 2 000.

Citada anteriormente, a grande seca que assolou o Ceará no período de 1790-1794, provocou certo declínio da pecuária, o que não significou o fim desta atividade, de modo que o gado e o algodão passaram a coexistir, formando o conhecido binômio gado-algodão.

Segundo Leite (1994) *apud* Girão (1954),

Com o algodão, rompe-se o exclusivismo pastoril no Ceará. A base da economia passa a ser assentada na agricultura, com a pequena disponibilidade de capital atraída para o financiamento da referida cultura de exportação. (...) Em razão da demanda assegurada, das possibilidades naturais para a produção e da ausência de outras fontes de riqueza, o cultivo do algodão passa a ser desenvolvido como nova atividade econômica (LEITE, 1994, p. 52).

O algodão já era conhecido no Ceará e inclusive utilizado por parte dos indígenas para a fabricação de vestimentas, mas não com fins de mercado, vindo a ter importância comercial a partir de 1777 quando foi cogitado como produto comercial e deixou de ser apenas matéria prima para a rudimentar indústria caseira de redes de dormir (GIRÃO, 2000).

Embora o algodão já tivesse uma importância comercial e os algodoads já houvessem se espalhado pelos “distritos de Fortaleza e Aracati e as serras de Baturité,

Uruburetama, Meruoca, Pereiro e Aratanha” (LEITE, 1994,p.105-106), o produto só veio a ter maior importância econômica no Ceará com a Guerra de Secessão estadunidense¹⁷(1861-1865), quando teve ascensão em escala nacional, principalmente no Ceará.

A Guerra de Secessão, que provocou a retração das exportações de algodão do E.U.A para a Europa, teve importância destacada na dissipação da atividade algodoeira no território cearense e para a sua maior inserção na divisão internacional do trabalho. Desse modo tornando-se fundamental para entender as articulações e a relação dialética entre os processos locais e globais no descortino da realidade.

Com efeito, a produção e a exportação do algodão cearense aumentaram consideravelmente com o referido conflito. A tabela a seguir evidencia o contínuo crescimento das exportações dentro de um curto período (dez anos).

Tabela 01 - Ceará: Exportação de algodão – 1861-2 /1871/2

Anos	Quilos (kg)	Valor
1861-2	745.828	470:479800
1862-3	646.050	659:234960
1863-4	888.290	1415:096280
1864-5	1.403.261	1415:096280
1865-6	2.002.114	1776:325900
1866-7	2.380:838	2256:97000
1867-8	4.332:412	2249:267000
1868-9	4.686.300	3684:815000
1869-70	5.219.147	4911:190000

¹⁷ A guerra civil dos EUA, mundialmente conhecida como Guerra de Secessão (1861-1865), ocorreu em razão da diferença de interesses políticos e econômicos por parte da região sul dos Estados Unidos, grande produtora de algodão e baseada na utilização de mão de obra escrava, com a região norte e industrial, contrária ao trabalho escravo. A primeira reivindicava aumento nas taxas alfandegárias para não afetar o intercâmbio com a Europa, fato que se chocava com os interesses da parte norte do território ianque, que defendia tarifas protecionistas para que pudesse aumentar as vendas de suas fábricas. Com a eclosão deste conflito, a parte norte bloqueou o comércio da parte sul com a Europa, impedindo a exportação de algodão e a importação de suprimentos. Este fato levou os países europeus, sobretudo a Inglaterra, com seu setor têxtil em expansão, a buscar novas zonas produtoras de algodão (LEITE, 1994, p.35).

1870-1	7.253.893	4033:040000
1871-2	8.324.258	4503:356000

Fonte: GIRÃO, Raimundo – História Econômica do Ceará. Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 2000, p.227.

Se observarmos bem a tabela acima, perceberemos que mesmo com o findar da Guerra de Secessão foi contínuo o aumento da produção de algodão no Ceará, assim como a valorização de seu preço no mercado internacional. Isto fica explícito considerando-se o período de 1871-72, quando seu preço alcançou o valor de 4503.356000 contos de réis.

A ascensão do algodão foi tão grande que, Leite (1994) destaca que por volta da segunda metade da década de 1860, o valor da exportação algodoeira, em relação ao total exportado pelo Ceará, chegou a atingir 72,6%, enquanto produtos como couro, café e açúcar representavam 10,8%, 9,5% e 5,3%, respectivamente, do valor total exportado.

No quinquênio 1870-1875, o algodão manteve sua preponderância contribuindo com 67,1% do valor total das exportações, sendo que o couro, o café e o açúcar atingiram respectivamente 11,5%, 10,3% e 4,6%, do total das exportações cearenses.

O mapa¹⁸ 2, retirado e adaptado de Leite (1994), apresenta as principais regiões de cultivo e comercialização e destino das exportações do algodão na província do Ceará no período de 1860 a 1870.

¹⁸ É importante ressaltar que a base cartográfica utilizada na confecção deste mapa, não corresponde com precisão com a divisão política e administrativa da província cearense, visto que neste período a dimensão territorial que correspondia a Crateús era pertencente ao Piauí e o que conhecemos hoje por Parnaíba, pertencia ao Ceará. Ver mapa 5 de elaboração do IPECE.

A análise do mapa revela Uruburetama se destacando enquanto área pioneira no comércio de algodão. Já Icó, Quixeramobim, Quixadá e Sobral eram consideradas centros de intermediação do comércio do algodão. As principais áreas produtoras eram Crato, Pereiro, Baturité, Aratanha, Meruoca e Granja e como portos, descaram-se: Aracati, Fortaleza, Acaraú e Camocim.

Como podemos perceber, já existia uma divisão territorial e social do trabalho¹⁹ no Ceará provincial. As exportações do Ceará já ocorriam por conta própria, tendo em vista a província haver ganhado a autonomia administrativa de Pernambuco através da Carta Régia de 17 de fevereiro de 1799. (STUDART, 2001, p.426). De fato, a espacialização da produção e comercialização do algodão no Ceará abrangeu parte significativa da província e comprova a afirmativa de Santos (2010) de que as redes de circulação do algodão se voltavam para o litoral, por onde este produto era exportado.

Fazendo uma leitura acerca do tipo de algodão cearense comercializado no século XIX, Leite (1994, p.48) assevera que:

O algodão inteiro ou crioulo é uma planta herbácea e perene cujas sementes se aglutinam formando uma massa, de onde advém o nome. Classificado como *Gossypium brasiliense* tem fibras brancas, ásperas, grossas e brilhantes. O algodão quebradinho é assim chamado por que suas sementes são separadas, sendo uma planta perene, arbustiva ou arbórea, apresentando fibras mais ou menos longas.

¹⁹ A cerca do conceito divisão social do trabalho ver MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro 1. Vol.1. 13ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.; Mohus (1988) In: BOTTOMORE, T. Dicionário Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. Para o conceito de divisão territorial do trabalho ver SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo, HUCITEC, 1988. e GODOI, Cíntia Neves; DEUS, Batista de. A urbanização no Brasil e as diferentes divisões territoriais do trabalho ao longo do tempo. In: Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 10, nº 30; jun-2009, p.128-141.

Continuando sua descrição sobre os tipos de algodão utilizados na província cearense, Leite (1994, p. 48-49) afirma que:

O algodão herbáceo foi introduzido no Ceará em 1851. É classificado como *Gossypium hirsutum*. L e possui grande variedade, sendo que a fibra mais comprida é alva e resistente, enquanto que a fibra curta pode ser branca ou castanha. Adapta-se melhor às regiões menos áridas e é comercialmente melhor aceito. Seu plantio foi, inclusive, estimulado durante o surto algodoeiro de 1860, uma vez que as máquinas utilizadas nas manufaturas européias estavam adaptadas a esse tipo de algodão. Assim, concorre vantajosamente com o algodoeiro arbóreo. O algodão mocó foi introduzido no Ceará somente em 1916, sendo uma planta arbórea ou arbustiva, muito resistente às secas, possuindo fibras longas, macias e finas²⁰.

Como esclarece a citação anterior, o Ceará produziu tanto o algodão herbáceo, quanto o algodão arbóreo. Este último adaptou-se melhor às condições naturais cearenses, tendo nas décadas posteriores, sobretudo no século XX, aumentado consideravelmente sua produção chegando a assumir a maior parte da produção algodoeira do Ceará. Iguatu se tornava uma exceção, pois a maior parte de sua produção era de algodão herbáceo (mais adaptado às áreas de várzeas).

A estrutura fundiária²¹ na qual se assentava a produção do algodão era a do latifúndio-minifúndio (OLIVEIRA, 1981) existindo neste contexto o consórcio do algodão com algumas culturas de subsistência e as relações de trabalho quase sempre sendo baseadas nas relações de parcerias, meias e arrendamentos. Estas relações haviam surgido com a pecuária e permaneceram com a atividade algodoeira no decorrer do século XX (BARREIRA, 1992), demonstrando a secularidade de suas permanências e continuidades. Segundo Leite (1994, p. 64):

²⁰ Para uma descrição minuciosa sobre os tipos de algodão, comprimento das fibras e os de maior aceitação no mercado ver Raimundo Girão em seu livro *História econômica do Ceará*.

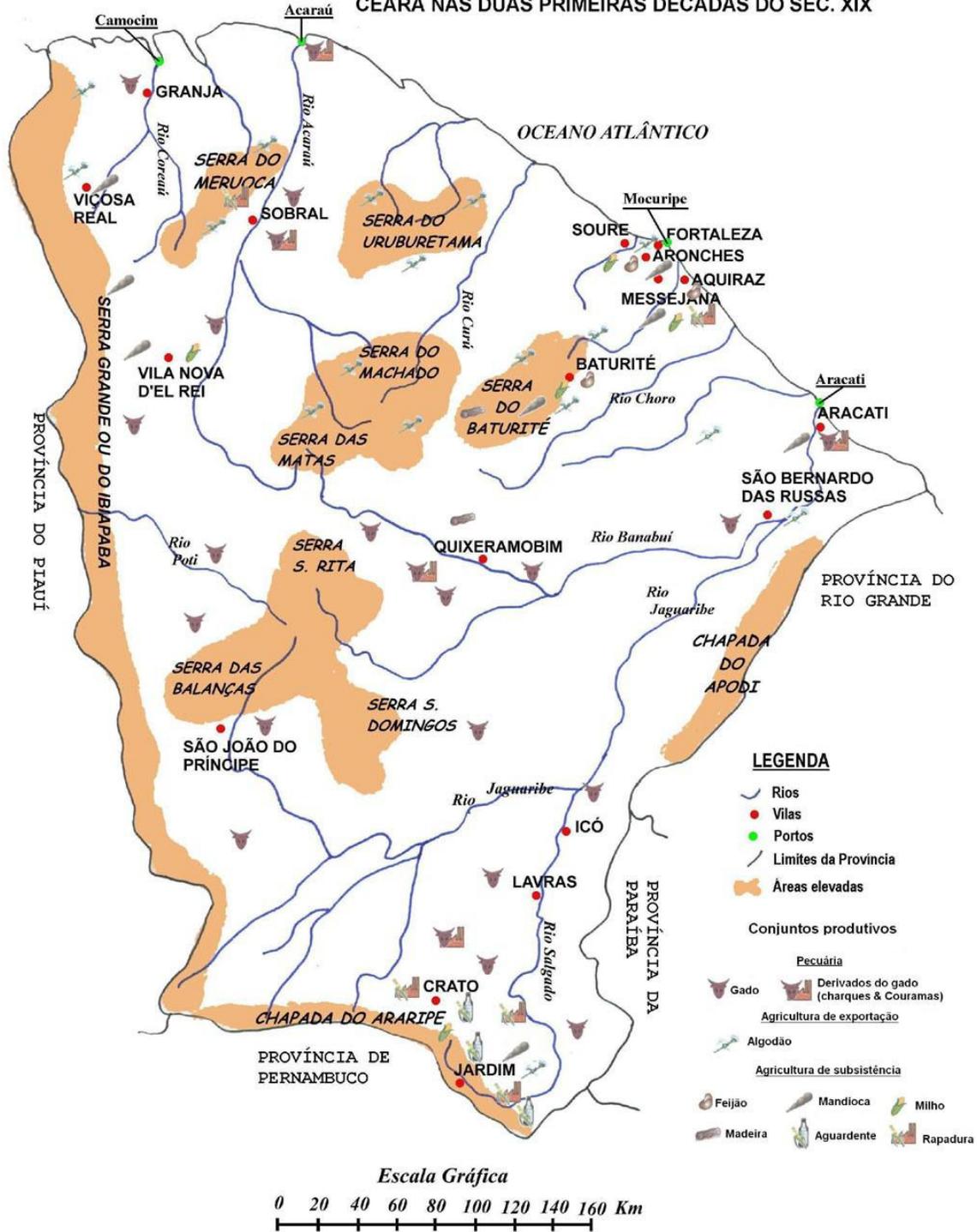
²¹ Para uma análise detalhada sobre a estrutura, o cultivo e as relações de trabalho da cultura algodoeira, ver Ana Cristina Leite; *O algodão no Ceará: Estrutura Fundiária e Capital Comercial 1850-1880* – Fortaleza: SECULT, 1994. (Coleção Teses Cearenses).

Evidencia-se, portanto, que a relação de parceria praticada na cotonicultura cearense de corria de relações de trabalho já estabelecidas no semi-árido nordestino. A parceria, existindo no Ceará desde de o início do século XIX, teve sua prática intensificada a partir da segunda metade do mesmo século. O parceiro ou morador recebia a terra, fornecendo em troca dois ou três dias de trabalho por semana na terra do proprietário, o que representava um pagamento, pelo uso da terra, em trabalho.

Ao fazermos uma rápida síntese da distribuição da produção e dos principais fluxos econômicos, e de como estes provocaram consideráveis transformações na organização espacial cearense, nos apoiamos novamente na cartografia apresentada no trabalho de Santos (2010) que consegue nos oferecer uma ótima leitura da espacialização da economia cearense do século XVIII e XIX.

O mapa 3, que é apresentado pelo autor, tem o intuito de espacializar a produção da província do Ceará nas duas primeiras décadas do século XIX. O autor o organizou dividindo a produção em três conjuntos produtivos: pecuária; agricultura de subsistência e produção algodoeira. (Mapa 3).

MAPA 03 - DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO NA PROVÍNCIA DO CEARÁ NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉC. XIX



Base cartográfica: Ponsel, Gerardo José, Atlas geográfico melhoramentos Melhoramentos; São Paulo, 1991
 Autor: Santos, Maurício Caetano dos, 2005

Fonte: Maurício Caetano dos Santos
 Retirado de: SANTOS, Maurício Caetano dos. Cartografia e Geografia Histórica: um olhar sobre a economia e ocupação territorial da província do Ceará no período anterior à independência do Brasil.

Segundo o autor, cada um dos conjuntos tem evolução temporal e espacial distintas, não significando, entretanto, que ocorreram de forma isolada, estando todas dentro da lógica econômica colonial. Ao observarmos separadamente cada uma destas estruturas produtivas, podemos fazer uma rápida caracterização delas a fim de entender a forma como ocorreram suas espacializações.

A pecuária, por exemplo, que teve maior predominância no século XVIII, abrange quase toda a dimensão territorial do Ceará. Isto se dá devido o caráter extensivo, onde o gado era criado solto, o que favorecia a expansão dos currais e fazendas e o povoamento dos sertões. Já as charqueadas se situavam em locais de grandes criatórios de gado, como é o caso de Sobral, área que compreendia o alto Jaguaribe e o salgado, Acaraú, e principalmente as áreas próximas aos portos, como: Aracati, Acaraú e Camocim. Neste período, Fortaleza não exercia papel central administrativamente, fato que viria a mudar com o período de ascensão da cultura algodoeira, pois parte dos excedentes desta malvacea foram investidos na cidade, além das influências políticas que recebeu: fatores que lhe proporcionaram o status de capital e lhe garantiram centralidade econômica no Estado.

Segundo Djacir Menezes (1995, p. 91),

a praça de Fortaleza – pondera Th. Pompeu Souza Brasil – mal aparelhada, salvo para exportação das serras próximas de Baturité, era antes política do que comercial. A carência de estradas trafegáveis impunha penosos e custosos transportes em costas de animais. Durante certo lapso de tempo, tudo ocorreu prejudicando a Capital, mero centro do aparelhamento político e administrativo.

Dando continuidade a leitura do mapa 3, observamos que a agricultura de subsistência ficava situada sobretudo nas proximidades das serras da Ibiapaba e Baturité e chapadas como a do Araripe, dentre outras localidades. Este tipo de agricultura que tinha

como predominância o consumo interno da província sofreu mudanças radicais com o advento da cultura algodoeira. Historicamente, a cultura algodoeira foi desenvolvida no Ceará através do consórcio com culturas alimentícias como o milho, o feijão e a mandioca. Esta prática rendeu muitas riquezas aos donos das fazendas, visto que parte do que era produzido com o algodão e seus alimentos ficavam com os fazendeiros, além de não precisarem pagar aos pequenos produtores, sim os pequenos produtores que lhes pagavam com a renda que obtinham com o trabalho ou o produto.

Segundo Leite (1994), a intensificação da cultura comercial, no caso do algodão, levava à redução do plantio dos gêneros de subsistência, provocando sua escassez e elevando seus preços.

Ainda sobre o mapa 3, o terceiro gênero produtivo, o algodão, ainda não tinha o respaldo que viria a ter no final do século XIX e em boa parte do século XX. Como podemos observar, esta cultura estava restrita às serras de Uruburetama, Meruoca, Baturité, serra do Machado e outras áreas do território cearense. Nas duas primeiras décadas do século XIX, que é o recorte temporal deste mapa, podemos asseverar que a cultura algodoeira já era um produto de exportação da província cearense conforme nos indica a citação de Leite (1994, p. 105-106):

A elevação contínua dos preços do algodão, que evoluiu de 3\$400 réis a arroba, em 1809 para 8\$000 réis a arroba, em 1816, espalhou o cultivo dos algodoeiros, tornando os distritos de Fortaleza e Aracati e as serras de Baturité, Uruburetama, Meruoca, Pereiro e Aratanha seus principais produtores. Segundo Lemenhe, a quantidade de algodão exportado pelos portos do Ceará, no ano de 1811, foi de 26.462 arrobas.

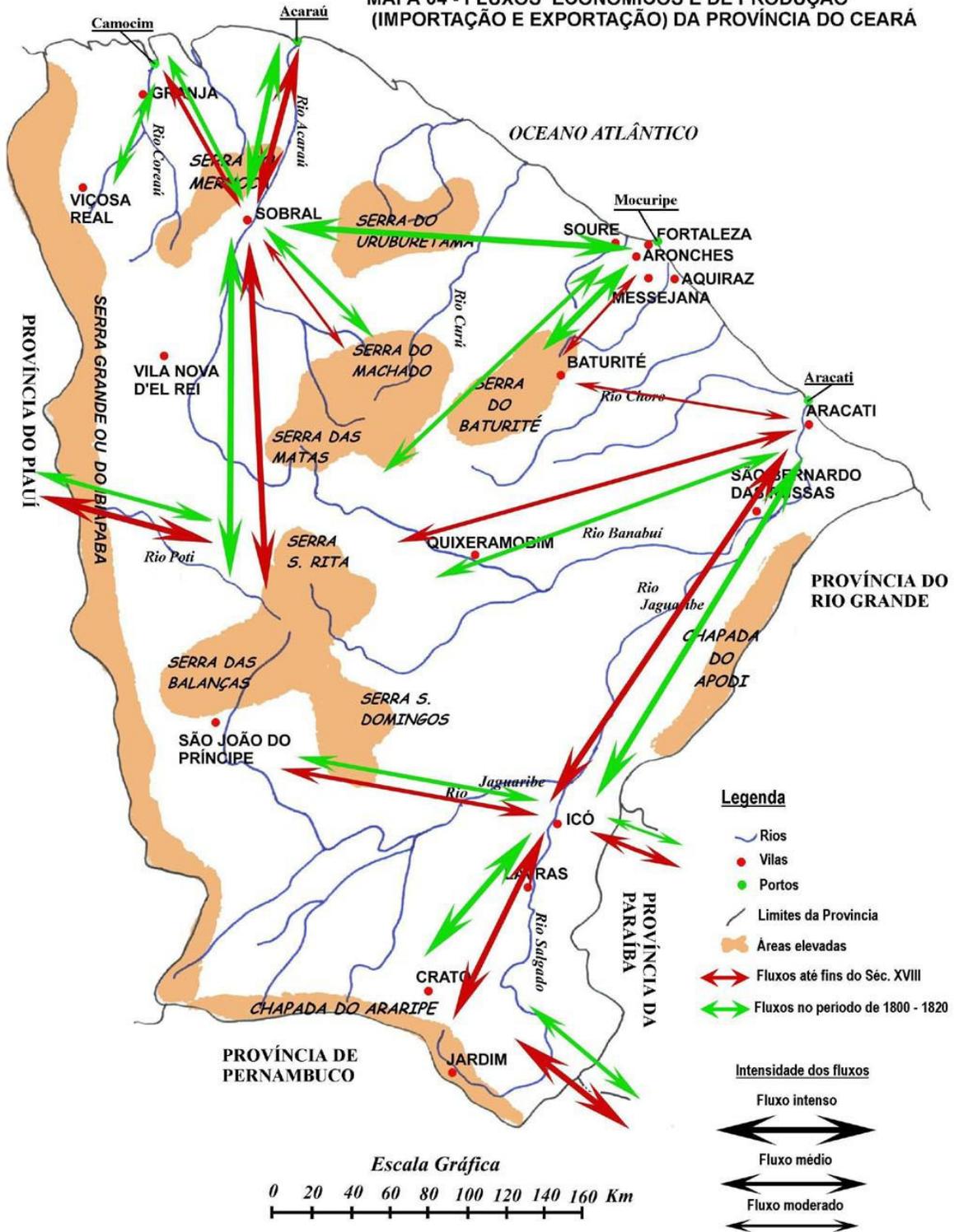
Dados apresentados por Takeya (1995), obtidos com o cônsul francês na Bahia (1º de março de 1844), demonstram que do total do valor oficial das exportações em

milhares de réis, 113.622 eram de algodão²², sendo seguido pelo couro que representava 47.725 réis. Foi nas últimas décadas no século XIX que o algodão ganhou maior destaque e assumiu o posto de principal atividade econômica do Ceará, conforme debatido anteriormente.

Ainda nos baseando na cartografia histórica elaborada por Santos (2010), mas desta vez fazendo uma análise dos fluxos econômicos da economia cearense (ver mapa 4) desde o início de sua ocupação pelos europeus no século XVII até a independência em 1822, podemos perceber uma série de mudanças no que concerne às estruturas. Como exemplo, podemos citar a criação de equipamentos técnicos e mudanças nas estruturas produtivas, mas isso não significando necessariamente melhoria na vida de todos.

²² De acordo com os dados, o destino do algodão era para a Grã-Bretanha com o valor de 113.052 réis e Portugal com 570 réis. Isso para de 1841-42. (TAKEYA, 1995).

MAPA 04 - FLUXOS ECONÔMICOS E DE PRODUÇÃO (IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO) DA PROVÍNCIA DO CEARÁ



Base cartográfica: Faózet, Geraldo José, Atlas geográfico melhoramentos Melhoramentos, São Paulo, 1991.
 Autor: Santos, Maurício Caetano dos, 2005

Fonte: Maurício Caetano dos Santos
 Retirado de: SANTOS, Maurício Caetano dos. Cartografia e Geografia Histórica: um olhar sobre a economia e ocupação territorial da província do Ceará no período anterior à independência do Brasil.

É fundamental para o pesquisador desvendar as mediações ocultas na aparência do real. Segundo Kosik (1976, p. 11),

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário. A essência não se dá de imediato; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno.

Fazendo-se uma análise para além do imediato, do aparente, conforme assinala Leite (1994), há uma lógica contraditória que põe a riqueza acumulada sobretudo nas mãos dos grandes proprietários de terras, dos comerciantes de algodão e de importadores de bens de luxo. A utilização do excedente econômico dos proprietários rurais adquirido através da cultura algodoeira, baseada nos inventários dos fazendeiros e dos comerciantes (em muitos casos a mesma pessoa), nos dá uma noção da riqueza gerada com a cultura algodoeira e de como ela era má distribuída.

Segundo Santos (2010), o objetivo do mapa 4 é representar os fluxos econômicos e de produção em diferentes períodos (dinamismo temporal), a direção desses fluxos, (dinamismo espacial) e a intensidade deles. Explicando com maiores detalhes a construção deste mapa, o autor assinala que na representação dos fluxos produtivos optou-se por simbolizar o movimento por flechas de ponta dupla a fim de mostrar que o movimento era bidirecional. Com relação à distinção dos diferentes períodos dos fluxos o autor atribui cores distintas, sendo a vermelha para o período que vai até os fins do século XVIII e a cor verde para os fluxos que compreendem o período de 1800 a 1820.

Uma análise detalhada do mapa 4 revela que o primeiro período dos fluxos corresponde ao período de povoamento inicial do Ceará, com destaque para a pecuária. A este respeito o próprio autor afirma que:

Um primeiro período englobando os dois primeiros séculos de povoamento da província (século XVII e XVIII) quando predominou um movimento de expansão da fronteira de ocupação produtiva, comandada pela pecuária, e depois pela indústria da charqueada onde percebemos pela distribuição dos fluxos uma nítida divisão Leste-Oeste, e uma intensa ligação com as províncias vizinhas, principalmente Pernambuco e Piauí (SANTOS, 2010, p.12).

Já o segundo período, representado pela flecha verde e que corresponde as duas primeiras décadas do século XIX, indica que a cultura algodoeira começa a ganhar destaque na economia cearense redefinindo os fluxos econômicos, e fazendo prevalecer os fluxos internos dentro da província, sobretudo em Fortaleza, devido ao aumento das exportações para a Europa. Os dois fluxos representados nesta análise espaço-temporal revelam uma série de transformações no território cearense e a criação por parte do capital, de paisagens que se adequam às suas estratégias de reprodução em um determinado período. No caso específico do Ceará e mesmo do Brasil, acreditamos que o capitalismo se desenvolveu através de relações não capitalistas. A esse respeito Oliveira (2003, p. 61) postula que:

[...] a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como o da expansão de uma economia capitalista (...) mas essa expansão não repete nem reproduz *ipsis litteris* o modelo clássico do capitalismo nos países desenvolvidos, nem a estrutura que é o seu resultado [...].

Outra observação destacável no mapa 4, é o papel assumido por determinadas regiões do interior da província como: Acaraú, Jaguaribe, Sobral, Camocim, Icó e das serras de Baturité, do Machado, dentre outras regiões.

O aumento e a espacialização da população na província cearense, a nosso ver, estão correlacionados com os fluxos econômicos das estruturas produtivas, sobretudo a pecuária e a cotonicultura. Podemos demonstrar isso na tabela a seguir:

Tabela 2: População do Ceará em 1777

Freguezias	Habitantes
1- Vila de Aquiraz	4.766
2- Vila de Arronches	1.059
3- Vila do Crato	3.146
4- Monte – Mor Velho	348
5- Arneiroz	612
6- Vila de Viçosa	7.171
7- Vila de Fortaleza	2.874
8- Russas	7.359
9- Quixeramobim	2.622
10- Vila do Icó	8.564
11- Cariris Novos	4.078
12- Amontada	1.337
13- Inhamuns	4.210
14- Sobral	6.207
15- Granja	2.478
16- Almofala	198
17- S. Gonçalo – Serra dos Cocos	3.577
Total	61.408

Fonte: Waldery Uchoa. Anuário do Ceará 1955-1956 ano V; Editora Fortaleza- Ceará- Brasil, 1956.

Nota: Realizado pelo Capitão – General José César de Menezes.

Como podemos observar em recenseamento realizado pelo Capitão-General José César de Menezes, no ano de 1777, a população do Ceará atingia o número de 61.408 habitantes, destacando-se a Vila de Aquiraz com 4.766 habitantes, Sobral com 6.207 habitantes, a Vila de Viçosa com 7.171 habitantes, Russas com 7.359 habitantes e a Vila de Icó com 8.564 habitantes: estes eram os maiores aglomerados humanos do ano supracitado. Uma análise mais aprofundada da estrutura populacional da época revela que

como a população livre, a escrava não foi recenseada possivelmente por falta de informações. Se correlacionarmos o contingente populacional com os fluxos econômicos, perceberemos que estas localidades se destacavam como pólos da criação de gado ou eram entrepostos comerciais devido as suas localizações estratégicas dentro da província.

Com base em dados retirados de Brasil (1997), podemos afirmar que no ano de 1813 a população do Ceará era em sua totalidade de 145.265 habitantes divididos entre as comarcas do Ceará e do Crato. Destas, podemos destacar as Vilas de Crato e Jardim, que juntas somavam 32.822 habitantes, Icó e Lavras, que juntas somavam 18.216 habitantes, Sobral com 15.218, São Bernardo com 11.363 habitantes e Aquiraz com 10.791 habitantes (BRASIL, 1997).

Esta rápida introdução à história econômica cearense era fundamental para entendermos o município de Iguatu em sua historicidade, perpassando desde sua formação territorial, quando ainda era chamado de Telha e constituía um povoado pertencente à Vila de Icó. Até o momento em que Iguatu se destaca economicamente no Ceará enquanto um dos principais produtores de algodão desse Estado, em meados do século XX.

3.2. A Ribeira dos Quixêlos: os primórdios da ocupação de Iguatu

A história do município de Iguatu está estritamente vinculada ao processo histórico de colonização e ocupação do Ceará conforme discutimos anteriormente. Segundo Nogueira (1985), Iguatu, em sua origem, compreendia uma vasta área denominada Ribeira do Quixelô, que pertencia à Vila de Icó, da qual também faziam parte os atuais municípios de Saboeiro, Arneirós, Tauá (Inhamuns) e Jucás (São Mateus).

Esta região era habitada inicialmente pelos índios quixelôs, pertencentes à raça tapuia que fora aldeada por volta de 1719.

Nogueira (1962, p. 17-18) afirma que:

a penetração e o povoamento da região iguatense fizeram-se lentamente, mas continuados, com as naturais dificuldades que apresentava uma zona localizada em pleno interior sertanejo, mesmo que ela fôsse, geograficamente, pobre de acidentes, a não ser um rio de maior extensão – o Jaguaribe – que significa, como informa Manuel Ayres de Casal, na língua dos indígenas, rio das onças, e mais alguns afluentes de relativa importância, várias lagoas, sendo apenas uma de maior tamanho, aquela que, no futuro, daria o nome definitivo à Cidade – a lagoa do Iguatu – e, praticamente, nenhuma elevação apreciável, a não ser pequenas serras ou “serrotes”, quer dizer, a zona que o colono teria que considerar a mais perigosa, porque, além de desconhecida, ali estava alerta, para defendê-la até a morte, o indígena valente e feroz.

Este escrito de Nogueira contribui para entender a história de Iguatu através da longa duração e das diferentes temporalidades de Braudel (1958, 2007), de quem destacamos a estrutura e as conjunturas. A estas o município viria a se inserir posteriormente, através da longa temporalidade capitalista e das conjunturas políticas, econômicas e culturais existentes no devir histórico desta municipalidade.

Existem algumas controvérsias na historiografia cearense acerca do processo de ocupação inicial de Iguatu. Dentre as quais, temos o posicionamento daqueles que defendem que sua ocupação se deu a partir de 1700 e os que defendem que tal ocupação se deu em data anterior. Segundo Nogueira (1962), a concessão de sesmarias para os colonizadores para criarem gado e povoar a província, constitui consenso na história de ocupação e povoamento dos sertões cearense.

Discutindo acerca do processo de povoamento²³ do Ceará, Djacir Menezes (1995) assevera que até 1690, pouco se conhecia do interior cearense. Para este autor, no século posterior, o povoamento pela Ribeira do Jaguaribe cobria 30 léguas rio acima, a partir da barra do Boqueirão das Cunhas. Já a Ribeira do Icó, prolongava-se dali a 90 léguas ao sul, abrangendo Missão Velha, Crato, Inhamuns e Arneirós. “A Ribeira dos Quixelôs compreendia as nascentes do Jaguaribe ao afluyente do rio Salgado. A Ribeira dos Cariris compreendia a faixa entre o Salgado e as faldas do Araripe” (DJACIR MENEZES, 1995, p.47).

Conforme este mesmo autor,

[...] As primeiras datas de sesmarias, no Ceará, por exemplo, não remontam aos fins do século XVIII, quando começou a infiltração na ribeira do Jaguaribe e Ubérrimo vale do caririense. Antes do último quartel do século XVII, apenas o presídio de Fortaleza, a vila do Aracati e Aquiraz, surgiam como primeiros núcleos civilizadores. [...] (DJACIR MENEZES, 1995, p.35).

Nogueira (1962), com base em vasta análise documental, sugere que já por volta de 1681, em um local chamado Quixoá, o sargento mor, João de Sousa de Vasconceles, ali já residindo e sendo o primeiro colonizador do local, e logo em 1682, Francisco Nogueira Lima, ocupando o mesmo território, que passava a ser conhecido como Itans, o sítio Irapuás. Mas foi com o estabelecimento das sesmarias que o colono passou a fixar-se em definitivo (Cf. p.26). Acrescenta, ainda, com base em Raimundo Girão, que da sesmaria se formava uma fazenda onde se organizavam as famílias, os proprietários de terras e chefes políticos (Idem; Ibidem, p.26). Portanto, emblemática estrutura organizacional nordestina que traz na origem o latifúndio e relações de poder

²³ Segundo Sousa (2007), [...] é através da implementação das fazendas de gado nos vales dos principais rios e do posterior crescimento das culturas comerciais voltadas para o mercado de exportação como, por exemplo, a produção do algodão a partir da segunda metade do século XIX, se dá a ocupação do território. (2007, p.13).

pautadas no autoritarismo e paternalismo ajudaram na constituição do território. Nogueira (1985, p. 29) informa que:

[...] a primeira terra obtida na região iguatense e seu município, se deu através da data de sesmaria de 26 de janeiro de 1706. Dois foram os seus beneficiários; o capitão Lourenço²⁴ Gonçalves Moura e Teodózio Nogueira (este foi o 23º donatário data do Jaguaribe). É este, portanto, o primeiro registro de datas que se verifica em terras da região iguatense, direta e declarada.

Cabe inclusive ressaltar que a ocupação por parte dos brancos na extensão territorial que viria a configurar a província do Ceará se deu em boa parte pelo sistema de concessão de sesmarias para a criação do gado.

A lógica das concessões de sesmarias foi à forma política predominante de apropriação da Ribeira dos Quixelôs, habitada até então pela tribo indígena²⁵ da raça tapuia, os quixelôs. As disputas políticas por concessões de terras foram frequentes na fase inicial da povoação do que hoje conhecemos por Iguatu, donde o confronto de maior proporção foi exercido pelas famílias Monte e Feitoza²⁶, conflito este que perdurou por muitos anos e que extrapolou o âmbito local passando a ser conhecido em outros quadrantes da província.

Nogueira (1962; 1985) faz uma análise detalhada das leis de sesmarias desde o final do século XVII, início de ocupação por parte dos conquistadores brancos, perpassando pelo século XVIII, e findando no século XIX. O estudo aprofundado destas concessões são fundantes para o entendimento da estrutura agrária, da formação territorial e mesmo dos agentes políticos que governavam e que, através do tempo, na

²⁴ Ver Data de Sesmaria nos apêndices de nossa pesquisa.

²⁵ É necessário ressaltar, a falta de trabalhos em Geografia que procuraram fazer uma espacialização das tribos indígenas no Ceará, visto que estes também poderiam nos dar proposições para entender a ocupação do espaço cearense.

²⁶ A briga histórica e que ocorreu entre as tradicionais famílias Montes e Feitoza teve início devido a concessão de terras cedida aos Feitoza, mas que era reivindicada pelos Montes que afirmavam ali já terem se apropriado. Além deste vários foram os fatores que asseveraram a luta entre esta famílias e que não se faz importante nosso comentário.

figura dos descendentes daqueles conquistadores iniciais, mantiveram o poder econômico e político de Iguatu no período áureo do algodão. Segundo Nogueira (1962), é neste período (1720) que pela primeira vez aparece o único registro referindo-se textualmente ao sítio de Telha.

Fazendo uma análise dos inventários de 1744, este autor afirma que a Ribeira dos Quixelôs já vivia certa prosperidade econômica, sobretudo no que se refere à agricultura e à pecuária. Segundo Nogueira (1962), também é desta data (1744) a concessão de 2 de julho de 1744, na qual se encontra pela primeira vez a referência expressa a Telha como povoação. É interessante ressaltar que os grandes beneficiários das concessões de terras, eram figuras de outras províncias, como as de Pernambuco e Rio Grande do Norte, além das elites de Icó. que neste período, 1738, já detinham o título de vila.

Além da concessão de sesmarias, a expansão econômica européia tem como grande aliada, a religião cristã: era o braço cultural de tal expansão. A catequização dos indígenas foi um fator de relevante importância para o processo de colonização e povoamento dos sertões do centro-sul. Segundo Montenegro (2008), Assis Couto (1958; 1999) e Nogueira (1962; 1985), o aldeamento dos Quixelôs ocorreu por volta do ano de 1719 com a nomeação do Cel. Gregório Martins Chaves para administrador. Pelos estudiosos, é considerado o primeiro homem público de Iguatu.

Com acuidade, riqueza de detalhes e comprovação documental, Nogueira (1962; 1985) e Assis Couto (1958)²⁷ defendem que a catequização dos indígenas foi feita pelos padres carmelitas e não pelos jesuítas, como afirma parte da historiografia. Comprovando através de vasta documentação, coletada principalmente na obra de

²⁷ Em publicação posterior datada de 1966, intitulada A Diocese de Iguatu (seus primórdios históricos), Assis Couto assevera que nem foram os Carmelitas e nem os jesuítas que catequizaram os indígenas da região, mas um Padre secular do Hábito de São Pedro. O autor toma por base para tais afirmações, o Livro Informação Geral da Capitania de Pernambuco, de 1670-1749.

Bezerra de Menezes, Nogueira (1962) assegura que a catequização dos índios quixelôs ocorreu sob a influência dos padres carmelitas. Segundo Assis Couto (1958), existia inclusive, uma preferência e uma aliança política por parte dos colonos, sobretudo dos irmãos Feitoza (Lourenço e Francisco) para com os padres carmelitas.

Os sacerdotes Carmelitas, desde fins do século dezessete (1696), já operava nessa vasta região jaguaribana. Ora catequizando os nossos selvagens. Ora obtendo datas de terras. Ora mendigando ou melhor, recebendo dos fiéis cristãos gados que, de esmolas, se davam a Nossa Senhora do Carmo.(ASSIS COUTO, 1960; 1999, p.41).

A ação dos carmelitas nessa região causou alguns confrontos políticos com a própria coroa portuguesa, ficando isso explícito quando El rei foi informado em 1697 que seus direitos estavam sendo lesados. Daí escrevendo uma carta ao governador de Pernambuco declarando ser de sua propriedade e não dos carmelitas de Recife os gados sem divisa e marca esparsos pelo território da capitania do Ceará (ASSIS COUTO, 1960).

A intervenção da Igreja através dos Carmelitas teve papel fundamental na povoação e mesmo na expansão territorial de Telha. Isso fica claro com a catequização dos índios (1719), a chamada Missão da Telha (1729), a construção da capela de Telha (1746-1765), a dependência eclesiástica de São Mateus e a criação da Matriz de Telha (1831), hoje Matriz de Iguatu (ASSIS COUTO, 1958; 1999).

Longos anos de disputas por terras das sesmarias levaram à exterminação de grande parte dos indígenas²⁸ e aos poucos foi dando-se a configuração territorial da Telha, que inicialmente era um sítio, passando a povoação, depois povoado e logo após, à

²⁸ Em decorrência da grande matança de índios, Montenegro assevera que em 31 de março de 1764, o ouvidor do Ceará, Dr. Vitorino Soares Barbosa, por edital, ordena que a antiga Missão da Telha com todos os índios quixelôs migrem para a Real Vila de Monte-Mor, o Novo da América, hoje cidade de Baturité. Esse fato trouxe uma baixa considerável na população do sítio Telha. (MONTENEGRO, 2008, p. 20).

condição de vila, e posteriormente de cidade. Primeiramente foram ocupadas as terras das Itans (1706), depois Mutucas e Baú (1717), Trussu, Barra na lagoa do Iguatu e do Baú (1720), terras das Cajazeiras e Itans (1731), Cavaco e Lagoa Redonda (1747) (NOGUEIRA, 1962; ASSIS COUTO, 1958). Esta seria segundo Assis Couto (1958), a primeira fase de colonização das terras que configurariam Iguatu, denominado naquele momento de Telha.

É possível inferir o papel da economia com base na pecuária, da política com a concessão de sesmarias vinculada à Coroa portuguesa, e também da cultura (cristianismo) com o processo de catequização dos indígenas, como elementos importantes na fase inicial de povoamento e consolidação das bases territoriais de Iguatu. Se confrontarmos a realidade acima destacada com os propósitos da leitura braudeliana, poderemos constatar que a conjuntura político-econômico-cultural na qual se inseria Iguatu, se adequa a uma longa temporalidade advinda da Europa, ou seja, o capitalismo e a religião cristã que podem ser encarados como estruturas que se realizam numa conjuntura e temporalidade específicas. Conforme Braudel (2007) é neste ponto que identificamos as permanências da estrutura existindo em determinada conjuntura.

Parafraseando Braudel em seu último livro, *Teria a Geografia inventado a França*, livro em que descreve com precisão as relações que se estabeleceram entre a sociedade francesa em sua diversidade, com o seu meio circundante, destacando as formas de organização do trabalho, dos sistemas de cultivo, das relações sociais, culturais e econômicas, nos indagamos se teria a geografia inventado Telha (Iguatu) na longa duração. Ou melhor, qual o papel da Geografia na conformação territorial de Iguatu? Não estamos aqui pretendendo chegar a nenhum determinismo seja qual fosse ele, nem mesmo eleger a geografia e o espaço como estruturas dominantes e determinativas das relações sociais. Pelo contrário, acreditamos que o espaço é determinado e determinante das relações sociais, sendo necessário o entendimento da dialética espaço-temporal. Neste

sentido, faz-se necessário levantarmos um debate teórico conceitual acerca do que entendemos por espaço e mesmo por território.

Compreendemos o espaço como histórico e social, sendo resultante das relações sociais em que o trabalho é fundamental a sua constituição. Corroborando com este pensamento, Carlos (1997) afirma que “o espaço é um produto histórico e social resultante das relações que ocorrem entre a sociedade e o meio circundante”. A autora ainda acrescenta que o espaço não é humano por que o homem o habita, mas porque o constrói, o reproduz, tornando-o objeto em que o trabalho lhe é próprio.

Ratificando nosso pensamento, com as afirmações de Moraes (2008, p. 41):

Parte-se do entendimento da geografia humana como ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história. Defende-se que tal processo é passível de ser identificado num corte ontológico do real, isto é, manifesta-se na realidade com determinações específicas ímpares, atuando como elemento particularizador, em si uma mediação na análise dos fenômenos históricos. Sendo tal processo resultante exclusivo do trabalho humano, e apreendendo o trabalho como ato teleológico de incorporação e criação de valor, acata-se que a formulação categorial mais precisa e genérica para expressá-lo deva ser a valorização do espaço.

Desta forma, a produção do espaço está estritamente ligada aos interesses e às relações sociais, ou seja, a relação sociedade-espaço. De acordo com Moraes (2008), “o espaço produzido só é explicável em função do processo que o engendrou, e a forma criada só se revela pelo seu uso social a cada momento, este é que lhe atribui um conteúdo ao qualificá-la como um valor de uso”. Ainda que:

[...] a valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um território. Este envolve a relação de uma

sociedade específica com um espaço localizado, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando as formas de sociabilidade reinante numa paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado vai tornando-se uma qualidade do lugar, o quadro corográfico sendo cada vez mais o resultado das ações sociais aí desenvolvidas, obras humanas que subvertem as características naturais originais. Construções e destruições realizadas passam a fazer parte desse espaço, qualificando-o para as apropriações futuras. A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento. Enfim, um modo parcial de ler a história. (MORAES, 2008, p.44-45).

Em nenhum momento, entendemos que esta visão considera o espaço como um mero palco. Pelo contrário, encontramos nesta forma de pensar uma relação dialética entre sociedade-espaço. A diferença é que nossa forma de interpretar o espaço, não o fetichiza e nem lhe dá tanta autonomia. Se levarmos esse debate para o campo ontológico, perceberemos a prevalência das relações sociais, mas isso não significa negar o papel das práticas espaciais.

É neste momento que passamos do horizonte teórico genérico da categoria espaço (MORAES, 2008) para o conceito de território. Entendemos, assim como o faz Moraes (Ibid), que o elemento definidor do território é seu uso, ou seja, é a apropriação de determinado espaço que o qualifica como um território.

Moraes (2008, p.45) nos assegura que “esse conceito é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupa e explora aquele espaço, o território – nesse sentido inexistindo enquanto realidade apenas natural [...]”.

Entendemos que é no território que compreenderemos as mediações e processos que contribuíram para a produção do espaço de Iguatu ou como nos afirma Moraes (2008, p.45), é no território, ou melhor, em sua produção, que as determinações mais especificamente econômicas associam-se às injunções do universo da política. É “na

historicidade plena dos processos singulares (que) brota a possibilidade de indicar os agentes do processo, os sujeitos concretos da produção do espaço”.

É a partir disso que entendemos o processo de constituição da realidade de Iguatu em sua historicidade, podendo elencar como fizemos anteriormente, o papel econômico da pecuária casado ao papel político das sesmarias, que garantiam a expansão da pecuária e a criação de grandes latifúndios nas mãos de poucos beneficiários, e o papel da Igreja na catequização. É desta estrutura econômica, política e cultural, que segundo Djacir Menezes (1995), vai se criar no nível do Ceará, o binômio do violento e do místico, através do cangaço e do fanatismo religioso.

Feitas as ponderações sobre o contexto de povoamento inicial de Telha, procuraremos a seguir entender através das discussões anteriores, os processos político-econômico-culturais que engendraram a transformação de Telha enquanto pequeno povoado de Icó, a Iguatu, principal cidade do centro-sul cearense.

3.2.1. De Telha a Iguatu e o contexto agro-exportador cearense

Conforme o exposto anteriormente, o entendimento das diferentes temporalidades é importante para a compreensão do movimento da totalidade. É neste intuito que se apreende a realidade de Telha²⁹ (Iguatu) no contexto cearense. Em nossas

²⁹ Acerca da denominação de Telha, Nogueira (1962) vai de encontro a afirmação de autores que defendem que este nome foi dado àquela localidade, devido a mesma possuir uma antiga telharia que produzia estes artefatos. Segundo este autor a tradição oral transmitida pelo sertanejo Antonio Freitas Pequeno (falecido em 1960, então morador na Canafístula, Município de Iguatu), com oitenta anos de idade, que ouviu a história quando criança, de seu pai, Francisco de Freitas Pequeno, que foi suplente de vereador de Iguatu, pelos idos de 1893-1894, o qual, por sua vez, teve a notícia por intermédio de pessoas mais antigas. É uma tradição que alcança duzentos anos mais ou menos. Eis a tradição, pois, transmitida por aquele ainda lúcido octogenário Antônio de Freitas Pequeno, conforme nossa indagação. No local em que hoje se encontra Iguatu, diziam os mais antigos moradores que, após a expulsão dos índios Quixelôs, os primeiros conquistadores, tendo em vista que as palhoças deixadas pelos silvícolas eram fáceis de ser destruídas pelo fogo e penetradas pela água da chuva, idealizaram um meio de protegê-las. Para isso,

explanções anteriores, destacou-se que o povoado de Telha³⁰ pertencia à Vila de Icó³¹, uma das primeiras e mais importantes vilas criadas no Ceará e que se originou de um interposto comercial, decorrente inicialmente da pecuária e posteriormente da atividade algodoeira. Neste período (meados do século XIX) a atividade algodoeira já se expandia por boa parte do território brasileiro e mesmo cearense, com o intuito de suprir os mercados externos europeus. Prado Júnior (1967) destaca no contexto cearense, a bacia do Jaguaribe, sendo seu principal centro o alto interior, onde se situa Icó.

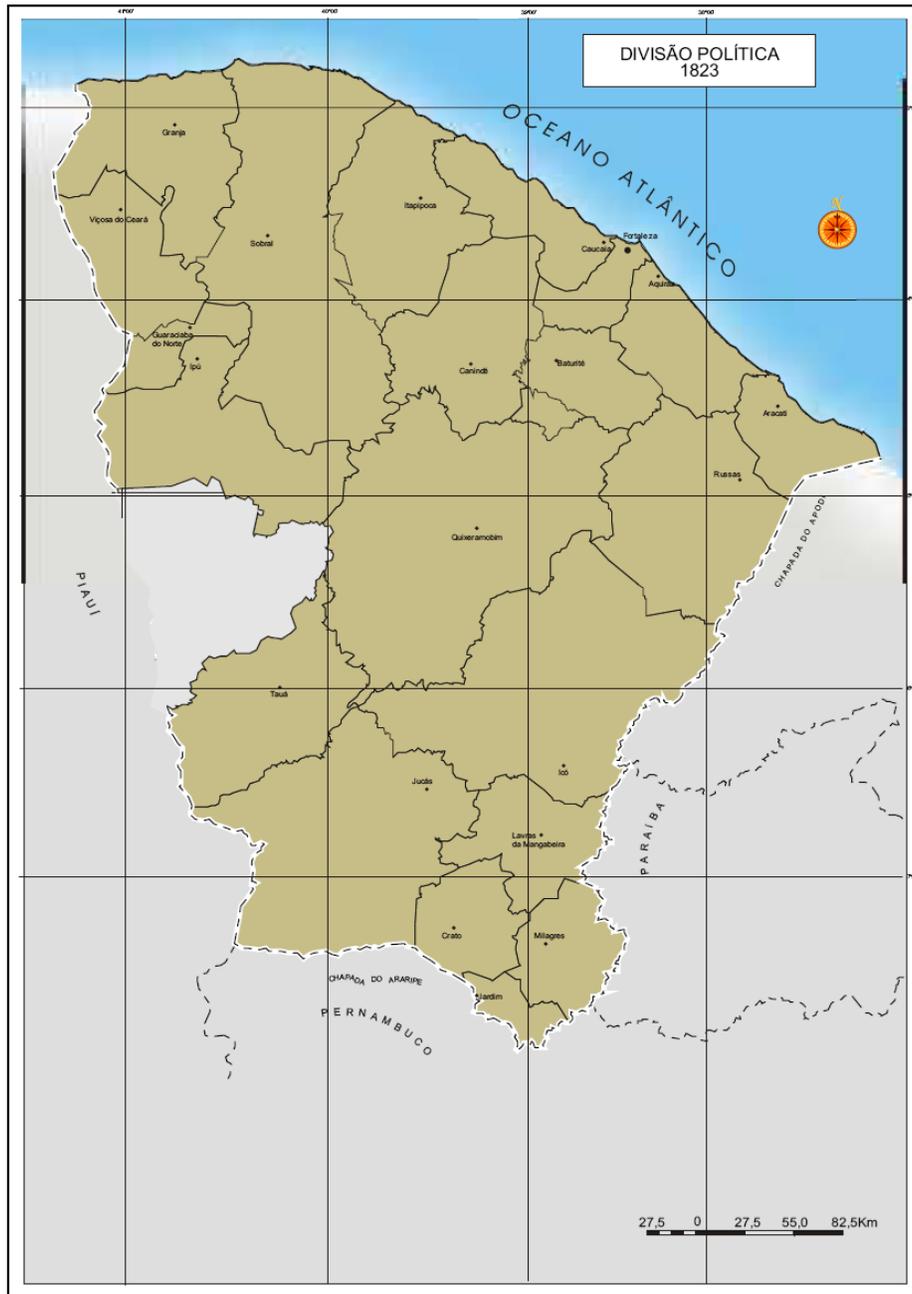
Segundo Brasil (1864; 1997) a comarca de Icó correspondia territorialmente aos municípios de Icó, Pereiro, Lavras e Telha, situada acima do município de Russas, sobre o rio Jaguaribe e Salgado. (Mapa 5).

colocaram sôbre um cavalete, barro amassado em tôda a sua extensão e que, depois de sêco e retirado, lembrava vagamente a forma de uma telha. Tal objeto, pois, empiricamente construído, destinou-se a cobertura das tôscas habitações deixadas pelo indígena que se retirara perseguido pelo branco. O invento, de forma ligeiramente côncava, lembrando uma telha, foi tida como tal, e Telha ficaram os moradores chamando o lugar. Se alguém, portanto, ia para aquêle local e se indagava seu destino, dizia-se: “Vou para a Telha”. (NOGUEIRA, 1962, p. 38-39).

³⁰ Segundo Nogueira (1962), vale ressaltar o seguinte: como povoação, num único documento o nome deixa de ser simplesmente Povoação da Telha. E isso se verifica na memória de 18 de abril de 1814, redigida pelo então Governador Luís Barba Alardo de Menezes, sobre a Capitania independente do Ceará Grande, ao fazer a descrição das diversas Vilas da mesma, e em se referindo a Icó, ao tratar das povoações com que conta o termo desta, diz textualmente – Santa Anna da Telha na ribeira do Quixelô (documento existente no Arquivo Público e publicado na Revista do Instituto do Ceará, ano XI, tomo XI. Pág. 47, Fortaleza, 1897). Seria êste, então, o nome oficial da povoação da Telha, nos idos de 1814: Santa Ana da Telha. (NOGUEIRA, 1962, p. 42).

³¹ Segundo Montenegro (2008) Icó assumia a posição de Vila no dia 04 de maio de 1738, sendo está, a terceira Vila mais antiga do Ceará em ordem cronológica, sendo antecedida por Aquiras e Fortaleza.

Mapa 5: Divisão política do Ceará - 1823



1823

Fonte: IPECE

Como se pode perceber no mapa, Icó correspondia a uma vasta extensão territorial e possuía grande importância econômica para a província do Ceará, enquanto Icó despontava como uma das principais vilas. Telha passava por um processo de transição de sítio para povoação, sendo grande parte de suas terras pertencentes aos moradores de Icó. Sua economia se restringia a uma agricultura rotineira, de subsistência e pecuária, atividade econômica predominante em boa parte da província do Ceará. De acordo com as discussões anteriores, podemos identificar inclusive, que já existia certa divisão social e territorial do trabalho entre a povoação de Telha e Icó.

As leituras acerca de Telha em seu processo inicial de ocupação nos levam a crer que este povoado tinha bastante destaque na pecuária, haja vista o número de pedidos de sesmarias para a criação de vacas e de cavalos. Isto nos permite supor que Telha fornecia gado para Icó, que também possuía muitas fazendas e era um dos principais entrepostos comerciais da época. Para se ter uma idéia, o recenseamento realizado pelo Governador Borges da Fonseca, para o ano de 1818, quantifica que nas 972 fazendas localizadas no Ceará viviam 34.181 habitantes. Das mesmas 972 fazendas, 314 pertenciam à ribeira do Icó que continha 9.912 habitantes (ANUÁRIO DO CEARÁ, 1955-1956).

Segundo Nogueira (1962), quando raiou o século XIX, a ribeira dos Quixelôs havia sido conquistada e estava povoada em muitos e diferentes locais. Acrescenta que muitas terras ainda estavam por serem ocupadas, tanto que as últimas que foram conquistadas através da concessão de sesmarias, correspondem a data de 28 de novembro de 1821, por Manuel José de Araújo Silva.

Wilson Lima Verde³², ilustre morador e estudioso de Iguatu, afirma que no início do século XIX ainda predominavam em Telha a agricultura itinerante e a pecuária.

³² Wilson Lima Verde tem 75 anos, é morador e importante estudioso de Iguatu. Além de historiador ele foi jornalista e trabalhou no Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em Iguatu, na década de 1960. A ajuda

O algodão ainda não tinha tanto destaque neste período naquela localidade, fato que viria a ocorrer no início do século XX. Mas nem por isso, este povoado deixou de ter importância, conforme afirmação de Nogueira (1962, p.49),

[...] a povoação de Telha, pouco a pouco, ia-se tornando, sob vários aspectos, cada vez maior (...). Era natural, assim, que se tornasse mais complexa a sua sociedade e novas exigências aparecessem para o funcionamento do agregado humano. Criam-se nela, então órgãos da administração que antes, funcionavam no Icó. Este, por sua vez, foi perdendo o controle paulatinamente, da povoação. Era a preparação para que, num futuro não distante, fosse criada a Vila da Telha.

Um bom exemplo da ascensão política e econômica de Telha pode ser demonstrado através de seu contingente populacional, ao compararmos o mesmo ao contingente populacional de Icó. Segundo dados do recenseamento de 1872, baseado no número de habitantes por paróquias, Icó apresentava 13.807 e Telha 12.714 habitantes (ANUÁRIO DO CEARÁ, 1955-1956). Estes números apesar de abstratos, nos dão uma boa ideia da importância que o povoado de Telha começava a assumir no contexto da região centro-sul da província.

A elevação de povoado para vila³³ deu-se através da Lei provincial nº 558, de 27 de novembro de 1851, mas sua inauguração de fato só veio a ocorrer em 25 de Janeiro de 1853. Segundo Nogueira (1962), após 21 anos de criação, a nova vila apresentou significativo desenvolvimento econômico, tornando-se um importante centro administrativo da região centro-sul do Ceará e passando à categoria de cidade em agosto de 1874.

O nome Telha foi substituído por Iguatu em 1883 e a denominação adotada decorreu do nome da principal lagoa que corta a cidade. As vésperas da proclamação da

deste ilustre morador foi fundamental no desenvolvimento de nossos estudos, por ser ele detentor de rico cabedal de conhecimentos sobre Iguatu.

³³ Ver Ata de instalação da Vila de Telha e posse da Câmara da mesma, nos apêndices de nossa pesquisa.

República, Iguatu já demonstrava significativo desenvolvimento econômico e ganhava destaque e influência na política cearense, sobretudo nas pessoas do Cel. Belisário Cícero Alexandrino, integrante da oligarquia acciolana e de seu principal rival político, Cel. Celso Lima Verde.

Estes grandes acontecimentos que envolvem Iguatu estão inseridos num contexto estrutural que corresponde à ascensão do capitalismo moderno ao nível mundial, quando a conjuntura político-econômica cearense começa a ganhar destaque com a atividade algodoeira.

Com a produção e comercialização do algodão, a província cearense ganha maior notoriedade no contexto da expansão das relações capitalistas, o que pode ser percebido através de uma divisão interna do trabalho, em que existiam as zonas produtoras e as zonas coletoras e acumuladoras das riquezas. Também é nesse contexto que podemos observar na realidade cearense, a incessante relação dialética e contraditória da coexistência de relações capitalista se desenvolvendo através de relações não capitalistas. Isso nos leva a indagar se de fato o processo de acumulação primitiva no Ceará não teria se desenvolvido ao mesmo tempo em que se dava o início de um processo de acumulação de capital propriamente dito.

Assumindo importância fulcral no contexto agro-exportador cearense, o algodão constituiu, durante mais de um século, a principal atividade agrícola do Estado, ficando conhecido como o “ouro branco”. Ele constituiu fator prioritário para a implantação de infraestrutura, como rodovias para o escoamento da produção, visto que naquele período as vias de circulação eram precárias e o transporte do algodão era feito no lombo de animais, sendo necessárias a abertura de estradas e mesmo a ampliação das linhas ferroviárias. O *boom* das exportações do algodão contribuiu para a mecanização no campo e a criação do Serviço Estadual do Algodão. Também favoreceu o comércio nas

idades e propiciou a industrialização cearense³⁴ ao induzir o surgimento das primeiras indústrias têxteis e de produção de óleos.

São inegáveis as marcas deixadas pela economia algodoeira na formação territorial do Ceará, fato que pode ser apreendido tanto nas formas materiais quanto nas imateriais que ainda coexistem. Além disto, contribuiu para que Fortaleza assumisse a condição de centro coletor do algodão produzido no interior, tornando-se conseqüentemente por este motivo e por sua importância política, a cidade de maior destaque na economia do Ceará. A citação a seguir expressa o papel assumido por Fortaleza com o advento da produção algodoeira:

[...]Com o aproveitamento do algodão, através de indústrias de tecidos em Fortaleza, inicia-se o período fabril cearense e a capital, além de exercer o papel de grande coletor e beneficiador de produtos primários, tornar-se aos poucos centro de transformação da produção primária. (SILVA, 1989, p.85).

Desse modo o algodão além de ser um grande dinamizador da economia, teve destacada importância na produção e organização do espaço cearense. É fácil inferir que esse produto ao atuar como elemento reestruturador da economia cearense foi responsável por uma modernização seletiva do território ao inserir de forma mais notória o Ceará na Geografia histórica da acumulação capitalista. A estrada de ferro, com o propósito inicial de exportar o café, foi imprescindível para a circulação do algodão e, conseqüentemente, para a apropriação do excedente de capital produzido por esta cultura, como bem destacam Assis e Sampaio (2009, p. 13):

³⁴ Acreditamos ter sido a atividade algodoeira, sobretudo a partir de sucessivas crises e pela reorientação da produção deste produto para o consumo interno, a grande proporcionadora da atividade industrial no Ceará, com a criação das primeiras indústrias têxteis, a exemplo da Fábrica de Tecidos Progresso, datada de 1883. Nobre (1989) indica que esta atividade (algodoeira) e não a pecuária é a responsável pela industrialização do Ceará.

As ferrovias além de traçar caminhos que acabavam ligando áreas com objetivos agro-exportadores, também modificaram processualmente a configuração territorial do Ceará, construindo e fortalecendo cidades como Baturité, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Piquet Carneiro, Iguatu, Missão Velha, Crato, Barbalha (Caminho de Baturité) e Camocim, Sobral, Ipú, Cariré, Nova Russas e Crateús (Caminho de Sobral) e redefinindo caminhos antigos, considerados antes de grande porte, que passavam nesse momento a ser secundários frente ao “tempo rápido” das locomotivas. Aquele percurso construído entre Icó e Aracati, então grandes centros principais do sertão e do litoral do século XVII e XVIII, já não eram mais os mesmos e os novos percursos já ditavam também outra lógica de relação com a natureza e dá própria reprodução social.

Este fato demonstra como a modernização chega ao Ceará, que passa a estabelecer relações comerciais com vários países, sobretudo Inglaterra e França. Este último, particularmente, teve grande influência na cidade de Fortaleza, fomentando relações de trocas comerciais e a criação de casas de comércio, dentre as quais destacamos as Casas Boris, fundadas após a chegada dos primeiros irmãos Boris³⁵ no final do ano de 1860 (TAKEYA, 1995). Foram as oportunidades oferecidas, propiciadas com a comercialização do algodão que fizeram com que esta família viesse a instalar suas casas de comércio em Fortaleza. Além do comércio, a influência da França é sentida na arquitetura, no arruamento e nos costumes dos fortalezenses mais abastados.

Geradora de muitas riquezas, sobretudo na esfera da circulação, a atividade algodoeira também contribuiu bastante para a manutenção do poder político de elites políticas nessa província, posteriormente Estado do Ceará. Este é o caso da Oligarquia Accioly que muitos benefícios políticos e econômicos tiraram desta cultura com suas relações com a família Boris.

De fato a cultura algodoeira propiciou uma série de transformações socioespaciais e contribuiu para certa modernização do território cearense. Mas se

³⁵ Para uma análise profunda da instalação e dos investimentos dos Boris no Ceará, ver Takeya (1995) no livro Europa, Ceará e França: origens do capital estrangeiro no Brasil – Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995;

procurarmos desvendar o claro-escuro (KOSIK, 1976), ou seja, fazer uma análise que vá para além da aparência, sem negá-la por completo, é claro que perceberemos que os benefícios e o excedente econômico gerado pelo algodão foi distribuído de forma desigual, se concentrando nas mãos dos grandes proprietários de terras e comerciantes de algodão. Além do mais, apesar de haver determinadas modernizações no território, mantinham-se as relações de exploração. Crianças, mulheres e homens exerciam atividades pesadas em várias horas de trabalho por dia. Muito comum era a permanência de relações de trabalho não capitalistas, a exemplo das parcerias, como era o caso dos meeiros, dos moradores de fazenda, etc., Relações estas geradoras de extrema lucratividade para os proprietários de terras e de dependência e submissão para os camponeses. Conforme Harvey (2005b, p.118) o capitalismo também pode se apropriar de “reservas latentes” de um campesinato ou, por extensão, mobilizar mão-de-obra barata de colônias e outros ambientes esternos.

Paralelamente às transformações políticas e econômicas que ocorriam no Ceará, Iguatu destacava-se, sobretudo, como um importante centro político que teve nas figuras de Cel. Belisário Cícero Alexandrino³⁶ e Cel. Celso Lima Verde³⁷ os principais representantes daquele momento. Membro da oligarquia acciolina, Belisário teve papel importante para que a estrada de ferro chegasse a Iguatu. Baseando-se na história oral, importante fonte de pesquisa e que evidencia a fala de sujeitos que participaram e fizeram a história de um determinado momento, buscou-se entender o papel deste político que segundo Wilson Lima Verde, em entrevista que realizamos com este estudioso de Iguatu,

³⁶ Cel. Belisário Cícero Alexandrino foi o 5º Intendente de Iguatu em ordem cronológica. Segundo Nogueira (1962, p. 157), é exato que, no poder, Belisário chegara ao auge em 1910. Além de o mais importante dos Intedentes ele era também o presidente da Assembléia Estadual. Nessa condição, podemos dizer que chegava a ser uma espécie de segundo Presidente do Estado. De fato, a 18 de março de 1910, foi êle quem assumiu a direção da administração do Ceará, quando o Presidente Nogueira Acióli, em gozo de licença, partiu para o Rio de Janeiro.

³⁷ Cel. Celso Lima Verde, foi outra importante figura política do Estado, assumindo cargos importantes, como Intendente de Iguatu, Presidente da Câmara de Iguatu e foi considerado o maior rival político de Belisário (NOGUEIRA, 1962; MONTENEGRO; 2008).

a influência política do Coronel Belisário, intendente de Iguatu e membro da oligarquia Acioli, proporcionaram a chegada da estrada de ferro no ano de 1910, fato decisivo para que aquele município se tornasse um dos principais produtores de algodão do Ceará. A estrada de ferro que em seus planos iniciais iria passar por Icó, grande centro e importante interposto comercial, mas sofreu a resistência da população e da elite local, que alegava que iria trazer muito barulho e desconforto para a população. De uma certa forma era o medo do progresso. Desta forma, Belisário, com sua astúcia e influência que tinha com o Governador Acioli, pediu pra que a estrada de ferro passasse por Iguatu, fato que se concretizou em 5 dezembro de 1910 (LIMA VERDE, entrevista 17-03-2010).

Fortalecendo as afirmações da oralidade que nos foram transmitidas por Lima Verde, nos apoiamos em Nogueira (1962) ao destacar a influência de Belisário para a aquisição da estrada de ferro para Iguatu e sobretudo da grande influência política que este tinha na província cearense. Segundo Nogueira (1962, p. 154), este

é o seu maior ato. É um dever proclamá-lo, porque deu a Iguatu a base fundamental de seu progresso econômico. Estamos em 1908 e a Estrada de Ferro de Baturité avançava através do sertão, transformando completamente as suas condições de vida. Em virtude da localização de Iguatu, situado a margem esquerda do Jaguaribe, haveria necessidade da construção de uma grande ponte para atravessar o rio. Por isso, os gastos seriam enormes e o traçado mais conveniente seria deixar a Cidade à margem, correndo os trilhos de S. José ou Suçuarana antigos noutra direção. Foi nesse momento que se fêz sentir o prestígio de Belisário, transportando-se para Fortaleza e entendendo-se com o seu amigo e correligionário Presidente Nogueira Acióli, exigindo que a estrada de ferro em construção passasse em Iguatu. Seu desejo foi prontamente atendido, porque o Presidente do Estado fêz valer sua fôrça junto as autoridades federais.

De fato, no iniciar-se o século XX, Iguatu já começara a apresentar indícios de grande produtor de algodão apesar de algumas especificidades no que concerne a esta cultura no Estado do Ceará. Como exemplo apontamos a existência de campos experimentais próprios para o cultivo do algodão e com destaque na produção do algodão herbáceo. Nas primeiras décadas do século XX, registrara grande número de fábricas de

beneficiamento de algodão, notória dinamização econômica com investimentos em bens de capital no campo, o que nos levou às indagações: “Teria ocorrido um processo de acumulação de capital interna em Iguatu propiciada pela atividade algodoeira?” Na tentativa de responder a esta indagação, elaboramos o quarto capítulo deste estudo.

4. A CULTURA ALGODOEIRA EM IGUATU

Algodão

Bate a enxada no chão, limpa o pé de algodão
 Pois pra vencer a batalha,
 Tem de ser bem forte, robusto, valente ou nascer no sertão
 Tem que suar muito pra ganhar o pão
 Poia a coisa lá "né" brinquedo não

Mas quando chega o tempo rico da colheita
 Trabalhador vendo a fortuna, "se deleita"
 Pega a família e sai, pelo roçado vai
 Cantando alegre ai, ai, ai, ai, ai, ai, ai, ai.

Sertanejo do norte
 Vamos plantar algodão
 Ouro branco que faz nosso povo feliz
 que tanto enriquece o paíz
 Um produto do Nosso Sertão.

Luiz Gonzaga

DOS FIOS BRANCOS QUE TECERAM A HISTÓRIA DE UMA REGIÃO

Os fios brancos que teceram a história de um povo
 A história de uma região, de uma re(li)gião
 De um povo sofrido, dolorido e explorado.
 O cenário? O Sertão, os sertões de Euclides da Cunha
 Mas que se estendeu para a zona da mata, para as serras úmidas.
 Este fio branco, o algodão trouxe a diferenciação dentro de uma região
 Que antes, o predomínio da plantation açucareira, outrora um outro Nordeste, o
 Nordeste do algodão.
 Do lugar, da região para o mundo,
 Do interesse da rapina internacional, através da circulação do capital, trouxe riquezas
 nas mãos de poucos, infra-estruturas no Sertão, estrada de ferro, maquinários,
 transformando o modo de vida do velho sertanejo.
 Da renda da terra, da renda trabalho, ao capital monopolista, ao imperialismo,
 perpassando ao cotidiano da festa, da colheita, da própria sobrevivência diária.

Átila de Menezes Lima.

Nesta parte da pesquisa trataremos de forma mais aprofundada da cultura algodoeira em Iguatu. Iniciamos este capítulo com duas poesias. Em seguida fazemos

uma caracterização geral da cultura algodoeira no Ceará e em Iguatu, destacando algumas permanências culturais e de relações de trabalho de tempos pretéritos. Dando continuidade, levantamos discussões sobre o processo de acumulação de capital e as relações sociais de produção. Findamos o capítulo discutindo a indústria de beneficiamento e a espacialização da produção algodoeira.

Aparentemente, pouca ou nenhuma relação existe entre a canção do mestre Luiz Gonzaga, a poesia subsequente e nossa pesquisa. Primeiro, porque na visão de algumas correntes de pensamento, a arte e a ciência percorreriam e percorrem itinerários diferentes. Segundo, porque a subjetividade da arte seria o oposto da racionalidade objetiva do conhecimento científico. E terceiro, porque na arte e na poesia, existe uma relação pessoal, expressões sentimentais, emoções, ao contrário da ciência, que procuram a impessoalidade, a objetividade e a neutralidade. Sendo assim, nenhuma conexão existiria entre a canção, a poesia supracitada e nossa pesquisa e, portanto, desnecessária seria a permanência destas neste trabalho.

Mas se apurarmos um pouco mais o olhar, perceberemos que existe grande relação entre as epígrafes e a nossa discussão, por isso se indaga: onde estaria o ponto de interseção?

A canção de Luiz Gonzaga relata a realidade vivida no interior dos sertões nordestinos onde o chamado “ouro branco” propiciou riqueza, “desenvolvimento” e felicidade para todos, sobretudo os sertanejos pobres. De fato, o algodão gerou muitas riquezas e transformações na parte do Nordeste em que era a atividade econômica principal. Mas vale indagar até que ponto estas transformações beneficiaram de fato os sertanejos pobres.

Acreditamos que uma análise científica, busca os nexos internos dos fatos, as relações que os constituem, não apenas a aparência. Diferentemente do que está posto na

canção, pretendemos ir além do que está explícito, buscando as mediações que nos levam à essência dos fenômenos, como nos ensinou Kosik (1976, p. 11),

o complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade.

Não queremos afirmar aqui, que o mundo imediato, a aparência, o senso comum sejam uma realidade falsa, pelo contrário, estes fazem parte do real, e a essência dos fenômenos não existiria sem a aparência. O que queremos de fato é analisar a realidade em sua totalidade e na relação dialética da aparência-essência. Para reforçar nossa posição citamos a contribuição de Ciavatta (2009, p.74) ao explicitar que

as aparências não ocorreriam para os sujeitos como falsificações, como imaginação perversa, mas como coisas reais, e viriam a constituir o senso comum dos objetos tidos como naturais. A superação do aparente em busca dos determinantes mais profundos, em busca dos nexos reais, é condição *sine qua non* para fazer ciência, para conhecer a história que aparece permeada de ideologia.

Nesta perspectiva, nossa poesia evoca o algodão como um produto que trouxe diferenciação social, econômica e espacial ao Nordeste, implicando em modificações no cotidiano do sertanejo e no interesse do capital nacional e internacional por este produto.

Este capítulo tem como propósito, compreender como se deu o desenvolvimento da atividade algodoeira em Iguatu durante o período de 1920 a aproximadamente o fim dos anos 70 e início dos anos 80 deste mesmo século. Este recorte coincide, quase que por completo, com o momento de transição da economia

brasileira de agro-exportadora para uma economia urbano-industrial (OLIVEIRA, 2003) denominada por Florestan Fernandes (2006) como “A revolução burguesa no Brasil”.

Nossa tese é a de que a cultura algodoeira foi responsável por um processo de acumulação primitiva, ou melhor, de uma acumulação por espoliação (HARVEY, 2005b), que coexistiu e foi o fundamento para o desenvolvimento de atividades manufatureiras e industriais, criando inclusive um significativo número de operários na cidade, favorecendo assim, o desenvolvimento das forças produtivas e das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

4.1. Caracterização da cultura algodoeira cearense: rupturas e permanências

A análise da cultura algodoeira no Ceará remete de imediato a apreensão de suas particularidades em relação ao restante do país. Adaptado ao clima semi-árido, o algodão cearense necessitava de pouca água para a sua produção, sendo o algodão moco procedente do Rio Grande do Norte (SUDEC, 1973), a espécie mais difundida. Este, por sua melhor adaptação ao clima semi-árido, ocupou grande extensão do território cearense no século XX. Já o algodão herbáceo, mais adaptado às áreas de várzea, ocupou pequena extensão do território cearense. Este tipo de algodão está estritamente ligado aos baixos e solos de aluvião, encontrados nas embocaduras dos rios cearenses, sobretudo no rio Jaguaribe onde o algodão herbáceo mais se desenvolveu.

De acordo com a Sudec (1973, p. IV.4)

O algodão herbáceo, mais dependente de umidade, localiza-se notadamente nas zonas fisiográficas do baixo Jaguaribe e litoral. Sendo uma espécie anual, encontra-se na dependência dos azares da seca, daí a sua limitação às áreas de várzea dos rios Jaguaribe e Acaraú, notadamente.

É válido lembrar, todavia, a existência tanto do algodão arbóreo quanto do algodão herbáceo em um mesmo município, como é o caso de Iguatu, que por fatores microclimáticos cultivava nos interflúvios a espécie mocó, e nas várzeas o tipo herbáceo. Além destes tipos, destacou-se ainda o algodão verdão, uma espécie de híbrido entre diferentes espécies de algodão e uma série de outros tipos de algodão, que foram criados durante o século XX.

Tradicionalmente, o cultivo do algodão no Ceará ocorria de modo consorciado às culturas de subsistência como o milho e o feijão. Os procedimentos para o cultivo desta malvacea se resumiam ao preparo da terra de outubro a dezembro, justamente no período que precede as primeiras chuvas. O plantio era feito logo após a queda das primeiras chuvas, se estendendo do mês de fevereiro ao mês de abril. Já a colheita ocorria depois da retirada dos produtos de subsistência, por volta de agosto a novembro, visto que o algodão permite mais de uma colheita, pois o mesmo não brota todo de uma vez. A atividade era exercida por mulheres, crianças, jovens e adultos. Até a década de 1960, era quase totalmente manual, ocorrendo a partir de então, através do Crédito Agrícola e Industrial – CREAMI³⁸, um processo de financiamento para compra de tratores, arados,

³⁸ A carteira de Crédito Agrícola Industrial – CREAMI, criada em novembro de 1937 foi considerada como a “primeira construção institucionalmente consolidada e nacionalmente articulada de intervenção governamental na intermediação financeira orientada para a oferta direta de crédito para custeio e investimento produtivo privado de longo prazo nos setores agrícola e industrial”. Nesse sentido são arroladas as principais linhas de crédito da instituição (aquisição de matérias primas e insumos; custeio de entressafra; compra de animais; reforma e aperfeiçoamento e aquisição de maquinário industrial); as garantias; os prazos de financiamento e os juros cobrados nos contratos. (FREITAS FILHO, p.4).

Conforme Freitas Filho (s.d) As fontes de recursos da CREAMI seriam originárias da emissão de títulos de prazos diversos: curto, médio e longo. A assistência dada pela Carteira seria voltada para: (a) aquisição de meios de produção, sementes, adubos e matérias-primas para fins industriais; (b) aquisição de gado destinado à criação e melhora de rebanhos; (c) custeio de entressafra; (d) aquisição de máquinas agrícolas ou de reprodutores; e (e) reforma ou aperfeiçoamento de maquinaria. Os empréstimos de prazo mais longo atenderiam os empreendimentos classificados nas duas últimas categorias – respectivamente, dois e três anos. “Não eram permitidos empréstimos para aquisição de imóveis ou instalação inicial de aparelhagem industrial”. (FREITAS FILHO, s.d, p.4). Sobre o CREAMI, ver ainda Araújo e Melo no artigo Estado, indústria e padrões de financiamento na história da economia brasileira do século XX: a CREAMI, a SUMOC e as indústrias automobilística e petrolífera.

Conforme Wilson Lima verde em conversas diversas, o financiamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial – CREAMI, foi implantado em Iguatu por volta da década de 1960, sendo o próprio entrevistado funcionário do Banco do Brasil e atuando inclusive como fiscal da CREAMI.

insumos agrícolas etc., que permitiram um aumento na produtividade algodoeira cearense antes de seu declínio.

Ainda em relação às condições naturais e em especial às pedológicas favoráveis ao cultivo do algodão no Ceará, J. Oliveira *apud* ATLAS DO CEARÁ (1973) destaca a presença dos solos vermelhos, negros e castanhos com argilas expansivas e solos de serra e pés de serra, além dos solos aluviais. Ainda de acordo com o Atlas do Ceará (1973),

Os solos negros e castanhos com argilas expansivas constituem-se os mais apropriados solos para a cultura algodoeira, inclusive o seu nome de origem “Black Cotton Soil”, (solos negros do algodão) vêm atestar suas qualidades específicas. Caracterizam-se principalmente por uma fertilidade aparente elevada, isto é, com boas reservas de nutrientes, sendo portanto, solos bastante ricos, com Ph em torno de 6, pouca matéria orgânica, (a cor do solo pode não ser devida a mesma), além de uma suscetibilidade ligeira a erosão. No Cariri e Alto Jaguaribe eles alcançaram as suas maiores profundidades, com média de 1 a 2 metros. (SUDEC, 1973, p.IV.4).

Se voltarmos ao mapa 2 e compararmos as antigas áreas produtoras no século XIX, com os tipos de solos, constataremos que a produção se dava em ambientes de solos de pé de serra, de aluvião e de solos negros. Ao fazermos a mesma leitura para o século XX, sobretudo para a década de 1960, perceberemos que algumas áreas tradicionais permaneceram produzindo algodão enquanto novas áreas foram inseridas. Conforme o Atlas do Ceará (1973), a distribuição espacial da cultura está mais relacionada a fatores de ordem ecológica, enquanto a sua expansão se deve sobretudo a razões de ordem econômica.

Ainda de acordo com o Atlas do Ceará (1973, p.IV.4), a maior produtividade do algodão, para a década de 1960, ocorreu justamente nas áreas de predominância dos solos negros e castanhos. Dentre os quais, podemos citar os que se situavam nos

municípios de Milagres, Aurora, Brejo Santo, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Várzea Alegre, além de Iguatu e Mombaça: todos pertencentes às regiões sul e centro-sul do Estado do Ceará.

A análise histórico-geográfica revela que além de coincidências de fatores ecológicos e locacionais, a cultura algodoeira demonstra a permanência de antigas relações sociais que são fundamentais para o entendimento do espaço geográfico, fato que trataremos a seguir.

4.1.1. A permanência de antigas relações sócio-culturais na produção algodoeira

Por sua associação com a pecuária, à cultura algodoeira herdou daquela, muitas influências, precipuamente no que tange as relações de trabalho, como a parceria, a meeia, além da figura do capataz de fazenda e da estrutura fundiária, originária dos tempos das sesmarias, como bem ilustra Barreira (1992, p. 22), na citação que segue:

O sistema das sesmarias deixou, depois de extinto, a herança: o proprietário com sobra de terras, que não as cultiva, nem permite que outrem as explore. Lavradores meeiros e moradores de favor são duas sombras que a grande propriedade projeta, vinculadas à agricultura de subsistência, arrendadas da lavoura que exporta e que lucra.

Se analisarmos as relações estabelecidas entre os vaqueiros e os donos de fazendas, perceberemos que estas, fundamentaram as relações que se estabeleceriam na estrutura algodoeira em tempos posteriores. Explicando sobre a importância da pecuária e do algodão para o espaço nordestino, Jucá (1989) assevera que o sistema da quarta - o vaqueiro cuidava dos currais, e a cada três bezerros nascidos, o quarto era de sua posse -,

permitia que o vaqueiro com o passar do tempo juntasse um número considerável de reses e arrendasse parte da propriedade do grande fazendeiro.

Conforme Leite (1994, p. 63),

Quando o vaqueiro conseguia – através do pagamento feito pelo sistema de quarteação -, formar um pequeno rebanho, costumava alugar um pedaço de terra do proprietário para o qual trabalhava, e iniciava seu próprio negócio, o que não era difícil devido à exigência de um fundo inicial muito pequeno. Dessa forma, a demanda de indivíduos com recursos modestos, pela atividade pecuária, levou ao aparecimento de fazendas de gado cujos proprietários não eram os donos de sesmarias.

A citação acima é importante, pois demonstra como se deu o surgimento dos proprietários que não necessariamente conseguiram suas terras mediante a concessão de sesmarias, demonstrando ainda, o início das relações de parcerias, engendradoras da cultura algodoeira.

A permanência destas relações demonstram como determinadas estruturas resistem apesar do tempo e provam que a realidade é permeada por rupturas, mas também por permanências, sendo estas importantes para o entendimento da realidade passada e presente. Em seus estudos acerca da estrutura produtiva do algodão no Ceará, Leite (1994, p. 57) afirma que:

No século XIX, o plantio do algodão no Ceará, realizava-se, geralmente, por pequenos e médios agricultores que cultivavam também gêneros de subsistência, como o milho e feijão. As pequenas unidades produtoras são cultivadas por parceiros ou meeiros, também chamados moradores, - que ocupam as terras cedidas pelos grandes proprietários -, ou por agricultores independentes.

A relação de parceria, já existente no semi-árido nordestino desde o século XIX, funcionava da seguinte forma: pequenos produtores, que não tinham a posse da terra, trabalhavam nas propriedades de grandes fazendeiros estabelecendo o que Oliveira (1981) denominou de latifúndio-minifúndio, cultivando algodão no pedaço de terra que lhes era cedido além de plantarem o algodão nas terras exploradas pelo fazendeiro que lhes pagavam uma renda. Segundo Leite (1994), o parceiro ou o morador recebia a terra, fornecendo em troca dois ou três dias de trabalho por semana para o proprietário, o que representava um pagamento pelo uso da terra, em trabalho.

As relações de parceria foram extremamente lucrativas para os grandes fazendeiros, pois tinham custos mínimos na produção, visto que além dos pequenos produtores plantarem o algodão, adotavam a prática do consórcio com produtos de subsistência que no final, eram repartidos com os fazendeiros. Quando não, o parceiro cedia alguns dias de seu trabalho nas terras do grande fazendeiro, originando-se assim, a renda produto e a renda trabalho. A renda trabalho correspondia ao tempo de trabalho que o lavrador dedicava às terras do proprietário.

Esse tipo de renda não pode ser considerado um excedente sobre o lucro. 'Ai a mais-valia e a renda são idênticas, a mais-valia aparece ainda palpável na forma de trabalho excedente, sendo evidentes as condições naturais ou os limites da renda por serem os do próprio trabalho excedente' (LEITE, 1994, p.65).

Já no caso da renda produto, o trabalhador precisava pagar pelo uso da terra através do produto no qual seu trabalho se materializava. Neste caso, segundo Leite (1994), a renda produto diferenciava-se da renda em trabalho porque o produtor passava a responsabilizar-se pela execução de seu trabalho, não sofrendo mais vigilância direta e podendo dedicar a maior parcela de seu tempo para trabalhar em proveito próprio.

Acerca do benefício que as relações de parceria trouxeram para os grandes proprietários de terra, Leite (1994, p. 65) assevera que:

Na relação de parceria o proprietário de terras obtém uma produção a baixo custo, pois entrega a responsabilidade dos custos de reprodução da força de trabalho ao próprio parceiro, e socializa os riscos e perdas da produção. Além disso, a preparação do terreno pelo parceiro “constitui um excedente de trabalho que não é deduzido na repartição do produto final. Sendo assim, quanto maior a produção maior serão os ganhos do dono das terras.

Tais relações tiveram origem no século XIX e se intensificaram no século XX, sendo favoráveis a um processo de acumulação interna de capital na economia cearense. Não fugindo a esse modelo, a cultura algodoeira em Iguatu, representa muito dos pressupostos debatidos anteriormente, mas com algumas especificidades, tanto no que condiz às suas condições naturais, que vão proporcionar o plantio do algodão arbóreo, quanto do algodão herbáceo. Em relação ao plantio, era comum a prática do consórcio, embora existissem campos experimentais próprios para o cultivo de algodão. O que de fato queremos comprovar é que o algodão tanto na escala do Ceará, quanto no caso particular de Iguatu, foi capaz de gerar uma acumulação de capital interno, tendo as relações de produção não capitalistas papel fundamental nesse processo.

4.2 . Premissas sobre a acumulação primitiva (por espoliação) e de capital

Uma análise que leva em consideração a longa duração e mesmo o tempo da conjuntura (BRAUDEL, 1958; 2007) nos permite afirmar que desde o início de sua ocupação, as atividades econômicas desenvolvidas em Iguatu, no caso a pecuária e a agricultura rotineira de subsistência, se desenvolveram de forma tímida. E a nosso ver

foram incapazes de gerar um excedente de capital interno, sendo este apropriado em sua maioria, na esfera da reprodução ampliada do capital.

No raiar do século XX, há um processo de ruptura-continuidade nas relações sociais de produção em Iguatu, visto que as relações capitalistas adentram de forma mais visível e verossímil na produção algodoeira, explicitado nas indústrias de beneficiamento e na comercialização do algodão da localidade. Ocorre ainda um incremento nos serviços (hospitais, escolas, cinemas, etc.) e no próprio capital financeiro, representado pela presença de estabelecimentos bancários e representantes de instituições financeiras de outros países já nas décadas iniciais do século XX.

Dentre estes podemos destacar o Banco de Crédito Comercial - banco de capital local datado de 1929 -, o Banco do Brasil - inaugurado em maio de 1940 - e o Banco do Nordeste - datado de 1959. Para se ter uma idéia, a agência do Banco do Brasil de Fortaleza foi criada em 1916. De acordo com Costa Neto (2004) o Banco do Brasil possuía no ano de 1919 um total de 37 agências em todo o Brasil, passando para setenta agências no ano de 1923. Como se percebe, a presença de diversas instituições financeiras em Iguatu demonstra a importância econômica deste município na economia cearense.

Mas o que de fato explica a presença de indústrias, de serviços e, sobretudo, de capital financeiro local e internacional em Iguatu na primeira metade do século XX? O que explicaria esta realidade? Podemos afirmar que estas transformações são fruto de um processo de acumulação interna de capital no município ou de um ajuste espacial do capital global? Qual o papel da cultura algodoeira nestes processos?

De fato, estas transformações são fruto do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, mas com características próprias para nossa realidade de estudo,

já que as formulações originais de Marx (1890; 1893) acerca do desenvolvimento do capitalismo na Europa, não podem ser aplicadas por completo para a realidade brasileira.

Ainda que se rejeite a demanda de ‘especificidade global’ que está implícita na tese do ‘modo de produção subdesenvolvido’, é evidente que a história e o processo da economia brasileira no pós-anos 1930 contêm alguma ‘especificidade particular’; isto é, a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como o da expansão de uma economia capitalista – (...) – mas essa expansão não repete nem reproduz *ipsis litteris* o modelo clássico do capitalismo nos países mais desenvolvidos, nem a estrutura que é o seu resultado (OLIVEIRA, 2003, p.61).

Reforçando nosso entendimento, Gorender (1980, p.60) afirma que:

Na realidade histórica factual, o modo de produção capitalista em nenhuma parte se estabeleceu no vazio e em estado puro, porém teve de se defrontar e coexistir com outros modos de produção. Alguns deles se lhe tornaram subsidiários ou foram mesmo por ele recriados, enquanto, não conseguiu suas forças produtivas à maneira capitalista.

Dessa forma, em Iguatu, ao mesmo tempo em que ocorria o desenvolvimento das forças produtivas com o desenvolvimento industrial, a dinamização do capital financeiro, a mecanização das relações no campo, o grande fluxo comercial que garantia a centralidade deste município perante a região centro-sul (fruto da atividade algodoeira), coexistiam relações não capitalistas de produção, sobretudo no plantio e colheita das relações de parcerias, fundamentais para o desenvolvimento de uma acumulação de capital interna em Iguatu.

Consideramos que a permanência de antigas relações de trabalho não representa um atraso na economia brasileira, mas uma das formas do capitalismo para

reproduzir-se. Neste sentido, concordamos com as abordagens que refutam o modelo Cepalino. Este afirmava existir neste processo uma dualidade entre um Brasil moderno e outro arcaico, ao mesmo tempo em que acreditamos no que Oliveira (2003) defende: por trás desta aparente dualidade existe uma relação dialética.

Segundo ele, a manutenção de padrões primitivos na produção, com novas relações de produção na agropecuária, permitiram uma redefinição nas relações capital trabalho e a determinação do baixo custo da reprodução da força de trabalho, fato propício para a reprodução capitalista.

O algodão, de fato, parece ter constituído uma ruptura-continuidade no sentido de haver desenvolvido as forças produtivas, assim dinamizando a economia e proporcionando a criação de um proletariado fabril favorecedor da expropriação de mais-valia, além da modernização seletiva do território, ao manter relações de trabalho seculares, que tão bem caracterizam essa cultura agrícola no Ceará.

Grande parte das riquezas geradas no circuito produtivo do algodão eram apropriadas pelo capital na esfera da circulação, cuja ocorrência se dava em esfera global, ajudando na reprodução ampliada do capital. Consideremos também que a atividade algodoeira em Iguatu foi responsável por um processo de acumulação de capital interno, o que nos leva a concordar com Oliveira (2003) em *Crítica à Razão Dualista: O ornitorrinco*, no qual defende a existência de um processo de acumulação interna no Brasil.

Conforme Oliveira (2003, p.55),

nas condições concretas da expansão do capitalismo no Brasil, o crescimento industrial teve que se reproduzir sobre uma base de acumulação capitalista

razoavelmente pobre, já que a agricultura fundava-se, em sua maior parte, sobre uma acumulação primitiva.

É evidente que no caso de Iguatu este processo de acumulação e expansão das relações capitalistas de produção não se deu conforme o processo analisado por Marx (1890) para a realidade europeia do século XIX ou mais especificamente para a Inglaterra daquele período.

Para Marx (1893), o desenvolvimento do modo de produção capitalista foi fruto de um processo histórico de acumulação através de relações diversas, sobretudo de relações escravistas, agiotagem, entesouramento, entre outras, denominadas por ele de acumulação primitiva. Marx (1962) *apud* Gunder Frank (1980, p. 61-62) disse que,

Embora encontremos os primeiros inícios da produção capitalista já nos séculos XIV e XV, esporadicamente, em certas cidades do Mediterrâneo, a era do capitalismo data do século XVI (...) A história moderna do capital data da criação no século XVI de um comércio e de um mercado de amplitude mundial (...) As colônias asseguravam um mercado para as florescentes manufaturas, e, através do monopólio do mercado, uma acumulação crescente. Os tesouros capturados fora da Europa em saques evidentes, escravização e assassinato fluíam para ela e eram transformados em capital (...) Na verdade, os métodos de acumulação primitiva eram qualquer coisa menos idílico (...) Na história real é notório que a conquista, a escravização, o roubo, o assassinato, em resumo a violência, têm o papel principal (...) A descoberta de ouro e prata na América, a extirpação, escravização e sepultamento em minas da população aborígine, o começo da conquista e saques das Índias Orientais, a transformação da África em uma reserva para a caça comercial dos peles-negras, assinalaram a rosada aurora da era da produção capitalista. Esses procedimentos idílicos são os principais momentos da acumulação primitiva. Nos seus calcanhares caminha a guerra comercial das nações europeias, tendo o globo seu teatro (...) Os diferentes momentos da acumulação primitiva (...) chegam a uma combinação sistemática abrangendo as colônias, o débito nacional, o moderno modo de taxaço e o sistema protecionista. Mas todos eles empregam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade, para apressar, à maneira de estufas, o processo de transformação (...) A força é a parteira de toda a sociedade velha grávida de uma nova. Ela própria é um poder econômico (...) Liverpool engordou com o comércio de escravos. Este era seu método de acumulação primitiva (...) Na realidade, a escravidão velada dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, para seu pedestal, da escravidão pura e

simples no novo mundo (...) O capital entra [no mundo] gotejando da cabeça aos pés, por cada poro, sangue e sujeira. (Marx, I, 715, 146, 753-4, 714, 751, 759-60).

Com base na citação anterior, é possível pensar que o Brasil se insere em parte nesse processo de acumulação primitiva do capital, o que leva muitos autores a afirmarem a não existência para a realidade brasileira, de um processo de acumulação interna de capital, visto que o excedente aqui produzido era apropriado por completo pelo capital internacional.

Se assim fosse, poderíamos concluir que Iguatu, estando inserido no processo de expansão de um capitalismo a nível planetário, cujo excedente gerado pelas atividades iniciais, como a pecuária, foi apropriado pelo capital em escala global, não desenvolveu uma acumulação interna. Se a realidade fosse mera projeção de abstrações teóricas, de modelos perfeitos, poderíamos afirmar que sim. Mas como acreditamos que a realidade deve ser compreendida em sua historicidade e em suas variações espaço-temporais construídas em especificidades, afirmamos que o raciocínio desenvolvido anteriormente só se aplicaria para o período anterior a década de 1920. Isto porque, a partir de então, a realidade mudou com a expansão da atividade algodoeira, trazendo consigo os primeiros indícios de uma concentração de capital interno, ora voltada ao beneficiamento e industrialização do algodão, ora para a exportação. Conforme Wallestein (1985), o capitalismo é acima de tudo, um sistema social histórico, e é assim que devemos compreendê-lo.

Nesta perspectiva, assinalamos que com a produção algodoeira, no período que se estende dos anos 20 aos anos 70 do século XX, ocorreu um processo de acumulação interna em Iguatu e no Ceará. É evidente que esta acumulação é uma acumulação ínfima perante a totalidade do capitalismo, mas na escala do município, foi propícia para uma série de transformações socioespaciais. Na perspectiva clássica, para

haver um processo de acumulação de capital, seria necessário a existência de uma acumulação anterior, o que ficou conhecido como acumulação primitiva ou, nas palavras de alguns historiadores, de acumulação original.

Esse processo de acumulação primitiva cessou com a acumulação de capital? Seria possível falarmos de uma acumulação primitiva em Iguatu que tenha subsidiado o seu processo de acumulação de capital interno? Seriam fases sucessivas ou coexistiriam? Falar em uma acumulação primitiva não seria cair em um anacronismo? No intuito de resolver estes problemas, utilizamos tanto o conceito de acumulação primitiva como o de acumulação via espoliação.

Fazemos a ressalva de que Harvey (2005b) ao utilizar o conceito de acumulação por espoliação, afirma que poder ocorrer de uma variedade de maneiras, dentre as quais, a expropriação do camponês de suas terras, a sua transformação em operário, a absorção de mão-de-obra barata e a manutenção de relações não capitalistas, como as parcerias, entre outras. As ideias de Harvey coadunam assim (2005b) com a de teóricos da realidade brasileira como Oliveira (2003) e Martins (2010). Harvey ainda destaca como principal forma de espoliação, a financeirização da economia, sobretudo a partir da década de 1970 (mas não daremos ênfase a esta forma de espoliação em nosso trabalho).

Acreditamos que os dois processos de acumulação (primitiva e de capital) coexistiram e foram fundamentais para o deslanchar do avanço capitalista no município de Iguatu. Conforme Mandel (1982, p.30):

[...] a acumulação primitiva de capital e a acumulação de capital através da produção de mais-valia não são apenas fases sucessivas da história econômica, mas também processos econômicos convergentes. Até hoje, ao longo de toda a história do capitalismo, processos de acumulação primitiva de capital têm constantemente coexistido junto à forma predominante de acumulação de capital, através da criação do valor no processo de produção [...] Embora esse processo de acumulação primitiva já pressuponha a existência do modo de

produção capitalista, ao contrário do processo histórico de acumulação primitiva de capital, descrito por Marx, e embora seu papel nos países capitalistas já industrializados seja insignificante, ele é, apesar disso, de importância considerável nos países coloniais e semicoloniais – os chamados países “em desenvolvimento” [...].

Os pressupostos debatidos por Mandel nos ajudam a compreender de que modo ocorreu em Iguatu um processo de acumulação primitiva embasado em relações não capitalistas no campo, isto é, o arrendamento da terra de caráter não-capitalista (UMBELINO OLIVEIRA, 2007), as parcerias e, ainda, a residência do morador-parceiro nas propriedades produtoras de algodão. Estes fatores foram suficientes para a geração e acumulação de riquezas que reinvestidas em usinas de beneficiamento de algodão, enriqueceram produtores, como Manuel Matias Costa, considerado o “rei do algodão” em Iguatu.

Descobrimos através da história oral, importante procedimento metodológico, que nos serviu para a elaboração de fontes e documentos históricos, que Manoel Matias Costa, começou a plantar algodão no final da década de 1930 e início de 1940, quando arrendou as terras de seu cunhado Helvécio Teixeira, importante figura política, sendo inclusive deputado Estadual do Ceará. Conforme entrevista concedida por Edilmo Costa³⁹ (ex-prefeito de Iguatu), filho de Manoel Matias Costa e sobrinho de Helvécio Teixeira, as terras arrendadas por seu pai estavam sob a responsabilidade do tutor das terras, Helvécio Teixeira e foram arrendadas devido a problemas financeiros deste. Logo após as terras serem colocadas em leilão por parte do Banco do Brasil, foram compradas por Manoel Matias Costa que viria a se transformar em um dos maiores produtores de algodão da região centro-sul do Ceará. Ainda conforme Edilmo Costa, seu pai foi um dos pioneiros na plantação somente de algodão em Iguatu, quebrando assim o antigo sistema de consórcio com alimentos de subsistência.

³⁹ Entrevista cedida no dia 15-12-2010.

Antes de dar continuidade às discussões sobre a acumulação de capital e as relações sociais de produção em Iguatu, é importante tecer algumas considerações sobre a relevância da história oral como fonte para o desenvolvimento da presente pesquisa.

A história oral enquanto procedimento metodológico foi salutar no desvendar de fatos, sujeitos, acontecimentos e subjetividades, visto que os dados estatísticos não são suficientes para revelar com profundidade nossas inquietações. Neste sentido, as entrevistas e conversas com os agentes históricos que participaram de forma direta ou indireta do período estudado foram fundamentais como procedimentos analíticos.

Segundo Alberti (1989) *apud* Ciavatta (2009), [...] “A entrevista adquire o caráter de documento, não como ciência factual, mas como história oral, uma ‘versão do passado’ na palavra do entrevistado e na interpretação do pesquisador”.

História oral é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo. (QUEIROZ, 1986, p.6).

Importante cuidado nesta etapa deve ser o de sempre situar o posicionamento, ou seja, a visão de mundo do entrevistado e do entrevistador e saber articulá-la com o real, tendo o cuidado de não cair numa leitura restrita a subjetividades, como adverte Ciavata (2009, p. 108):

Como toda história, o depoimento, a história de vida e sua interpretação estão sujeitas às concepções teóricas do pesquisador, à sua visão do homem e à sua relação com a sociedade. A concepção do real como uma totalidade que envolve múltiplas determinações orienta-nos para a importância de contextualizar as

entrevistas quanto ao momento de sua realização, à relação entre pesquisador e sujeito pesquisado e ao próprio conteúdo das informações fornecidas pelo entrevistado.

Prosseguindo sua análise, Ciavatta (2009, p. 109) salienta que a “história de vida, o relato oral, o depoimento são, pois, variações da mesma técnica, que têm como base a entrevista, a forma mais antiga e mais divulgada de coleta de dados orais nas ciências sociais. Seu uso depende do objetivo em vista”.

O fato de a história oral não ser objetiva não significa que ela não seja utilizável, visto que nem mesmo os inventários, as descrições minuciosas o são por completo. Cabe nesta situação o papel do que Minayo (2008) chama de “criatividade do pesquisador”, isto é, juntar os fragmentos dos discursos e compará-los com outras fontes, procurando atingir o maior grau de coerência com a realidade.

Uma utilização coerente da história oral ou das demais fontes orais pode proporcionar o desvendar de muitos acontecimentos e de sujeitos que a história oficial e os dados estatísticos não oferecem. Neste sentido Ciavatta (2009, p.111) afirma que:

Outro ponto deve ser mencionado, sobre o trabalho de coleta de análise dos relatos. O sentido que, por vezes, se tem dado à história oral é o de criar possibilidades de produção de documentos para confronto com a documentação oficial, tida como impregnada de ideologia dominante. Os produtos da história oral seriam documentos nos quais a palavra é concedida àqueles que não tiveram oportunidades de registrar suas versões sobre os acontecimentos.

Esse procedimento assume, assim, papel importante não apenas como fonte histórica, mas também para desmascarar e desmistificar alguns dados que são tidos como verdade absoluta. Portanto, a história oral, através das entrevistas e conversas, muito contribuiu para as considerações veiculadas em nossa pesquisa.

4.2.1. O algodão e o processo de acumulação de capital em Iguatu: uma discussão

Todo o contexto de estruturação territorial de Iguatu na longa temporalidade (BRAUDEL, 2007) que corresponde ao período que tem início no século XVII e vai até o raiar do século XX, de fato não propiciaram um processo de acumulação de excedente capaz de proporcionar industrialização e criação de infra-estruturas urbanas (fato observado a partir da década de 1920), mas foram fundamentais para a estruturação de um espaço cujos agentes, relações e estruturas (políticas, econômicas e culturais), favoreceriam o despontar de uma acumulação a partir da cultura algodoeira, sendo esta uma continuidade-ruptura na vida do município.

Afirmamos ter continuidade no sentido da permanência de antigas relações (sobretudo no que concerne ao domínio político, em que as mesmas famílias⁴⁰ que dominavam o poder local em tempos pretéritos também estavam presentes na época do algodão) e nas relações de parcerias e outras relações consideradas como não capitalistas. E ruptura no sentido de esboçar de forma contundente, a criação da mais-valia e de um proletariado até então não existente na cidade de Iguatu.

Discussões anteriores apontam que no início do século XX, Iguatu já começava a despontar na produção algodoeira do Estado do Ceará por fatores diversos, dentre os quais: a chegada da estrada de ferro, o papel influente de famílias tradicionais e as características de sua geografia física. Este último fator em particular, traz uma especificidade importante. Situado às margens do rio Jaguaribe e próximo ao rio Salgado,

⁴⁰ Conforme Wilson Lima Verde em conversa no dia 23-06-2010, quem primeiro descaroçou algodão em Iguatu, foi José Ferreira Pinto de Mendonça em 1913; depois veio Helvércio Teixeira na Varzinha. Se analisarmos posteriormente outros produtores de algodão ou mesmo alguns industriais beneficiadores e os corretores do algodão, perceberemos que existem laços familiares com os primeiros povoadores daquela municipalidade. Este fato é uma comprovação das permanências que resistem no tempo, conforme nos assegura Aguirre Rojas (2002) e Braudel (2007).

Iguatu tem grande número de lagoas e é rico em corpos hídricos. Por sua localização quase por completo numa área de vale, seus solos de aluvião nas várzeas são bem propícios à plantação do algodão herbáceo, conforme já comentado.

Mas como destacamos anteriormente, Iguatu além de produzir este tipo de algodão, também produzia o arbóreo, o verdão, e nas décadas de 1950 e 1960, começou a plantar e desenvolver em algumas fazendas, tidas como campos experimentais, o algodão IAC 13 e o IAC 20. Estes tipos de algodão foram criados pelo Instituto Agrônomo de Campinas, que os nomeou com sua sigla. Estes por sua vez, conforme Edilmo Costa, tinham grande produtividade por hectare.

Outra especificidade própria do lugar, no que concerne à produção algodoeira, segundo Lima Verde, era a existência de campos experimentais próprios, para produzirem somente algodão. Ou seja, enquanto em todo o Estado predominava o plantio no sistema de consórcios, em Iguatu era comum a existência destas duas formas de plantio.

Estes fatores, junto a intervenções políticas para a criação de infra-estruturas, a exemplo da criação de barragens, da chegada da estrada de ferro em 1910, da inauguração da ponte metálica sobre o rio Jaguaribe em 23 de janeiro de 1916, foram transformações, que proporcionaram o respaldo e a ascensão de Iguatu na economia cearense, facilitando o cultivo e o fluxo do algodão, principal fonte econômica do município.

Trazendo o debate para a escala do Ceará, por volta do início do século XX, este Estado já despontava como grande produtor de algodão, sendo o seu principal produto de exportação. Em meados de 1920, o Ceará já era o maior produtor de algodão do Brasil, com uma produção de (24.000.000 quilos), sendo seguido por Pernambuco (18.000.000 quilos), Paraíba (15.000.000 quilos), Rio Grande do Norte (12.000.000

quilos) e São Paulo com uma produção de (10.175.400 quilos), isto no ano de 1927 (IMOPEC,1989). A tabela a seguir, demonstra a quantidade de algodão produzido no Ceará no período de 1900 a 1944.

Tabela 3: Exportações de algodão do Ceará de 1900 - 1944

Anos	Quilos	Anos	Quilos
1900	2.008.330	1923	-
1901	1.134.516	1924	-
1902	4.786.750	1925	10.016.640
1903	2.328.328	1926	15.026.100
1904	3.214.320	1927	10.349.460
1905	4.243.350	1928	11.601.880
1906	3.914.470	1929	20.070.400
1907	4.959.668	1930	16.107.100
1908	3.066.372	1931	11.547.665
1909	3.971.200	1932	4.089.091
1910	3.043.250	1933	11.375.552
1911	6.332.660	1934	32.000.000
1912	7.045.900	1935	25.000.000
1913	8.618.000	1936	33.000.000
1914	8.829.200	1937	32.000.000
1915	4.929.230	1938	28.037.116
1916	4.470.728	1939	27.540.000
1917	5.409.000	1940	28.000.000
1918	9.299.335	1941	21.934.397
1919	6.118.835	1942	19.047.434
1920	6.150.586	1943	27.070.545
1921	11.821.603	1944	30.000.000
1922	16.005.368	-	-

Fonte: Classificação dos produtos Agropecuários. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. 1971-2.

Podemos perceber, ao observarmos os dados da tabela, a crescente produção e exportação do algodão como cultura agrícola do Estado, com apenas alguns declínios bruscos como aconteceu no ano de 1932, porém retomados em 1936, ano que apresentou maior produção.

Conforme assinalamos anteriormente, é na década de 1920 que Iguatu, começa a ganhar destaque como produtor de algodão em escala estadual. Para elucidar nossa afirmação, Teixeira (2007, p.55) assinala que:

Em 1923, a produção de algodão, somente no município de Iguatu, chegou a ser de 6.000.000 kg em caroço e 2.000.000 de kg em pluma. Somados esses dois índices produtivos, somente em Iguatu, chegou-se a produzir, em apenas um ano, 8.000.000 de kg de algodão, que transformado em arrobas, como assim era comumente negociada, a produção foi de 533.333,33 arrobas.

Com base nas informações orais transmitidas pelo Sr. Wilson Lima Verde, podemos considerar que a cultura algodoeira passou por três ciclos em Iguatu, sendo o primeiro deles, ainda no final do século XIX, com uma agricultura rotineira. O segundo ocorrendo na década de 1920, com a chegada de vários estabelecimentos industriais, a exemplo da Companhia Industrial de Algodão e Óleos – CIDAO, considerada a mais importante em toda a história de Iguatu. E o terceiro ciclo ocorrendo pós-crise de 1929.

O destaque assumido pelo algodão na economia iguatense é tamanho, que Lima Verde (2010) assevera que:

o algodão foi o principal produto propulsor de progresso num passado recente, onde de início o município se utilizava de agricultura rotineira que iria se desenvolver com a estrada de ferro, mas precisamente na década de 20 do século passado, quando em Iguatu se instalaram as primeiras usinas beneficiadoras de algodão. Entre elas a CIDAO, a fábrica Santa Margarida, a fábrica São José, a usina de Octaviano Jaime Benevides, a usina da viúva Romero, além de corretores da Sanbra – Sociedade Algodoeira Nordestina. Então a partir dos anos 20, Iguatu passou a se destacar como grande produtor de algodão do Ceará devido suas características de solo de aluvião etc. Com a crise de 1929, o comércio e a agricultura algodoeira sofre seu primeiro debaixe em decorrência da queda da bolsa de valores de New York. Ultrapassado os rigores da crise, eis que o município novamente se engaja na produção algodoeira. Desta feita com a continuação da Companhia de Algodão e Óleos – CIDAO e a instalação do grupo inglês com sede no Paraná Anderson Clayton e Companhia Limitada, que começou a

focar campos experimentais de algodão, trazendo em seu quadro funcional, agrônomos já na década de 1940. (LIMA VERDE, 2010, entrevista em lócus)⁴¹.

A nosso ver, o surto da produção algodoeira em Iguatu, nas décadas de 1920, e sua ascensão posterior, sobretudo dentre os anos de 1930 e 1970, foi responsável pela complexidade das relações sociais de produção⁴², com a instalação dos primeiros estabelecimentos industriais, com uso de maquinários modernos; criação das primeiras escolas agrícolas no campo, como assevera Nogueira (1962; 1985); formação de assalariados nas fábricas; e a presença de profissionais técnicos especializados na cultura algodoeira, objetivando aumentar a produtividade desta malvácea. Atentamos ainda para a divisão social e territorial do trabalho no que concerne à produção, comercialização e trocas do algodão na região centro-sul do Estado, assumindo Iguatu, papel central neste contexto.

Faz-se necessário abriremos um parêntese para a discussão da divisão social e territorial do trabalho. Entendemo-na para além de uma mera divisão técnica e funcional do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas⁴³. Enfatizamos que por trás da divisão social do trabalho, existe a apropriação privada dos meios de produção e o necessário assalariamento do trabalho no processo de reprodução da sociedade capitalista.

Marx (1989, p. 407) assim interpreta este debate:

⁴¹ Entrevista realizada no dia 17/03/10

⁴² Entenda-se aqui, as relações sociais de produção como as relações entre os homens no processo de produção, distribuição e intercâmbio de riqueza material e imaterial e que podem se dar em forma de cooperação e assistência mútua ou de exploração do homem pelo homem. Aprofundaremos este debate posteriormente quando formos discutir as relações sociais no campo e na cidade de Iguatu.

⁴³ É interessante lembrar que os meios de produção, os instrumentos de produção e a força de trabalho estão inseridos dentro das forças produtivas, fato que nos esclarece e nos expõe a diferenciação entre técnicas e forças produtivas e de que o desenvolvimento das relações sociais se dá pelo desenvolvimento das forças produtivas e não pelas técnicas, assim como o propõe alguns autores.

A divisão do trabalho na sociedade se processa através da compra e venda dos produtos dos diferentes ramos de trabalho, a conexão dentro da manufatura, dos trabalhos parciais se realiza através da venda de diferentes forças de trabalho ao mesmo capitalista que as emprega como força de trabalho coletiva. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho, dispersão dos meios de produção entre produtores de mercadorias, independentes entre si.

Fundamentando nossa discussão acerca da divisão social do trabalho, Oliveira e Quintaneiro (2002, p. 35), afirmam que:

A divisão social do trabalho expressa modos de segmentação da sociedade, ou seja, desigualdades sociais mais abrangentes como a que decorre da separação entre o trabalho manual e intelectual, ou entre 'o trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola; e, como conseqüência, a separação entre a cidade e o campo e a oposição de seus interesses'. A partir dessas grandes divisões, ocorrem historicamente outras como, por exemplo, entre os grupos que assumiram as ocupações religiosas, políticas, administrativas, de controle e repressão, financeiras etc. A cada um desses grupos cabem tanto tarefas distintas quanto porções maiores ou menores do produto social, já que eles ocupam posições desiguais relativamente ao controle e propriedade dos meios de produção. Assim, o tipo de divisão social do trabalho corresponde à estrutura de classes da sociedade [...].

O que está posto nas citações anteriores desmistifica a visão daqueles que interpretam a divisão do trabalho somente através do desenvolvimento técnico, negando o contexto das classes. Procurando dar significação espacial à divisão social do trabalho, vários autores entre os quais Godoi (2009) e Santos (1988) propõem o conceito de divisão territorial do trabalho para demonstrar o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo nos lugares. Nesta proposta, alguns lugares assumiriam determinadas funções que lhe garantiriam certa centralidade. Neste caso, a divisão social do trabalho vai para além das pessoas, se expandindo também para os lugares, ocorrendo assim, uma especialização na produção ou mesmo na gestão de alguns serviços, ocasionando por conseqüência uma autarquia entre os mesmos.

Como vimos anteriormente, o conceito de divisão social do trabalho é anterior ao de divisão territorial do trabalho, tendo seu surgimento na economia política clássica, sobretudo nas análises de Adam Smith. De acordo com Godoi (2009), em “Smith, a divisão do trabalho era uma inserção revolucionária na produção porque proporcionava aumento e diversificação da produção em determinadas circunstâncias”. Neste caso, as capacidades de produção dos indivíduos são transformadas em função da difusão de diferentes culturas, técnicas e políticas. E acrescenta,

[...] pensando numa análise que retira o pensamento exclusivo nos indivíduos e o vincula ao espaço, podemos analisar como as relações se estabelecem neste. Como, a difusão de técnicas, culturas e políticas podem transformar, aumentar, definir, especializar, influenciar ou dinamizar a produção espacial. Com isso, o espaço e a sociedade têm transformada sua característica pretérita de independentes ou autárquicos (GODOI, 2009, p.129).

A esse respeito, Santos (1988, p. 51) afirma que:

Antes [...], a maioria das regiões produzia quase tudo de que necessitava para sua reprodução, produzia-se de quase tudo em todos os lugares; vivia-se praticamente em autarquia. Hoje, assistimos à especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas.

O debate sobre a divisão territorial e social do trabalho é interessante para nossa realidade de estudo, visto que Iguatu assumiu uma especialização dentro da região centro-sul do Ceará no que tange a produção e coleta do algodão, fato que lhe propiciou a geração de riquezas e centralização dos estabelecimentos de beneficiamento desta malvacea. Passou ainda a contar com serviços financeiros, a exemplo das instituições bancárias que atendiam o centro-sul do Ceará, além de polarizar vários serviços, entre os quais a educação (discutiremos este item e outros referentes às relações sociais

envolvidas na produção do algodão e as transformações socioespaciais que ocasionaram na vida do município).

Feitas estas observações, voltemos às discussões anteriores sobre as relações sociais de produção demonstrando a sua complexidade no contexto de desenvolvimento da cultura algodoeira em Iguatu. Reforçaremos essa asserção com a citação a seguir,

[...] os mercados compradores de algodão exigiam boa qualidade da fibra, variedades novas foram introduzidas. O herbáceo procedente do Rio de Janeiro, o mocó do Rio Grande do Norte, e ainda variedades egípcias e norte-americanas. Nos sertões, adaptou-se o mocó (*Gossipium vitifolium*) de fibra longa e de maior rendimento, e criava-se desde 1924 o Serviço Estadual do Algodão que contava, para execução de seus programas, com técnicos ingleses. Usinas centrais de beneficiamento e prensagem, instaladas em Fortaleza, Sobral e Iguatu, asseguravam o beneficiamento e a classificação em moldes internacionais (ATLAS DO CEARÁ, 1973, p.IV.13).

Como podemos observar, a cultura algodoeira exigia no início dos anos 1920, a modernização em seu cultivo, necessitando assim, de profissionais técnicos de outros países, especializados nesta cultura, com o intuito de aumentar a produtividade e garantir a produção, de acordo com os padrões internacionais. Neste contexto, Iguatu, bem como Sobral e Fortaleza, ganham destaque e importância no beneficiamento do algodão.

No que tange à atividade industrial podemos considerar a década de 1920, como a primeira fase do processo de instalação de indústrias relacionadas à produção algodoeira. Destacando-se como a de maior importância, a Companhia Industrial de Algodão e Óleos – CIDAO, que funcionou até meados dos anos de 1970. Sua produção não se voltava somente ao óleo e à pluma do algodão, mas também à mamona e ao babaçu. Sua construção teve início em 21 de março de 1921, inaugurando-se no dia 21 de março de 1924. Conforme Teixeira (2007, p.54):

A CIDAO chegou a Iguatu atraída pela grande produção algodoeira ocorrida no município na década de 20, quando outras usinas de proprietários filhos da terra emergem em consequência do ciclo algodoeiro, que a cada safra, aumentava, não somente em quantidade de pluma produzida, mas também pela sua valorização nos mercados nacional e internacional.

Evidenciando nossas proposições acerca da instalação dos primeiros estabelecimentos industriais em Iguatu datarem dos anos de 1920, nos apoiamos em fotografias, que assumem papel importante como fontes documento-históricas e como recursos metodológicos que evidenciam as realidades do passado. Elas têm papel importante na captura de imagens do real, ficando guardadas e cristalizadas por muito tempo. Dependendo do olhar que se lance sobre a fotografia, muitas informações podem ser reveladas ou mascaradas. Dependendo também da relação entre aparência e essência será feita a interpretação ou, de acordo com Latour (1998), se perceberão os filtros que utiliza para ler a realidade. Ratificando estas ideias, Ciavatta (2009, p. 115-116) assegura que:

Assim nos encontramos no cerne de uma discussão aberta, que é o conceito de fotografia como fonte histórica e os aspectos teóricos correlatos: a crença na fotografia como imagem fidedigna, o realismo na fotografia, a sedução do prazer da visão, a informação e a desinformação trazidas pela ambigüidade de sentidos que envolvem o objeto fotográfico, a subjetividade e a objetividade que a fotografia carrega, o problema do olhar, da interpretação, que é buscar desvendar a natureza do documento fotográfico.

Para algumas interpretações, a fotografia seria a imagem fidedigna do real, cabendo algumas ressalvas sobre a retratação objetiva e fiel da realidade sobre essa interpretação, visto que a fotografia não é indissociável da ideologia, das técnicas e do período ao qual pertence, além de nela estarem contidas a subjetividade e a intencionalidade de quem fotografa.

Desta forma, utilizamos fotografias antigas que foram fundamentais na reconstituição das paisagens e das relações que foram estabelecidas em Iguatu no passado e que contribuíram para o entendimento das transformações no espaço daquele município.

As fotografias a seguir, retiradas do livro de Hugo Victor, publicado em 1925 e que fornecem fantástica descrição de tudo que existia na cidade de Iguatu no início do século XX, comprovam as informações que obtivemos nas entrevistas concedidas e a existência de estabelecimentos industriais já no início do século XX.



FIGURA 1: Fábrica São José (beneficiamento de algodão).

Fonte: VICTOR, Hugo. **Ceará, o município e a cidade de Iguatu**: Notícias geral. Tipografia CHRYSALLIDA, Iguatu – Ceará, 1925.

A fotografia número 01 (um), apresenta uma boa descrição da paisagem, tendo como foco a Fábrica São José, de propriedade de Alfredo Lafayete Teixeira, citada anteriormente por Wilson Lima Verde. Nela podemos constatar o intenso movimento de descarga de algodão nos lombos dos jumentos, e logo à direita da imagem se percebe um caminhão de transporte de cargas, um dos primeiros existentes na cidade, segundo palavras de Hugo Victor (1925). Nesse período já se percebem as inter-relações entre o novo e o velho na paisagem.

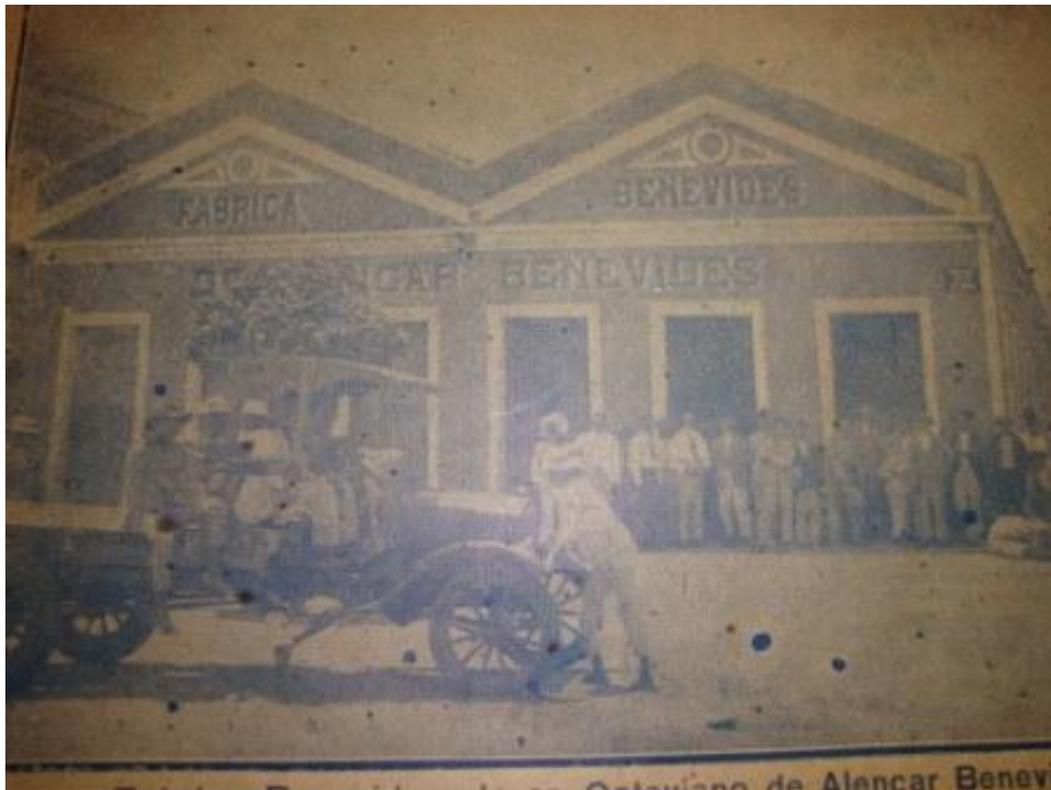


FIGURA 2: Fábrica de Octaviano Benevides (beneficiamento de algodão).

Fonte: VICTOR, Hugo. **Ceará, o município e a cidade de Iguatu**: Notícias geral. Tipografia CHRYSALLIDA, Iguatu – Ceará, 1925.

A fotografia de número 2 (dois) mostra a fachada da Fábrica de Octaviano Jayme de Alencar Benevides⁴⁴. Nela percebe-se a presença de inúmeros trabalhadores, além do registro de um carro da marca Ford que, segundo Hugo Victor (1925) era um dos seis existentes na cidade naquele tempo.



FIGURA 3: Fábrica Santa Margarida de propriedade de Virgílio Corrêa Lima (beneficiamento de algodão).
 Fonte: VICTOR, Hugo. **Ceará, o município e a cidade de Iguatu**: Notícias geral. Tipografia CHRYSALLIDA, Iguatu – Ceará, 1925.

⁴⁴ Octaviano Jayme de Alencar Benevides era industrial, chefe da firma Alencar Benevides, agente do Bank of London e da Standard Oil, chefe local do Partido Conservador Republicano Cearense. Este ainda foi Prefeito interino de Iguatu no ano de 1935 por seis meses.

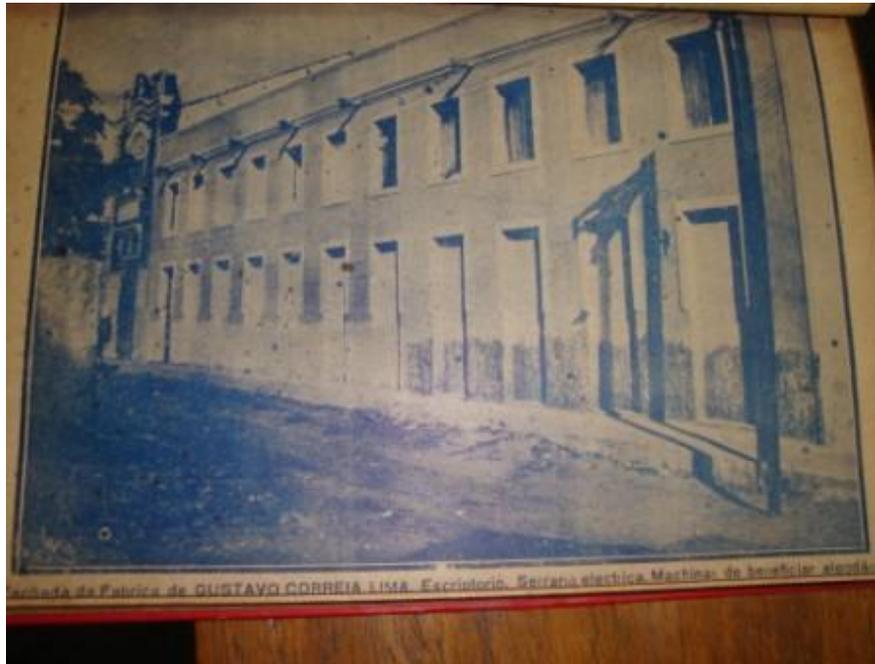


FIGURA 4: Fábrica de Gustavo Correia Lima.

Fonte: VICTOR, Hugo. **Ceará, o município e a cidade de Iguatu**: Notícias geral. Tipografia CHRYSALLIDA, Iguatu – Ceará, 1925.

As fotografias de números 3 (três) e 4 (quatro) mostram duas fábricas de beneficiamento de algodão, uma de propriedade do Cel. Virgílio Correia Lima e a outra de Gustavo Correia Lima, um dos maiores industriais de Iguatu naquela época. Uma das fábricas tinha o nome de Fábrica Santa Margarida (fotografia 3), já a outra (fotografia 4), além de beneficiar algodão, também funcionava como escritório e serraria elétrica. É válido lembrar, conforme nos assevera Hugo Victor (1925) e Nogueira (1962), que estas fábricas em seu período inicial, funcionavam com motor a diesel, já que a energia de Paulo Afonso só chegaria a este município na década de 1960.



FIGURA 5: Fachada da casa de Octaviano Benevides.

Fonte: VICTOR, Hugo. **Ceará, o município e a cidade de Iguatu**: Notícias geral. Tipografia CHRYSALLIDA, Iguatu – Ceará, 1925.



FIGURA 6: Fachada da casa de Virgilio Corrêa Lima.

Fonte: VICTOR, Hugo. **Ceará, o município e a cidade de Iguatu**: Notícias geral. Tipografia CHRYSALLIDA, Iguatu – Ceará, 1925.

As fotografias de números 5 (cinco) e 6 (seis) evidenciam as fachadas das casas de Octaviano Benevides e do Cel. Virgílio Correia Lima: belos casarões que parecem demonstrar o grande poder e a riqueza que estes homens possuíam. Os dois proprietários eram donos de beneficiadoras de algodão, o que nos leva a crer que boa parte da riqueza deles advinha da cultura algodoeira, visto ser esta a principal atividade econômica de Iguatu até meados da década de 1970.

Reforçando nossas argumentações e para comprovar a existência de um número considerável de indústrias em Iguatu, além de uma série de outras atividades que demonstram o desenvolvimento capitalista e a complexidade nas relações de produção e divisão territorial e social do trabalho, nos apoiamos na descrição de Hugo Victor (1925), Nogueira (1962) e Aragão (1998).

Com descrição apurada e riqueza de detalhes de todas as indústrias, equipamentos e quantidades produzidas por fábrica, Hugo Victor (1925) assim enumera as fábricas existentes na cidade: Fábrica Benevides, de propriedade de Alencar Benevides, com uma seção de beneficiamento de algodão e outra de arroz. Na seção de algodão, o autor atenta para a existência de um motor locomóvel de 45 HP; 1 descaroçadeira marca Águia com 70 serras; 1 dita “Lidgerwood Limited” com 70 serras; 1 limpadeira “Águia”; 1 prensa hidráulica, dupla “Continetal” e 1 esteira condutora com 24 metros. Produção diária: 25 fardos.

Prosseguindo sua descrição, Hugo Victor refere-se à Fábrica de Gustavo Correia Lima, com seção de beneficiamento de algodão, ocupando uma área de 18.000 palmos. Contavam com maquinários de origem americana e sua produção diária era de 25 fardos de 140 quilos (HUGO VICTOR, 1925). Já a Fábrica S. Margarida, situada na Rua Epitácio Pessoa, nº 66 a 70 e Rua Nova, 48 e 70, de propriedade de Virgílio Correia Lima, possuía maquinário inglês e produção diária normal de 2.080 quilos e uma seção de arroz. Além destas, existiam as Fábricas São José, Fábrica Romeiro, Fábrica de

Beneficiamento de algodão, de José Ferreira Pinto de Mendonça, a Usina da Companhia Industrial de Algodão e Óleos – CIDAO, além da Fábrica São Geraldo na Varzinha de José Teixeira, e mais duas, uma no distrito de Bom Jesus de propriedade de Vicente Alves do Nascimento e outra de algodão no Sítio Garrota, de propriedade dos herdeiros de Antônio Simplício Oliveira. (HUGO VICTOR, 1925, p.76-77).

A descrição de Hugo Victor (1925) indica a destacada presença de indústrias de beneficiamento de algodão em Iguatu e como era elevada a produção destas empresas para o período. Um fato interessante a ser comentado com base em Hugo Victor (1925) é quanto a origem dos maquinários utilizados pelas fábricas de beneficiamento de algodão que, em sua maioria, eram provenientes da Inglaterra e dos E.U.A, o que demonstra o intercâmbio comercial entre Iguatu e estes países. Para além de relações comerciais, isto é uma demonstração do interesse do capital anglo-saxão pelas culturas agro-exportadoras do Brasil, inclusive mantendo instituições e agentes financeiros em Iguatu, além de fábricas próprias, a exemplo da Anderson Clayton que conforme Galeano (2009) mantinha trinta filiais na América Latina, que além de venderem algodão, financiavam e industrializavam a fibra e seus derivados, além de produzirem alimentos em grande escala.

Neste caso acreditamos que o interesse do capital anglo-saxão presente através desta e de outras empresas, assim como de instituições financeiras, demonstra uma forma de ajuste espaço-temporal do capital no sentido de expandir para novos mercados seus produtos, além de absorver matérias primas e mão-de-obra barata favoráveis a sua reprodução. Fomentando este debate, Galeano (2009, p. 126) afirma que:

O algodão latino-americano continua vivo no comércio mundial, aos trancos e barrancos, graças a seus baixíssimos custos de produção. Inclusive as cifras oficiais, máscaras da realidade, delatam o miserável nível da retribuição do trabalho. Nas plantações do Brasil, os salários de fome se alternam com o trabalho servil; [...].

No caso de Iguatu, o capital anglo-saxão esteve presente em empresas como a SANBRA e Anderson Clayton & CIA. A presença do capital inglês em Iguatu nos leva a refletir sobre o papel que este município assumiu na contextura da reprodução da mais-valia internacionalizada como espaço da periferia mundial. A este respeito Nogueira esclarece que a

Anderson Clayton & Cia. Ltda. que, em poucos anos, construiu em Iguatu armazéns para guarda de algodão em rama e instalou maquinismo moderno para beneficiamento do produto. Para dizer do nível de atenção dado a esse estabelecimento é só lembrar que foi instalado um motor a óleo Diesel, com força de 160 h.p. e o primeiro a ser utilizado no interior cearense. As atividades dessas duas poderosas empresas (para não citar outras menores) resultavam em lucros excelentes para seus proprietários, embora pagassem eles diárias miseráveis a seus operários que eram impiedosamente explorados. (NOGUEIRA, 1962, p.220).

A Anderson Clayton, a SANBRA e a MACHINE COTTON eram chamadas as “três irmãs”, sendo detentoras do controle do valor do algodão a nível internacional, como esclarece Oliveira (1981, p. 48-49):

O capital internacional, sob a égide das ‘três irmãs’, SANBRA, CLAYTON e MACHINE COTTON, realiza, internacionalmente, sob seu controle, o valor dessa mercadoria. E cria, aproveitando a estrutura de reprodução do latifúndio-minifúndio, um intermediário comercial que vai desempenhar a tarefa de recoletar, das milhares de pequenas plantações de algodão, os resultados da colheita: os fazendeiros, principalmente os grandes, convertem-se nesse intermediário comercial, que faz as vezes também de intermediário-financeiro, por conta própria ou com recursos das ‘três irmãs’ para financiar a entre-safras, ou o período morto que medeia entre uma e outra colheita. Ele se desempenha com os mecanismos das “três irmãs” nessa operação: compra na ‘folha’, isto é, fixa de antemão o preço que irá pagar ao meeiro pelo algodão que ele colherá, independente das variações para cima que esse preço possa experimentar no

mercado internacional; mas não independente das variações para baixo: se as ‘três irmãs’ fixarem um preço mais baixo, ele descontará do meeiro a diferença entre valor ou preço ajustado na ‘folha’ e o preço que será efetivamente pago por ocasião da colheita. Aduzirá a esse mecanismo, também um de intervenção própria: financiará, em espécie, as poucas mercadorias que o próprio meeiro não produz: o parco sal, o querosene que aluminará a miséria, a roupa e o calçado dominical. Descontará na colheita, cobrando preços exorbitantes, esse fornecimento em espécie: no fim, restará ao meeiro tão-somente sua própria força-de-trabalho e a de sua família, com a qual recomeçará o círculo infernal da submissão.

A citação mostra o contexto das relações sociais de produção em Iguatu, sobretudo o papel que estas relações (meeiros, arrendatários) tiveram para a acumulação de riqueza nas mãos de fazendeiros, comerciantes e intermediários corretores do algodão.

Dando continuidade à discussão acerca dos estabelecimentos industriais existentes em Iguatu, Aragão (1998, p. 79) elenca as indústrias existentes na cidade na década de 1920:

a) Fábrica Benevides – Beneficiamento de Algodão (instalada na década de 20); b) Fábrica Benevides – Beneficiamento de arroz (instalada na década de 20); c) Fábrica Gustavo Corrêa Lima – Beneficiamento de Algodão e Usina Elétrica (década de 20); d) Fábrica Santa Margarida – Local: Rua Epiácio Pessoa n. 60 – proprietário: Virgílio Corrêa Lima. Beneficiamento de algodão (década de 20); e) Fábrica Santa Margarida – Virgílio Corrêa Lima. Beneficiamento de arroz (década de 20); f) Fábrica São José – Proprietários: Lafayette Teixeira & Cia – Beneficiamento de algodão (década de 20); g) Fábrica São José – Proprietários: Lafayette Teixeira & Cia – Beneficiamento de arroz (década de 20) - extinta; h) Fábrica Romeiro – Proprietário: José Ferreira Pinto de Mendonça. Local: Praça Francisco Sá. – Beneficiamento de algodão (década de 20) – Extinta; i) CIDAO – Companhia Industrial de Algodão e Óleos (sucessora da organização Trajano de Medeiros) e inaugurada a 21 de março de 1921, dividida em três departamentos específicos compreendendo produção de óleo vegetal, descaroçamento de algodão e produção de sabão – paralisada; j) Fábrica São Gerardo – (sítio Varzinha) – Proprietário: Viúva José Helvécio Teixeira. Beneficiamento de algodão (década de 20).

Nogueira (1962), demonstrando o grande impulso econômico de Iguatu, utiliza dados da coletoria federal para revelar o progresso material. Os dados revelam que em 1922 a arrecadação foi de 59.554\$081, em 1923, de 87.560\$477 e em 1924 foi de 104.170\$068. Já com relação à coletoria estadual, no que se refere às receitas da indústria e as profissões, para o ano de 1924, o valor foi de 43:761\$334, enquanto para a cidade como um todo, foi de 119:900\$788. Estes números por si só demonstram o grande volume de riquezas geradas e acumuladas em Iguatu, ocasionando uma reorganização espacial do município.

Outras informações referentes às instituições financeiras, a exemplo do Banco Caixeiral, da Agência Alencar Benevides – Standard Oil Company of Brasil; Companhia de Seguros Aliança da Bahia e automóveis Ford, dentre outros, poderiam ser elencadas. Neste sentido, indagamos: O que explica a existência de todas essas fábricas já na década de 1920 em pleno sertão centro-sul do Ceará? O que explica a presença de caminhões Ford, usinas de energia, grandes quantidades de mercearias na cidade? Porque Iguatu tem na década de 1920 o maior número de estabelecimentos rurais do Ceará, possuindo segundo Hugo Victor (1925), 399 estabelecimentos? As riquezas geradas no município estariam inseridas no processo de circulação, não existindo assim um processo de acumulação interna? Qual o papel das relações (políticas e econômicas) externas para a criação das primeiras indústrias em Iguatu?

Entendemos que respostas a estas questões se manifestam a partir da expansão da atividade algodoeira em Iguatu e da permanência de relações de produção não capitalistas nesta cultura, fato substancial para o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a totalidade e as mediações que ligam o particular ao universal, perpassam as mais variadas escalas de compreensão e desta forma esse processo inicial de industrialização em Iguatu está inserido em um processo maior de expansão do capitalismo na periferia do mundo conforme assevera Luxemburg (1982) e Harvey

(2005; 2006). Neste sentido consideramos necessária a discussão sobre as relações sociais de produção no contexto da produção algodoeira em Iguatu.

4.2.2. O algodão e as relações sociais de produção no campo e na cidade

Compreendem-se as relações sociais de produção como as relações que se estabelecem entre os homens no processo de produção, distribuição e intercâmbio de riqueza material e imaterial e que podem se dar em forma de cooperação e assistência mútua ou de exploração do homem pelo homem. De acordo com Oliveira e Quintaneiro (2002, p. 35):

O conceito de relações sociais de produção refere-se às formas estabelecidas de distribuição dos meios de produção e do produto, e o tipo de divisão social do trabalho numa dada sociedade e em um período histórico determinado. Ele expressa o modo como os homens se organizam entre si para produzir; que formas existem naquela sociedade de apropriação de ferramentas, tecnologia, terra, fontes de matéria-prima e de energia, e eventualmente de trabalhadores; quem toma decisões que afetam a produção; como a massa do que é produzido é distribuída, qual a proporção que se destina a cada grupo, e as diversas maneiras pelas quais os membros da sociedade produzem e repartem o produto.

Considerando-se as características das relações de produção capitalistas, até que ponto a produção algodoeira se insere neste contexto? Para melhor elucidar esta questão iniciamos este item com um debate acerca do que caracterizam as relações capitalistas de produção e, em seguida, enfocaremos o caso específico de Iguatu.

Em suas formulações, Wallerstein (1985) afirma ser necessário conceber o capitalismo como um sistema histórico e social para que não caiamos numa mera projeção de modelos abstratos de interpretação da realidade.

Em suas formulações para a explicação do capitalismo e do capital, Marx (1893) atenta, como indicado anteriormente, para o processo de acumulação primitiva como fator importante para a acumulação de capital. Segundo Hunt (1981, p. 240):

A acumulação primitiva poderia ser encarada de dois pontos de vista diferentes (embora tenha sido um único processo sócio-econômico geral): como o processo de criação da classe operária sem propriedades, economicamente indefesa e dependente, ou como a criação de uma classe capitalista rica, com controle monopolista sobre os meios de produção os meios de produção. De qualquer ponto de vista, sua história foi ‘escrita nos anais da história com letras de sangue e fogo’.

Complementando a citação anterior e explicando como o processo de expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção foi favorável para o desenvolvimento das forças produtivas e para a concretização das relações capitalistas de produção, Oliveira (2007, p. 36) assegura que:

As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. Devem estar livres de todos os meios de produção. Esse processo, chamado pela ideologia capitalista de liberdade, assenta no processo de expropriação dos meios de produção dos trabalhadores, ocorrido em período histórico imediatamente anterior.

Marx (1890; 1893) destaca que outros pressupostos que caracterizam as relações de produção capitalistas seriam a produção de mercadorias, a existência no processo produtivo de trabalhadores assalariados, a criação da mais-valia através da captura do trabalho excedente dos trabalhadores por parte dos patrões e da apropriação dos excedentes de capital. Marx (1893; 1997) também afirma que não adiantaria para o capitalista o esquema simples M-D-M e nem o esquema D-M-D, pois nos dois casos não

teríamos a criação de mais-valor. Seria necessário a produção ampliada de capital, o que ficou caracterizada pelo esquema $D - M - D'$, para consegui-la. No esquema proposto por Marx (1890; 1893) é fundamental que entendamos a indissociabilidade do movimento de produção – circulação – consumo. Conforme Marx (1973, p. 93):

a produção não é apenas imediatamente consumo e o consumo não é apenas imediatamente produção, a produção não é apenas meio para o consumo e o consumo não é apenas o objetivo da produção [...] mas também, tanto a produção quanto o consumo [...] criam o outro, completando-se e criando-se enquanto o outro.

No livro I, Marx afirma que o processo cíclico do capital realiza-se em três estágios, apresentados no livro II:

Primeiro – O capitalista aparece como comprador no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho; seu dinheiro converte-se em mercadoria ou efetua o ato de circulação $D - M$. Segundo – Consumo produtivo das mercadorias compradas pelo capitalista que funciona como produtor capitalista de mercadorias cujo valor supera o dos elementos que concorrem para sua produção. Terceiro – O capitalista volta ao mercado como vendedor; sua mercadoria converte-se em dinheiro, isto é, efetua o ato de circulação⁴⁵ (MARX, 1893, p.27).

⁴⁵ É válido lembrar assim como nos faz Marx, que no livro I, o autor enfatiza mais o primeiro e o terceiro estágios, dedicando o livro II maior ênfase a esfera da circulação. Conforme a citação anterior feita por Marx (1893), podemos identificar que na primeira fase o capital encontra-se na esfera da circulação, na forma de capital monetário, onde teríamos a fórmula $D - M$, sendo D = dinheiro, M = mercadoria. Na mercadoria estaria agregada a força de trabalho = Ft e os meios de produção = MP . Em sua segunda etapa, o capital entra na esfera produtiva, onde o trabalho assalariado combina-se com os meios de produção, criando assim novas mercadorias, com novos valores, sendo gerada nesta esfera a mais-valia. Neste caso teríamos a fórmula $M \dots P \dots M'$. Nesta segunda etapa, entendemos que o capital passa de sua forma produtiva para a forma do capital-mercadoria. Para terminar o ciclo, na terceira etapa, voltamos a esfera de circulação, pois as mercadorias produzidas após a venda converte-se em dinheiro. Dessa forma chegaríamos a fórmula $D - M \dots P - M' - D'$ que caracteriza o movimento do capital. Ou seja, no início o capitalista entra no negócio com certa quantia e no final recebe um acréscimo daquela quantia inicial que será novamente aplicada para a ampliação de seus lucros, promovendo assim, uma acumulação ampliada do capital. Para tanto o processo inicial de acumulação primitiva exerceu papel fundante em todo o processo acima discutido.

Para caracterizar-se como uma relação capitalista, no final ciclo, o capitalista deveria ter acumulado um excedente de capital, que deveria ser reinvestido para caracterizar a acumulação de capital, superando assim a reprodução simples, que segundo Marx (1893) seria impossível em um sistema produtor de mercadorias.

Fazendo uma leitura da teoria da acumulação em Marx, Harvey (2005a) assevera que a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. Para Harvey (2005a), o capitalismo é dinâmico, expansível e cria uma força revolucionária que incessantemente transforma o mundo.

O processo de acumulação depende de alguns pressupostos, dos quais destaca:

1) A existência de um excedente de mão – de – obra, isto é, um exército de reserva industrial, que pode alimentar a expansão da produção. Portanto, devem existir mecanismos para o aumento da oferta de força de trabalho, mediante, por exemplo, o estímulo ao crescimento populacional, a geração de corrente migratórias, a atração de “elementos latentes” – força de trabalho empregada em situações não-capitalistas; mulheres, crianças etc. – para o trabalho, ou a criação de desemprego pelo uso de inovações que poupam trabalho. 2) A existência no mercado de quantidades necessárias (ou oportunidades de obtenção) de meios de produção – máquinas, matérias-primas, infra-estrutura física e assim por diante -, que possibilitem a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido. 3) A existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. Se não puderem ser encontradas necessidades para os bens, ou se não existir demanda efetiva (a necessidade retraída pela incapacidade de pagamento), então desaparecerão as condições para a acumulação capitalista (HARVEY, 2005a, p.44-45).

O processo descrito por Harvey nos oferece uma ampla visão das condições para a existência da acumulação e desenvolvimento do capitalismo, o que de fato não ocorre de forma semelhante em todos os lugares, a exemplo da realidade brasileira e de alguns setores de sua economia.

[...] – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução das relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. [...] (OLIVEIRA, 2003, p.60).

A exemplo da realidade brasileira, a expansão das relações sociais de produção na cultura algodoeira em Iguatu, ocorreu através da permanência de antigas relações de produção que não são necessariamente capitalistas, mas que são apropriadas, segundo Martins (2010), para a reprodução do capital, a exemplo das relações de colonato nos cafezais. Segundo Martins (2010, p. 245):

[...] É preciso ter em conta que o desenvolvimento das relações capitalistas num ramo ou num setor da produção já cria as condições para que a reprodução capitalista de capital aí ocorra, realizando como excedente capitalista os excedentes gerados em relações não capitalistas.

De acordo com o que já foi dito, a cultura algodoeira em Iguatu assim como no Ceará, se desenvolveu através do sistema de parcerias e consorciada com culturas de subsistência. No caso de Iguatu, existiam fazendas como a de Manoel Matias Costa que em fase inicial trabalhava com o arrendamento e com o consórcio, mas que com o passar do tempo, assim como afirmou seu filho Edilmo Costa, optou por plantar somente algodão (pois era bem mais lucrativo). Mas de modo geral, predominava na estrutura agrária, a produção em pequenos estabelecimentos.

Na estrutura agrária, o predomínio não era do grande latifúndio, mas como nos deixou claro Oliveira (1981), de pequenas culturas realizadas por meeiros, posseiros, sitiantes:

[...] Não é a *'plantation'*, porém, a estrutura de produção dessa nova mercadoria; esse vasto algodão é na verdade constituído pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas. A rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros. Emerge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas “culturas de subsistência” do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam, por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força – de - trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas (OLIVEIRA, 1981, p.47).

Albuquerque (1980, p.7) reforça essa asserção, ao ressaltar que:

[...] parcela significativa da produção do algodão nordestino provinha de cultivos de 20 ha, explorados através de um sistema de parcerias, onde os proprietários de terra transferiam ao parceiro a totalidades dos riscos e encargos da cultura e ainda obtinha a garantia de suprimento alimentar para a pecuária bovina.

A tabela a seguir evidencia a estrutura agrária de Iguatu no ano de 1970, em que se percebe a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. No caso, quatro; cada qual possuindo de 1.000 a menos de 10.000 hectares. No restante dos estabelecimentos – a maioria -, não passava de 10 hectares com um número de 1.779 estabelecimentos, seguido pelos estabelecimentos de 10 a menos de 20 hectares, contabilizando 876 estabelecimentos, e os de 20 a menos de 50 hectares com 805 estabelecimentos.

Tabela 04: Iguatu - Estrutura agrária (1970)

Classe de área (Ha)	Nº de estabelecimentos	Área (ha)
Menos de 10	1.779	9.222
10 à menos de 20	876	12.448
20 à menos de 50	805	25.078
50 à menos de 100	323	22.163
10 à menos de 1.000	198	43.734
1.000 à menos de 10.000	4	7.628
Mais de 10.000	-	-
Total	3.985	120.273

Fonte: IBGE, Censo agropecuário. VII Recenseamento Geral – 1970. Série regional, Volume III – Tomo VII. Retirado de: SUDEC. Levantamento Básico dos Municípios; volume VI – 1977.

Segundo o mesmo estudo, mas do ano de 1975, houve aumento no número de propriedades com menos de 10 hectares, passando-se de 1.779, para 1.951, e diminuindo-se o número de propriedades de 10 a menos de 20 hectares e de 20 a menos de 50 hectares. Respectivamente mudou-se de 876 para 856, e de 805 para 777. (SUDEC, 1980).

Os dados acima comprovam conforme Albuquerque (1980), que parcela significativa do algodão nordestino provinha de cultivos em estabelecimento de 20 hectares.

É claro que a agricultura de Iguatu não se resumia ao cultivo do algodão, pois também se cultivava o arroz, outra grande cultura no município, além de outras culturas de menor destaque e da criação de gado. Não obstante, a cultura algodoeira se destacava como principal cultura agrícola no *ranking* local.

No referente às relações de produção estabelecidas no campo em Iguatu, podemos considerar que tais relações não eram assalariadas e tinham cunho não capitalista, donde destacamos as relações de parcerias, de moradores de fazendas que

recebiam por diária ou por empreitada, além das relações de renda da terra não-capitalista defendidas por Oliveira (2007).

A parceria - é outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; é comum essa relação de trabalho aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e conseqüentemente aumentar suas rendas (OLIVEIRA, 2007, p. 41).

Resignificando o debate sobre a condição de parceria para a realidade dos sertões do Ceará, Barreira (1992) afirma que a parceria como relação social não se esgota com o pagamento. Existiria uma ambigüidade na terminologia “parceria” e sua variedade é bem ampla tanto do ponto de vista cultural quanto social. Nos estudos de Barreira (1992), o parceiro vai além da visão clássica, podendo ser incluído neste caso o morador-parceiro, o meeiro e os próprios trabalhadores camponeses que se autodenominaram parceiros em suas lutas por direitos à terra, as chamadas “lutas de parceiros” ou “movimentos de parceiros”.

Procurando estabelecer a diferença entre os termos de morador e parceiro, Barreira (1992, p.82) afirma que:

O ‘morador’ é o trabalhador que reside dentro da fazenda e o ‘rendeiro’ é o que mora, geralmente, fora da propriedade. Entretanto, pode existir ‘rendeiro’ que more dentro da propriedade. Neste caso, o ‘morador’ representa o ‘trabalhador mais antigo’ que, além de pagar um percentual de sua produção ao dono da terra, ‘tem sujeição’, no dizer dos trabalhadores. Esta ‘sujeição’ significa ter que trabalhar alguns dias da semana para o dono da terra, ganhando, às vezes, diária menor do que normalmente paga a outros trabalhadores. O ‘rendeiro’, por outro lado, é mais ‘liberto’, só tendo como obrigação pagar a parte estabelecida de sua produção ao proprietário da terra.

O parceiro, segundo este autor, começa a designar o camponês que está lutando por um pagamento mais justo. Barreira (1992, p. 83) assim descreve os diferentes tipos de parceiros:

O ‘parceiro-pequeno proprietário’ é o camponês que, mesmo possuindo uma pequena propriedade, trabalha de ‘parceria’ noutra propriedade para possibilitar a reprodução individual e familiar. O ‘parceiro-diarista’ é o camponês que mora, usualmente, em um pequeno povoado ou nos arredores de uma cidade maior e que, além de trabalhar como diarista, mantém um ‘contrato de parceria’. O ‘parceiro-morador’ reside dentro da propriedade e mantém uma ‘relação de parceria’ com o dono da terra, tendo um duplo compromisso com o proprietário – como ‘morador’ e como ‘parceiro’. Nesta relação cristalizam-se todos os elementos de ‘dívidas’ e ‘favores’, ‘direitos’ e ‘deveres’ do ‘sistema de parceria’. A ‘moradia’ dentro da propriedade mascara, em parte, a relação proprietário-trabalhador rural, como, também, reveste de toda riqueza e especificidade esta categoria social. Neste aspecto, para o nosso trabalho, ‘a moradia’ assume uma importância capital. A ‘visão de mundo do parceiro’ é, de certa forma, sobredeterminada por valores do dono da terra, onde a relação personalista é muito forte.

De fato, a realidade é por demais complexa, e no caso de Iguatu, constatamos a presença das relações acima descritas. Muito comum era também a presença de camponeses vindos de outros estados nordestinos (Paraíba, Pernambuco) na época da colheita algodoeira. Estes acabavam por se estabelecer em fazendas, recebendo dos grandes latifundiários, moradia e alimentação, fato semelhante às discussões postas por Martins (2010) acerca da migrações e do sistema de colonato.

O exemplo seguinte foi fornecido pelo Senhor José Gomes da Silva⁴⁶ (Seu Amanso), que afirma que somente na fazenda em que trabalhava (com a função de administrador), de propriedade do Senhor Manoel Matias Costa, conhecido como o “rei

⁴⁶ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2010, com o senhor Amanso trabalhador da fazenda do Senhor Manoel Matias Costa há 30 anos.

do algodão”, eram empregados no período da colheita, cerca de 500 a 550 funcionários, sendo cerca de 100 deles, moradores de uma fazenda situada na Varzinha.

A fotografia a seguir, demonstra que inclusive uma Igreja foi criada para que os trabalhadores que ali residissem pudessem frequentá-la na hora de seu descanso. Ao lado da igreja se encontrava o galpão que armazenava o algodão produzido na fazenda. Todo um aparato material e espiritual foi criado para a manutenção da resignação dos camponeses e sua permanência. Logo após longas horas de trabalho, seja roçando, semeando ou colhendo, os trabalhadores tinham seu afago na Igreja, onde iam agradecer a Deus e ao patrão, por mais um dia de trabalho e de comida.



FIGURA 07: Igreja na fazenda Varzinha -Iguatu
Fonte: LIMA, Átila de Menezes - 2010.

Ao indagar sobre a origem das pessoas que trabalhavam na fazenda, o senhor Amanso assim nos respondeu:

Rapaz, por ser um lugar de acolhimento das pessoas, uma fazenda, aqui podia vim gente da Paraíba de todos os outros estados também chegavam aqui e vim trabalhar sabe. Naquela época, por exemplo, na época da colheita, tal tempo... agora mesmo nós estamos no mês de junho né, aí mês de abril, por exemplo, maio, começa a colheita aqui, aí o pessoal que tava lá na Paraíba, lá em outros estados rapaz dizia, agora lá em Iguatu ta na época da colheita, aí onde chegava aqui e sabendo aonde tinha algodão pronto tinha serviço pra todo mundo. Todas essas fazendas aqui, nas adjacências acolhiam gente. Aqui teve famílias que se arranjaram com gente de fora, de outros estados né que vinham pra cá e ficava e morava até muitos anos aqui na varzinha sabe, que aqui sempre foi um lugar... a fazenda aqui sempre foi acolhedora o pessoal chegava aqui pra voltar, mas tinha casa... tinha muita casa de taipa aqui que geralmente e geralmente sempre tinha uma desocupada o pessoa vinha se arranjava, ficava aí um bocado de tempo sabe. Agora eu mesmo filho natural da varzinha, a gente tinha uma média de... você vê... eu tenho 57 nos, toda a minha vida foi aqui dentro, papai morreu aqui com oitenta e tantos anos aqui dentro se você aí naquela vila o pessoal o pessoa conta a historia: o meu pai morreu... o meu pai tinha 90 anos, nasceu e criou-se na varzinha e tal sabe, é uma historia né a varzinha tem... não é um “povim” que chegou relâmpago não, que chegou e saio a manhã não, todo mundo aqui sabe... sabe como começou o primeiros passos aqui da varzinha. (Seu Amâncio, entrevista realizada em 26 de julho de 2010).

As relações de trabalho estabelecidas nesta fazenda, pertencente a um dos maiores produtores de Iguatu (Manuel Matias Costa), propiciaram a acumulação necessária para que ele criasse sua própria fábrica de beneficiamento de algodão, a denominada Fábrica Varzinha, (Entrevista de Lima Verde - apêndice). Comentando em entrevista sobre as formas de pagamento aos trabalhadores da fazenda de propriedade de Manoel Matias Costa, “Nelzin” (seu filho Edilmo Costa) afirmou que era muito comum o pagamento em diárias ou em empreitadas, cabendo aos trabalhadores executarem a limpeza, a queima do terreno, o roço da terra, a plantação e a colheita.

Outro produtor que também conseguiu montar uma indústria com a produção de algodão foi José Saraiva Coelho, proprietário da COESA S/A, uma das principais usinas beneficiadoras de algodão de Iguatu. Este senhor, segundo Lima Verde, ainda teve apoio do governo Federal em consórcio com os E.U.A na chamada Aliança para o

Progresso⁴⁷, instaurada durante o governo do presidente Kennedy para abrir sua usina (que contou ainda com financiamento do Banco do Brasil).

Conforme ressalta Oliveira (1981), tanto os grandes fazendeiros como o capital internacional, tinham elevados lucros com o comércio do algodão, sobretudo por determinarem o seu preço ao comprarem antecipadamente a produção na “folha” e financiarem a produção para receber após a colheita. No caso de Iguatu, o financiamento da produção algodoeira se deu pelo Banco do Brasil através do Crédito Agrícola e Industrial – CREAM. Este era um financiamento feito pelo Banco do Brasil, que objetivava o crédito para custeio e investimento produtivo privado de longo prazo nos setores agrícola e industrial.

Outra forma de acumulação extraída a partir da cultura algodoeira por parte dos grandes e médios fazendeiros proprietários de terra em Iguatu foi o arrendamento da terra e a meia. Sobre este assunto, Oliveira (1981, p.48) nos traz contribuições ao afirmar que:

[...] O fazendeiro apropria parte desse valor, tanto sob a forma de sobre-produto, resultado da partilha do algodão entre ele e o meeiro, quanto sob a forma de sobre-trabalho, no “cambão”, uma forma muito similar à clássica corvéia da economia camponesa européia; sob as duas forma oculta-se uma terceira, a renda da terra que raramente é explícita. O proprietário quase nunca exige um pagamento do meeiro pela utilização da terra. O fazendeiro em sua ideologia, ‘dá’ a terra de graça para seus moradores.

Com relação à renda da terra, as formas de pagamento por parte dos pequenos produtores arrendatários se dava mediante a renda- trabalho, e o pequeno agricultor dedicava alguns dias de seu trabalho para o grande latifundiário, ou era pago em renda

⁴⁷ Para uma melhor compreensão da Aliança para o Progresso e do interesse dos E.U.A pelo Nordeste brasileiro, ver Francisco de Oliveira (1981) em seu Clássico Elegia para uma (Re)ligião.

produto. Assim, o pequeno agricultor pagava a renda da terra disponibilizando parte de sua produção para o latifundiário.

A renda da terra é uma categoria especial na Economia Política, porque ela é um lucro extraordinário, suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. Na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre a fertilidade natural dos vários tipos de solos (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Este mesmo autor ainda discute outras formas de renda da terra que existiram em Iguatu no processo de produção algodoeira, sendo denominadas por ele de rendas pré-capitalistas.

Além dessas formas de renda da terra que existem quando a produção agropecuária é baseada em relações capitalistas de produção, há também, de forma contraditória no capitalismo a existência de renda da terra pré-capitalista. Ela é diretamente produto excedente, ao contrário da renda da terra capitalista que é sempre, sobra acima do lucro, fração da mais-valia, portanto. As formas da renda da terra pré-capitalistas são três: renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro. A primeira, a renda da terra em trabalho consiste na forma mais simples de renda fundiária, pois o produtor direto com seus instrumentos de trabalho que lhe pertencem de fato ou de direito), durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavar parte dessas terras para si próprio. A segunda forma é a renda da terra em produto que se origina do fato de que o trabalhador cede parte de sua produção pela cessão do direito de cultivar a terra de outrem. A terceira forma é a renda da terra em dinheiro que se origina da conversão, da simples metamorfose da renda em produtos em renda em dinheiro Assim, essas formas particulares de renda da terra aparecem no campo e na cidade, ou seja, aparecem onde a terra é propriedade privada de uma classe ou fração de classe, particularmente também onde impera o modo capitalista de produção (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

Aprofundando nossas discussões sobre a contribuição das relações não capitalistas para o desenvolvimento do capitalismo, Oliveira (2007, p.40) acrescenta:

Na agricultura, esse processo de subordinação das relações não-capitalistas de produção se dá sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital.

O debate acerca das relações sociais estabelecidas no campo foram fundamentais para saber quais relações se estabeleceram na cidade de Iguatu, visto que a realidade não é tão fragmentada quanto aparenta. Pelo contrário, se acha intimamente inter-relacionada de forma dialética. Um bom exemplo disso nos é oferecido por Oliveira (2003) ao relatar a importância de relações primitivas na agricultura, que impediam de certa forma, o seu desenvolvimento técnico, mas que ao mesmo tempo desempenhava papel importante na regulamentação do custo da reprodução da força de trabalho urbana.

O importante no entendimento da dialética campo-cidade em Iguatu é ressaltar que ela foi proporcionada em grande parte pela cultura algodoeira, e demonstrar que esta atividade agrícola não se realizou somente no campo, tendo boa parte de sua concretização também na cidade. É nesta última, que encontramos a grande maioria das indústrias de beneficiamento do algodão e os serviços ligados a esta atividade, como as lojas de insumos, os pesticidas, os serviços bancários que garantiam o crédito no campo, além dos serviços educacionais e de saúde.

A criação de infra-estruturas foi fundamental na relação campo-cidade, já que havia a necessidade de escoamento das culturas agrícolas do município. A estrada de ferro foi essencial na realização da produção por permitir maior contato com Fortaleza, a capital do Estado, de onde saía o produto para o mundo. Este fato imprimiu nova

dinâmica regional a Iguatu, que se constituiu em uma nova centralidade na rede urbana cearense, dado o importante papel que assumia no contexto das relações intermunicipais da região centro-sul do Estado, sobretudo na dinamização do comércio, conforme destaca Nogueira (1985, p. 159):

Dessa época em diante, o comércio iguatense experimentou sensível desenvolvimento, porque se tornou muito maior o intercâmbio da cidade com Fortaleza. Por outro lado, Iguatu e seu município que eram grandes produtores de algodão, passaram a ter outras facilidades de exportação do produto que antes desconheciam. Ao mesmo tempo, a agricultura passou a ter apreciável progresso.

Dentre as demais infra-estruturas presentes na paisagem de Iguatu, elencamos a aberturas de vias urbanas, de estradas para o transporte do algodão do campo para a cidade, a criação de vilas operárias, todas dinamizando o comércio, multiplicando os serviços existentes, etc. De acordo com dados da SUDEC (1980), Iguatu possuía no ano de 1979, uma estrada federal, duas estradas estaduais e 16 estradas municipais, além de uma estação ferroviária.

Tomando apenas uma indústria, a Companhia Industrial de Algodão e Óleos – CIDAIO (Fotografias 8 e 9), percebemos a grandiosidade do que falamos, pois esta foi responsável pela maior dinâmica no comércio e pela geração de empregos, materializado em dados da década de 1930, quando ocupava mais de quatrocentos funcionários em suas instalações (TEIXEIRA, 2007).



FIGURA 8: CIDA0 - antigas instalações de produção de óleo
Fonte: LIMA, Átila de Menezes -2010



FIGURA 9: CIDA0 - Velhos Galpões
Fonte: LIMA, Átila de Menezes - 2010

Ainda segundo Teixeira (2007), a CIDA0 criou também vilas operárias (ver fotografias 10 e 11) para os seus trabalhadores⁴⁸, contribuindo, assim, no âmbito da moradia, para uma nova forma de intervenção no espaço urbano, fato novo até então para a cidade. É válido atentar para o fato de que a doação de casas para os trabalhadores nas proximidades das fábricas era mais uma das estratégias de subordinação do trabalho ao capital. As fotografias a seguir, mostram que até hoje, as moradias cedidas pela CIDA0, situadas na Rua da CIDA0 e na rua Moreira Filho, constituem parte da paisagem de Iguatu.



FIGURA 10: casas da antiga vila da CIDA0
Fonte: LIMA, Átila de Menezes - 2010



FIGURA 11: Antiga vila da CIDA0
Fonte: LIMA, Átila de Menezes - 2010

⁴⁸ Conforme informações de Wilson Lima Verde, estas casas foram cedidas àqueles trabalhadores considerados de confiança e não a qualquer operário.

Estes elementos nos indicam o fato de que no começo do século XX, Iguatu já se inseria de forma seletiva no âmbito da acumulação capitalista em curso no Ceará.

As transformações que se sucederam em Iguatu adentraram no cotidiano e nos aspectos culturais do município. Segundo Teixeira (2007), a influência no cotidiano das pessoas perpassava desde a adaptação de boa parte da população aos relógios da fábrica, aos festejos de fim de ano, quando só se cumprimentavam desejando “feliz ano novo” quando ouviam o sinal dado pelo apito da CIDAIO.

A economia algodoeira repercutiu ainda na vida social da cidade com suporte financeiro à construção do Clube Recreativo Iguatuense – CRI (no caso particular da CIDAIO), onde se realizava anualmente a tradicional festa do algodão, com a eleição do rei e da rainha do algodão. A Cidade demonstrou no âmbito sócio-cultural, considerável progresso no início do século XX, com a presença de vários jornais, como o primeiro jornal impresso de Iguatu denominado “O Iguatu” e datado de 1915. Além disso, Nogueira (1962) aponta para o surgimento de algumas associações, como a Sociedade Promotora do Progresso Intelectual de Iguatu fundada em 1923, a União Artística de Iguatu fundada em 1913 e o Círculo Operário de Iguatu.

Além destas transformações, a atividade algodoeira em Iguatu motivou em parte, a idealização da primeira Exposição Agropecuária e Industrial de Iguatu, a tradicional Expoiguatu, conforme Lima Verde (Entrevista no apêndice).

No plano econômico, a tabela a seguir, demonstra o papel de centralidade e a importância econômica que este município, exerceu na região centro-sul e no Estado do Ceará.

Tabela 05: Iguatu: estrutura econômica nos anos de 1950 e 1970

Anos	Estrutura Econômica por Setores de Atividades Urbanas (%)					Participação Relativa sobre Total do Estado (%)					Participação Relativa Sobre Total do Nordeste		População	
	Indústria	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Serviços	Total	Indústria	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Serviços	Total	(%)	Índice	Números Absolutos	Índice
1950	65,9	6,2	24,5	3,3	100	6,7	0,4	1,9	2,2	2,4	0,26	100	11.599	100
1970	42,6	20,3	35	2,1	100	2,6	1,6	1,8	1	2	0,28	108	31.859	275

Fonte: Lima, Antônio de Macedo. *Nordeste: aspectos macroeconômicos das cidades de porte médio*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste, Grupo de Estudos de Demografia e Urbanização,

O exposto ressalta a importância de Iguatu, tanto para a região centro-sul do Ceará quanto para o Estado como um todo, ao se tornar centro polarizador, com uma área de influência, segundo a SUDEC (1973), composta pelos municípios de Orós, Cedro, Jucás, Cariús, Assaré, Saboeiro, Aiuaba, Catarina e Acopiara. No que diz respeito à comercialização de algodão e ao comércio atacadista, as relações de Iguatu se ampliam, interagindo diretamente com maior força com Fortaleza, e se relacionando também com o Cariri e Campina Grande, na Paraíba (CE - SUDEC, 1973). De acordo com a SUDEC (1977) foram quantificados em Iguatu, no ano de 1976, um total de 678 estabelecimentos comerciais varejistas e 72 atacadistas.

Neste caso podemos evidenciar o papel assumido por Iguatu na divisão social e territorial do trabalho no contexto cearense. A este propósito, Rosa (1998, p.117) assinala que:

[...] a divisão territorial do trabalho é fruto da diferenciação interna do espaço provocada pela expansão do capital. Isso significa que o conceito de divisão territorial do trabalho, ou a diferenciação social do espaço, está implícito no conceito de divisão social do trabalho formulado por Marx e posteriormente utilizado por Lenin (1982:275), que afirma: ‘a divisão do trabalho em geral está relacionada diretamente à divisão territorial do trabalho, à especialização de certas regiões na produção de um único artigo, às vezes de uma única variedade de um artigo e até de uma única parte de um artigo’.

Iguatu ao assumir a função de centro produtor e também coletor e beneficiador de algodão na região centro-sul cearense, passou a exercer historicamente também centralidade em outras atividades econômicas, como o comércio e nos serviços.

No plano econômico o desenvolvimento das atividades industriais suscitou a chegada de instituições financeiras como o Banco de Crédito Comercial, instalado em 1929, o Banco do Brasil, com data de inauguração no dia 03 de maio de 1940 (ARAGÃO, 1998) e o Banco do Nordeste, datado de 15 de abril de 1959, que investiram na economia local e asseguraram a reprodução das condições de produção das unidades fabris (LIMA e AMORA, 2010, p. 237).

A tabela a seguir dá uma idéia do número considerável de equipamentos urbanos e de serviços oferecidos por este município, no ano de 1976:

Tabela 06: Comércio de Iguatu em 1976

Estabelecimentos segundo Especialização	Quantidade
Padarias e Confeitarias	10
Postos de gasolina	6
Mercearias	330
Bomba de gasolina	4
Hotéis	6
Restaurantes, bares e semelhantes	55
Barbearias	25
Pensões	5
Cinemas	2
Teatros	-

Retirado de: SUDEC. Levantamento Básico dos Municípios; volume VI – 1977.

Fonte: SUDEC. Levantamento Básico dos Municípios; volume VI – 1977 e Secretaria de indústria e Comércio do Ceará.

Como podemos perceber na tabela, o destaque é dado às mercearias e à venda de produtos alimentícios, nos chamando atenção para a grande quantidade destes

estabelecimentos. Entretanto, é interessante atentarmos para o número de hotéis e pensões, 11 (onze) ao todo. Estas pensões serviam para o descanso dos viajantes que passavam pela cidade e necessitavam pernoitar nas proximidades da estação, uma vez que o trem também fazia o transporte de passageiros.

Considerando-se as transformações em Iguatu até finais dos anos de 1970, destacamos que os empregos gerados pela CIDAIO e pelas demais beneficiadoras de algodão (nove neste intervalo de tempo) que atuavam em Iguatu, além dos empregos temporários no campo, na época das colheitas, foram responsáveis pela maior circulação de dinheiro no comércio da cidade, propiciando maior dinamismo nas relações de troca e na economia urbana. Isso fica evidenciado na fala do Senhor Raimundo Jorge da Silva, ex-trabalhador da CIDAIO e da fábrica Horácio Fernandes, outra beneficiadora de algodão de Iguatu. Esse trabalhador relata que “no período do algodão tinha empregos para todo mundo. Corria muito dinheiro na época”.

O Senhor Roberto da Silva Nogueira, filho do proprietário da Usina Horácio Fernandes, também, na sua fala, argumenta: “o algodão foi a riqueza que trouxe desenvolvimento”. Ele acrescenta ainda que “todos tinham boas rendas, desde o catador, chapiador, corretores, aos donos de beneficiadoras. O número de empregos era tanto que era necessário buscar mão de obra em outros municípios como Acopiara, Jucás, Campos Sales”. Este aspecto foi reforçado na fala do Senhor Josué: “o algodão trouxe muitos trabalhadores de outros Estados, que aqui passaram a residir. Vieram pessoas da Paraíba e de Pernambuco, isso por volta dos anos de 1960”.

É preciso atentar, antes de tudo, que o conteúdo das informações das entrevistas e dos dados descritos anteriormente, deve ser interpretado não como elogio ao progresso ou afirmação de que estas relações se desenvolveram sem contradições, pelo contrário; é preciso uma interpretação crítica das mesmas, ou seja, irmos para além da

aparência, desvendar o claro-escuro (KOSIK, 1976) que existe por trás dos discursos e dos dados.

Apesar de haver, nos discursos e mesmo nos dados, a interpretação de que a produção algodoeira trouxe “muitas coisas boas”, se lançarmos o olhar para além do aparente, do imediato e apreendermos as relações envolvidas no processo produtivo do algodão no campo (produção) e na cidade (beneficiamento, circulação), perceberemos que as relações de trabalho eram precárias, e que quem mais se beneficiava da riqueza produzida eram os produtores, os industriais e os corretores, que compravam o algodão e vendiam na cidade. Isso fica evidente na fala do Senhor José Gomes da Silva⁴⁹ (seu Amanso) que afirmou que apesar da geração de muitas riquezas, o algodão trouxe muito sofrimento. Esse trabalhador que ainda hoje, trabalha na mesma fazenda (há mais de 30 anos), e que tem hoje 57 anos, comparou o seu trabalho ao de um escravo, relatando que chegou a colher cerca de 211 quilos de algodão somente em um dia, e isso tudo na mão, visto que a mecanização só viria a instalar-se nos finais dos anos 1960 e início de 1970. E acrescentou ainda, que as crianças não tinham tempo para os estudos, chegando certa idade, tinham que ir colher o algodão.

Outra contradição gerada pela cultura algodoeira refere-se às formas de pagamento. Os trabalhadores do campo recebiam o pagamento ou em diárias ou no caso do consórcio e do arrendamento, no direito de usar a terra e se beneficiar com uma parte ínfima do que era produzido. No caso das indústrias, a carga horária de trabalho era elevada, existindo fábricas que funcionavam inclusive em três turnos⁵⁰, o que significa uma maior exploração do trabalhador e maior beneficiamento da mais-valia.

⁴⁹ Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2010, com o senhor Amanso trabalhador da fazenda do Senhor Manoel Matias Costa há mais de 30 anos.

⁵⁰ Ver na entrevista de José Roberto ex-funcionário da indústria Inácio Parente todo o processo produtivo do algodão e do caroço do algodão

Os grandes beneficiários eram os produtores, corretores e beneficiadores, como afirmamos anteriormente. Segundo Lima Verde (2010), corretores e compradores de algodão, como Solário Ferreira Lima, Celso Holanda Montenegro e Clóvis Benevides, que compravam algodão em Iguatu e vendiam para Orós, Cedro, Acopiara, Cariús e Jucás, acumularam muitas riquezas com este produto. Podemos evidenciar a importância da circulação, na apropriação das riquezas geradas pela cultura algodoeira. O mais interessante é que todos estes corretores pertenciam às famílias tradicionais que povoaram Iguatu em tempos pretéritos, novamente evidenciando as permanências das longas temporalidades braudelianas.

Evidências da grande riqueza que era retida na mão dos industriais do algodão nos é fornecida pelo Senhor Roberto da Silva Nogueira, filho do proprietário da Fábrica Horácio Fernandes, onde funciona hoje uma recicladora. Ele nos afirmou que a riqueza gerada com o algodão foi tanta, que existiam na Cidade 6 aviões, todos estes pertencentes aos proprietários de fazendas que comercializavam algodão, sendo a sua família proprietária de um deles.

Lima Verde (2010) nos afirmou que a família Moreira Cavalcante, sócia majoritária da CIDAO, acumulou muitas riquezas, financiando inclusive os estudos de um de seus membros (irmãos) em Roma. José Moreira Cavalcante reteve tantas riquezas que possuía grande patrimônio materializado em imóveis na cidade de Fortaleza, mais precisamente na Aldeota, hospedando inclusive personalidades como o General Castelo Branco, quando de sua vinda ao Ceará (Entrevistas - apêndice). Estas informações nos dão inclusive indícios para concordar com as suposições feitas por Amora (2010)⁵¹ ao inferir que parte dos investimentos que ocorreram na cidade de Fortaleza tiveram origem no interior do Estado.

⁵¹ Proposições feitas ao longo de nossas discussões na construção desta pesquisa.

Acreditamos ainda que o aumento da população de Iguatu foi motivado em grande parte pelo desenvolvimento da atividade algodoeira. Segundo relatos de moradores⁵² mais idosos, muitas pessoas se dirigiram para o município de Iguatu em busca de emprego na atividade algodoeira, ou seja, para trabalhar no campo, na época das colheitas, ou na cidade, nas atividades fabris. Terminavam por estabelecerem-se ali, proporcionando um aumento tanto da população urbana quanto da rural. Dados do IBGE (1960) demonstram que nos anos de 1950 e 1960, o município tinha uma população de 41.922 e 51.570 habitantes respectivamente, sendo que em 1960, eram 18.634 os que residiam em áreas urbanas e 32.936 os moradores das áreas rurais. Levando em consideração apenas a cidade-sede, os dados nos mostram que em 1950 a população era de 10.063 habitantes, passando na década seguinte para 16.540 pessoas.

Este aumento populacional pode ser benéfico ao desenvolvimento das relações capitalistas e a acumulação de capital, visto que o grande contingente populacional cria um exército industrial de reserva que tende a regular os salários dos trabalhadores para baixo. Juntando-se a manutenção de relações primitivas e de cunho não capitalistas, as quais permitem a manutenção de baixíssimos custos da reprodução da força de trabalho rural e mesmo nas cidades. A este respeito, Oliveira (2003, p. 46) afirma que:

A manutenção, ampliação e combinação do padrão “primitivo” com novas relações de produção no setor agropecuário têm, do ponto de vista das repercussões sobre os setores urbanos, provavelmente maior importância. Elas permitiram um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuíram de duas formas: em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o “exército de reserva” das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital-trabalho, que ampliou as possibilidades da acumulação industrial (...). Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural, combinaram esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta. [...].

⁵² Entrevista com vários moradores antigos do Município de Iguatu conseguida em visita a campo nos dias 8 e 9 de março de 2010.

Feitas estas considerações acerca das relações sociais de produção, enfatizaremos a seguir, a centralidade de Iguatu e seu papel como um dos principais produtores de algodão do Ceará, bem como as transformações socioespaciais daí advindas.

4.3. Iguatu grande produtor de algodão da região centro-sul do Ceará

No período compreendido entre 1940 e 1970, Iguatu se destacou como um dos principais produtores de algodão da região centro-sul do Estado do Ceará. No ano de 1945, o município cultivou 10.478 hectares de algodão, com um valor de produção em torno de Cr\$ 5.400,640, sobretudo de algodão em caroço, com o valor correspondente a Cr\$ 3.825,000 (NOGUEIRA, 1962). No que se refere à produção, os dados apresentados no trabalho de Nogueira (1962) demonstram que, nos anos de 1945-46, a produção foi de 11.359.629 quilos. Já em 1946-47 de 15.785.471 quilos e em 1954-55, ocorreu uma diminuição da produção, que ficou em 7.589.930 quilos.

As tabelas, 07 (sete) e 08 (oito) publicadas no Anuário do Ceará de 1953 e 1954, apresentam os municípios de maior expressividade na produção algodoeira do Ceará no ano de 1952. Elas dão uma indicação concreta da importância de Iguatu enquanto grande produtor de algodão, tanto no que se refere ao tipo herbáceo quanto ao tipo arbóreo.

Tabela 07: Produção do Algodão Herbáceo (em caroço) – ano de 1952

Município	Área Cultivada	Produção	Valor
	(ha)	(Arroba 15 kg)	(Cr\$)
Assaré	6.600	250.000	28.750.000,00
Campos Sales	8.000	337.500	35.437.500,00
Cedro	6.700	222.400	22.240.000,00
Iguatú	6.600	290.000	26.100.000,00
Jucás	6.070	370.000	37.000.000,00
Lavras da Mangabeira	6.400	78.000	7.800.000,00

Fonte: Waldery Uchoa. Anuário do Ceará 1953-1954 ; Editora Fortaleza- Ceará- Brasil, 1954.
Retirado do Anuário do Ceará; Editora Fortaleza- Ceará- Brasil, 1954.

Tabela 08: Produção do Algodão Arbóreo – ano de 1952

Municípios	Área Cultivada (ha)	Produção (arroba 15 kg)	Valor (Cr\$)
Icó	21.322	98.303	9.830.300,00
Iguatu	12.924	183.600	19.278.000,00
Jucás	2.360	63.000	5.607.000,00
Maranguape	4.820	156.000	16.380.000,00
Quixadá	5.889	350.000	28.000.000,00

Fonte: Waldery Uchoa. Anuário do Ceará 1953-1954; Editora Fortaleza- Ceará- Brasil, 1954.
Retirado do Anuário do Ceará; Editora Fortaleza- Ceará- Brasil, 1954.

Analisando detalhadamente os dados da tabela 07, percebemos que para o algodão herbáceo em caroço, Iguatu registrou a terceira maior produção com 290.000 arrobas produzidas, ficando atrás de Jucás, com a produção de 370.000 arrobas e Campos Sales com 337.500 arrobas. No referente aos valores em dinheiro, Iguatu situa-se na quarta maior arrecadação com o valor de 26.100.000,00 cruzeiros, ficando atrás de Jucás que arrecadou 37.000.000,00 cruzeiros e Campo Sales com 35.437.500,00 cruzeiros.

A tabela 08 indica o destaque de Iguatu como produtor de algodão arbóreo, estando o município entre os maiores produtores do ano de 1952, com a segunda maior produção, ou seja, 183.600 arrobas, ficando atrás apenas de Quixadá que teve a produção de 350.000 arrobas. No que concerne ao valor da produção, Iguatu também assumiu a segunda posição, com um valor de Cr\$ 19.278.000,00, sendo superado somente por Quixadá que obteve o valor de Cr\$ 28.000.000,00.

É válido lembrar, de antemão, que o olhar do pesquisador deve ir além da aparência, das informações que os dados indicam, pois a realidade não se revela de imediato. Seguindo essas observações, checamos, com base na história oral, essas informações e chegamos às contestações acerca do que a estatística nos revela. Em conversa com Wilson Lima Verde, que além de historiador também foi funcionário do

Banco do Brasil em Iguatu, onde exerceu inclusive a função de fiscal da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial - CREAMI, indagamos se os dados fornecidos pelos órgãos oficiais realmente correspondiam à realidade. Inicialmente, Lima Verde nos adverte que não devemos confundir capacidade produtiva ou capacidade da terra de produzir, com produção ou volume obtido do produto. Segundo ele, os critérios adotados pelos órgãos de pesquisa, eram o da produção em relação à área declarada. A área plantada era dividida pelo tamanho da extensão territorial do município para assim se obter o volume de produção. Em nossa opinião este critério pode mascarar um pouco a realidade, pois se compararmos a extensão territorial de Acopiara ou Quixadá com a de Iguatu, perceberemos que esta última é bem menor e assim, a produção seria também menor.

Outra observação a ser feita, refere-se à computação da produção. Lima Verde nos afirmou que existia uma grande relação de compra e venda de algodão entre Iguatu e os demais municípios da região centro-sul do Ceará, e que este fato levava a algumas confusões no cálculo final da produção dos municípios, onde era bastante comum boa parte do que era produzido em Iguatu, ser calculado como produção de outros municípios.

Continuando com suas contribuições e ao relembrar do período em que era fiscal da CREAMI do Banco do Brasil, Lima Verde comenta que a metodologia aplicada por este órgão e pelo setor de assistência rural do Banco do Nordeste para medir a produção algodoeira era bem mais eficiente, visto que se fazia a visita *in locus*, pesando-se a produção nas fazendas, os seus estoques e os das fábricas. Pesava-se toda a mercadoria pertencente aos comerciantes de algodão em seus armazéns, além de se fiscalizar tudo o que entrava nas indústrias de beneficiamento. As visitas eram feitas durante as três fases principais do cultivo: plantio (para estimular a área), lavoura (até a floração) e a fase de colheita, para em seguida ir-se para as usinas de beneficiamento. Segundo este estudioso, a exatidão dos dados calculados pelo CREAMI era tamanha que até mesmo órgãos como o IBGE pediam ajuda em suas elaborações estatísticas.

Firmando-se como um dos principais produtores e mesmo como centro coletor da região centro-sul do Ceará, Iguatu contabilizou no ano de 1959, 1.601 estabelecimentos produzindo algodão, com uma área de 14.050 hectares e com uma produção de 6.074 toneladas, isso em cultura temporária. Para este mesmo ano, o município de Acopiara, outro grande produtor de algodão integrante do centro-sul cearense, registrou 1.650 estabelecimentos produzindo algodão, com uma área de 17.257 hectares e com uma produção de 3.266 toneladas (IBGE, 1960). Para o mesmo período, mais especificamente para os anos de 1958 e 1959, o Anuário do Ceará indica os seguintes números: (Tabela 9)

Tabela 09: Produção de Algodão comparada por município – ano de 1958

Municípios	Área cultivada (ha)	Quantidade	Rendimento	Preço médio	Valor total
		produzida (ha)	médio p/ hectare	p/ unid. (Cr\$)	da produção (Cr\$)
Cedro	6.317	205.866	0,100	480,00	98.815.000,00
Icó	12.079	20.356	0,005	240,00	4.885.440,00
Iguatu	34.185	500.000	0,118	450,00	225.000.000,00

Fonte: Waldery Uchoa. Anuário do Ceará 1960-1961; Editora Fortaleza- Ceará- Brasil, 1961.
Retirado do Anuário do Ceará; Editora Fortaleza- Ceará- Brasil, 1961.

Tabela 10: Produção de Algodão Herbáceo por município – ano de 1959

Municípios	Área cultivada (ha)	Quantidade	Valor total
		produzida (Arr. 15kg)	da produção (Cr\$)
Assaré	3.200	130.000	41.600.000,00
Canindé	3.100	179.800	62.930.000,00
Cariús	2.800	81.000	22.680.000,00
Caucaia	2.075	62.250	18.675.000,00
Iguatú	6.533	310.500	97.807.500,00

Fonte: Waldery Uchoa. Anuário do Ceará 1960-1961; Editora Fortaleza- Ceará- Brasil, 1961.

Conforme podemos observar nas tabelas 09 e 10, Iguatu destaca-se com superioridade tanto no que se refere à produção quanto no seu valor. Em 1958, Iguatu

atingiu uma produção por hectare de 500.000 arrobas e um valor de produção de Cr\$ 225.000.000,00. Em 1959, sua produção atingiu a quantidade de 310.500 arrobas, com um valor de Cr\$ 97.807.500,00 (isto para o algodão herbáceo).

Acreditamos que o montante apurado com a economia algodoeira foi responsável pelo aumento na arrecadação do municipal, além de propiciar uma série de transformações tanto na cidade como no campo. Para se ter uma ideia da receita e da despesa de Iguatu, Nogueira (1962) disponibiliza os seguintes números: no ano de 1956, a receita e a despesa foram respectivamente de Cr\$ 2.089.959,10 e Cr\$ 2.735.000,00. Já em relação ao ano de 1959, as cifras foram de Cr\$ 5.243.000 e Cr\$ 3.878.649,30 respectivamente. Segundo Lima Verde, a arrecadação do município de Iguatu era tamanha e isto em virtude da cultura algodoeira, que o Banco do Brasil de Iguatu obtinha a maior arrecadação do Estado, com exceção de Fortaleza.

As fotografias a seguir, datadas da década de 1950, demonstram o intenso movimento em Iguatu com o recebimento do algodão que chegava do campo tendo como destino as fábricas sediadas na cidade.



Recebimento do algodão

FIGURA 12: recebimento de algodão nas fábricas de beneficiamento
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos Municípios XVI Volume; Rio de Janeiro, 1959.

As fotografias 13 e 14 mostram a presença de beneficiadoras de algodão e o fluxo de caminhões transportando essa mercadoria.



Indústria de beneficiamento de algodão

FIGURA 13: Indústria de beneficiamento de algodão
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos Municípios XVI Volume; Rio de Janeiro, 1959.



Ponte rodoviária e ferroviária sobre o rio Jaguaribe

FIGURA 14: Transporte do algodão sobre o rio Jaguaribe
Fonte: IBGE, Enciclopédia dos Municípios XVI Volume; Rio de Janeiro, 1959.

As transformações no campo, a implementação da CREA e a intervenção do Estado na criação de infra-estruturas, foram fundamentais para o despontamento da atividade algodoeira e o “crescimento” econômico de Iguatu. A CREA, além de emprestar dinheiro antecipado aos produtores de algodão para ser pago após a safra, segundo Lima Verde, ainda foi responsável pela mecanização do campo nos anos de 1950 e 1960. A tabela a seguir expressa a dimensão das transformações ocorridas na zona rural de Iguatu neste intervalo de tempo.

Tabela 11: Máquinas e Instrumentos Agrários: Grades, semeadeiras, pulverizadoras e pulveriadoras e cultivadores – 1959

Município	Grades		Semeadeiras		Pulverizadores e Povilhadeiras	
	Estabelecimentos com declaração	Número	Estabelecimentos com declaração	Número	Estabelecimentos com declaração	Número
	(n°)		(n°)		(n°)	
Icó	5	7	1	1	44	89
Iguatu	7	10	5	10	261	521
Lavras da Magabeira	3	4	2	2	2	9
Russas	3	4	1	2	5	17

Fonte: Censo Agrícola de 1960. Recenseamento Geral do Brasil de 1960

A tabela anterior evidencia a grande quantidade de pulverizadores e povilhadeiras existentes em Iguatu, além da presença de 10 grades e 10 semeadeiras, o que nos dá indícios do processo de melhoramentos técnicos e da mecanização no campo. Reforçando essa assertiva, expomos a tabela 12 para demonstrar o processo de mecanização e investimentos de capital no campo.

Tabela 12: Pessoal ocupado, Tratores, arados, segundo as zonas fisiográficas e municípios na Zona do sertão do Salgado e Alto Jaguaribe – 1950 – 1960

Zonas fisiográficas e municípios	Pessoal ocupado		Tratores		Arados	
	1950	1960	1950	1960	1950	1960
Acopiara	10.331	7.644	-	1	-	74
Assaré	7.688	9.994	-	-	-	1
Aurora	5.279	7.121	1	-	-	-
Baixio	3.550	1.041	-	-	-	-
Cariús	-	3.515	-	-	-	3
Cedro	3.203	8.744	-	1	3	15
Farias Brito	5.294	5.224	-	-	-	-
Icó	7.365	8.375	1	1	27	5
Iguatu	11.406	16.964	3	35	25	17
Ipaumirim	-	2.116	-	-	-	-
Jucás	8.256	5.074	-	1	1	5
Lavras da Mangabeira	4.941	6.239	2	5	8	19
Orós	-	2.035	-	-	-	-
Umari	-	1.809	-	-	-	-
Várzea Alegre	7.895	10.604	-	-	3	-
Total	75.208	97.686	7	44	67	139

Fonte: VII Recenseamento Geral do Brasil. Estado do Ceará. Sinopse preliminar do censo agrícola, IBGE, serviço nacional de recenseamento, 1962.

Estes dados nos dão argumentos para justificar um aumento de investimentos na agricultura, evidentemente por conta da produção algodoeira, e como esta se tornava favorável à reprodução capitalista. Para se ter uma idéia, no intervalo de dez anos, Iguatu que contava com três tratores, passou a contar com 35. É válido ressaltar que o aumento desta mecanização deve-se à transformação da base técnica agrícola que vivenciava o Brasil na década de 1950 com o desenvolvimento da indústria petrolífera e a automobilística.

O processo de modernização da agricultura brasileira analisado por Graziano da Silva (1983) consiste na “descomplicação” do complexo rural, existente desde o sistema colonial, para os complexos agroindustriais, denominado de CAIS. Estes complexos, por sua vez, fazem parte da chamada Revolução Verde, que deu início a significativas transformações na agricultura, cujas fazes se manifestam a partir da década

de 1950 com a mecanização (tratores, arados, colheitadeiras) na década de 1960, com a quimificação (insumos agrícolas, agrotóxicos), e na década de 1970, com a agricultura científica (biotecnologia). Para Iguatu, no período discutido, evidenciamos nitidamente os dois primeiros processos discutidos anteriormente.

A intervenção do capital financeiro na zona rural de Iguatu trouxe transformações nas relações de produção no campo com o crescente grau de mecanização, assim como a oportunidade de reprodução do capital naquele ambiente sem que para isso ocorresse a extinção das relações não capitalistas de produção. Pelo contrário, estas foram necessárias ao processo de industrialização e de acúmulo de capital.

O Senhor Amâncio nos informou que, na fazenda que administrava, de propriedade de Manoel Matias Costa (“o rei do algodão”), foram adquiridos três tratores entre as décadas de 1960 e 1970, financiados pelo Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Corroborando com o senhor Amanso, Lima Verde informa que Manoel Matias Costa possuía em sua fazenda cerca de quatro tratores. Em visita à propriedade deste grande produtor, foi possível constatar a existência de dois tratores e um arado que foram adquiridos na década de 1960, período áureo do algodão. (fotografias15, 16).



FIGURA 15: Tratores da fazenda de Matias Costa
Fonte: LIMA, Átila de Menezes - 2010

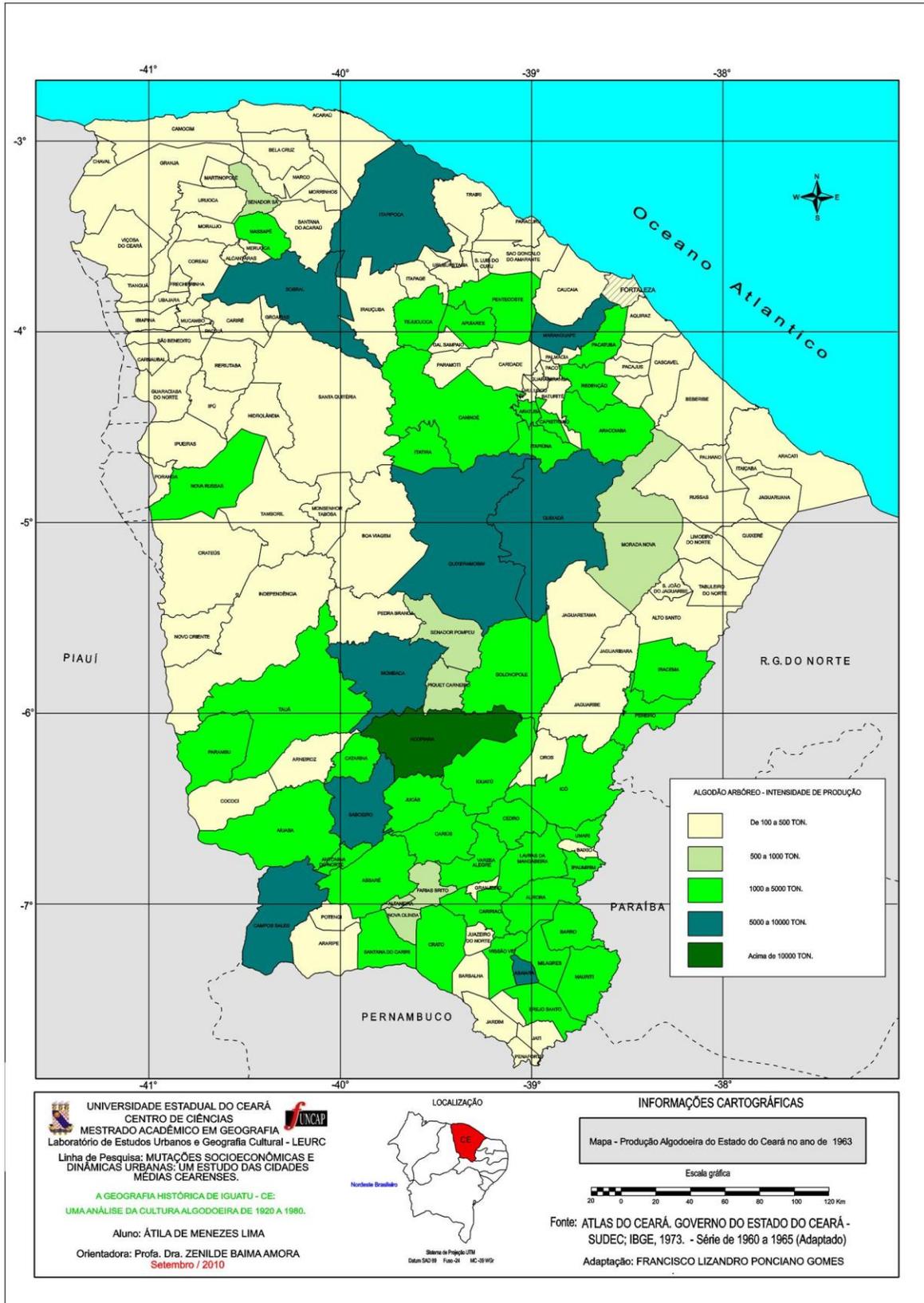


FIGURA 16: Arado da fazenda de Manoel Matias Costa
Fonte: LIMA, Átila de Menezes - 2010

De acordo com Edilmo Costa, o primeiro trator da fazenda data do início dos anos de 1940, tendo sido comprado nos E.U.A através de representantes comerciais estadunidenses.

Voltando às discussões acerca do destaque de Iguatu como grande produtor de algodão do Ceará, construímos um mapa readaptado de um cartograma elaborado pelo Atlas do Ceará (1973), no qual destacamos os principais municípios produtores de algodão do Estado. O mapa 6 expressa em toneladas, a produção do algodão arbóreo para o ano de 1963.

Mapa 6: Produção do algodão arbóreo no Ceará para o ano de 1963



Conforme observações extraídas a partir da análise do citado mapa, Iguatu, que está representado pela cor verde claro, apresenta-se como produtor intermediário para o ano de 1963, com produção que varia de 1.000 a 5.000 toneladas. Já municípios como Quixadá e Quixeramobim, dois outros grandes produtores de algodão, com uma produção em torno de 5.000 a 10.000 toneladas de algodão arbóreo, sendo Acopiara o único a produzir acima de 10.000 toneladas. É válido acentuar que Iguatu tinha maior destaque na produção do algodão herbáceo e não do arbóreo, como demonstrado no mapa 6. Convém ainda, citar a crítica da própria metodologia aplicada pelos órgãos oficiais na contabilização do algodão produzido. Observações feitas por Lima Verde nos indicam que boa parte do algodão produzido em Iguatu abastecia os demais municípios da região centro-sul do Estado, e por esta razão, não era computado no âmbito geral do município. Além disso, fatores como a criação da barragem de Orós (década de 1960), que teve a maior parte de suas águas represadas em Iguatu, foram responsáveis pelo alagamento de muitas áreas de plantio do algodão, diminuindo sua parte agricultável, o que pode justificar a diminuição de sua produção.

Se compararmos este mapa com o mapa 2, que corresponde as principais regiões de cultivo e de comercialização do algodão no período provincial, de 1860 à 1870, perceberemos grande ampliação territorial das áreas produtoras desta malvacea. No que concerne à comercialização deste produto, a escala de atuação também se ampliou, tanto no que concerne às relações interestaduais como as regionais, nacionais e as de escala global. . Sem sombra de dúvidas, a região do sertão central, dos sertões dos Inhamuns e do Salgado e a região centro-sul, destacam-se a nível estadual como principais produtoras de algodão no Ceará.

A tabela 13, retirada do IBGE e readapta pela Comissão Estadual de Planejamento agrícola – CEPA ratifica o papel de grande produtor de algodão assumido por Iguatu. O estudo realizado pela CEPA abrangeu a escala do Ceará, assim como a

mesorregião dos sertões de Inhamuns e Salgado e as micro-regiões de Iguatu e Inhamuns, elencando para a análise a produção, área e rendimento por área de algodão.

Tabela 13: Área, produção e rendimento de algodão no Ceará e mesoregião dos Sertões dos Inhamuns e Salgado – Safra 1978-79

Estado, Meso, UEP e Microrregião	Área (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
Ceará	1.284.000	265.320	207
Sertões dos Inhamuns e Salgado	309.409	61.293	198
(72)-Sertões dos Inhamuns	116.884	16.462	141
(73)-Iguatu	110.624	26.300	238
(74)-Sertão do Salgado	81.901	18.531	226

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – 1979.

Retirado e adaptado de Comissão Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA – CE; Beneficiamento de Algodão e Extração de Óleo - Safra 1978-79. Fortaleza 1981.

Obs: A microrregião de Iguatu abrange neste caso os municípios de Acopiara, Carui, Iguatu, Jucás e Orós.

Podemos observar no referente às microrregiões do Ceará, o destaque que a microrregião de Iguatu assumiu, pois apesar de se encontrar de forma intermediária quanto à área plantada em hectares, assumiu a maior produção em toneladas, se comparada as três microrregiões analisadas, com o total de 26.300 toneladas produzidas, além do maior rendimento em quilo por hectare.

No referente às lavouras temporárias de algodão, sobretudo do algodão herbáceo, os dados do IBGE para o ano de 1970, indicam grande produtividade de Iguatu em relação aos demais municípios produtores de algodão. (Tabela 14)

Tabela 14: Colheita, tipo de cultivo e valor da produção dos principais produtos das lavouras temporárias, no ano de 1970, segundo municípios. a) Algodão em caroço

Municípios	Total			Em cultivo simples		
	Informantes	Quantidade (Toneladas)	Área (ha)	Valor (Mil cruzeiros)	Informantes	Quantidade (Toneladas)
Iguatu	1.560	1.765	7.303	1.857	347	448
Jaguaruana	1.053	933	3.932	902	671	610
Quixadá	1.437	1.314	7.844	1.410	224	229
Quixeramobim	402	312	2.136	318	54	40
Quixere	1.138	1.047	4.875	983	19	13
Tabuleiro do Norte	958	530	3.345	487	355	226

Fonte: Recenseamento Geral de 1970; censo agropecuário do Ceará – 1970, . VII Recenseamento Geral. Série regional; volume II Tomo V II

Os dados da tabela 14 apontam Iguatu como o maior produtor de algodão no ano de 1970, superando tradicionais municípios produtores como Quixadá e Quixeramobim, os quais obtiveram para este ano, a produção de 1.314 e 312 toneladas. Um destaque para este ano foi o município de Quixeré, com produção de 1.047 toneladas. As discussões acerca da produção algodoeira e suas transformações na economia de Iguatu apontam para o surgimento das usinas e indústrias de beneficiamento desta malvacea na cidade de Iguatu, fato que merece um tópico específico.

4.4. A indústria de beneficiamento no contexto da produção algodoeira e das relações sociais de produção: uma discussão.

Conforme discussões anteriores, atentamos para a observação de que já na década de 1920, existia um número considerável de fábricas de beneficiamento de algodão em Iguatu. Mas é nas décadas posteriores, sobretudo de 1940 até o final dos anos de 1970, período em que Iguatu se destaca como grande produtor desta cultura agrícola na escala do Estado, que elas se instalaram em maior número.

Dentre as indústrias beneficiadoras de algodão e óleos do caroço do algodão, Lima Verde assevera que, no período que se estende da década de 1940, a meados dos anos de 1970, existiam somente na parte central da cidade nove usinas de beneficiamento, dentre as quais se destacam a Companhia Industrial de Algodão de Óleos – CIDAIO, a Indústria e Comércio de Algodão S.a (ex-Anderson Clayton & Cia Ltda), a Usina Senhora Santana (M. Alexandre & Cia), a Usina São Jorge (Jorge Lopes de Araújo), a Casa Machado (P. Machado S.A), a Horácio Fernandes S.A Indústria e Comércio, a Detino de Souza Lins, a Cooperativa Agrícola e Industrial de Iguatu e a Coelho S.A Indústria e Comércio – COESA, sendo esta última construída com financiamento do acordo conhecido como Aliança para o Progresso, tratado entre Brasil e os E.U.A. (Ver entrevistas com Wilson Lima Verde).

Ressaltamos que, em boa parte, os documentos dos órgãos oficiais sobre Iguatu não apresentam o número de indústrias específicas do ramo algodoeiro citadas acima, visto que critérios técnicos consideravam as indústrias de beneficiamento do óleo do caroço do algodão como indústria alimentícia, ou seja, pertencente ao gênero alimentício.

Em visita a campo realizada em Julho de 2010, procedemos a reconstituição da localização das indústrias que existiam em Iguatu nas décadas passadas, e ao espacializá-las⁵³, chegamos as seguintes constatações: 1. na rua Guilherme de Oliveira, ficavam situadas as usinas de beneficiamento de algodão Casa Machado, onde hoje está situado o cemitério Parque da Saudade; a usina de beneficiamento de algodão e óleos Horácio Fernandes, onde hoje funciona uma empresa de reciclagem dirigida pelo filho de Horácio Fernandes, o Senhor Roberto da Silva Nogueira; ainda funcionava a COESA, a Coelho S.A, sendo que suas instalações hoje (16 galpões) tem fins variados. Segundo Cícero, que trabalha em um dos galpões, as instalações funcionam como galpões de armazenamento de cereais como arroz, fábrica de cadeiras de balanço, além de depósitos

⁵³ Em estudos futuros, faremos um mapa com a espacialização das indústrias.

de materiais e maquinários da Tubform, que é uma grande fábrica de móveis de Iguatu. Funciona ainda nestas instalações um depósito de plásticos, noutra se guarda mel, ou papel higiênico, etc.

Ainda existia no local uma antiga máquina de desenrolar o fio do algodão. Na mesma rua também ficava localizada a fábrica Ceará Centro-Sul, conhecida como algodoeira Varzinha, pois era um consórcio com Manuel Matias (o rei do algodão), e que hoje serve para guardar o gado de algum proprietário. A Companhia Industrial de Algodão e Óleos - CIDAO situava-se na Rua Coronel José Adolfo cujas instalações estão sendo derrubadas para a construção de uma cidade universitária por parte do governo do Estado em conjunto com a prefeitura. A Usina M. Alexandre ficava situada na Rua 13 de maio e hoje funciona como revendedora da Gás Butano e da Tropicgás. A Inácio Parente ficava situada na Rua Presidente Dutra, e segundo José Roberto, trabalhador desde 1989, ano de instalação e funcionamento da fábrica, ela funcionou até 2007. Hoje, dois de seus galpões foram alugados para a COELCE. É interessante destacar que a maioria dessas indústrias ficava situadas ao lado da linha férrea. No caso da CIDAO, o poder desta indústria foi tamanho, que conseguiu desviar a linha férrea de modo que pudesse passar dentro de suas instalações (TEIXEIRA, 2007). As fotos a seguir demonstram que até hoje, as antigas formas espaciais destas indústrias compõem a paisagem de Iguatu, mesmo assumindo novas funcionalidades.



FIGURA 17: Antigas instalações da Usina de beneficiamento de algodão Casa Machado
Fonte: LIMA, Átila de Menezes (2010).



FIGURA 18: Antigas instalações da Fábrica de beneficiamento de algodão Horácio Fernandes
Fonte: LIMA, Átila de Menezes (2010).



FIGURA 19: Galpões da Coelho S.A Indústria e Comércio de Algodão – COESA
Fonte: LIMA, Átila de Menezes (2010).



FIGURA 20: Prédio onde funcionava a Algodoeira Varzinha
Fonte: LIMA, Átila de Menezes (2010).



FIGURA 21: Ruínas das instalações da CIDAO
Fonte: LIMA, Átila de Menezes (2010).

A elevada produção algodoeira e o grande número de estabelecimentos de beneficiamento de algodão, de extração de óleo e de beneficiamento de arroz, destacaram Iguatu no contexto da indústria no Ceará. No ano de 1955 o valor da produção industrial de Iguatu foi em Cr\$ 1.000 - de Cr\$ 161.374 perdendo somente para Fortaleza e Sobral (NOGUEIRA,1962). Mas todo esse dinamismo deveu-se, sobretudo, ao predomínio do gênero têxtil que representou em Cr\$ 1.000 o valor de Cr\$ 85.254 naquele mesmo ano. Portanto uma indústria diretamente relacionada ao desenvolvimento e dependência da cultura algodoeira. O quadro-síntese elaborado pela SUDEC (1977) em seus estudos sobre o levantamento básico dos municípios nos permite visualizar o número e mesmo a importância do setor industrial do município de Iguatu para os anos de 1973 e 1974, período em que já se constatava a crise algodoeira em todo o território cearense.

Quadro 1: Indústrias em funcionamento em Iguatu nos anos de 1973-1974

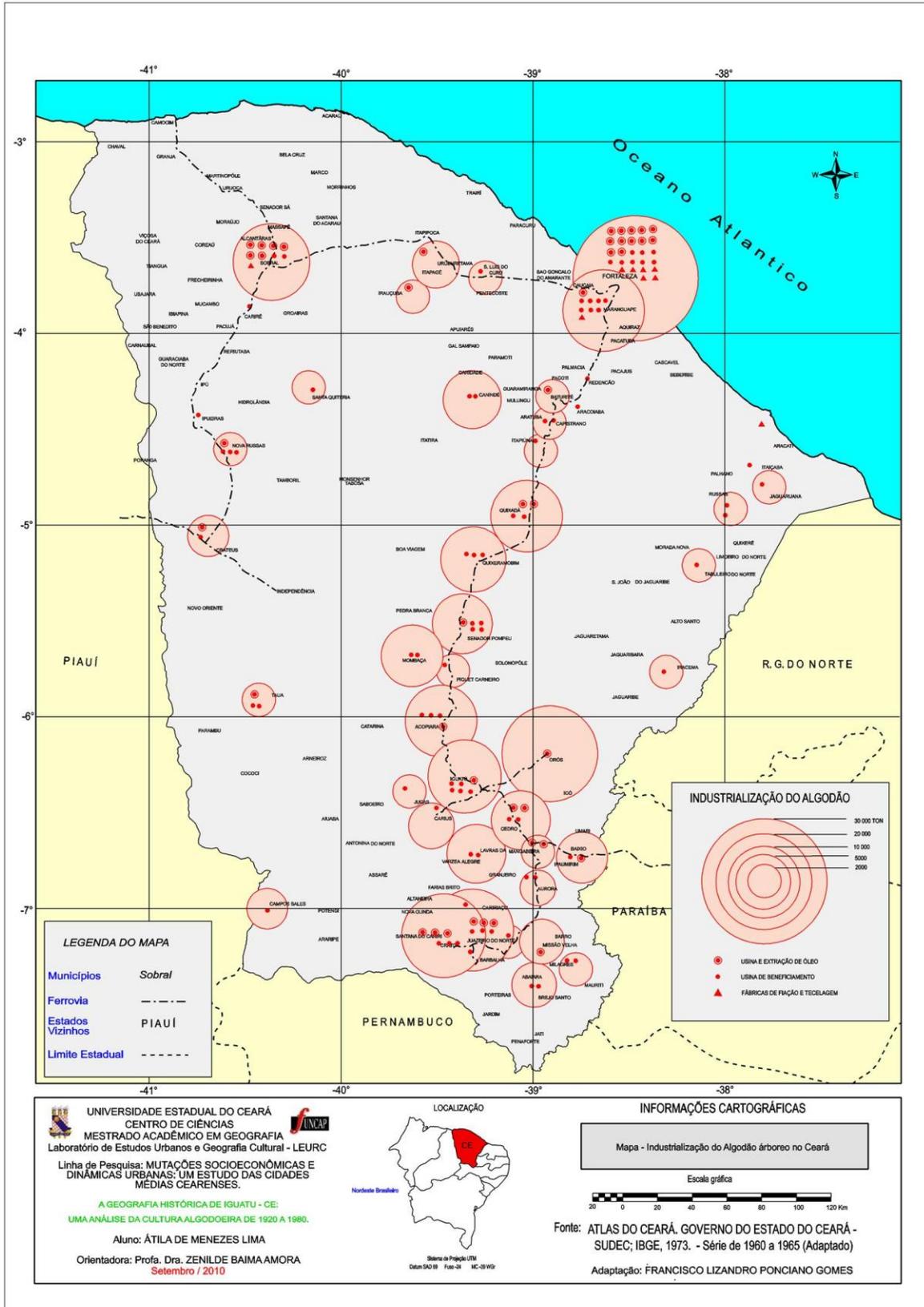
Denominação	Tipo de Exploração
A.R. Alencar & Filhos	Material de transporte
Antunes Com. e Ind. S.A	Produtos Alimentares
Cerâmica Guarulhos S.A	Extração de Minerais
CIDAO S.A Cia. Indústria de Algodão e Óleos	Indústrias Têxteis
CIGA Cia. Iguatuense de Algodão	Indústrias Têxteis
Coelho S.A Ind. e comércio	Indústrias Têxteis
EBER Nogueira Castelo Branco	Mobiliário
Epitácio Cavalcante Lima	Madeira
Fenelon Lima e Cia. Ltda	Produtos Alimentares
Francisco Amaro dos Santos	Produtos Alimentares
Horácio Fernandes S.A Ind. e comércio	Indústrias Têxteis
Indústria de gelo de Iguatu	Produtos Alimentares
Indústria Metalúrgica Rodovalho S.A	Material de transporte
S.A Araújo	Indústria metalúrgica
José Bezerra Pinheiro	Produtos Alimentares
M. Alexandre & Cia. Ltda.	Indústria Têxtil
Magnesita S.A	Extração de Minerais
Magnesium do Brasil S.A	Extração de Minerais
Maria do Carmo Batista	Editorial e Gráfica
Valumar Bezerra da Silva	Madeira
Walmir Cavalcante & Filhos - Cerâmica Iguatu	Produtos Minerais
Zeferino Bernardino de Freitas	Produtos Alimentares

Fonte: : SUDEC. Levantamento Básico dos Municípios; volume VI – 1977

A análise do quadro demonstra o predomínio dos ramos de produtos alimentícios com 6 estabelecimentos, seguido do ramo têxtil com 5 estabelecimentos, e o ramo de extração de minerais com 4 estabelecimentos. É válido atentarmos para o fato de que por critérios técnicos de determinados órgãos de pesquisa, as indústrias que beneficiavam o óleo bruto do caroço do algodão eram consideradas indústrias de alimentos. Vale lembrar ainda que as fábricas de beneficiamento da pluma do algodão não eram consideradas como indústrias têxteis, mas uma fase do processo produtivo da indústria têxtil, como é sugerido pela CEPA (1981).

Voltando o enfoque para a industrialização do algodão, o mapa a seguir, expressa bem este processo na escala do Estado do Ceará para a década de 1960 (período de 1960 à 1965); evidenciando-se a importância de Iguatu neste contexto.

Mapa 7: Industrialização do algodão no Ceará no período de 1960-1965



A análise detalhada do mapa demonstra a grande importância que Iguatu assumiu no Ceará no que se refere ao beneficiamento e industrialização do algodão. Se compararmos este município com os demais da região centro-sul cearense, perceberemos seu predomínio no número de usinas de beneficiamento (cinco, segundo os órgãos oficiais), sendo seguido de perto por Acopiara que possuía três, Cedro com duas e Orós com uma. É válido atentar que a usina de Orós (pertencente a Eliseu Batista) refinava o óleo do caroço do algodão e era considerada uma das mais importantes indústrias do período na região, ficando atrás apenas da CIDAIO, segundo Lima Verde⁵⁴.

Se estendermos a análise para a região sul do Estado, perceberemos que individualmente os municípios não se equiparavam a Iguatu em número de estabelecimentos. Isso só ocorre se houver a junção de vários municípios como feito no mapa. Nem mesmo Sobral, acompanha Iguatu no que concerne às indústrias de beneficiamento, superando-o somente nas usinas de extração de óleo. Há casos em que o óleo refinado em Sobral, Orós e, sobretudo, em Fortaleza, tem como insumo, o óleo bruto produzido em Iguatu.

A região que abrange Maranguape, Caucaia, Aquiraz e Pacatuba possuíam juntas 7 (sete) fábricas de beneficiamento, uma têxtil e uma de extração de óleos, mas se compararmos esses municípios individualmente, todos ficam atrás de Iguatu tanto no que concerne à produção quanto ao beneficiamento. Na escala cearense, Iguatu só fica atrás de Fortaleza que possuía 8 (oito) fábricas de beneficiamento, 12 (doze) de extração de óleos e 6 (seis) indústrias têxteis, como se observa no mapa. É válido ressaltar que parte da produção de óleo bruto produzido em Iguatu, ou era refinada em Fortaleza ou era vendida para Orós (Usina de Eliseu Batista). Acredita-se ser esta a causa da não computação, no mapa, das demais usinas que extraíam o óleo do caroço de algodão, pois geralmente eram as mesmas que beneficiavam o algodão, ficando constatado em nossa

⁵⁴ Este estudioso de Iguatu revelou em entrevistas que a produção algodoeira de Iguatu, abastecia as usinas de beneficiamentos de algodão do centro-sul e mesmo de outros municípios. Ver melhor nos mapas do fluxograma do circuito espacial do algodão

visita a campo e ao entrevistar ex-funcionários e proprietários das indústrias. Os critérios técnicos adotados pela pesquisa podem ser outro fator da não contabilização das usinas de extração de óleos.

Mas do que demonstrar o processo de industrialização do algodão, o mapa 7 nos permite evidenciar como se realizava a divisão territorial do trabalho no que concerne à cultura algodoeira cearense. Fica evidente afirmarmos que Fortaleza assumiu destaque como grande pólo coletor e também industrial do ramo algodoeiro. Iguatu também assumiu papel de destaque nesta divisão sendo grande produtor e coletor desta matéria-prima, além de possuir número significativo de indústrias de beneficiamento da pluma do algodão e do caroço desta malvácea.

As tabelas (15 e 16) nos ajudam no entendimento da capacidade produtiva do beneficiamento do algodão e do óleo de algodão em Iguatu nos anos de 1978/79, período em que a produção algodoeira já estava em crise em todo o território cearense.

Tabela 15: Algodão beneficiado por usina em Iguatu, durante o ano agrícola de 1978/79

Firmas	Legenda	Município	Algodão em caroço		Algodão em pluma			Caroço de algodão		
			Quantidade beneficiada (t)	Capacidade de beneficiamento (t)	Produção		Capacidade (t)	Produção		Capacidade (t)
					Quantidade (t)	Rendimento (%)		Quantidade (t)	Rendimento (%)	
Cooperativa Agrícola e industrial de Iguatu	-	Iguatu	4.893	12.232	1.604	32,8	4.000	3.132	64	7.828
Horácio Fernandes S\A Indústria e comércio	Pastor	Iguatu	4.854	8.494	1.568	32,3	2.744	3.286	67,7	5.750
Coelho S\A Indústria e comércio	Coesa	Iguatu	4.000	4.000	1.200	30	1.200	2.800	70	2.800
M.Alexandre e Cia	-	Iguatu	809	3.695	266	32,9	1.215	504	62,3	2.298

Fonte: Pesquisa direta realizada nas usinas beneficiadoras de algodão em caroço – 1979.

Coordenadoria de classificação de produtos Agropecuários – SAAB- 1978\79.

Retirado e adaptado de Comissão Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA – CE; Beneficiamento de Algodão e Extração de Óleo - Safra 1978-79. Fortaleza 1981.

Tabela 16: Indústria de extração de óleos de caroço de algodão durante o ano agrícola 1978/79

Firmas	Legendas	Município	Matéria-prima							Produção		
			Caroço de algodão			Óleo bruto adquirido	Torta			Óleo bruto		
			Produção				Produção			Produção		
			Quantidade beneficiada (t)	Grande utilização (%)	Capacidade (t)	Quantidade (t)	Quantidade (t)	Rendimento (%)	Capacidade (t)	Quantidade (t)	Rendimento (%)	Capacidade (t)
Horácio Fernandes S/A Indústria e comércio	Pastor	Iguatu	5.450	56,7	9.600	-	4.236	77,3	7.378	820	15	1.435
Detino de Souza Lins	-	Iguatu	6.457	56,5	10.600	-	4.663	72,2	8.250	916	14,1	1.650
Coelho S/A Indústria e comércio	Coesa	Iguatu	2.800	100	2.800	-	2.000	71,4	2.000	400	14,2	400

Fonte: Pesquisa direta realizada nas indústrias de extração de óleo de caroço de algodão – 1979.

Retirado e adaptado de Comissão Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA – CE; Beneficiamento de Algodão e Extração de Óleo - Safra 1978-79. Fortaleza 1981.

Conforme os dados expostos, e apesar da crise que atingiu o Ceará com o declínio da cultura algodoeira, Iguatu ainda despontava com uma produção significativa, apesar de estar longe de atingir sua capacidade máxima. Das quatro indústrias analisadas, somente a Coelho S/A Indústria e Comércio, conseguiu atingir sua capacidade produtiva máxima, tanto no que se refere ao beneficiamento da pluma, como na extração do óleo do algodão.

Mesmo longe do potencial máximo de produção das indústrias, os dados da capacidade produtiva nos dão uma idéia do grande potencial produtor que Iguatu possuía no beneficiamento do algodão.

Em entrevistas com antigos funcionários das indústrias e ex-proprietários, tivemos a oportunidade de entender melhor como se dava o processo produtivo do algodão ao chegarmos às indústrias beneficiadoras de algodão existentes em Iguatu. E daí detectarmos como se davam as relações de trabalho ocorridas no chão das fábricas.

Com base no relato de José Roberto (ex-trabalhador da beneficiadora de algodão e extração de óleos Inácio Parente⁵⁵) e na fala de Roberto da Silva Nogueira, filho do proprietário da Horácio Fernandes, esboçamos, grosso modo, como se dava o processo produtivo das indústrias de algodão que funcionavam em Iguatu.

Primeiramente o algodão era pesado na balança dentro do próprio caminhão e logo após, era descarregado e colocado nas tulhas (local onde ficava o algodão). Da tulha, era sugado para o batedor, limpo, retirado as impurezas (terra, poeira, pedras etc). Depois de limpo, a malvácea passava à descaroçadora, onde se separava a pluma do caroço do

⁵⁵ É válido lembrar que na contra-mão do processo de fechamento das indústrias de beneficiamento de algodão em Iguatu, quase todas fechando suas portas nos finais dos anos de 1970 e em meados dos anos de 1980, a Inácio Parente, conforme entrevista cedida por José Roberto ex-trabalhador desta indústria, teve o início de suas atividades no ano de 1989 e funcionou até o ano de 2007.

algodão. Aqui se iniciavam os dois processos: o da pluma e o do algodão. (ver fotografias – apêndice)

Ao ser descaroçada, a pluma era sugada para a prensa, onde eram feitos os fardos de 200 quilos. Daí ia para os galpões para ser estocada. Muitas vezes o algodão ficava estocado de um ano para o outro, esperando melhores preços no mercado. Já o caroço, depois de separado da pluma, seguia para a fábrica de óleo através da calha (enorme cano que sugava o caroço). Ao chegar à fábrica de óleos, era colocado no elevador e levado para a deslinateira, máquina que retira o linter (material que serve para o enchimento de colchões, cobertores, travesseiros etc.). Depois de ficar bem limpo, o caroço era levado para o moinho, onde era triturado, e se transformava em massa, indo em seguida para os panelões, para ser pré-cozida. Logo após, a massa ia para a prensa, extraindo daí o óleo bruto. O restante virava torta de algodão. O óleo era levado para os tanques e vendido para a Cooperativa Central dos Produtores de Algodão - COOCENTRAL, fábrica de óleos situada em Fortaleza, ou para a fábrica de refinamento de óleos de Eliseu Batista, em Orós. Já a torta do algodão era vendida segundo José Roberto, para o consumo de gado na região, como também para Sobral. Este entrevistado ainda acrescenta que a Inácio Parente mantinha outra fábrica em Sobral e tinha uma base em Crateús.

É interessante ressaltar que a Inácio Parente, a CIDAO e a Horácio Fernandes, adotavam técnicas de regulação do tempo de trabalho, com funcionamento em três turnos de trabalho, e certa especialização do processo produtivo. Ao indagar a José Roberto sobre o horário de funcionamento da fábrica e o número de trabalhadores da indústria em que trabalhava, assim nos respondeu⁵⁶:

Só essa fábrica gerava durante oito meses, emprego para sessenta pessoas e, no restante do ano ficava somente umas quinze fazendo reparos e outras atividades, mas todos os anos durante uns oito meses, nove meses eram uns sessenta

⁵⁶ Entrevista realizada no dia no 23 de Junho de 2010.

empregos. As fábricas funcionavam em três turnos. Das seis da manhã as duas da tarde, das duas as dez e das dez as seis da manhã. Funcionava dia e noite. Quando terminava o horário de uma turma entrava a outra. Cada um tinha sua função, eram duas pessoas no chupador do algodão que levava o algodão pras máquinas, dois na descaroadadeira, um no peneirão, dois na prensa e um mecânico. Era uma turma de oito. Eram três turmas, uma para cada turno de trabalho. funcionava 24 horas, só parava para fazer reparos, para manutenção. Agora tinha uma turma que trabalhava despejando o algodão, ensacavam, despejavam. Era numa faixa de 12 trabalhadores. Essas pessoas aí eram pra descarregar algodão, carregar a torta do algodão, os serviços gerais assim que aparecesse né. Esses serviços aí, o pessoal que fazia parte dos turnos não tinham a obrigação de fazer, era uma outra equipe.

De fato, a afirmação deste trabalhador também coincidiu com a de Wilson Lima Verde ao afirmar que tanto a CIDAO, como várias outras empresas trabalhavam 24 horas por dia e isso impactou tanto no cotidiano das pessoas, a ponto de elas regularem seus relógios de acordo com o apito das fábricas. Esta descrição feita por José Roberto demonstra todo o processo de organização social do trabalho no chão da fábrica, mas que se estendia bem para além dela, em que podemos assinalar a presença de caminhoneiros contratados para fazer o transporte do algodão, os mecânicos contratados para manutenção das máquinas nas indústrias, além de uma série de serviços que estavam ligados direta ou indiretamente à produção, beneficiamento, industrialização e comercialização do algodão.

Em nosso ponto de vista, é possível falar de algumas estratégias do fordismo/taylorismo⁵⁷ no processo produtivo das fábricas, ficando isto claro pela carga horária de trabalho, muitas vezes superando oito horas diárias; pelo alto grau de especialização das atividades; pelo tempo marcado para a execução das tarefas e pela rotação de turnos de trabalho, como no caso da CIDAO, que funcionava em três turnos

⁵⁷ Segundo Antunes (1995), podemos caracterizar os antigos processos produtivos (taylorismo/fordismo) por uma produção em massa por meio da linha de montagem de produtos homogêneos, que controla o tempo e o movimento do trabalhador pelo cronômetro taylorista e produção em série fordista. Além disso, podemos ainda destacar a grande especialização do trabalho, a verticalização do processo produtivo, a hierarquização entre os que estão no chão da fábrica executando a produção e os que pensam a produção, hierarquia que vai ter reflexos na sociedade em geral.

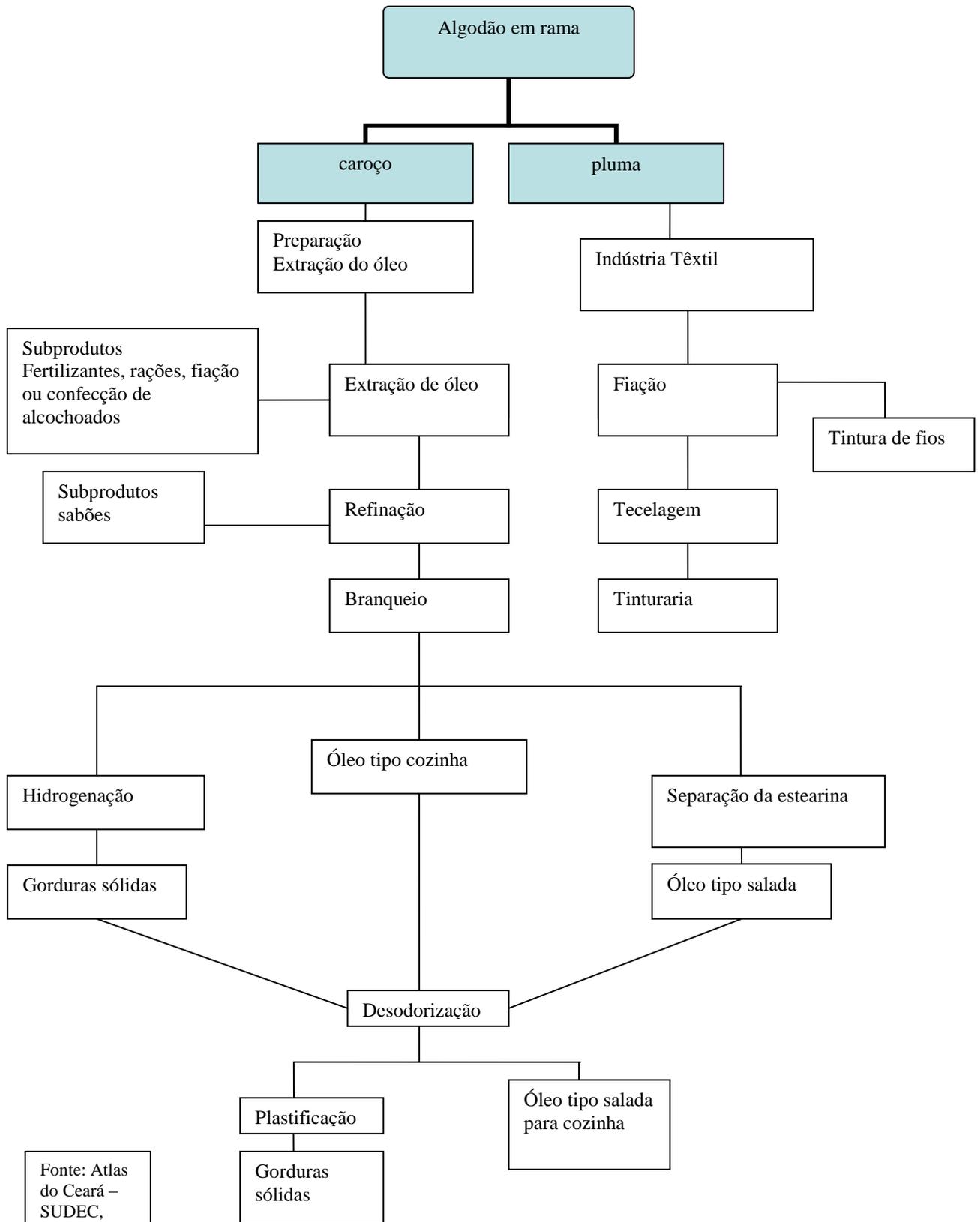
(manhã, tarde e noite⁵⁸). Tudo isso demonstra a coexistência de temporalidades diferentes no contexto da produção algodoeira, o que pode ser comprovado pela produção da mais-valia absoluta, típica da realidade industrial capitalista, ao mesmo tempo em que permanecem relações de trabalho não capitalistas, como o sistema de parcerias (tão difundido no campo).

Com base na discussão do processo produtivo do algodão em geral, o organograma seguinte, constitui um demonstrativo do processo produtivo do algodão após deixar o campo e chegar à cidade para ser beneficiado e industrializado. (Organograma 1).

⁵⁸ Realidade apresentada nas entrevistas com ex-funcionários (senhor Expedito) de uma das empresas citadas e com Wilson Lima Verde.

Organograma 1: Processo produtivo de industrialização do algodão e do caroço do algodão

89



Fonte: Atlas do Ceará – SUDEC, 1973

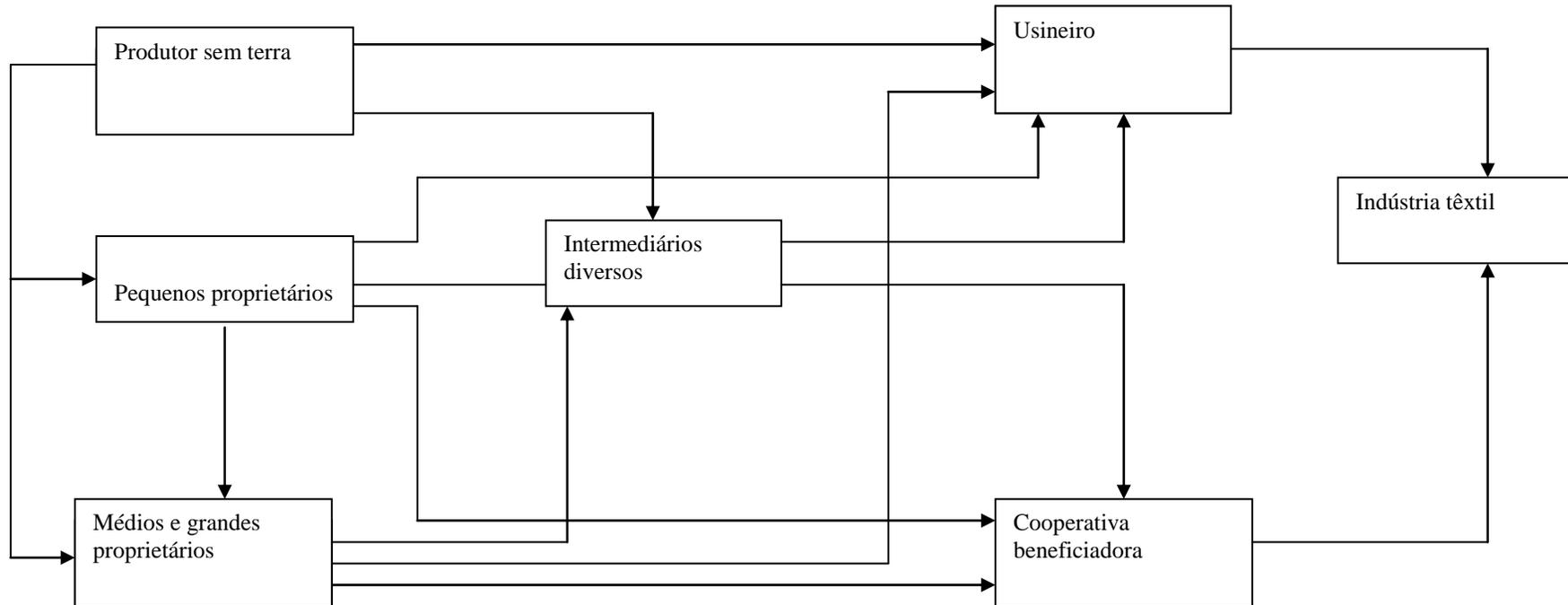
Contudo, o processo produtivo, em muitos casos, não acontecia por completo em Iguatu, vindo a se concretizar em outras escalas espaciais fora do Município, sobretudo em Fortaleza, que comprava vasta parte da produção da pluma do algodão e do óleo grosso, assim como outras cidades do Nordeste e Sudeste do país. Este fato nos dá argumentos para debater a espacialização da produção algodoeira.

4.5. Espacialização da produção algodoeira

O processo de produção – circulação – consumo e trocas envolve uma vasta configuração espacial ao dinamizar uma série de setores da economia estabelecendo, ao mesmo tempo, as conexões territoriais para o fechamento do ciclo. (Organograma 2).

O organograma 2, corresponde à comercialização do algodão em caroço em escala cearense, demonstrando todo o circuito produtivo do algodão, considerando os camponeses sem a posse da terra (arrendatários, meeiros), os pequenos, médios e grandes proprietários, na esfera da circulação, intermediários diversos (comerciantes, corretores), no beneficiamento com as usinas e as cooperativas beneficiadoras do algodão e, finalmente, a indústria têxtil. Assim podemos entender como ocorre o processo de divisão social e territorial do trabalho na escala do Ceará.

Organograma 2 : Comercialização do algodão em caroço no Ceará

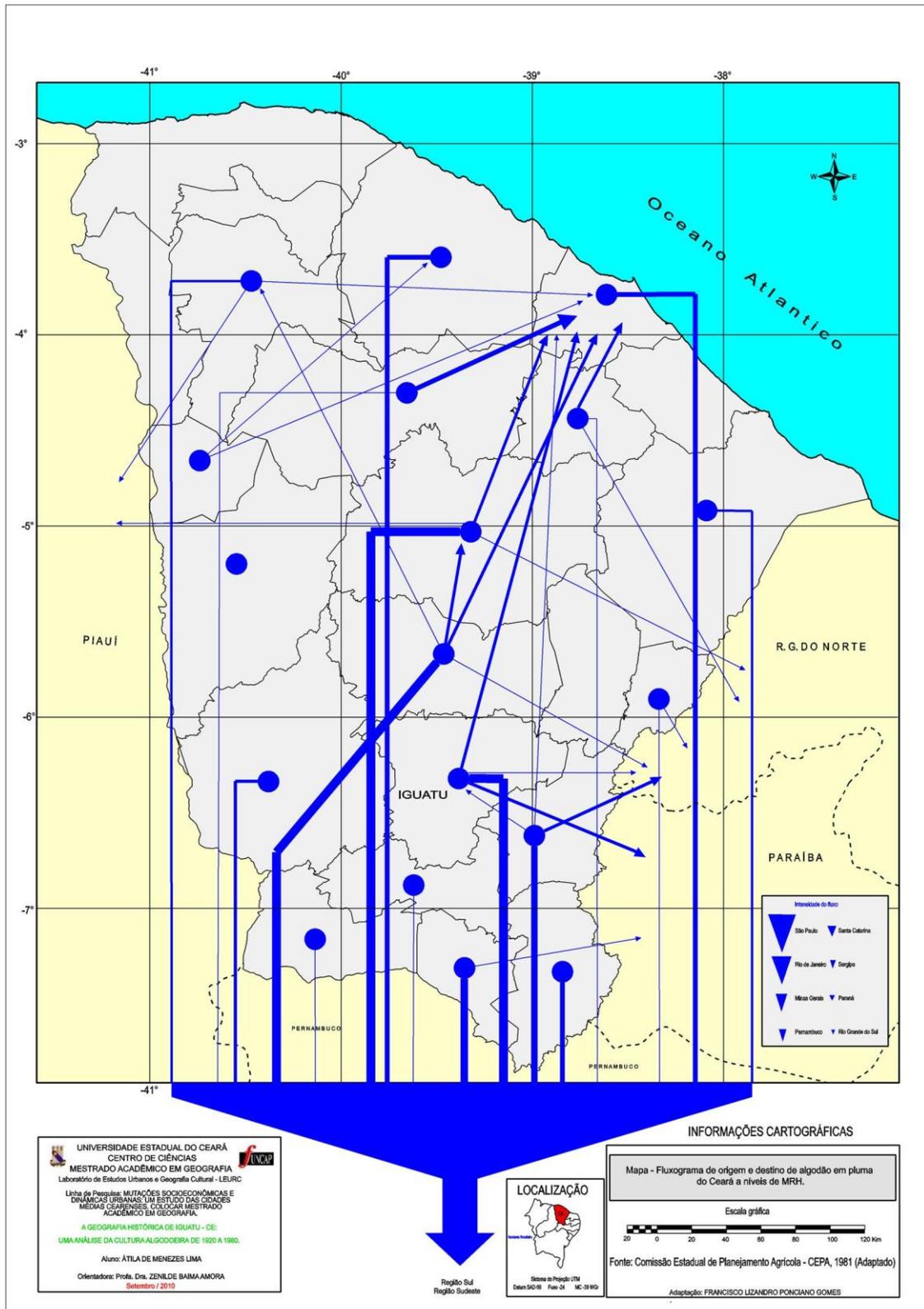


Fonte: Comissão Estadual do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola – CE; Beneficiamento de Algodão e Extração de Óleo no Ceará – safra 1978/79. (Pesquisa direta)
 Retirado de Comissão Estadual do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola – CE; Beneficiamento de Algodão e Extração de Óleo no Ceará – safra 1978/79
 (*) Bodegueiros, caminhoneiros, corretores, etc.

Ao analisarmos especificamente o processo produtivo do algodão desde sua o campo, seu beneficiamento nas fábricas e a circulação, percebemos que este produto, conseguiu articular o município de Iguatu a diversas escalas espaciais, trazendo consigo fortes indícios de que o algodão foi capaz de propiciar a Iguatu centralidade no que tange o comércio e os serviços de toda a região centro-sul. O mapa 8 (fluxograma de origem e destino de algodão em pluma por MRH – 1978-79) apresenta a dimensão espacial atingida pela comercialização da pluma de algodão a nível do Ceará e demais escalas.

Mapa 8: Fluxograma de origem e destino de algodão em pluma do Ceará a níveis de MRH – 1978-

79



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA
Laboratório de Estudos Urbanos e Geografia Cultural - LEURC

Linha de Pesquisa: MUTAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E DINÂMICAS URBANAS: UM ESTUDO DAS CIDADES MÉDIAS CEARAENSES. COLOCAR MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA.

A GEOGRAFIA HISTÓRICA DE IGUATU - CE: UMA ANÁLISE DA CULTURA ALGODOEIRA DE 1920 A 1980.

Aluno: ÁTILA DE MENEZES LIMA

Orientador: Profa. Dra. ZENILDE BAIMA-AMORA

Setembro / 2010

LOCALIZAÇÃO

Sistema de Projeção UTM
Datum SAO 56 Fuso 24 MC 28 850

Região Sul
Região Sudeste

Uma análise detalhada do mapa 08 permite afirmar que grande parte da pluma de algodão produzida no Estado destinava-se às regiões Sul e Sudeste, destacando-se os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Fortaleza também recebia boa parte desses fluxos principalmente no período de 1978 e 1979 (não obstante o algodão já ter iniciado o seu declínio), visto que passava por um período de expansão industrial com incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e a criação do I Distrito Industrial do Ceará, situado em Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF. Além do que, ainda existia um percentual de algodão que era exportado para outros países da Europa e da América Latina, mas isto até o ano de 1973, quando este produto perdia importância na pauta de exportações cearense.

Se considerarmos a então Microrregião Homogênea de Iguatu que compreendia ainda os municípios⁵⁹ de Acopiara, Cariús, Jucás e Orós, observa-se uma maior relação com Fortaleza e com as regiões Sul e Sudeste do país, além dos Estados vizinhos, sobretudo Paraíba. Em outras palavras, com a comercialização do algodão, as relações de Iguatu se ampliaram no que se refere ao comércio atacadista, interagindo diretamente e com maior frequência com Fortaleza, e o Cariri e Campina Grande, na Paraíba (CE - SUDEC, 1973).

Como percebemos a espacialização das relações de produção, beneficiamento, industrialização, comercialização e troca do algodão nos remetem a uma discussão clássica da Geografia: o debate de escala. Neste sentido, indagamos a respeito de qual seria a melhor escala de análise para o circuito produtivo do algodão, visto a produção ocorrer no campo, o beneficiamento na cidade, e os preços em grande parte serem

⁵⁹ É válido atentar que o Município de Quixelô, que se desmembrou de Iguatu em 1985, ainda fazia parte da extensão territorial de Iguatu. Este Município tinha sua divisão administrativa em 1980, composta pelos distritos de Iguatu, Barreiras, Baú, Cruz de Pedras, José de Alencar, Quixelô, Quixoá e Suassurana (SUDEC, 1980).

determinados na esfera da circulação, sendo ditados pelo capital internacional na esfera mundial.

Para o entendimento da totalidade dos processos engendrados no circuito produtivo do algodão nos apoiamos no debate escalar de Harvey (2005a) e Smith (2002). Em sua proposta de uma geografia histórica do capitalismo, Harvey (2005a) dá destacada atenção ao entendimento global do processo de acumulação capitalista, visando a explicação da produção do espaço, e neste caminho damos o primeiro passo para o entendimento das dinâmicas que engendraram a (re)produção do espaço iguatense. Este município destacou-se por sua dinâmica econômica no decorrer do século XX, passando por transformações em decorrência não somente de fatores políticos mas, sobretudo, devido à produção algodoeira, que estava atrelada ao processo de acumulação ampliada do capital. Entender este processo é importante para identificarmos o papel assumido por Iguatu como um centro produtor e coletor desta matéria-prima (algodão) e de serviços diversos, no tocante à região Centro-sul cearense.

Contribuições valiosas são também as de Smith (2002), que propõe uma teoria política da escala geográfica, isto é, uma análise que nega a visão do espaço como um mosaico e procura apreender a realidade a partir da escala do capital em suas diversas esferas de atuação. Para esse autor, um acontecimento não é somente local, ou mesmo global, ocorre em todas as escalas ao mesmo tempo, só que com intensidades diferentes. Acrescenta:

Gran parte de la confusión en las construcciones contemporáneas del espacio geográfico surge de un dilatado silencio sobre la cuestión de la escala. La teoría de la escala geográfica – correctamente, la teoría de la producción de la escala geográfica – está enormemente subdesarrollada. Efectivamente, no existe ninguna teoría social de la escala geográfica, sin mencionar El materialismo histórico. El cual todavía juega una parte crucial en nuestra construcción geográfica global de la vida material. La represión brutal de la plaza de Tianamen ¿fue un evento local, un evento regional o nacional, o fue un evento internacional? Podríamos razonablemente asumir que fueron todos, los cuatro, lo cual inmediatamente refuerza la conclusión de que la vida social opera y

construye algún tipo de espacio habitado jerarquizado en lugar de un mosaico. ¿Cómo concebimos críticamente las varias escalas habitadas?, ¿cómo mediamos entre ellas y las interpretamos?. Más aún ¿cómo conceptuamos semejante interpretación que en cierto modo concentra las prácticas sociales y la política diseñadas para destruir la intención opresiva y explotadora del espacio jerarquizado? El idealismo de los estudios “locales” oficiales reside en la suposición de que esta interpretación se realiza simplemente mediante la afirmación del privilegio de “lo local”, en lugar de efectuar su relacionalidad con otras escalas espaciales (SMITH, 2002, p. 141).

Para Smith (2002, p.141), além da escala ser uma construção delimitada pela sociedade, suas diferenciações também se dão devido à estrutura geográfica das interações sociais:

Las diferentes sociedades no sólo producen el espacio, como Lefebvre nos ha enseñado, ellas también producen la escala. La producción de la escala puede ser la diferenciación más elemental del espacio geográfico y es en toda su extensión un proceso social. No hay nada ontológicamente dado sobre la división tradicional entre hogar y localidad, escala urbana y regional, nacional y global. La diferenciación de las escalas geográficas establece y se establece a través de la estructura geográfica de interacciones sociales. Con un concepto de escala como producido, es posible evitar por una parte el relativismo que trata la diferenciación espacial como un mosaico, y por otra evita la reificación y la acrítica división de escalas que reitera un fetichismo del espacio. En otras palabras, debería llegar a ser posible, insertar las “reglas de interpretación” que nos permitan no sólo entender la construcción de la escala en sí misma, sino la manera en la que el significado se traduce entre las escalas. En este sentido, como evento global la Plaza de Tiananmen tiene un significado muy diferente que como evento local. Ambos son claramente coincidentes, aunque no idénticos, pero ¿cómo determinamos esta diferencia y homología del significado? Sin resolver algunas de estas preguntas, un entendimiento más sistemático de la diferencia geográfica, y desde aquí hacia la diferencia de modo general, continuará bloqueado.

Optamos por esta visão de escala defendida por Smith (2002), sobretudo quando o autor destaca que a escala global pode ser apreendida considerando o capital financeiro e o mercado mundial, a escala nacional e regional compreendendo questões

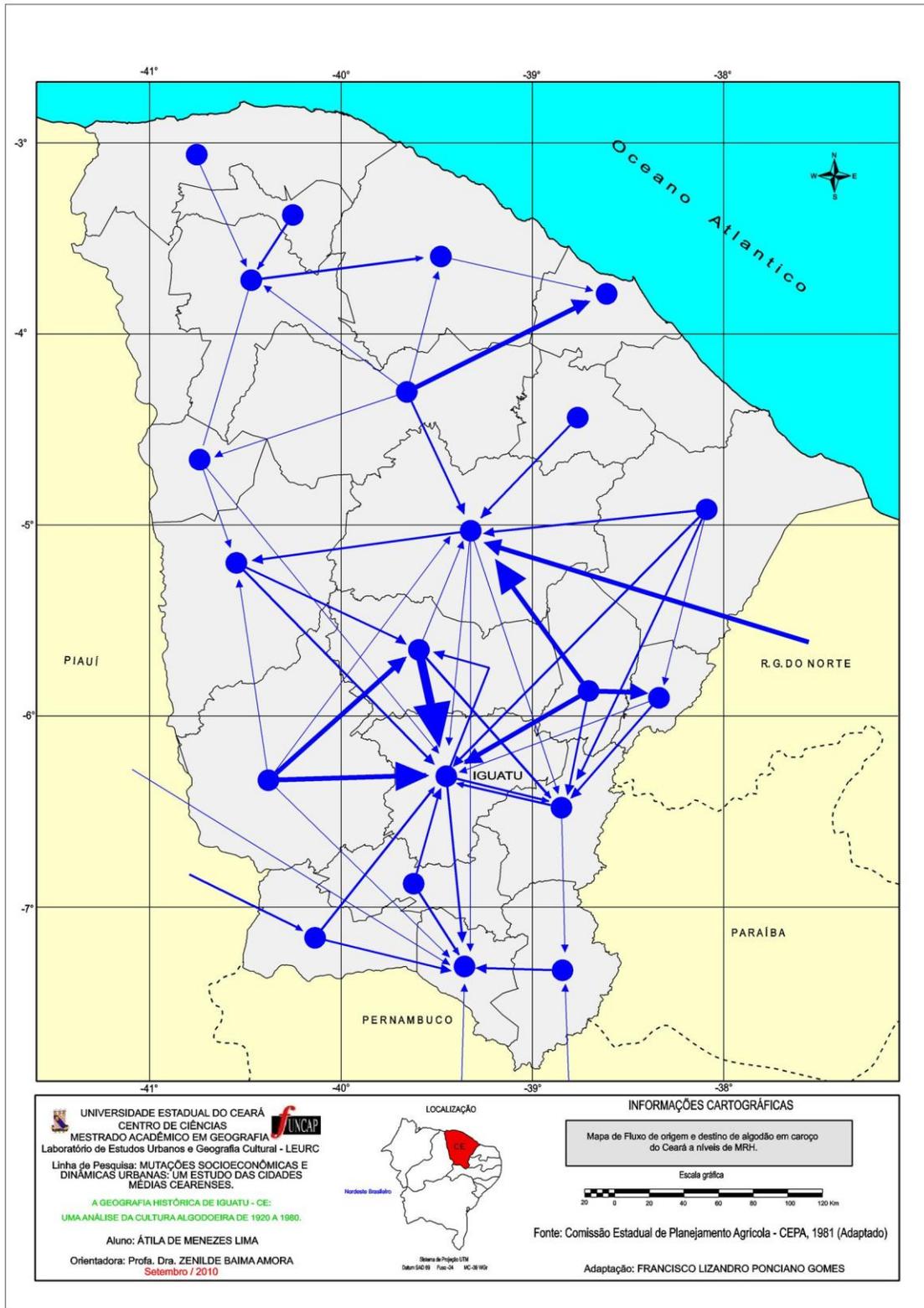
político-militares e econômicas, enquanto a escala local sendo associada a da reprodução social.

Voltando à tentativa de espacialização do circuito produtivo do algodão, destacamos um subproduto desta malvácea, o caroço, importante matéria-prima da indústria de óleos. Com relação à produção do caroço de algodão, as relações estabelecidas pela microrregião de Iguatu se deram mais a nível estadual (Mapa 9), ou seja, o fluxo foi mais intenso com as demais regiões do Ceará. As setas convergindo para a microrregião iguatense indicam o quanto ela polarizou a produção e o beneficiamento dentro do Estado, sobretudo se considerarmos a relação ao município de Iguatu.

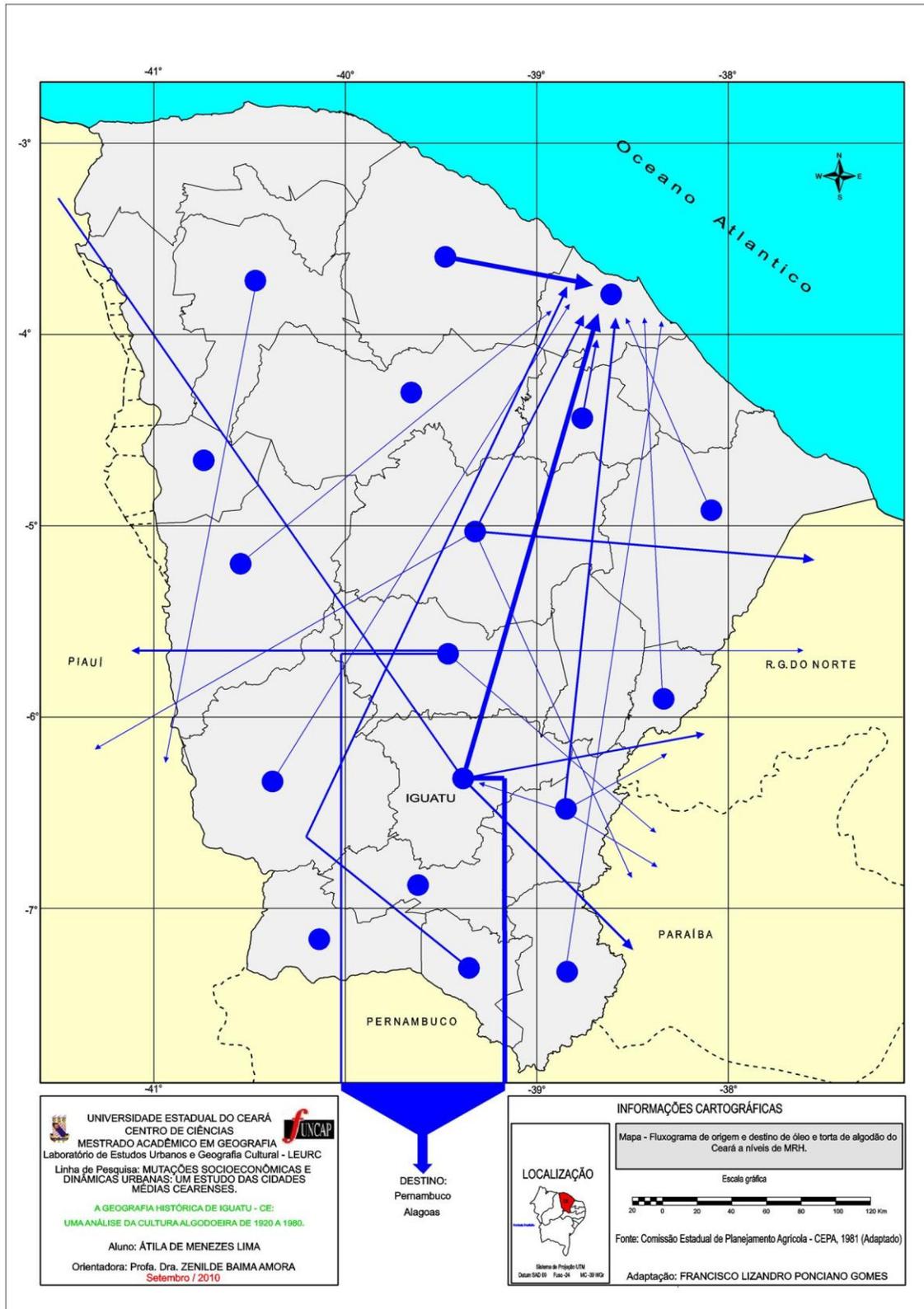
Já o mapa 10 vai indicar os fluxos de origem e de destino do óleo e torta do algodão. Neste mapa percebemos que a microrregião de Iguatu mantém relações de troca tanto com o restante do Estado do Ceará, como também amplia suas relações com os demais Estados do Nordeste, sobretudo Pernambuco, Alagoas e Paraíba. Dentre as indústrias de Fortaleza que compravam o óleo bruto produzido em Iguatu, destacava-se a COOCENTRAL.

Como podemos perceber, a dimensão da produção e circulação do algodão abrange várias escalas territoriais que foram responsáveis por inserir Iguatu numa vasta escala de trocas, seja a nível local seja a nível nacional.

Mapa 9: Fluxograma de origem e destino de algodão em caroço do Ceará a níveis de MRH – 1978-79



Mapa 10: Fluxograma de origem e destino do óleo e da torta de algodão do Ceará a níveis de MRH – 1978-79



Nossa investigação demonstra que, a partir das duas primeiras décadas do século XX, Iguatu assumiu papel de destaque na economia cearense em decorrência da atividade algodoeira. Esta situação perdurou até o final dos anos de 1970, quando já se anunciava a crise e decadência da produção algodoeira no Estado do Ceará. A crise chegara a Iguatu nos anos de 1980, conforme destacou Teixeira (2007), em seu estudo que tem por objeto a CIDA. “Em se tratando de algodão, na região centro-sul seu cultivo em grandes escalas produtivas finalizou na metade dos anos 80, culminando com o fechamento de quase todas as usinas beneficiadoras de algodão em Iguatu [...]” (TEIXEIRA, 2007, p.97).

A crise algodoeira trouxe a recessão econômica ao município, fato observado no discurso de seus moradores que recordam com saudosismo o tempo áureo do algodão, embora nos depoimentos de alguns deles, fiquem evidente as relações de exploração presentes naquela atividade.

O discurso oficial é o de que a crise ocorreu em decorrência da praga do “bicudo” e pela perda de qualidade do produto em virtude da junção de espécies de algodão diferentes e das sucessivas secas que assolaram o Ceará. Consideramos, entretanto que, além destes fatores, outros devem ser considerados. Por exemplo, a introdução de produtos manufaturados, como os fios têxteis e os sintéticos, que começaram a ganhar maior destaque e aceitação nos mais diversos mercados, além da oscilação dos preços deste produto no mercado mundial.

Mas além disso, acreditamos que o findar da cultura algodoeira no Ceará em geral e, em Iguatu, em particular, está estritamente ligado ao processo de transição de um período agro-exportador para outro mais voltado à industrialização. Se analisarmos o contexto, perceberemos que até os anos de 1970, o algodão era o principal produto de exportação cearense, mas por vender este produto em pluma, a lucratividade não era tão

grande para o “novo” contexto no qual o Ceará se inseria, sendo mais proveitoso e lucrativo exportar o fio já industrializado, ou mesmo, o produto em forma de roupas.

De acordo com o CEARÁ-IPLANCE (1998), o algodão despontava como o principal produto de exportações do Ceará entre o período de 1960 e 1973. Esta realidade começou a mudar quando no Ceará se instalaram diversas indústrias que inseriram a industrialização dos fios têxteis. A tabela a seguir demonstra a crescente produção e exportação dos fios têxteis no Ceará a partir dos anos de 1970, tornando-se um dos principais ramos industriais da economia cearense na segunda metade do século XX e início do século XXI. (Tabela 17).

Tabela 17: Valor, peso e preço médio de exportação do Fio Têxtil – Ceará – 1961 -1997

Ano	Valor (Us\$ FOB)	Peso (kg)	Preço médio (US\$ FOB/kg)
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974	336.477	117.247	2,87
1975	1.087.442	1.351.137	0,8
1976	3.317.084	1.868.735	1,78
1977	3.024.965	1.360.957	2,22
1978	3.463.074	1.514.988	2,29
1979	5.060.394	1.861.489	2,72
1980	7.634.763	2.308.745	3,31
1981	7.943.369	3.050.759	2,6
1982	9.602.639	3.470.682	2,77

1983	21.427.773	7.988.179	2,68
1984	2.333.220	8.334.721	0,28
1985	13.522.960	5.161.992	2,62
1986	4.015.116	1.428.027	2,81
1987	27.889.740	8.906.500	3,13
1988	31.946.758	9.963.022	3,21
1989	25.963.753	8.868.105	2,93
1990	33.072.802	10.540.194	3,14
1991	46.540.494	14.893.296	3,12
1992	57.484.424	20.753.510	2,77
1993	16.599.933	5.286.753	3,14
1994	24.432.625	7.934.415	3,08
1995	24.054.430	6.427.391	3,74
1996	24.508.877	6.803.847	3,6
1998	15.518.892	3.989.284	3,89

Fonte: CACEX – DEPEC – PROMOEXPORT – MICT – Secretária do Comércio exterior.

Elaboração: INPLANCE-DEP-DEAC

Retirado de Estatísticas das exportações Cearenses 1961-1997, edições Inplance

É justamente no período em que a indústria têxtil ganha ascensão que a produção no Ceará tem diminuição drástica, quase desaparecendo seu cultivo no Estado. Este fato nos leva a acreditar que comprar algodão beneficiado em outros Estados e industrializar no Ceará se tornava uma estratégia mais lucrativa para o setor têxtil.

5. CONCLUSÃO

Compreender como o universal se materializa no particular, evidenciando as singularidades deste processo, é tarefa *sine qua nom* para aqueles que buscam o entendimento da realidade enquanto totalidade.

Partimos da premissa de ser a história a universalidade dos processos e a Geografia a particularidade deste universal, concretizado nos lugares, uma vez que se torna importante espacializar as relações sociais. Nesta perspectiva, acreditamos que a análise espaço-temporal é essencial para o desvendamento das mediações que compõem o movimento da totalidade.

Este trabalho buscou fazer um resgate da história como elemento fundamental para a análise geográfica. Nosso intuito foi desvelar os processos e particularidades que favoreceram a produção e organização do espaço de Iguatu, que teve na cultura algodoeira a mola mestra de sua economia em um passado recente. Para tanto, utilizamos a história enquanto método e processo, o que nos permitiu vislumbrar como ocorreu a espacialização e materialização das relações sociais a partir do desenvolvimento da cultura algodoeira no Ceará em geral e em Iguatu, em específico.

Este recurso foi fundamental para o entendimento tanto da formação territorial de Iguatu e sua historicidade na longa duração proposta por Braudel (2007) até o período em que este município despontou como um dos principais produtores de algodão do Ceará no século XX.

Entendemos que a análise com base na Geografia histórica é capaz de trazer contribuições incomensuráveis para o estudo da Geografia. Conforme Ferro (1986), as investigações dos geógrafos não podem deixar de lado as transformações históricas do território examinado. Somos partidários do pensamento de que a ciência geográfica

estuda não só o presente, mas também o espaço e as relações sociais que se materializaram no devir histórico. A geografia histórica se propõe a entender a complexidade do passado ou mesmo as transformações espaciais em um determinado período, podendo trazer questões geográficas sobre o passado.

A utilização de fontes históricas como jornais e fotografias, por exemplo, assim como a utilização da história oral, através de entrevistas, foram importantes instrumentos de interpretação geográfica para a reconstituição das paisagens do passado, no caso específico de Iguatu. Estes procedimentos se tornaram fundamentais no entendimento da formação territorial e das transformações espaciais no transcorrer do processo histórico de constituição daquele município.

Desta forma acreditamos que a pesquisa trouxe em parte, contribuições metodológicas acerca da utilização de outras fontes e recursos para os estudos geográficos, como a história oral e a utilização de fotografias na reconstituição das paisagens do passado, pois nos permitiram evidenciar fatos e sujeitos históricos que ficaram mascarados pelos dados estatísticos que por si só não conseguem dar conta da totalidade.

A cultura algodoeira cearense insere-se no mercado internacional em meados do século XIX como matéria prima para as indústrias inglesas. Foi responsável por evidenciar, de forma mais explícita o papel do Ceará na Divisão Internacional do Trabalho e na contextura da reprodução ampliada do capital, mantendo-se juntamente com a pecuária, como a atividade propulsora da economia cearense por boa parte do século XX até aproximadamente os anos 70 e 80 desse século, quando entrou em crise.

São inegáveis as marcas deixadas pela economia algodoeira na formação territorial do Ceará, fato que pode ser apreendido tanto nas formas materiais quanto nas imateriais que ainda coexistem na paisagem, como constatamos em Iguatu. Além disto,

contribuiu para que a capital (Fortaleza) assumisse a condição de centro coletor, beneficiador e distribuidor do algodão, produzido no interior, tornando-se conseqüentemente e por razões políticas, a cidade de maior importância econômica do Ceará.

A produção do algodão, como atividade econômica de destaque, implicou, para sua realização, na modernização seletiva do espaço cearense, a exemplo da chegada da estrada de ferro, da criação de estradas e rodovias, da implantação de indústrias de beneficiamento da pluma e de óleos do algodão em centros urbanos, a exemplo de Iguatu.

Em Iguatu, a atividade algodoeira parece ter sido uma ruptura-permanência na vida do município, visto ter criado uma paisagem favorável à reprodução capitalista, presente em relações sociais, em sujeitos, em instituições e formas materiais próprias do capitalismo, mas com a permanência de relações culturais e de trabalho existentes desde os séculos XVIII e XIX, como a relação de parceria e a meia, consideradas como relações não capitalistas de produção.

Nossa tese é que a cultura algodoeira foi responsável por um processo de acumulação primitiva, ou melhor, uma acumulação por espoliação (HARVEY, 2005b), que coexistiu e foi o fundamento para o desenvolvimento de atividades manufatureiras e industriais. Em Iguatu, o beneficiamento e a produção do óleo de algodão favoreceram, guardadas as devidas proporções com outras realidades, a formação de um operariado que chegou, no caso da maior indústria, a CIDAIO, a contar com cerca de 400 trabalhadores. Em síntese, o algodão favoreceu o desenvolvimento das forças produtivas e as conseqüentes contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Todavia, no sistema capitalista, as crises também lhe são peculiares. A produção algodoeira no Ceará declinou a partir da década de 1970, justamente o momento de crise do capitalismo no plano mundial, com repercussões no Brasil,

redefinindo novas relações de produção e de trabalho. No caso cearense, foi neste momento que teve início a modernização da indústria têxtil, com a introdução de matérias-primas sintéticas e sua concentração na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF.

Durante o século XX, Iguatu mantém-se em destaque entre os principais municípios produtores de algodão do Ceará, com os tipos herbáceo, o verdão (híbrido do herbáceo e do arbóreo) e espécies melhoradas, criadas em campos experimentais. Estes tipos de algodão tinham uma produtividade bem superior ao do algodão arbóreo, chegando a 1.500 e a 2.000 quilos por hectare. A presença de campos experimentais próprios para a produção do algodão, com institutos de pesquisa como o Centro Nacional de Pesquisa do algodão – CNPA (Campina Grande) e técnicos americanos provenientes do Texas, evidenciam a preocupação com melhorias técnicas que visavam maior produtividade e rendimentos, fato este, inerente às formas capitalistas de produção.

Outro ponto de destaque, diz respeito à produção do espaço urbano, tendo em vista que o algodão repercutiu no dinamismo econômico de Iguatu com o peso dos trabalhadores assalariados da indústria de beneficiamento e produção de óleos e dos trabalhadores do campo, favorecendo a sua condição não somente como centro coletor da produção agrícola, mas também como centro distribuidor de bens e serviços, sobretudo com o aumento do número de estabelecimentos comerciais na cidade e de serviços financeiros, educacionais e de saúde, contribuindo para que Iguatu se tornasse um centro regional.

A produção algodoeira, associada aos interesses políticos de famílias tradicionais de Iguatu, foram importantes para a produção do espaço urbano, configurando-se a relação dialética entre a produção do campo e as transformações na cidade. Desse modo, o surto industrial do período insere-se nesta lógica, haja vista a

dependência da indústria das matérias primas, no caso, o algodão, produzido regionalmente.

A atividade algodoeira também repercutiu na vida cotidiana, regulando o tempo dos moradores da cidade através do apito da fábrica CIDAO. A geração de riquezas favoreceu também a criação de clubes sociais, associações comerciais e, no âmbito dos trabalhadores, organizações como o círculo operário.

Finalizando, a crise algodoeira em Iguatu em particular, e no Ceará, em geral, afetou a economia urbana, notadamente dos centros coletores e beneficiadores deste produto, não obstante as cristalizações materiais no espaço, decorrentes da produção, distribuição e consumo. Este assunto merece maior detalhamento, o que não foi feito neste trabalho, ficando, portanto, como desafio para futuras pesquisas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de. Cidades: espacialidades e temporalidades. In: **Dilemas urbanos: Novas abordagens sobre a cidade**. Org. Ana Fani Alessandri Carlos. São Paulo: Contexto, 2003.

ABREU, Mauricio de. Sobre a Memória das Cidades. In: **Revista Território – LAGET/UFRJ**, n° 4, Ano III, Jan/Jun. 1998.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Tempo, Duração e Civilização: perspectivas braudelianas**. [Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela]. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

AMORA, Zenilde Baima. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, José Borzachiello da (et. al.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

ANUÁRIO DO CEARÁ. Fortaleza – Ceará: [s.n.], 1954.

_____. Ano V. Fortaleza – Ceará: [s.n.], 1956.

_____. Fortaleza – Ceará: [s.n.], 1961.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Ano III – 1937. Rio de Janeiro: Tip. Do Departamento de Estatística e Publicidade, 1937.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem – 1880-1950**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/Stylus comunicações, 1989.

ARAÚJO, Victor Leonardo de.; MELO, Hildete Pereira de. **BNDE e Banco do Brasil/CREAI**: a evolução do sistema de financiamento de longo prazo no Brasil (1952-1964). [S.l., s.n.], [1964?].

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo I – (coleção Biblioteca básica cearense) Fac-Símile da edição publicada em 1864. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

_____. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo II – (coleção Biblioteca básica cearense) Fac-Símile da edição publicada em 1864. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. v. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. v. 3. [Tradução Telma Costa]. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

_____. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da Historiografia. [Tradução Nilo Odalia]. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. As concepções acerca do sistema econômico mundial e do antigo sistema colonial: a preocupação obsessiva com a extração de excedente. In:

Modos de produção e a realidade brasileira. Org. José Roberto do Amaral Lapa. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História.** 3 ed. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1983.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **De la “geografía de la acumulación” a la “geografía de la reproducción”:** un diálogo con Harvey. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona: [s.n.], 26-30 de mayo de 2008.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e Indústria.** 7 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CEARÁ – CEPA. **Beneficiamento de algodão e extração de óleos no Ceará – Safra 1978-79.** Fortaleza: [s.n.], 1981

CEARÀ – IMOPEC. **A crise permanente do modelo exportador.** Fortaleza: IMOPEC, 1989.

CEARÁ – IPLANCE. **Estatísticas das exportações cearenses: 1961-1997.** Fortaleza: [s.n.], 1998.

CEARÁ, Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Classificação dos produtos agropecuários.** [S.l., s.n], 1971-2.

CIAVATTA, Maria. **Mediações históricas de trabalho e educação:** gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-1960). Rio de Janeiro: Lamparina; CNPQ; Faperj, 2009.

CONTEL, Fábio Betioli. O Mediterrâneo de Fernand Braudel: diálogos possíveis com o pensamento geográfico. In: **Geografia e pensamento geográfico no Brasil**. Org. Paulo Albuquerque Bonfim e Manoel Fernandes de Sousa Neto. São Paulo: Annablume; FFLCH-USP; GEOPO, 2010.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos oficiais no Brasil**: origem e aspectos de seu desenvolvimento. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. [Tradução Cláudio Alves Marcondes]. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FERRO, Gaetano. **Sociedade Humana e Ambiente, no Tempo**: Temas e problemas de Geografia Histórica. [Tradução de Carmina Cavaco]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

FILHO, Almir Pita Freitas. *et al.* **Estado, indústria e padrões de financiamento na história da economia brasileira do século XX**: a CREAM, a SUMOC e as indústrias automobilística e petrolífera. IE-UFRJ. [S.l., s.n.].

FUNDAÇÃO IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil – 1970**. v. 31. Rio de Janeiro: [s.n.], p. 1 -772, 1970.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 11 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. [Tradução de Galeano de Freitas]. 49 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. 2 ed. Fortaleza: Casa José Alencar Programa Editorial, 2000.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As Oficinas ou Charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1954.

_____. As charqueadas. In: **História do Ceará**. SOUZA, Simone de. (Org.) Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Fundação Demócrito Rocha. Stylus comunicações, 1989.

GODOI, Cíntia Neves; DEUS, João Batista de. A urbanização no Brasil e as diferentes divisões territoriais do trabalho ao longo do tempo. In: **Caminhos de Geografia**. Uberlândia: v. 10, n. 30, p.128-141, jun. 2009.

GORENDER, Jacob. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: **Modos de produção e a realidade brasileira**. Org. José Roberto do Amaral Lapa. Petrópolis: Vozes, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. (Coleção Geografia e Adjacências). São Paulo: Annablume, 2005a.

_____. **Condição Pós-Moderna**. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. **O novo imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2 ed. rev. e atual. do v.3 de séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

_____. **Censo comercial**: Ceará. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

_____. **Censo industrial**: Ceará. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

_____. **Censo dos serviços**: Ceará. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

_____. **Recenseamento Geral de 1960**: Censo Agrícola de 1960. Ceará, Rio Grande do Norte. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série regional; v. II, Tomo II, 2 parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

_____. **VIII Recenseamento Geral – 1970**: Censo Agropecuário do Ceará. Série regional; v. III Tomo VII, 2 parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

JAPIUSSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LACOSTE, Yves. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo – Campinas: Papyrus, 1988.

LATOURE, Bruno. Os filtros da realidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 jan. 1998.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LEFEBVRE, Henry. **Lógica formal/Lógica dialética**. [Tradução de Carlos Nelson Coutinho]. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. Práxis. In: **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Sorensen, 1978.

LEITE, Ana Cristina. **O algodão no Ceará: Estrutura Fundiária e Capital Comercial 1850-1880**. (Coleção Teses Cearenses). Fortaleza: SECULT, 1994.

LEON, Trotsky. **História da Revolução Russa**. [Tradução de Diego Siqueira]. São Paulo: Sundermann, 2007. (Tomo Um, parte Um).

LIMA, Antônio de Macedo. **Nordeste: aspectos macroeconômicos das cidades de porte médio**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste, Grupo de Estudos de Demografia e Urbanização, 1978.

LIMA, Átila de Menezes; AMORA, Zenilde Baima. O algodão e seu papel na produção do espaço: o caso de Iguatu – CE. In: **Leituras e Saberes sobre o Urbano: Cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte**. Org. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda e Zenilde Baima Amora. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010.

LIMA VERDE, Wilson. Entrevista realizada no dia 17-03-2010. Entrevista em lócus – (ver Apêndices)

_____. Entrevista realizada no dia 23-06-2010. Entrevista em lócus – (ver Apêndices)

LIRA, Larissa Alves de. Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia. In: *Confin* [Online], 2 |2008, posto online em 28 mars 2008. URL : <http://confins.revues.org/index2592.html> DOI : en cours d'attribution.

LIRA, Larissa Alves de. O “modelo insular”: Ratzel e suas contribuições às idéias de Fernad Braudel sobre as origens do capitalismo. In: **Revista de Economia Política e História Econômica**. São Paulo: Núcleo de Economia Política e História Econômica, n 13, ano 05, Julho. 2008.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência social**: elementos para uma análise marxista. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação de capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. (Os economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. In: **Henri Lefebvre e o Retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O cativoiro da Terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **O capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1, O processo de circulação do capital v. I. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1890.

_____. **O capital**: Crítica da Economia Política. Livro 2. O processo de circulação do capital. [Tradução de Reginaldo Sant’Anna]. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1893.

_____. **O capital:** Crítica da Economia Política. Livro 1. v. I. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MOHUN, S. Divisão do Trabalho In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

MONTENEGRO, José Hilton Lima Verde. **Major Deoclécio Lima Verde:** família e história. Aracaju-SE: [s.n.], 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil:** O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Geografia:** pequena história crítica. 21 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. **Território e História no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

NOBRE, Geraldo da Silva. **O Processo Histórico de Industrialização do Ceará.** Fortaleza, SENAI/DR-CE: Coordenadoria de Divulgação, 1989.

NOGUEIRA, Alcântara. **Iguatu:** Memória sócio-histórico-econômica. 2 ed. Fortaleza: [s.n.], 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** 1 ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE**, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Crítica a razão dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

O'NEILL, Maria Monica. Contribuições ao problema da escala: questões de método e questões de prática. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Reflexões sobre a Contribuição da Geografia Histórica e da Geohistória na Renovação dos Pensamentos Geográfico e Histórico no Século XX. In: **I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico 2008**. Uberlândia: UFU, v.1, p.01-18. 2008.

Disponível em:< <http://br.monografias.com/Geografia/index.shtml>>. Acesso: 20 outubro 2009.

PHILO, Chris. História, geografia, e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: **GREGORY, Derek et alli (org). Geografia Humana – Sociedade, Espaço e Ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. 38ª Reunião da SBPC. Curitiba: [s.n.], jul. 1986.

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Webber**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RIBEIRO, Guilherme. Epistemologias braudelinas: espaço, tempo e sociedade na construção da geo-história. In: GEOgraphia, Niterói-RJ: UFF-EGG, Ano VIII, nº 15, 2006.

RODRIGUES, Daniel. **Marx e a divisão social do trabalho, uma resposta atual**. IV Conferencia Internacional "La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI". Disponível em: http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso08/conf4_rodriguesd.pdf > Acesso em: 12 janeiro 2011.

ROSA, Cristina Maria. **Globalização e divisão territorial do trabalho**: uma introdução à discussão das novas tendências na produção do espaço. Acta Scientiarum: [s.n.], p.115-119, 1998.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. In: **Novos estudos de Geografia urbana**. Org. Pedro de Almeida Vasconcelos, Sylvio Bandeira de Mello e Silva. Salvador: Editora da Universidade Estadual da Bahia, 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3 ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Por uma Geografia Nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: EDUSP, 2002.

SECCO, Lincoln. Geohistória. In: **Revista de Economia Política e História Econômica**. São Paulo: Núcleo de Economia Política e História Econômica, n. 13, ano 05, Julho. 2008.

SILVA, José Graziano da. *et al.* Tecnologia e campesinato: O caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.3, out./dez. 1983.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. Trajetórias pela Geografia Histórica. In: **Itinerários Geográficos**.Org. Amélia Cristina Alves Bezerra, Cláudio Ubiratan Gonçalves, Flávio Rodrigues do Nascimento e Tadeu Alencar Arrais. Niterói: EdUFF, 2007. 356 p.

SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na Organização do Espaço. In: **História do Ceará**. SOUZA, Simone de. (Org.) Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Fundação Demócrito Rocha. Stylus comunicações, 1989.

SMITH, Neil. Geografía, diferencia y lãs políticas de escala. In: **Terra livre**, São Paulo, ano 18, n. 19; p. 127-146, jul./dez. 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. Modos de produção no Brasil. In: **Modos de produção e a realidade brasileira**. Org. José Roberto do Amaral Lapa. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA, Maria Salete de. Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades. In: SILVA, José Borzachiello da (et. al.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SUDEC. **Levantamento Básico dos Municípios**, [S.l, s.n], v. VI, 1977.

SUDEC. **Levantamento Básico dos Municípios**. Fortaleza: [s.n.], 1980.

TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil.** Natal: UFRN, Ed. Universitária, 1995.

TEIXEIRA, Francisco Jackson Cavalcante. **A Companhia Industrial de Algodão e Óleos –CIDA O S/A em Iguatu: fatos e relatos.** 2007. Monografia (Especialização em perspectivas e Abordagens em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

THOMPSON, E.P. **Tradicón, revuelta y consciéncia de classe: estúdios sobre la crisis de la sociedad preindustrial.** Barcelona: Crítica, 1979.

VIANA, Fernando Luiz Emerenciano. **A indústria têxtil e de confecções no Nordeste: características, desafios e oportunidades.** Fortaleza: BNB, ETENE, 2005.

VICTOR, Hugo. **Ceará, o município e a cidade de Iguatu: Notícias geral.** Iguatu - Ceará: Tipografia CHRYSALLIDA, 1925.

WALLERSTEIN, Immanuel. O homem da conjuntura. In: **Ler Braudel.** Org. Yves Lacoste. [Tradução de Beatriz Sidou]. Campinas, SP: Papirus, 1989.

APÊNDICE

Entrevistas e conversas

Entrevista com Wilson Lima Verde historiador e morador de Iguatu à 75 anos⁶⁰

Em entrevista com Wilson Lima Verde⁶¹, onde o enfoque era o papel do algodão para a dinamização da economia e para a produção do espaço de Iguatu, o entrevistado inicia sua fala destacando que o algodão foi o principal produto propulsor de progresso num passado recente, onde de início o município se utilizava de agricultura rotineira que iria se desenvolver com a estrada de ferro, mas precisamente na década de 20 do século passado, quando em Iguatu se instalaram as primeiras usinas beneficiadoras de algodão.

Entre elas a CIDAO, a fábrica Santa Margarida, a fábrica São José, a usina de Otaviano Jaime Benevides, a usina da viúva Romero, além de corretores da Sanbra – Sociedade Algodoeira Nordestina. Então a partir dos anos 20, Iguatu passou a se destacar como grande produtor de algodão do Ceará devido suas características do solo de aluvião etc.

Com a crise de 1929, o comércio e a agricultura algodoeira sofre seu primeiro debaixe em decorrência da queda da bolsa de valores de New York. Ultrapassado os rigores da crise, eis que o município novamente se engaja na produção algodoeira. Desta feita com a continuação da Companhia de Algodão e Óleos – CIDAO e a instalação do grupo inglês com sede no Paraná Anderson Clayton e Companhia Limitada, que começou a focar campos experimentais de algodão, trazendo em seu quadro funcional, agrônomos já na década de 1940.

Nos anos de 1940 foram diversas as usinas beneficiadoras de algodão em Iguatu, bem como em seus municípios adjacentes. Na sede de Iguatu abriram-se as usinas M. Alexandre e Companhia (beneficiadora de algodão); Jose Pastor e Cia. (beneficiadora de algodão), Horácio Fernandes & Cia (beneficiadora e fabricante de resíduos e extração de óleos). É bom lembrar que a CIDAO além do beneficiamento de algodão, extraía óleo de algodão, da mamona e oiticica em larga escala e comprava estes produtos desde o interior da Bahia (oiticica e mamona) e babaçu no Maranhão.

As outras usinas eram a Coelho S/A (descaroçadora e fabricação de resíduos e óleos), Ceará Centro-Sul (beneficiadora de algodão), Usina São Jorge (beneficiadora de algodão), além dos corretores de algodão da Sanbra e de usinas vizinhas como as de Orós, Cedro, Acopiara. Além do algodão de Iguatu suprir suas usinas, ainda supria as das vizinhas quase todas.

A década de 50 Iguatu atingiu o máximo, chegando a liderança de produção não só no Ceará, como individualmente como município no Nordeste brasileiro, chegando na primeira metade de 60, Iguatu ter o maior imposto de circulação de mercadorias do interior do Estado em virtude do algodão produzido.

Havia produtores de algodão em Iguatu como Manuel Matias Costa (Nelsin), considerado como rei do algodão, que sozinho produziu o suficiente para montar uma usina de pequeno porte, pois chegou a obter de sua lavoura, onde costumava empregar nos trabalhos de plantio, tratos culturais e colheita, cerca de 700 (setecentas) pessoas, obtendo em determinado ano, a produção extra de 60 mil arrobas de algodão, correspondendo a novessentos mil quilos; 60 mil arrobas de 15 quilos.

Numerosos foram os agricultores que se destacaram como grandes e médios produtores de algodão. Depois de Nelsin podemos destacar Francisco Chaves Neves, Raimundo José das Neves, Adeodato Matos Cavalcante.

⁶⁰ Entrevista realizada no dia 17/03/10

⁶¹ É preciso deixar claro que a reprodução desta entrevista, procurou transcrever e respeitar de forma coerente a fala do entrevistado, sem modificações em sua fala, nem em seu conteúdo.

De médio à baixo produtores vem Sebastião Dias de Oliveira (Tetê Dias), João Coelho Lima Verde, Francisco Alves de Oliveira, José Carlos Alencar (todas de Iguatu). Nessa época Quixelô era integrante territorial de Iguatu.

Continuando vem ai José Alcântara, Francisco Airton Araújo, Solário Ferreira Lima, José Neto de Souza etc.

Agora, além das usinas, existiam grandes corretores que compravam para fora como Solário Ferreira Lima (corretores e compradores), Celso Holanda Montenegro, Clóvis Benevides, esses compravam para Orós, pra Cedro, que é bom ressaltar que além das usinas de Iguatu, Jucás tinha uma usina grande, Cariús também tinha duas usinas, Cedro tinha duas usinas grandes, Orós tinha a usina de Eliseu Batista S.A, um dos maiores parque industriais depois da CIDAIO e Icó com 4 (quatro) usinas e Acopiara com 4 (quatro) usinas. Iguatu comprava e vendia para os municípios vizinhos. Haviam produtores de Iguatu que vendiam para os municípios vizinhos.

O município de Iguatu até o final da década de 1970, quando Quixelô se desmembrou em 1985, Iguatu era município com Um mil seiscentos e oitenta quilômetros quadrado, e era constituído por terras apropriadas ao cultivo de algodão, cereais, legumes. Com o advento do açude de Orós muitas das áreas de terras algodoeiras foram invadidas pelas águas do Orós, passando a ser substituída a cultura da malvácea do algodão pela cultura do arroz, sendo hoje o Iguatu um dos maiores produtores de arroz irrigados do estado. A produção de algodão em Iguatu atingiu 50 milhões de kg em 1950, produção de Iguatu propriamente dita. Essas usinas de Iguatu que chegou a funcionar até meados de 1970 em número de nove (9) usinas somente dentro da cidade, havendo delas como a CIDAIO que funcionava noite e dia.

CIDAIO tinha duas fábricas de sabão, uma serraria, uma de beneficiamento de algodão, de óleo de oiticica, de mamona, de babaçu e preparava a pluma e o linter (produto intermediário entre a pluma e o caroço, é aquela pelezinha de pluma que fica em adesão ao caroço, dali se extrai o linter, pra encher esteiras, colchões etc.). Mas não é apropriado para tecido, pois a fibra quebra. É bom saber que a fibra de algodão de Iguatu atingia o comprimento (os limites) de (34, 36, 32-34, 34-36).

Nos terrenos mais altos, ele produzia a fibra longa, mais, tipo cêda que é a tendência do algodão híbrido ou o arbóreo propriamente dito; enquanto que nas partes baixas, nos baixios introduzia o algodão herbáceo propriamente dito, com sementes oriundas de São Paulo, depois de João Pessoa e depois de sementes advindas da própria Embrapa.

Como era o circuito de produção da CIDAIO?

O algodão era quase propriamente de Iguatu e de outros municípios devido sua localização estratégica dentro da região Centro-Sul, onde 16 municípios dependem da economia de Iguatu, sendo considerado a capital do Centro-Sul.

A oiticica também era quase toda de Iguatu, mas a mamona e o babaçu eram importados da Bahia e do Piauí. O comércio da pluma do algodão era comumente levado para o sul do país, mas também pros Estados Unidos e mesmo pra União Soviética. A estrada de ferro teve muita importância tanto no frete, quanto na quantidade transportada de mercadoria.

Relatando sobre sua experiência como fiscal da carteira de crédito agrícola ele afirma que percorreu todas as roças do Centro-sul cearense, dos tabuleiros do riacho do sangue até o divisor de águas do Piauí na Serra do charito, pegava desde as extremas do município de Arneiroz passando por Catarina, Acopiara, Iguatu, passando pelas margens direita do rio capim na divisa de Icó com Jaguaribe conhecendo toda aquela região. O mesmo destaca ter em sua casa uma lista com os apelidos de todos os produtores e agricultores (pequeno, médio e grande) da letra a a z, e que quando se tratava da quantidade de algodão produzida ninguém ganhava de Iguatu, nem Sobral, nem Fortaleza.

Wilson Lima verde descreve que com a chegada do Banco do Brasil em Iguatu, que fará 70 anos de instalação naquele município, e a instalação e funcionamento da carteira de crédito agrícola e industrial do banco do Brasil expandiu a lavoura e implantou a mecanização do campo na década de 60 consideravelmente. Até então havia meia dúzia de tratores, passou a possuir as maiores propriedades a

contar com tratores, arados, cultivadores, máquinas, pulverizadoras etc., graças aos gerentes do banco do Brasil, principalmente na época de Alano de Moura Beleza, e João Elmo Moreno Cavalcante, onde eu era fiscal da carteira de crédito agrícola.

Como eram as infra-estruturas básicas do município como a energia elétrica?

No referente a chegada da energia de Paulo Afonso, só chegou em 1961, onde as indústrias dos anos 20, 30 e 40, funcionavam com grupos geradores próprios movidos a termoelétrica, onde a própria cidade era iluminada através da usina Gustavo Corrêa Lima, usina Boris, depois transformada em usina Vitória que posteriormente passou a ser propriedade de Alfredo Alves da Silva que por sua vez vendeu o maquinário para o Maranhão por ter se tornado obsoleto.

Com relação ao campo, o mesmo afirmou que: este também mecanizou bastante, sobretudo a região de varzinha, onde tinha a propriedade de Manuel Matias da Costa (rei do algodão). Nelsinho tinha quatro tratores, onde não era qualquer produtor do estado do Ceará que possuía quatro tratores, e Iguatu tinha produtores com 4 tratores, e já em recuados anos atrás já haviam produtores com dois tratores quando em nenhuma outra região existia.

Então em matéria de algodão, óleo de algodão, linta, resíduo e caroço de algodão que ele exportava, Iguatu era líder, e tinha produtores como Nelsinho que nenhum individualmente no Nordeste se comparava a ele em produção, porque dentro de um sistema como o de Iguatu que era uma agricultura semi-mecanizada, o sujeito colocar 700 pessoas trabalhando permanentemente era grande, a própria CIDAO funcionava com 520 funcionários trabalhando dia e noite.

Como se dava a relação entre a produção (meio rural), a comercialização (quem comprava) e o beneficiamento? Eram etapas diferentes?

Na maioria dos casos a produção era comprada por terceiros que comercializava e industrializava, mas havia produtores como Nelsin mesmo que em uma época ele tinha a própria usina, José Saraiva Coelho (produtor) tinha usina e a propriedade de produção algodoeira.

O município de Iguatu você saía no mês de Julho em todas as estradas que você se dirigisse para o interior do município, se passava por carradas de algodão, quando não eram caminhões eram tratores com reboques carregadas de algodão ou então naquelas propriedades mais acidentadas e mais afastadas, vinham as cargas de burro trazendo o algodão. O movimento era tanto que no aniversário do centenário de Iguatu em 1953, criou-se um hino para o algodão.

Quem se beneficiava com a produção algodoeira, os produtores, os comerciantes ou os industriais? Quem acumulava o excedente de capital?

Nesse caso, o agricultor era o maior prejudicado (era burro de carga) ele produzia, mas o grande usufruto da produção vai cair nas mãos do industrial e do grande comerciante, ou seja, os grandes proprietários das usinas e os grandes compradores do algodão eram os grandes beneficiários, como de resto em todo o sistema capitalista, a parte desenvolvida come o pão né!

Os bancos tinham um papel importante, pois tinham linhas de crédito direto para o produtor, para o plantio, mas tinha também crédito aberto para a indústria, empréstimo industrial e o governo por sua vez instituído ainda no governo Vargas tinha um financiamento para ativição para segurar o preço. Então nós tínhamos um financiamento chamado ERF, que o sujeito deixava, levava o dinheiro e a mercadoria ficava depositada a ordem do banco, esse mais tarde, se o cara, o mercado nacional ou internacional não tivesse

de acordo ele repassava para o governo Federal com outro empréstimo com o nome AGF- Aquisição do governo federal, adquiria o produto para não desmerecer a produção do município, créditos estes instituídos na era Vargas mas que caíram muito com a instituição do governo dos militares. Vargas garantia um preço mínimo, onde o preço não poderia cair além do já instituído, porque se não gerava desestímulo a produção e isso, foi mantido até os planos do economista Celso Furtado.

O que predominava, a pequena ou a grande propriedade?

A exploração da agricultura se dava em regime de exploração própria e regime de parceria, meação ou parceria, financiado, então o produtor pegava as propriedades a vulso. Morador bom da minha terra eu adiantava do financiamento do que me era concebido, eu adiantava parte a ele para que ele explora-se a parte dele e tirasse a subsistência dele e da família e mais a produção algodoeira que ele me prestava dela, eu não recebia nada da produção de subsistência.

Mas apesar disso, o pessoal tinha um padrão de vida mais ou menos bem vivido e tinha uma mão-de-obra relativamente bem paga.

Qual a relação do algodão com a expansão comercial da cidade? Você acha que existia essa relação?

Sem dúvida que sim, a produção algodoeira gerava farta circulação de moeda, de maneira a expandir as atividades comerciais em todos os setores, tanto aumentava a expansão comercial, como aumentava a arrecadação do governo.

O que representava a geração de riqueza proveniente do algodão de Iguatu para o Ceará?

A produção algodoeira chegou a um destaque tal que as agências bancárias sediadas em Iguatu ocupavam o primeiro lugar em volume de negócios e lucros, por exemplo a agência do banco do Brasil era a primeira do interior a dar lucro, dar maior volume de lucro; não tinha Sobral, não tinha nada não; tinha a capital, mas a capital é capital né, tem que dar mais lucro; mas no interior o volume era de lá e o número de agência o maior era de Iguatu. Apesar destas crises que tem se repetido no país, Iguatu continua com o banco do Brasil; Bradesco; caixa econômica, banco do Nordeste e o Itaú. O banco do Brasil é de 3 de maio de 1940.

Por que com a queda do algodão Iguatu continuou crescendo? Você concorda com esta afirmação?

É o seguinte, Iguatu foi uma das cidades do Ceará que apesar do desaparecimento da cultura algodoeira, que lhe proporcionava grandes valores de mercado, Iguatu continua crescendo porque continuou produzindo largamente na agricultura através da expansão da cultura de arroz e de crescimento de sua pecuária. Hoje sendo a terceira maior bacia leiteira do estado. Quixeramobim produz mais leite que lá e Jaguaribe que sempre foram zonas de criação, agora nosso rebanho é mais selecionado.

O senhor acredita que Iguatu centraliza alguns serviços dentro da Região Centro-Sul do Estado?

Com a sorte que Iguatu teve nestes últimos oito anos devido a visão empreendedora de seu atual prefeito que tem a visão de futuro, vem aperfeiçoando a integração de Iguatu com os outros municípios, reativando e criando várias estradas.

O senhor acredita que o algodão teve grande papel para a implantação de infra-estruturas, como a estrada de ferro, as escolas agrícolas etc.?

O despertar do governo federal em direção a agricultura em Iguatu foi uma coisa que veio pioneiramente, sem que nós podíamos dizer que foi A ou B quem trouxe, foi o próprio impulso do desenvolvimento produtivo, então ali se instalaram os primeiros campos experimentais de irrigação. No governo provisório de 1931 foi criado o serviço experimental de irrigação do Ceará com sede em Iguatu, depois criou o fomento agrícola com sede lá e os campos de irrigação de Bugi, Penha, Gadelha, Cardoso e Cardoso 2, tudo criado pelo Governo Federal e o deputado Adail Barreto Cavalcante que foi uma das maiores forças que o dinamismo político da região possuiu no passado. Trouxe para Iguatu a escola agrotécnica Federal no final dos anos 1950 e início dos anos 60 se instalando no governo de João Goulart. Ai tudo tomou uma proporção agigantada em relação ao progresso com a chegada da energia de Paulo Afonso, a partir dos anos 60.

Qual a relação dos políticos locais para a chegada da energia de Paulo Afonso em Iguatu?

Houve uma movimentação das entidades de classes e o trabalho incansável do deputado Adail Barreto Cavalcante junto a companhia hidrelétrica do São Francisco e ao próprio Governo Federal no sentido de instalar. É tanto que em 4 de fevereiro de 1962 quando houve a chamada festa da ponte em Iguatu, Adail Barreto trazia no bolso o cheque assinado pelo ministro das minas de energia Gabriel de Resendes Pessoa de cem mil cruzeiros naquela época, quando que arrecadado no Cariri dá 10 mil, 12 mil. Ele trouxe de uma vez 100 mil, que trouxe do bolso do ministro.

O senhor tem algum conhecimento se a CIDA O foi arrendada pela Sanbra?

Ela passou um período de crise, ai, ela cedeu parte de seus armazéns para que a Sanbra armazenasse seu produto. Foi uns dois anos que a CIDA O não comprou algodão, mais ela não arrendou, somente cedeu o espaço para a Sanbra.

Qual o papel da Sanbra e da Anderson Clayton para a cidade de Iguatu?

A Anderson Clayton deu um exemplo de modernização já no início dos anos 40, quando incentivou a implantação de campos experimentais de algodão, onde ela procurava introduzir determinadas práticas de combate a praga, dos tratos culturais, inclusive o desbache da folha do algodão, a atingir a quinta folha, fazia um desbache para que a folha se desenvolvesse, então ela trouxe agrônomos apropriados para isto, e foi o primeiro grande parque na modernização da cultura algodoeira naquela região foi dado por Anderson Clayton e Cia limitada.

Elas possuíam grandes armazéns na cidade?

A Sanbra era muito pouco, ela vivia mais de prédios alugados, ela não tinha sede própria, comprava através de corretores em prédios alugados e um dos últimos corretores dela foi o senhor José Pereira Curado.

Agora a Sanbra nem se comparava a Anderson Clayton, pois era muito poderosa. A Anderson Clayton apenas beneficiava algodão, logo é o seguinte, ela era honesta na questão de compra e pagamento viu. Então o cara butava lá e ela exportava diretamente seu produto para a Inglaterra e Alemanha, e ia pela linha férrea e exportada por navios.

Quase todo o movimento que embarcava através da estrada de ferro ia para o porto do mcuripe e uma das crises que mais atrasam o Nordeste brasileiro foi a desativação da estrada de ferro.

O que o algodão representou para o cotidiano das pessoas, por exemplo a criação da festa do algodão etc...?

O Iguatu a partir do início dos anos 60, criou o parque de exposição agropecuária, e esse parque de exposição, além da mostra de animais de corrente leiteira, gado de corte e gado de tração, ela fazia a exposição de produtos agrícolas e os bancos oficiais, Banco do Brasil e Banco do Nordeste instalavam agências lá dentro do parque de exposição, e ali financiavam tanto a melhoria da propriedade rural através do financiamento de tratores, de implementos, de arame farpado, de aquisição de animais de corte, de criação leiteira, eles financiavam tudo, davam assistência, e por ocasião destas exposições agropecuárias, que tornavam vamos dizer um meio de haver uma convivência geral da região, então ali eles promoviam através do clube recreativo iguatense a chamada festa do algodão, que era o final da festa agropecuária. Então finalizavam com a festa do algodão com a escolha do rei e da rainha do algodão, que comumente caía na pessoa de Manuel Matias Costa, pois ninguém chegava perto dele na produção, então o rei do algodão era aquele que maior volume de produção oferecia e quem mais produzia era ele.

Como o senhor interpreta a intervenção da CIDA O no urbano da cidade? Por exemplo existiu o fato de ela de ela ter criado uma vila operária, o que o senhor sabe sobre isto?

A CIDA O foi a primeira unidade industrial do estado do Ceará, a criar uma vila operária, ela construiu 22 casas modernas em Iguatu aos seus principais operários, além de criar uma escola e um restaurante. A escola era pra alfabetização primária para os filhos dos operários. Ela (CIDA O), devido ter o maior número de operários, criou a escola, já as demais (outras empresas) tinham um número menor e devido as escolas não serem longe, não criaram nem escolas, nem casas padronizadas, mas algumas davam casas aos seus gerentes.

Dentre as indústrias existentes em Iguatu, o senhor daria mais importância para a CIDA O?

Perfeitamente, era a indústria mais importante do interior do Ceará, não era só de Iguatu, era a maior de Sobral, maior de Iguatu. O maior número de armazéns aqui em Fortaleza era dela, galpões na praia de Iracema, um grupo de armazéns próprios ali na praia de Iracema. Também a Eliseu Batista de Orós possuía armazéns viu.

Qual o papel o senhor daria para as pequenas beneficiadoras de algodão em Iguatu?

Era uma contribuição extraordinária, visto que em conjunto elas produziam mais do que a CIDA O, no conjunto né! Mas quem beneficiava mais era a CIDA O e a Anderson Clayton. No conjunto as pequenas beneficiadoras produziam muito.

A Horácio Fernandes, por exemplo, era grande indústria, a Coelho S/A também era uma indústria moderna, foi implantada com financiamento da aliança para o progresso do presidente Kennedy.

Há uma monografia, que existem afirmações reatando que Iguatu era até o início do Século XX era apenas um pequeno povoado, o senhor confirma isto?

Que monografia é esta? Bom, é o seguinte, Iguatu só veio tomar impulso mesmo de cidade de porte médio a partir dos anos 50 do século XX, antes disso era praticamente uma cidade provinciana.

Sabemos que o advento do trem e das linhas férreas foram importantes para o modelo agro-exportador cearense, e sua passagem por Iguatu favoreceu ao seu crescimento econômico. Neste contexto, qual o papel da política local para a passagem d estrada de ferro em Iguatu e não no Icó?

A estrada de ferro de Baturité, teria de passar pelo Icó pelo Icó que era a cidade mais importante, mas como o coronel Belisário, apesar de ser filho de Icó, mas residente de Telha, que depois transformou-se em Iguatu, o Icó não queria a estrada com medo de se transformar em desassossego para a população e tal, então Belisário foi o grande herói nesta empreitada e levou a estrada de ferro, tendo sua inauguração no dia 5 de novembro de 1910, cujo o jantar de inauguração se realizou no casarão do coronel Belisário na praça da matriz em 1910 pela noite. Ele recebeu lá o engenheiro chefe da estrada, o Dr. Jorge Lima Barroso através de uma festa onde soltaram balões e outras coisas.

O Belisário Cícero Alexandrino foi o 5º intendente de Iguatu, foi deputado provincial na época do império, foi presidente da câmara municipal, foi deputado estadual já no regime republicano por duas vezes, foi vice – presidente da assembléia legislativa e presidente inquirino do Estado na ocasião da deposição do governo de Antônio Pinto Nogueira Acioli, em 1914.

Você cita a pessoa de Elmo Moreno, quem foi esta pessoa e o que ele representou pra Iguatu?

Elmo Moreno foi um grande gerente do banco do Brasil e foi prefeito e deputado estadual. Hoje é um grande empresário, um homem de visão, um homem que procurou dinamizar a mecanização da lavoura Iguatuense. No caso, ele como gerente incentivava a mecanização, depois é que se tornou empresário. Mas ele incentivou muito a aquisição dos conjuntos, motor-bomba para que houvesse a lavoura irrigada nas margens do Orós, assim, todos esses negócios, o incentivo a produção do arroz, enfim, O Elmo é um cara de uma visão extraordinária, um cara que Iguatu muito deve a ele.

E dos antigos produtores de algodão que ainda estão vivos, o que estes fazem atualmente? Depois da crise algodoeira eles investiram seus capitais em que?

Alguns venderam suas propriedades e vivem de outros meios, por exemplo o Teté Dias vive de alguns imóveis na área urbana etc., o Elmo tem hoje a fabricação de máquinas que outrora eram fabricadas em outros lugares.

Senhor Wilson, como você interpreta a crise do algodão para Iguatu, houve muitos efeitos?

Teve, ninguém pode negar. O impacto primeiro foi a perda de emprego, nove usinas pararam, então delas como a CIDAO com pouco mais de 500 empregados, e isso tem um impacto socioeconômico né, tanto na parte social como na parte econômica, e por sua vez a dificuldade da mão-de-obra porque esse povo todo teve tendência de desaparecer em direção ao sul do país, causando migração.

E quais os impactos para a arrecadação do município?

Teve uma queda, mas hoje o município vem se recuperando ultimamente, graças a visão empreendedora do atual prefeito que motivou o crescimento da indústria da construção civil e do comércio. Hoje

podemos até perceber que existem quarteirões de lojas em Iguatu que são idênticas ao da capital. Zenir possui sede lá, a tubifor, indústria da fabricação de móveis, idênticos aos produzidos no Paraná, possui mais 300 operários.

Você acha que o algodão teve papel importante na ascensão de Iguatu perante a cidade de Icó, visto que antes, esta era uma cidade muito importante da região Centro-Sul e logo passou lugar para Iguatu?

O Icó tem o passado histórico muito rico, porque quando os primeiros povoadores brancos passaram naquela região, subindo o Jaguaribe e o rio Salgado, eles se alojaram no Icó, sendo este um ponto comercial de concentração. No Icó até barão tinha, o chamado barão do Icó né, então você vê pelo teatro da ribeira dos Icó, foi fundado pelos sobrados, as ruas largas que lá eram de origem francesa, onde construiu lá o barão do Crato. Então todas as ligações do Cariri ou do Aracati que era por onde iam o pessoal, então se alojavam em Icó, onde se firmou o aclamado canela preta né, que era o João Mendes, o chamado canela preta, que deu origem a família Teixeira. Então Icó era mais importante.

Quando do advento do povoamento da catequese dos índios quixêlos na antiga Telha, hoje Iguatu, é que começou a se desenvolver uma agricultura mais racional e produtiva a partir do século XX e conseqüentemente com a chegada da estrada de ferro e a montagem das primeiras usinas de algodão, então com o despertar da indústria algodoeira, o Iguatu foi se transformando e se tornando logo mais importante, uma vez que foi na região Centro-Sul, onde primeiro chegou uma agência bancária, depois um hospital, depois do hospital, foi onde primeiro o governo construiu a sede dos correios, ai a partir da ai foi o ponta pé inicial, dado no governo Vargas e seguido pelos demais governantes em virtude da situação geográficas convidarem para iniciativas, uma vez que Iguatu era ponto de convergência, pólo industrial, comercial e por assim dizer hoje pólo até educacional.

Ainda existe em Iguatu muito dos armazéns que no passado armazenavam algodão ou mesmo as velhas estruturas das fábricas permanecendo no presente?

Estão derrubando os últimos paredões da CIDAO né, onde vai funcionar um campus da UECE e da URCA né, o governador se comprometeu a fazer isto né!.

E as demais usinas, hoje onde era a Anderson Clayton hoje é ocupada por supermercados, a M. Alexandre hoje é depósito e distribuidora de gás, a Coesa são armazéns também de alugar para finalidades comerciais, de modo que usinas de algodão mesmo em atividade não existe, mais nenhuma. Existem diversas usinas de beneficiamento de arroz, cerca de 16 usinas. Inclusive tem arroz de mesma qualidade que o Rio Grande do Sul, com arroz produzido com águas do Orós. O Orós, mais de um terço de sua águas ficam represadas no município de Iguatu e quase um terço no município de Quixêlo, o restante é de Orós.

Agora sendo que Iguatu é beneficiado pelo lado oeste, peãs águas do açude Trussu, outro rio que banha Iguatu no sentido contrário e que se abraça com o Jaguaribe a 6km da cidade.

Segunda parte da entrevista

Como era o funcionamento da CIDAO?

A CIDAO funcionava como uma espécie de relógio da economia da cidade, estão ela despertava de manhã o operariado para a mudança de turno de trabalho da noite para o dia. Ao meio dia ela dava o sinal para a turma ir almoçar, as duas horas da tarde convocava uma outra turma através do apito, e quando dava 5 horas da tarde ela apitava a finalização do dia. Quando era 10 da noite, ela dava o sinal que uma nova turma estava entrando, então o funcionamento dela era diário, noite e dia.

Chegou o povo a se acostumar tanto com o horário e o apito da CIDAO que uma certo iguatense ao se mudar para Fortaleza, ele que residia em Iguatu e se guiava pelo apito da CIDAO, estando em Fortaleza e gostando de tomar uma cerveja, ele chegou a um certo ponto que a empregada dele foi chamar ele, e disse, seu fulano, dona fulana esta lhe chamando, então ele olhou pra ela, isso já aqui em Fortaleza, e falou, diga a ela que eu só saio daqui quando a usina apitar. A usina virou símbolo do trabalho e do desenvolvimento.

Outra coisa, qualquer incêndio e em qualquer outra usina, ela dava o alarme com o apito, tanto nela como em outras usinas que pra poder ter uma solidariedade, eles se ajudavam, pois não existia corpo de bombeiro, tinham operários próprios que eles trocavam de uma usina pra outra, era um acordo apalavrado, como eles chamavam.

A CIDAO tinha avião próprio viu, próprio do senhor José Moreira. José Moreira Cavalcante tinha uma das maiores áreas residenciais do centro da Aldeota. Foi ele quem hospedou Castelo Branco quando este veio pela primeira vez aqui. José Moreira Cavalcante era o presidente da CIDAO, diretor presidente.

O mais interessante é que este grupo dos Moreira, a CIDAO, quando começou era de propriedade de um industrial de Sobral. Ele entrou em crise e os Moreiras que eram empregados, encamparam a usina, aí tornou-se um grupo de Iguatu. Eles eram pobres, nascidos em um bairro de Iguatu, a irmandade todinha tomou conta da CIDAO. Eles já morreram todos, mas até irmãos como padres terminaram curso, foi em Roma, se tornaram poderosos mesmo, os Moreira Cavalcante.

Entrevista 2

Entrevista com Wilson Lima Verde – 23-06-2010

WILSON LIMA VERDE – 1 ha corresponde a 10.000 m², área essa que por sua vez corresponde a 3 tarefas e meia, nas medidas antigas antes do sistema métrico decimal que a medida da zona rural. E essa produção que era apurada pelos órgãos governamentais, pelos órgãos oficiais, eles levavam em consideração as previsões de safra pela a área declarada, que era plantada, faziam uma divisão pelo fator produtivo, a capacidade produtiva da terra, e achavam aquele volume de produção. “Deja que”, no município de Iguatu, embora a área a menor que o de Acopiara ou de Quixadá, as nossas terras aqui, tinham uma capacidade, tem uma capacidade produtiva, mais de 10 vezes a deles, razão porque os nossos volumes de produção são muito superiores aos volumes deles. Então é bom que não se confunda produtividade ou capacidade da terra de produzir com produção ou volume obtido do produto.

ÁTILA – Então quer dizer que na maioria desses órgãos estatísticos eles lançam...

WILSON LIMA VERDE – Eles façam aquilo baseado na declaração que o reduzido número de produtores fez pra eles, enquanto que na nossa antiga Carteira de Crédito Agrícola Industrial do Banco do Brasil nós tínhamos por método visitar 80 propriedades em cada município durante as 3 fases principais da lavoura: o plantio, para estimular a área, a formação da lavoura até a floração e a fase de colheita, de importação nas usinas beneficiadoras...

ÁTILA – Era bem mais detalhada...

WILSON LIMA VERDE – É razão porque as previsões de safras feitas pela Carteira Agrícola do Banco do Brasil e pelo setor de Assistência Rural do Banco do Nordeste eram mais precisos, ou melhor, fecham quase com a safra real. A safra real, bem entendida, é aquela safra que chegou na usina para beneficiar, que foi adquirida pelos diversos compradores e que foi tributada nos diversos postos de lançamento do ICM do Governo do Estado. Então as nossas previsões de safra se baseavam em dados reais e não em estimativas feitas alheio a realidade dos fatos.

ÁTILA – No caso vocês iam mesmo no empírico, no campo e iam fazendo todo o procedimento.

WILSON LIMA VERDE – Perfeitamente, então eu mesmo desempenhei as funções de Fiscal da Carteira Agrícola Industrial do Banco do Brasil durante quase 6 anos. Cheguei a conhecer mais de 70% de todos os roçados da região centro-sul do Ceará e da região dos Inhamuns. Isso, não só visitando as casas, conversando com os produtores, com os seus agregados ou trabalhadores e percorrendo ou medindo mesmo cercas, áreas cultivadas e calculando os estoques existentes nos armazéns rurais e nos armazéns urbanos das usinas, conferíamos nas usinas fardo por fardo da pluma produzida com o algodão. Razão porque nós quando afirmamos os valores de uma safra nós dizemos quase com segurança absoluta quanto é realmente a produção de algodão. O Iguatu, por exemplo, produzia, dizemos que produzia mais, porque nós fazíamos um apurado baseado no que entrava nas usinas, baseado no que os corretores que aqui compravam para outros municípios, exportavam em lombos de animais ou através de caminhões. Isso chegava-se a uma conclusão de que realmente o trabalho feito pela Carteira Agrícola saia mais perfeito do que os dos outros órgãos, uma vez que quando chegava o final da safra eles viam pedir a nossa opinião e nós tínhamos que omitir a opinião. Então, quando a gente chegava no... vamos dizer, numa propriedade rural a gente sabia quanto tinha sido cultivado isoladamente, tem algodão de lastro, ele só, e lavoura consorciada, algodão, milho e feijão, e lavoura adulta do algodão arbóreo, feita em terrenos de alta ou quebradas, que eram feitas através do **rôço** e não da limpa a cultivador ou a enxada. Então nós ficávamos senhores dos números reais que existiam em cada propriedade; conhecíamos o pé de algodão, desde seu plantio a formação de suas primeiras folhas, examinando os tipos e os produtos de cada um procurando identificar desde a erva, o algodão herbáceo, do arbusto, o algodão “verdão” ou híbrido e do algodão arbóreo ou mocó tipo seridó, que era plantado nas partes mais dos municípios, principalmente dos municípios de quebrada onde a produtividade era... tinha um índice menor do que nas terras de aluviões ou de massapé como é o caso de Iguatu.

ÁTILA – E qual é o papel que o senhor dá solos da região aqui, para essa produtividade?

WILSON LIMA VERDE – O maior índice de produtividade na região como um todo é o do município de Iguatu é o solo agrícola mais profundo que existe, a manta superficial mais apropriada ao cultivo do algodão, dos cereais, dos legumes das mais variadas espécies de... de leguminosas de... cereais ou gramíneas. O nosso município é rico pela fertilidade de seu solo e pela... pelo lençol freático relativamente farto e raso, além de nós termos reservas d'águas substanciais, como o açude de Orós, o açude Trussu, e as lagoas do Iguatu que a maior do estado, a Lagoa do Barro Alto, a Lagoa da Bastiana, a Lagoa do Julião, a Lagoa dos Moreira, a Lagoa dos Neves, a Lagoa Cocobo, a Lagoa do Toco, a Lagoa Redonda e outras pequenas lagoas que nos foge da memória.

ÁTILA – Em entrevista com Sebastião Dias, Teté Dias, ele afirmou que paro o período as indústrias de Iguatu elas compravam cerca de 13 milhões de quilos anualmente, enquanto que a Eliseu Batista comprava 20 milhões de quilos mais do que a daqui, a produção daqui.

WILSON LIMA VERDE – É isso há alguns anos, mas ele não pode afirmar isso. O negócio é que em 1950, por exemplo, Iguatu superou todo o interior do Ceará. Eliseu em alguns anos ele fazia isso, principalmente que houve ano que a CIDAIO não comprou algodão.

ÁTILA – Mas no caso esse algodão que a CIDAIO não comprava geralmente ela comprava aqui de Iguatu.

WILSON LIMA VERDE – Eliseu dispunha dos 2 maiores corretores de algodão da região, compradores que levavam pra ele tirados do Iguatu, Solário Ferreira Lima e Celso Holanda Montenegro. E Orós por si só a produção era mínima em relação a Iguatu, praticamente o algodão que ia pra Orós era o de Iguatu.

ÁTILA – Era o Solário Ferreira Lima e o outro?

WILSON LIMA VERDE – Celso Holanda Montenegro... Tete era considerado pequeno corretor... tinha, outro, Eliseu, este comprava muito algodão de Cedro e Várzea Alegre através de Clóvis Benevides. O Teté era produtor e corretor. Ele comprava para a usina de Orós, mas tinha fixação em Cedro, ele residia lá. Cedro não produzia muito algodão, mas seu algodão era de fibra boa, pois era o algodão de chapada e este é um algodão de fibra melhor e bem extensa, se assemelhando a seda que é o tipo mocó.

ÁTILA – O senhor tem idéia de quantos trabalhadores existiam no campo na época áurea do algodão?

WILSON LIMA VERDE – Seria difícil dizer, porque o número de propriedades rurais, principalmente no interior do Ceará, onde predominava o minifúndio, agente não pode ter idéia exata, porque numa casa embora tivesse quatro pessoas morando, estes eram da casa, não necessariamente eram trabalhadores. Agora a região do distrito de Suassurana, onde Nelzin, Chagas Neto plantavam, talvez, só nessa região tivesse mais de dois mil trabalhadores. Pra você ter uma idéia, se você tiver a oportunidade de localizar a revista dos municípios do Ceará de 1953, então você vai ver que em 1950, saiu daqui 50 milhões de quilo.

Entrevista 3

Entrevista - 23 – 06 - 2010

José Roberto - trabalhador da Inácio Parente desde 1989.

Quando você começou a trabalhar nesta fábrica?

Comecei a trabalhar desde 1989, ano de instalação e início de funcionamento da fábrica. Ela ainda funcionou até o ano de 2007.

De onde era o algodão beneficiado pela Usina?

O algodão vinha do Piauí, aqui do Ceará, como Sobral, Quixêlo, Acopiara, Crateús, onde funcionava a filial da Inácio Parente, Tauá e de Iguatu. Depois de beneficiado o algodão ia para as indústrias têxteis de Fortaleza, um exemplo era a Santana Têxtil. Hoje dois dos galpões da fábrica são alugados pela COELCE e a balança que antes pesava o algodão, hoje pesa caminhões com cargas diversas. Quando funcionava, a fábrica possuía escritório e dormitório para o dono da empresa.

Como era o processo produtivo da Inácio Parente?

Primeiramente o algodão era pesado na balança com caminhão e tudo, logo após era descaregado e colocado nas tulhas (local onde ficava o algodão). Da tulha ele era sugado para o batedor, onde se limpava e tirava as impurezas (terra, poeira, pedras etc) do algodão.

Depois de limpo o algodão ia para a descaroçadora, onde se separava a pluma do caroço do algodão. Aqui se iniciava dois processos: o da pluma e o do algodão.

Vamos primeiro para a descrição da pluma. Ao ser descaroçado, a pluma do algodão era sugada para a prensa onde era feito os fardos de 200 quilos. Daí ela ia para os galpões para ser estocadas. Muitas vezes o algodão ficava estocado de um ano para o outro esperando melhores preços no mercado.

Então dependia das variações de mercado?

Dependia do preço do dólar, por isso, o estoque ficava por muito tempo. A queda do algodão se deu pela queda do dólar. Aqui era produzida a fibra de tamanho 5, esta era a mais comercializada. Iguatu produziu mais a fibra 5, que era a melhor. A fibra 9 era a pior, era molhada, cheia de terra etc.

Agora a descrição do caroço. Depois de separado da pluma, o caroço seguia para a fábrica de óleo através da calha (enorme cano que sugava o caroço). Ao chegar na fábrica de óleos, era colocado no elevador e levado para a deslindadeira, máquina que retira o linter (material que serve para enchimento de colchão, cobertores, travesseiros etc.). Depois de ficar bem limpo o caroço era levado para o moinho, onde era triturado, se transformando em massa, daí era levado para os panelões e era preconzida. Logo após, a massa ia para a prensa, extraindo daí o óleo bruto. O restante virava torta de algodão. O óleo era levado para os tanques e vendido para a CONCENTRAL, fábrica de óleos de Fortaleza. Já a torta do algodão era vendida para o consumo de gado na região, como também para Sobral. A Inácio Parente tinha outra fábrica em Sobral e tinha uma base em Crateús.

Durante o período da produção, quantos pessoas eram empregadas na fábrica? Existia muito empregos?

Só essa fábrica gerava durante oito meses emprego para sessenta pessoas, e no restante do ano ficava somente umas quinze fazendo reparos e outras atividades, mas todos os anos durante uns oito meses, nove meses eram uns sessenta empregos.

Como era a divisão do trabalho (especialização do trabalho) no processo produtivo? Cada um tinha sua função?

Cada um tinha sua função, eram duas pessoas no chupador do algodão que levava o algodão pras máquinas, dois na descarocadeira, um no peneirão, dois na prensa e um mecânico. Era uma turma de oito. Eram três turmas, uma para cada turno de trabalho. funcionava 24 horas, só parava para fazer reparos, para manutenção. Agora tinha uma turma que trabalhava despejando o algodão, ensacavam, despejavam. Era numa faixa de 12 trabalhadores. Essas pessoas ai eram pra descarregar algodão, carregar a torta do algodão, os serviços gerais assim que aparecesse né. Esses serviços ai, o pessoal que fazia parte dos turnos não tinham a obrigação de fazer, era uma outra equipe.

E quantos funcionários trabalhavam na fábrica de óleos?

Era o mesmo sistema, sete funcionários e um mecânico para cada fábrica. Ou seja, eram sete para uma fábrica e sete para a outra e um mecânico pra uma e outro pra outra.

Como era o funcionamento da fábrica, qual era a carga horária de trabalho?

As fábrica funcionavam em três turnos. Das seis da manhã as duas da tarde, das duas as dez e das dez as seis da manhã. Funcionava dia e noite. Quando terminava o horário de uma turma entrava a outra.

Como o algodão chegava até a fábrica?

Isso ai era com os produtores, ia somente um rapaz aqui da fábrica para organizar as carradas.

Os caminhões eram dos próprios produtores?

Tinha caminhões aqui para fazer este serviço, mas geralmente na época da safra a demanda era muito grande, ai tinha muito produtor que trazia mesmo, fretava um caminhão etc.

Era um movimento que gerava muito emprego e corria muito dinheiro, esse tempo era bom.

Você acredita que existia uma grande dinâmica no comércio, os trabalhadores empregados na atividade algodoeira consumiam no comércio da cidade?

Se tinha? E como tinha.

Você comentou que boa parte da crise do algodão se deu devido a baixa da cotação do dólar?

É, porque outra coisa, o dólar baixou ai não tem preço, por que mesmo com o bicudo, aqui ainda produziu muito algodão, mas ai com a baixa cotação do dólar o preço caiu muito. Então o agricultor achava que não compensava produzir uma arroba por treze reais, uma arroba é 15 quilos.

Você avalia que houve falta de empenho do governo estadual em políticas para a cultura algodoeira?

Sem dúvida, se não houver incentivos fica difícil. Por exemplo hoje nosso vizinho, a Bahia ainda produz algodão. Mas se tivesse um tempo em que os governos investissem, mudaria o sistema de agricultura.

Como era a política do município, existia incentivos para a produção do algodão?

Isso eu não sei responder, não tenho conhecimento.

Quais eram os grandes produtores de Iguatu?

Nelsim Matias, deixa eu ver, Tété Dias, Roberto Costa, tinham muitos produtores, geralmente era o básico né!, a agricultura aqui era o algodão, era o básico. Aqui Iguatu era conhecido.

Qual o papel você atribui ao algodão para a cidade de Iguatu no passado?

No passado teve uma importância fundamental no desenvolvimento de Iguatu, foi o algodão que praticamente desenvolvi Iguatu né! Gerava emprego, renda, o pessoal tinha dinheiro. Eu me lembro que aqui tinha a exposição agropecuária de Iguatu, e o pessoal diziam que tinha gente que banhavam os cavalos com cerveja.

Com a crise do algodão, o que move a economia da cidade hoje?

Hoje é praticamente a agricultura, arroz, banana, milho, a região produz muito.

E o comércio qual é o papel?

O comércio anda morto, quando passa a época que os aposentados vem consumir o negócio fica parado. Você só vê movimento no final do mês.

Na sua opinião, Iguatu exerce na atualidade uma centralidade no comércio e nos serviços na região centro-sul?

Agora isso é o centro das atenções, o centro do comércio aqui, da região centro-sul é aqui em Iguatu, vem gente de Quixelô, Jucás, Cariús, Tabuleiro, até do próprio Icó que é uma cidade bem desenvolvida, Acopiara, Piquet Carneiro, todos vem consumir aqui.

E o que é que o pessoal procura em Iguatu?

Diversidade, procura de tudo. Procura hospitais e quando a coisa é mais grave, o pessoal vai para Fortaleza.

Entrevista 4

Entrevista – 24 – 06 - 2010

Roberto da Silva Nogueira – Filho do proprietário da Horácio Fernandes

Como você avalia o papel do algodão para Iguatu?

Era a riqueza que trouxe o desenvolvimento, tudo isso era o algodão. Todos tinham boas rendas, desde o chapiador, do catador, dos corretores, aos donos de beneficiadoras. Houve muitos empregos, chegando a precisar buscar mão de obra de fora do município, como jucás, Acopiara, Cariús e de boa parte do centro-sul e até de campos Sales. Os grandes proprietários buscavam mão de obra em outros municípios. Existia muito consumo no comércio, pois havia muito dinheiro circulando. A riqueza era tanta que na época existiam 6 aviões particulares todos dos produtores de algodão, inclusive minha família possuía um avião.

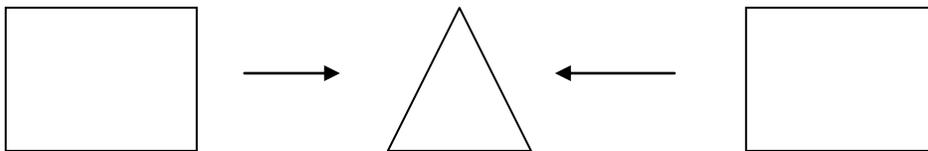
Como era o processo produtivo da Horácio Fernandes?

Na Horácio Fernandes, existia duas fábricas que beneficiavam a pluma do algodão e uma que produzia a óleo bruto que servia para fazer óleo comestível e a torta de algodão. O óleo bruto era vendido para a CONCENTRAL (Fortaleza) para ser refinado. O óleo era um subproduto do algodão. Quando o algodão chegava ele era pesado e ia para a tulha. A tulha era onde se guardava e se classificava o algodão. Daí ia pra descaroçadeira e uma parte fazia a pluma e a outra o óleo e a torta do algodão.

descaroçadeira

Maquina de óleos

descaroçadeira



De onde vinha o algodão da indústria?

O algodão vinha todo de Iguatu. Comprávamos toda a produção dos corretores e uma pequena parte vinha dos pequenos produtores que vendiam diretamente na usina.

Depois de beneficiado, para onde era vendido a pluma do algodão?

O algodão (pluma) era vendida para São Paulo, para Fortaleza, no caso para a Vicunha, as vezes para Recife, mas o predomínio era pra Fortaleza. O produto era levado de caminhão.

Quantos empregados possuía a Horácio Fernandes?

Tinha muitos, parecia serra pelada, mais não sei ao certo o número, os documentos com o número de empregados se perderam.

Qual era a produção anual da Horácio Fernandes?

Não tenho idéia, tudo era registrado nos papéis, não havia sistema computadorizado, e tudo se perdeu.

Até quando funcionou a Horácio Fernandes?

Funcionou até o ano de 1989, processando pluma e óleo, depois funcionou como indústria de alimentos e agora é uma recicladora.

Quais os impactos da crise do algodão para o município de Iguatu?

Fechamento de fábricas, desemprego com mudanças radicais no consumo do comércio, pois todos viviam dessa cultura. Fecharam lojas de móveis, de materiais de construção e principalmente de material agrícola, máquinas e equipamentos dentre outras. Hoje é que estão abrindo muitas lojas na cidade.

Entrevista 5

Entrevista com o Senhor Anastácio Silva e Sebastião Fernandes

Átila – Vocês poderiam descrever como era o passado aqui em Iguatu na época que tinha produção de algodão.

Anastácio – No passado assim como?

Átila – Nas décadas atrás 50, 70 se tinha muita produção de algodão mesmo.

Anastácio – 50 não é do meu tempo não, o meu tempo é de 79 pra cá.

Átila – No caso os dois trabalharam nessas indústrias.

Sebastião – Até 96 foi?!

Anastácio – Ate 98 nos trabalhamos.

Átila – Quais foram às indústrias que vocês trabalharam?

Anastácio – Rapaz, trabalhei na cooperativa Casa Machado.

Átila – A cooperativa era a Cooperativa Agrícola de Iguatu?

Anastácio – É sim.

Sebastião – Eu trabalhei na Inácio Parente, na Coesa.

Átila - E no caso vocês trabalhavam fazendo o quê?

Anastácio – Eu era preneiro.

Átila – Você poderia descrever o processo da prensa?

Anastácio – O processo era... tinha um movimento... o algodão vinha, ele vinha numa calha lá ai subia num elevador, do elevador caía dentro da máquina ai a máquina prensa em descida né, fica socando até dá 180 quilos duzentos né, ai ela tinha um acusador apontando lá né.

Átila – Ai no caso só trabalhava com a pluma do algodão ou o caroço também era...

Anastácio – O caroço era beneficiado também em busca de óleo, mas era lá pra dentro, nós trabalhávamos na seção... a fábrica era separada. Já era outro movimento, era pra quebrar o caroço, fazer resíduos essas coisas.

Átila – Ai no caso o senhor trabalhou quantos anos ai na CIDAIO?

Anastácio – Rapaz, direto não, mas juntando tudo parece que deu 16 anos.

Átila – Entrou pela primeira vez quando?

Anastácio – 1967.

Átila – E nessa época era grande a produção de Iguatu?

Anastácio – Era grande, 67 quando eu entrei era grande, era algodão era a oiticica quando parava um entrava o outro.

Átila – E nas outras que o senhor trabalhou na Horácio...

Anastácio – Na outra era algodão, só algodão.

Átila – E você sabe dizer se o município de Iguatu em si, ele comprava algodão de outros municípios?

Anastácio – Comprava, vinha da Bahia, a maior força da rodada ai é da Bahia.

Átila – E daqui desses municípios da região próxima tinha... comprava de algum?

Anastácio – Comprava, tinha um sítio ai era tudo pra firma NE, tinha uns corretor que ia comprar fora.

Átila – Quer dizer que a CIDAIO tinha os corretores próprios no campo, nos municípios vizinhos.

Anastácio – É tinha a mamona vinha de fora, vinha até da china, até da China.

Átila – Vinha pela estrada de ferro?

Anastácio – vinha pela estrada de ferro.

Átila – E no caso de Acopiara comprava também?

Anastácio – Acopiara já tinha outra indústria pra lá, ela produzia pra lá né.

Átila – E o algodão e a mamona e o que era produzido na CIDAIO ia pra onde?

Anastácio – Eu não sei, sei que saia importado, saia em vagão de trem, saia em carro pipa, esses carros tanques, saia pra fora, não pra qui pra perto não.

Átila – E, por exemplo, naquela década o senhor acha que tinha muito emprego com o algodão?

Anastácio – Tinha, naquele tempo era muito emprego, empregava muita gente né, ai mesmo funcionava com 400 homens né, quando tava rodando tudim na fabricas de algodão era 350, 400.

Átila – O senhor não sabe ninguém que tenha esses documentos não, a folha de pagamento do pessoal?

Anastácio – Rapaz é um senhor de idade vê se você se informa ai... mas ele ainda é contabilista de um escritório é um velho que tem aqui, um senhor dessa esquina lá, em frente a esse prédio ai Benvindo, ele pode lhe informar que ele era contabilista essas coisas né.

Átila – O seu Pedro Lins ele também trabalhava lá?

Anastácio – Ele era classificador de algodão.

Átila – E como é o nome desse outro que o senhor falou?

Anastácio – Ai é Benvindo ele trabalha num escritório.

Átila – É vivo ainda?

Anastácio – É.

Átila – E como era o comércio naquela época, década de 1970, gerava muito emprego o pessoal consumia muito no comércio?

Anastácio – Era, produzia pra todo mundo, tendo emprego aumentava o comércio tinha renda né, sem emprego o comércio não vai pra frente né.

Átila – Dinamizava né a cidade.

Anastácio – Tendo emprego o cabra comprava, tinha onde compra tudo no mundo ai o comércio ia pra frente, mas sem emprego... normalizou mais depois que terminou.

Átila – E hoje como é que é o funcionamento da cidade... aqui de Iguatu?

Anastácio – A maior força é dos aposentados, não tem emprego pra ninguém ai aparece a vagabundagem ai né, ai vai comer à custa dos avôs, dos pais né, aqueles que tem um instinto mal vai pegar no que é não é deles, fazer o que não presta, não emprego, não tem trabalho ai diz fulano não quer. Pelo menos depois de mim aposentar, ainda trabalhei de 5 anos de carteira assinada de vigia né, depois de estar aposentado.

Entrevista 6

Data – 25 – 06 - 2010

Sebastião Dias de Oliveira (Téte Dias) – produtor de algodão da década de 1970

Quando o senhor começou a produzir algodão?

Comecei na agricultura na década de 1970. comecei plantando cinco hectares, cheguei a plantar 1.000 hectares, fui o maior produtor de algodão do Ceará no ano de 1983. Tirei o primeiro lugar em algodão herbáceo. Fui a Brasília e recebi os presentes e homenagem.

Para o senhor qual a importância da produção do algodão para Iguatu?

Iguatu, de 1960 a 1985 foi o maior produtor de algodão do Estado do Ceará, gerava muito emprego, corria dinheiro na cidade em ambulância.

Só eu empregava 250 homens diariamente. Vendia a produção diretamente para as indústrias de Eliseu Batista de Orós, Adécio do Crato, Horácio Fernandes e cia, José Saraiva Coelho COESA também de Iguatu e para José Rufino de Acopiara.

Qual era sua produção anual?

Cheguei a tirar 55 mil arrobas anualmente de eras de 1970 a 1985. Aqui em Iguatu existiam plantações somente de algodão, não havia consórcios.

As indústrias de Iguatu compravam 13 milhões de quilos anualmente. A Eliseu Batista comprava 20 milhões de quilos.

Hoje ainda existe produção de algodão que é feita por Mazin Rufino.

Entrevista 7

Data 26-06-2010

Entrevista com o Senhor Amâncio⁶²

Amâncio – Pode botar que a produção era de 18, 20 mil arrobas de algodão por ano.

Átila – Seu Amâncio e essa produção ela era vendida pra quem?

Amâncio – A produção... ele tinha a indústria né...

Átila – Ele mesmo tinha a indústria?

Amâncio – Industrializava, exatamente.

Átila – Era a indústria do seu...?

Amâncio – Manoel Matias Costa.

Átila – Ele mesmo tinha uma indústria... ai ele beneficiava esse algodão.

Amâncio – Ele mesmo beneficiava o algodão.

Átila – Mas ele vendia também?

Amâncio – Vendia a “pruma” né.

⁶² Seu Amâncio 57 anos (José Gomes da Silva) era o apelido do Administrador há 30 anos da fazenda de Matias Costa (o rei do algodão).

Átila – Ele vendia pluma para onde?

Amâncio – Rapaz o destino dessa “pruma” era pra...

Átila – Era pra cá pra Iguatu ou era já pra fora?

Amâncio – Vendia pra fora.

Átila – Ai no caso ele vendia essa pluma pra Fortaleza ou era pra outros municípios da região?

Amâncio – Não a “pruma” ia destinada... era vendida pra Fortaleza, que outros municípios não compraria né, não comprava né, porque Fortaleza tinha mais tecelagem.

Átila – E você sabe o nome de algumas das firmas de Fortaleza que comprava daqui?

Amâncio – Sei não.

Átila – E essa beneficiadora era só da pluma do algodão ou também trabalhava com óleo.

Amâncio – Eles também produziam óleo né, do caroço do algodão.

Átila – Ai no caso extraia o óleo bruto?

Amâncio – É.

Átila – E esse óleo era vendido pra onde?

Amâncio – Os óleos também... rapaz eu não sei o destino dos óleos, qual era a capacidade que eles vendiam. Eu sei que eles vendiam pra fora.

Átila – Mas não sabe se era pra Fortaleza ou se era para o Eliseu Batista, porque me deram uma informação que Eliseu Batista também comprava óleo.

Amâncio – É Eliseu Batista era comprador de óleo né, aí eu “to” na dúvida, não sei se ele vendia ou era pra Eliseu.

Átila – Ou direto pra Fortaleza ou pra Eliseu Batista né.

Amâncio – Um dos dois, porque aí é só confirmar né, porque ele confirma né. Tinha a torta do algodão né também. A torta era distribuída pra fazenda e comercializada no município né.

Átila – Distribuído tanto pra fazenda dele mesmo aqui, pra criação de gado.

Amâncio – E comercializado no município.

Átila – Para os agricultores ou para os produtores de gado?

Amâncio – Produtores de gado né.

Átila – Você quando administrava tinha mais ou menos a idéia de quantos trabalhadores tinha na fazenda?

Amâncio – Rapaz nessa época aqui a gente trabalhava entre 500 e 550 funcionários sabe.

Átila – Era mesmo?!

Amâncio – Era aqui era uma multidão, aqui na varzinha... só na varzinha de mais de 100 morador só pra você ter uma idéia.

Mototaxista (Vanildo Gomes de Oliveira) – Quando eu passava aqui via “os quartel” de comida feita “pros” trabalhador, que até hoje trabalhava com o algodão, catando algodão. Eu trabalhava “vizim” aqui do capitão mor e eu via cozinhando pra que 500, 600 pessoas. Tinha dia que tinha mais de 600 pessoas.

Amâncio – Eu ainda tenho tacho ali de 30 anos que eu tenho aqui guardado.

Átila – Um o quê?

Amâncio – Um tacho (**panela**) de fazer comida pros trabalhador.

Átila – ainda têm os antigos tratores aqui, alguns deles?

Amâncio – Ainda tem aquele pequeno, ainda tenho aquele grande também (apontando para o trator), o reboque também que tão ali carregado de ração.

Átila – Onde estão os documentos do número de trabalhadores, das pessoas que trabalhavam, nos cadernos que o senhor tinha que o senhor anotava?

Infelizmente no ano passado, eu fiquei zangado, lembrei daqueles tempos e vi que os documentos estavam ocupando lugar na casa, ai eu queimei tudo. Mas logo depois fiquei triste, porque vi que rebolei parte de história né!

Átila – Seu Amâncio pra você qual foi a importância que o algodão teve pra economia aqui da cidade de Igatu, do município como um todo?

Amâncio – Rapaz naquele tempo foi, pode dizer assim, ou bom tempo por pouco tempo sabe, porque naquele tempo... aquele foi o tempo que alguém soube aproveitar (**04min58seg – não entendi o que ele disse**), porque era bem mais favorável depois veio... houve uma dificuldade de você chegar até esse patamar que seu Nelzim chegou, Manoel Matias Costa sabe, porque os incentivos, logo no inicio não tinha o incentivo né, mas depois foram surgindo né uns incentivos pra agricultura, pro algodão etc. e alguém soube aproveitar aqueles incentivos sabe, mas que aquilo ali foi uma época... a época do algodão não foi fácil não. A época do algodão foi uma época sofrida, uma época difícil né, porque aquilo ali era um tempo... era um tempo corrido que trabalhava mulher, menino, criança todo mundo sabe. Se você for analisar, naquele tempo o analfabetismo era lá em cima não era, por quê? Porque a criança com 6 anos não tinha acesso a educação, tinha que ta todo mundo na roça.

Átila – E no caso essa via ali era foi feito para o pessoal que trabalhava?

Amâncio – Não, aquele pessoal a maioria daquele povo morava aqui na fazenda, ai depois, agora ultimamente foi que... a gente ganhou aquelas casas ali daquelas vilas sabe. Morava quase todo mundo aqui na varzinha, aqui na varzinha, na Inácio Parente, tinha no mínimo 100 morador, não era brincadeira.

Átila – E os trabalhadores daqui era tudo de Iguatu ou vinha gente de fora?

Amâncio – Não, aqui os bóias frias como se chama hoje né, a não ser o pessoal que mora aqui, vinha gente de juazeiro, Acopiara, minerolândia, Mombaça, Pedra Branca, Senador Pompeu, Saboeiro.

Mototaxista (Vanildo Gomes de Oliveira) – Pernambuco, Paraíba.

Átila – Eles também vinham de outros estados seu Amâncio?

Amâncio – Rapaz, por ser um lugar de acolhimento pessoas, uma fazenda, aqui podia vim gente da Paraíba de todos os outros estados também chegar aqui e vim trabalhar sabe. Naquela época, por exemplo, na época da colheita, tal tempo... agora mesmo nós estamos no mês de junho né, ai mês de abril, por exemplo, maio, começa a colheita aqui, ai o pessoal que tava lá na Paraíba, lá em outros estados rapaz agora lá em Iguatu ta na época da colheita, ai onde chegava aqui e sabendo aonde tinha algodão pronto tinha serviço pra todo mundo. Todas essas fazendas aqui, nas adjacências acolhiam gente. Aqui teve famílias que se arranjaram com gente de fora, de outros estados né que vinham pra cá e ficava e morava até muitos anos aqui na varzinha sabe, que aqui sempre foi um lugar... a fazenda aqui sempre foi acolhedora o pessoal chega aqui pra voltar, tinha casa... tinha muita casa de taipa aqui que geralmente e geralmente sempre tinha uma desocupada o pessoa vinha se arranjava, ficava ai um bocado de tempo sabe. Agora mesmo filho natural da varzinha a gente tinha uma média de... você vê... eu tenho 57 nos, toda a minha vida foi aqui dentro, papai morreu aqui com oitenta e tantos anos aqui dentro se você ai naquela vila o pessoal o pessoa conta a historia: o meu pai morreu... o meu pai tinha 90 anos, nasceu e criou-se na varzinha e tal sabe, é uma historia né a varzinha tem... não é um “povim” que chegou relâmpago não, que chegou e saio a manhã não, todo mundo aqui sabe... sabe como começou o primeiros passos aqui da varzinha.

Átila – Era utilizado no caso...

Amâncio – Trator.

Átila – pra pulverizar.

Amâncio – os algodões.

Átila – os algodões né.

Amâncio – Ai foi, como eu tava dizendo, quando o incentivo começou a entrar na agricultura, ai começou por ai, que ate isso ai era costa né.

Mototaxista (Vanildo Gomes de Oliveira) – Aqui tudo era na mão, não foi eu falei, tu viu aquela minha entrevista lá, tudo era manual.

Amâncio – Quando a gente produzia 20 mil arrobas de algodão no mínimo não tinha negocio de máquina não, era tudo manual.

Átila - Que dizer que era de 20 mil arrobas anual, mas sem ter nem a mecanização

Amâncio – Não tinha mecanização não. Olha eu bati o recorde... nessa época aqui e ainda não apareceu um cara pra catar do meu tanto, eu catei 211 quilos por dia. Deixa eu te dizer, depois chegou a mecanização nós trazíamos o algodão daqui quase uma légua e era pra vim na cabeça pra vim pesar aqui.

Entrevista 8

Entrevista – 26/06/10

Vanildo Gomes de Oliveira (idade por volta dos 55 anos) - ex-pequeno produtor de algodão

O que representou o algodão para a economia de Iguatu?

Na época, era tempo de riqueza, todos tinham dinheiro. Uma época boa para o comércio, a classe pobre ganhava dinheiro. Eles plantavam, limpavam, catavam isso tudo a mão.

Grande parte dos agricultores trabalhavam nas plantações do senhor Manoel Matias Costa, Tété Dias, Elie Seles etc.

A produção de Iguatu era tão grande que meu avô Fêlix Gomes da Silva, conhecido como seu Fêlix, veio da Paraíba, do Município São José de Piranhas, para plantar algodão em Iguatu. Meu avô comprou as terras do doutor Ildernando Bezerra, Ex- prefeito de Iguatu, a propriedade conhecida como capitão Mor. Meu avô era pequeno produtor e vendia sua produção direto para a Casa Machado, para a COESA, para a CIDAIO, para a Rufino de Acopiara etc.

Quantas pessoas trabalhavam na plantação de seu avô?

Eram empregadas, cerca de 100 pessoas na época da colheita, e no restante do ano eram apenas umas 30 pessoas. Meu pai (Vicente Gomes de Oliveira) era quem vendia o algodão.

Também se plantava muito arroz nas épocas de cheias, isso nos anos de 1970 e 1973.

Entrevista 9

Edilmo Costa (ex-prefeito de Iguatu e filho de Manoel Matias Costa – “o rei do algodão”)

Entrevista realizada no dia 15-12-2010

Em que década seu pai começou a plantar algodão?

Sem dúvida alguma, meu pai, Manoel Matias Costa, conhecido popularmente como Nelzin, foi um dos pioneiros em plantar algodão na região centro-sul. Ele iniciou mesmo o plantio de algodão, quando comprou, inicialmente arrendou um terreno lá no município de Iguatu, onde é hoje a Varzinha. Esse terreno era de um cunhado dele, esse cunhado posteriormente veio a falecer. Os filhos dele eram todos de menor, e foi nomeado um tutor para esses meninos. O tutor, para que eles tivessem uma renda pra ajudar na manutenção deles, arrendou o terreno ao meu pai. Acontece que o pai desses meninos, o meu tio, era político, foi inclusive deputado estadual, se chamava Helvécio Teixeira, era chefe político lá de Iguatu e de toda a região centro-sul. Ele era político honesto e fazia era tirar do bolso pra promover suas campanhas e a de quem apoiava.

Com o tempo ele foi se endividando devido a política, fazendo empréstimos, resumindo, quando ele morreu, estava em situação difícil, e meu tio que era cunhado de meu pai, irmão de minha mãe e tutor dos meninos filhos desse que se chamava coronel Helvécio Teixeira ... arrendou o terreno pra que tivesse uma renda. Mas chegou um ponto que a dívida, o débito dele pra com os bancos, com pessoas particulares era tão grande, foi crescendo que o único jeito foi vender o terreno, até porque o Banco do Brasil achou por bem leiloar o terreno, colocar como era chamado na época em asta pública, isso em 1943-44 por ai, e meu pai que já estava trabalhando na terra como arrendatário, já tinha um capitalzinho formado, graças ao seu trabalho e ao que produziu durante anos que foi arrendatário, durante o leilão ele arrendou esse terreno, foi mais ou menos a época que ele começou a plantar algodão.

De início plantava algodão, milho, feijão e uma pequena criação de gado bovino. Então quando ele começou a plantar, foi no final da década de trinta e início da década de quarenta.

Como era o sistema de plantio na fazenda? Era somente plantado o algodão ou existia o consórcio com outras cultura?

Normalmente naquela época era tudo consorciado. Todo mundo só plantava consorciado. Ele foi um dos primeiros também a plantar somente o algodão. Ele achou mais vantajoso plantar somente o algodão, até porque o algodão que se plantava naquela época era o algodão mocó (arbóreo), ele é im algodão mais tardio. Agente soltava o gado antes do inverno para comer o mato. Depois com a continuação do inverno, onde o algodão crescia, ai era passado um roço no algodão para limpar, era dada uma roçada no algodão.

Na fazenda se plantava o algodão arbóreo e herbáceo?

Se plantava o arbóreo que é o mocó, depois apareceu uma semente de algodão que era o misto de algodão arbóreo e herbáceo, um algodão que tinha a semente muito semelhante a do algodão herbáceo, ela era recoberta de linter que é aquele pêlo que fica na semente do algodão. A semente do mocó é limpa. O algodão herbáceo por mais que você tire a pluma, ele fica com o linter grudado na semente. Então apareceu uma variedade de algodão chamada verdão. Esse tinha uma vantagem, pois a produtividade dele era bem maior do que a do algodão mocó. Em compensação ele exigia tratos culturais maiores. Você poldava, e ele normalmente só produzia um ano, no final do ano, a pessoa mais uma vez colocava o gado pra aproveitar o resto de algodão que sobrava na colheita que não dava pra colher, algumas maçãs, as ramas, a caraça do algodão, tudo isso servia de pastagem para o gado. Então no mês de setembro e outubro, novembro, quando acabava a colheita do algodão, o agricultor colocava o gado pra aproveitar a pastagem e depois arrancava pé, por pé o algodão que foi plantado naquele ano, porque a diferença do algodão mocó, este chegava a produzir durante até 15 anos, bastando para isso, que você desse um roço no mato e alguns tratos, enquanto o algodão verdão (algodão híbrido) tinha que ser arrancado. O manejo dele precisava que se limpasse o terreno todo, no cultivador puxado a boi, a burro, depois é que apareceu os tratores, meu pai foi um dos primeiros a adquirir um trator, naquela época nem se fabricava trator aqui no Brasil, foi um trator americano auxadaris era uma marca de trator americano que importou por um representante comercial, uma coisa assim.

O algodão verdão primeiro você passava o arado no terreno, com o trator, depois a grade com arado, depois a grade pra destorroar o terreno e depois plantava. Naquela época se plantava a mão também, logo depois apareceu as plantadeiras mecânicas. Então se plantava a semente do algodão no solo depois de limpo. Depois que nascia, existia uma operação chamada de desbaste ou raleio, que era a retirada do excesso de sementes plantadas, deixando somente a quantidade recomendada por metro quadrado.

Qual era aproximadamente a produção da fazenda ?

A produção do algodão mocó normalmente era de 300 a 500 quilos por hectare anual. Com a semente do algodão verdão, essa produtividade subiu para 1200 quilos por hectare. Nossa fazenda agente plantava de 800 a 1000 hectares de algodão.

Para onde ia a produção do algodão?

Deixa eu voltar para o problema da coisa. Foi começando a melhorar as instituições ligadas a agricultura, ao algodão vieram melhorando os tipos de sementes, trazendo de outros estados e países, faziam cruzamentos de diferentes sementes e criaram aqui o Instituto Agrônomo de Campinas que era aquela época o centro e acho que até hoje onde mais se experimentava e se fazia, e se melhorava as tecnologias para o algodão, era o centro que estudava as tecnologias para o algodão tanto em termo de cultivo e de manejo e de combate as pragas, de produtividade, tudo isso, então o Instituto Agrônomo de Campinas fez uma variedade de algodão chamado IAC, exatamente a sigla do instituto. O que apareceu, que nós iniciamos, acho que nós fomos os pioneiros no Nordeste, foi o IAC 13, que apareceu como uma grande

novidade, na realidade era um algodão que tinha uma produtividade em torno de 1500 quilo por hectare, chegando a produzir 2000 quilos por hectare. Depois passaram para o IAC 14, que não deu muito bom. Depois do IAC 13, o melhor foi o IAC 20, hoje não sei mais como anda a produtividade do algodão, deve existir melhores no Mato grosso, na Bahia com algodões com produtividade de 3000 a 3500 quilos por hectare.

E qual o destino da produção?

Inicialmente meu pai vendia o algodão em rama com caroço, do jeito que colhia, vendia, ensacava e vendia. Com um tempo ele montou uma usina de beneficiamento de algodão, que separava a pluma do caroço. A pluma era vendida e o caroço e extraído o óleo na própria usina. Era vendido tanto pra Fortaleza e pra região como Orós que tinha uma usina de refinamento e enlatamento do óleo. Ou então eram vendidos para Fortaleza, para a COOCENTRAL – Cooperativa Central dos Produtores de Algodão, além de outras.

E a pluma era vendida para indústria têxtil, as fábricas de fiação e tecidos que eram localizadas em Fortaleza, mas antes da década de 1970, a pluma que era produzida era exportada para o exterior como a Inglaterra, França, Holanda e outros países, principalmente da Europa. Depois a indústria têxtil se desenvolveu no país e a pluma foi ficando aqui mesmo. Chegou uma época que Iguatu teve em funcionamento 10 usinas de beneficiamento de algodão que comprava dos produtores o algodão em rama dos produtores de Iguatu e de outros municípios da região, como também vendiam pra outros municípios como Orós, Acopiara que também tinham indústrias de beneficiamento de algodão e outros Estados.

A falta de uma política de preço mínimo, a falta de apoio e a chegada do bicudo aqui no Nordeste foram responsáveis pela dizimação do algodão, sobretudo no Ceará. O Ceará chegou a ser o 2º maior produtor do Brasil. Depois o IAC, foi criado o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, fundaram na Paraíba, em Campina Grande vinculado a Embrapa o CNPA, que por interferência política a sede foi instalada em Campina Grande, mas era pra ser no Ceará.

Chegaram a vir para nossa fazenda onde eram feitos campos experimentais, para criarem tipos novos de algodão. Eram feitas pesquisas dos técnicos do CNPA, com técnicos americanos do Texas e faziam experimentos que eram plantados em nossa fazenda. Existia um amigo nosso que avisou que estava vindo uma praga exótica que iria acabar com o algodão do Nordeste. Dizem que o bicudo foi criado pelas multinacionais daquela época que vendiam defensivos para pragas do algodão, eles trouxeram isso, vieram pela Colômbia, veio pela Amazônia, depois se localizou em São Paulo, onde se localizava o maior centro de pesquisa, o de Campinas. Veio de Campinas para Paraíba.

De onde eram os trabalhadores da fazenda de seu pai?

Viam da região e de fora do Estado. Agente mandava buscar gente em Juazeiro do Norte, este era um dos maiores fornecedores de mão-de-obra pra gente. Vinha gente de Quixadá, Acopiara, Saboeiro, Paraíba, Cajazeiras, Icó, gente da região centro-sul e sertão central. Ai trabalhavam no plantio, menino, mulher, homem. A mulher plantava. O cara saía cavando a cova com a enxada e a mulher vinha colocando as sementes. Era o ano todo de serviço.

E o pessoal que vinham de fora morava por lá mesmo?

Ficava por lá. Eles ficavam em galpões armavam as redes e ficavam lá. Chegamos a trabalhar com 500 homens na nossa fazenda. E era o ano quase todo, porque depois da colheita, ele três catas, pois o fruto do algodão não amadurece todo de uma vez, daí davam três catas ou colheitas. Depois colocava o gado pra comer o que sobrava, depois arrancava o que sobrava pra plantar algodão no terreno novamente. Arrancava pé por pé.

Vocês arrendavam suas terras para pequenos produtores?

A maioria dos proprietários arrendavam, mas nós não. Era tudo plantado pela gente. Mas tinha outros proprietários que trabalhavam com parcerias e arrendavam.

E como era o pagamento dos trabalhadores?

Ou recebiam por diárias ou então por empreitada, pagava-se um determinado preço pelo trabalho em alguns hectares de terra. E tinha a diária, era mais comum a diária, apesar de o outro sistema ser melhor, pois a diária tinha muito escorão.

Como você avalia o papel do Crédito Agrícola para a agricultura em Iguatu?

Rapaz. Existia, só o Banco do Brasil do Iguatu, atendia num sei quantos mil produtores. Existia um crédito para custeio da safra, o banco lhe emprestava o dinheiro no início do inverno e você pagava no final do ano, depois da safra. O banco possuía um corpo de fiscais para saber se o povo plantava mesmo, se estava cuidando e se o dinheiro ia saindo aos poucos, não era todo de uma vez. Existia também o seguro chamado PROAGRO, que previnha quanto a qualquer intepérie natural, seja chuva de mais ou de menos, neste caso o banco dispensava seu débito.

De onde eram as máquinas da beneficiadora de seu pai? Era do Brasil?

As máquinas mais conhecidas eram a Piratininga, eram de São Paulo. As primeiras eram importadas de outros países.

Na sua opinião o que significou o algodão para o município de Iguatu?

Rapaz sem dúvida foi o grande alavancador, o responsável pelo desenvolvimento inicial de Iguatu, porque naquela época criou muitas coisas. Hoje a cidade vive mais dos serviços. Mas o que fez Iguatu desenvolver inicialmente foi o algodão e outras culturas agrícolas.

Fotografias do processo produtivo do algodão em pluma e do caroço do algodão



FIGURA: Balança
Fonte: LIMA, Átila de Menezes - 2010



FIGURA: Calha (chupador do algodão)
Fonte: LIMA, Átila de Menezes - 2010



FIGURA: Máquina de descaroçar algodão
Fonte: LIMA, Átila de Menezes - 2010



FIGURA: Máquina de prensar algodão
Fonte: LIMA, Átila de Menezes - 2010



FIGURA: Transporte o caroço do algodão para a fábrica de óleos
Fonte: LIMA, Átila de Menezes - 2010



FIGURA: Deslintadeira
Fonte: LIMA, Átila de Menezes - 2010



FIGURA: Caldeira de preconzimento da torta do algodão e retirada do óleo do algodão
Fonte: LIMA, Átila de Menezes - 2010

ANEXOS

Anexo 1

“ Data esesmaria de Lourenço Gonçalves de Moura Theodozio Nogueira , de trez lagoas de terra de comprimento, no riacho das Itans hoje nogueira, nos boquerões do rio Jaguaribe, concedida pelo Capitão- mór Gabriel da Silva do lagos em 24 de Janeiro de 1706, como das folhas 87 a 87v do Livro 1° das sismarias, 2° da colleção.

Registo da petição e data do capitam Lourenço gonsalves de moura e theodozio nogeira das terras do riacho das itans que dezagoa asima dos bosquerois do iagoaribe.

Senhor Capitam maior Dizem o Capitam Louremso gonsalves de moura e theodozio nogeira moradores nesta Capitania que elles tem seus gados assim vacunis como Cavallares enam tem terras nem pasto pêra os poderes criar e porque na ribeira de iagoaribe nas ilhargas de Francisco nogeira tem descuberto hum riacho a que chama das itans em oco al seacham humam terras devolutas edezaproveitadas e dezagoa o dito riacho asima dos boqueiros nas terras donde assiste o gentio quichalo oco al riacho He capas pêra as ditas criasois edandose de sismaria ao suplicantes terá sua magestade maior crescimento em sua fazenda edizimos Reais portanto Pedem avosa merse seia servido fazerlhe merse conserderlhe de sismaria tres legoas de terra de conprido pello dito riacho asima acada e reseberem merse despacho o escrivam das datas me enforme seas terras que o suplicante ehuma delarguo pera cada banda me enforme seas deianeiros de mil esetesentos e seis dolagos informasam Senhor Capitam meu poder estam nam consta estarem dadas estam devolutas edezaproservido villa dosera vinte e seis de ianeiro de mil esetesentos eseis escrivam consedo ao suplicantes em nome desua magestade que deos goardandose em tudo asordenis dodito senhor eo escrivam lhe pase sua data na forma doestilo fortaleza em vinte eseis de ianeiro de mim esetesentos e seis dollago.

DATA

Gabriel da silva dolagos Capitam maior da Capitania deseara grande egovernador dafortalezadenosa senhora da asunsam por sua magestade que deos goarde etc. Faso saber aos que esta Carta dedosam esismaria virem que por parte do capitam Lourenso gosalves demoura etheodozio. nogeira moradores nesta Capitania me Representaram adizer em sua petiçam atrás escritas pedindome em nome desua magestade que deos goarde lhe consedese por doasam esismaria três Legoas deterra deconprido acada hum delles pelo riacho das itanis asima que dezagoa asima dos boqueiros do Rio Iagoaribe nas ilhargas dadata de Francisco nogeira terras donde assiste o gentio quichalo ehuma legoua pera cada banda dodito riacho pera elles aseus erdeiros sendentes edesententesasim edamaneira que pedem econfrontam pera nelles poderem criar seus gados emais criasois as coais terras pello serviso que elles suplicantes fazem asua Magestade que deos goarde em lhe povoarem suas terras eaumento que dam as suas Reais Rendas lhas dou consedoem nome dodito senhor três legoas de terra de conprido pello riacho das itanis asimaque dezagoa asima dos boqueiros do Rio Iagoaribe ehuma legoa de larguo pera cada banda dodito riacho comensando esta nas ilhargas da data de Francisco nogeira assim edamenira que pedem econfrotam em sua petiçam esepoderem encher desta que lhe declaro com todas as agoas canpos matos testadas Logradouros emais úteis que nas ditas terras se acharem nam periudicando aterseiro das coais pagaram dizimo a ordem dechristo dos frutos que nellasouverem em tudo goardando senpre as ordenis de sua magestade que deos goarde eram obrigados adar caminhos livres ao conselho pera pontes fontes epedreiras pello que ordeno atodos os ministros dafazenda eiutiça aquém esta minha Carta dedata esiamria for apresentada em comprimento della lhe demapose Real efetiva eactual na forma costumada eram obrigados amandallas confirmar que pera firmeza detudo lhe mandei pasar aprezeite por min asinada esellada com osinete deminhas armas aco al se registraram no livro das datas destas Capitancias esegoardara econprira tam pontualeinteiramente como nella secontem sem duvida enbarguo nem contradicção alguma dada nesta Villa desam Joseph deRibamar Capitania doseara grande aos vinte eseis dias domes deianeiro demil esetesentos eseis annos eu Antonio Fernandes dapiedade escrivam das datas esismaria emediçõis de terra aecrivy estava osello Gabriel dasilva dolagos Carta dedata esismaria que vosa merse ouve por ben conserder ao Capitam Lourenso gonsalves demoura e teodozio nogeira três legoas deterra deconprido em o riacho das itans pera cada hum delles ehuma delarguo pera cada banda dodito riacho pera vosa merse ver enam continha mais dita data que eu terladei bem efelmente da propia que me foi apresentada sem couza que duvida fasa dia ehora asima eu Antonio Fernandes dapiedade escrivam das datas esismaria aescrevy”.

(Cópia fiel do registro da data e sesmaria n.º. 74, 1º vol, págs 177 a 178, das “datas de sesmaria” (1º Livro manuscrito) Fortaleza, 1920.)

Anexo 2

ACTA DA INSTALAÇÃO DA VILLA DA TELHA E POSSE DA CAMARA DA MESMA

ANNO DO NASCIMENTO DE NOSSO SENHOR JESUS CHRISTO de mil oito centos e cinqüenta e trez aos vinte e cinco dias do mez de janeiro do ditto anno nesta nova Villa da telha comarca do Icó Provincia do Ciará na casa que serve para Sessões da Camara onde se achava o Presidente da Camara da Villa do Saboeira o Tenente Coronel Manoel da Costa Braga commigo Secretario Interino da mesma ao diante nomeado afim de dar posse a Camara Municipal desta nova Villa erecta pela Resolução numero quinhentos e cincoenta e trez de vinte e sete de novembro de mil oito cento e cincoenta e um- Numero dezessete- Elevando a cathogoria de Villa a Povoação da Telha. O Doutor Joaquim Marcos de Almeida Rego Presidente da Providencia do Ciará. Faço saber a todos os seus habitantes que Assembleia Legislativa Providencial decretou, e eu sancionei a Resolução seguinte: Artigo primeiro Fica ellevada a cathogoria de Villa a povoação da telha, tendo por determinação a mesma da Povoação. Artigo terceiro. A criação e transferência de que tratão os artigos antecedentes só terão effectividade depois que forem edificadas cadeia e casa de Camara. Artigo quarto. Ficão revogada as disposições em contrario. Mando portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O Secretario desta província a faça emprimir publicar e correr. Palacio do Governo do ciará foi sellada e publicada a presente resolução em 27 de Novembro de 1851. Manoel Francisco de Paulo Barros- Secretario Interino do Giverno. Registada as folhas do Livro Competente. Secretaria do Governo do Ciará. Em 27 de Novembro de 1851 . Lourenço Joaquim de Miranda. E como para execução da referida Lei fosse mister o cumprimento da condição imposta pelo artigo terceiro da mesma lei foi esta satisfeita por doação temporária que fez o major Bento Villar de Carvalho e sua mulher de huma casa para servir de Sessões até a edificação de casa própria a Cadeia em virtude do que mandou o EXM°. Presidente da Provincia executar a referida Resolução por portaria de vinte e sete de novembro ultimo e por officio da mesma data mandou que se procedesse a Elleição de Veriadores para a nova Camara conforme havia determinado citada Portaria e precedido nesta no dia dez de novembro próximo passado foi pelo mesmo Exm° Snr. Provisoriamente approvada como fez constar a mencionada camara da Villa do Saboeiro a qual dirigiu-se a nova camara elleita para esta Villa marcando o dia d'hoje para instalação da mesma cumprindo as mais disposições do artigo segundo do Decreto treze de novembro de mil oitocentos e trinta dous. Achando-se pois presentes os veriadores abaixo assignado lhes deferido o dito Presidente o juramento de que trata o artigo dezessete da Lei de primeiro de Outubro de mil oitocentos e vinte e quatro havendo assim por installada a Villa de que para constar mandou lavrar a presente Acta e assigno com Vereadores presentes. Eu Joaquim Pereira de Sousa Junior- Secretário escrevi- Braga- Presidente – Agostinho Moreira Barros- Joaquim Martins Gomes- Luiz José Moreira Barros- Antonio Gomes Barreto – Alexandre José Cavalcante. Conforme- O Secretario da Camara Esperidião de Mattos Mariscal.

(Documento existente no Arquivo Público do Estado do Ceará, Secção Histórica, Pacote, nº 43 relativo á Camara da Telha e de Igatu).

Anexo3:

Notícia de conclusão de obras da fábrica Coelho S.A Indústria e Comércio – COESA, para receber energia de Paulo Afonso.

Coelho S/A Indústria e Comércio «COESA»

Em fase de instalação

Escritórios: Rua Gustavo Correia n.º 48/52 — Telegrama —
"COESA" — Telefone — 210 — Usina: — Rua Guilherme de
Oliveira s/n.º — IGUATU — CEARA' — CAPITAL SOCIAL
INTEGRALIZADO: — Cr\$ 60.000.000,00.



Temos a grata satisfação de comunicar aos nossos clientes e amigos que já se encontram em fase final de acabamento os serviços de nossas construções, montagem de nossos maquinismos e instalações elétricas destinadas a receber a energia de Paulo Afonso. A partir de 25 deste, data prevista para o início do beneficiamento do algodão que já começa a chegar em nossa Usina, estaremos à disposição de todos aqueles que nos honrarem com seus negócios.